



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

**A EXTENSÃO COMO POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE O IFCE CAMPUS CRATEÚS NO
SERTÃO CEARENSE**

ANTÔNIO ADÍLIO COSTA DA SILVA

ORIENTADOR: DR. CARLOS AUGUSTO DE AMORIM CARDOSO

JOÃO PESSOA/PB

2025

ANTÔNIO ADÍLIO COSTA DA SILVA

**A EXTENSÃO COMO POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UM ESTUDO SOBRE O IFCE CAMPUS CRATEÚS NO SERTÃO CEARENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e ambiente

Linha de Pesquisa: Geografia urbana - Geografia histórica e educação geográfica na cidade

Orientador: Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso

JOÃO PESSOA/PB

2025

**A Extensão como Potencial para o Desenvolvimento Regional: um estudo
sobre o IFCE Campus Crateús no Sertão Cearense**

Por

Antônio Adílio Costa da Silva

Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia
do CCEN - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em
Geografia

Área de Concentração: Território, trabalho e ambiente

Aprovada por:

Profº. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
(Orientador)

Profª. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
(Avaliadora externa)

Profº. Paulo Rogerio de Freitas Silva
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
(Avaliador externo)

Profº. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento
(Avaliadora interno)

Profº. Dr. Lenilton Francisco de Assis
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
(Avaliador interno)

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Dezembro/2025



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE TESE
DE DOUTORADO DO ALUNO ANTÔNIO ADÍLIO
COSTA DA SILVA, CANDIDATO AO TÍTULO DE
DOUTOR EM GEOGRAFIA, NA ÁREA DE
TERRITÓRIO, TRABALHO E AMBIENTE.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de Dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 15:00 (quinze horas), no Audiório do PPGG/CCEN, reuniram-se, em caráter de solenidade pública, os membros da comissão designada para avaliar **Antônio Adílio Costa da Silva**, candidato ao grau de Doutor em Geografia, na área de **Território, Trabalho e Ambiente**. Foram componentes da banca examinadora os(as) professores (as) Carlos Augusto de Amorim Cardoso (orientador) – Doutor em Geografia; Alexandre Sabino do Nascimento (examinador interno) – Doutor em Geografia; Lenilton Francisco de Assis (examinador interno) – Doutor em Geografia; Paulo Rogerio de Freitas Silva (examinador externo) – Doutor em Geografia; e Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (examinadora externa) – Doutora em Geografia; sendo o primeiro, o segundo e o terceiro, integrantes pertencentes ao corpo docente da UFPB, o quarto, da UFAL, e a quinta, da UEVA. Dando início aos trabalhos, o Presidente da banca, Profº. Carlos Augusto de Amorim Cardoso, após declarar os objetivos da reunião, apresentou o candidato **Antônio Adílio Costa da Silva**, a quem concedeu a palavra para que defendesse, oral e sucintamente, sobre o tema apresentado, intitulado: “**A EXTENSÃO COMO POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE O IFCE CAMPUS CRATEÚS NO SERTÃO CEARENSE**”. Após discorrer sobre o referido tema, o candidato foi arguido pelos examinadores, na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão em caráter secreto, a proceder à avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito **Aprovado**. Face à aprovação, declarou o Presidente achar-se o avaliado legalmente habilitada a receber o Grau de Doutor em Geografia, cabendo à Universidade Federal da Paraíba, providências, como de direito, à expedição do Diploma a que o mesmo fez jus. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que segue assinada e aprovada pela Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
CARLOS AUGUSTO DE AMORIM CARDOSO
Data: 18/12/2025 13:06:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Orientador

Documento assinado digitalmente
VIRGINIA CELIA CAVALCANTE DE HOLANDA
Data: 16/12/2025 22:16:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Documento assinado digitalmente

PAULO ROGERIO DE FREITAS SILVA
Data: 16/12/2025 22:01:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Rogerio de Freitas Silva
Examinador externo

ALEXANDRE SABINO DO NASCIMENTO
Data: 18/12/2025 10:37:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento
Examinador interno

Documento assinado digitalmente
LENILTON FRANCISCO DE ASSIS
Data: 17/12/2025 18:39:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lenilton Francisco de Assis
Examinador interno

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Antônio Adílio Costa da.

A extensão como potencial para o desenvolvimento regional : um estudo sobre o IFCE Campus Crateús no sertão cearense / Antônio Adílio Costa da Silva. - João Pessoa, 2025.
324 f.

Orientação: Carlos Augusto de Amorim Cardoso.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Desenvolvimento regional. 2. IFs. 3. Crateús. 4. Extensão. I. Cardoso, Carlos Augusto de Amorim. II. Título.

UFPB/BC

CDU 374.72:316.42(813.168)(043)

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus e depois às pessoas mais importantes de minha vida, meus pais José e Neco, que nunca mediram esforços para oferecer os meios necessários para que eu pudesse estudar e realizar meus objetivos, a vocês minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Existe toda uma complexa rede de relações que envolve as atividades que realizamos, afinal não fazemos nada sozinhos, desde Instituições criadas para organizar e viabilizar nossas demandas, passando pelas relações interpessoais, pelo apoio dos colegas, dos amigos e dos familiares. Esse trabalho é fruto da benéfica interferência de diferentes agentes que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização.

Gostaria de agradecer à Universidade Federal da Paraíba – UFPB e a todos os seus servidores(as), em especial ao corpo técnico e docente do Doutorado em Geografia, pelo acolhimento e o enriquecimento acadêmico que me proporcionaram. A todos os professores(as) minha gratidão pelo empenho e gentileza no repasse de seus conhecimento em todas as aulas e nas conversas informais.

Dentre esses docentes agradeço, especialmente, a Prof^a Arlete Moyses Rodrigues pela disposição de ler o meu trabalho e melhorá-lo com suas ricas sugestões, ao Prof^o Lenilton pelas leituras do trabalho, pelas conversas e sugestões que, desde o seminário de tese, tanto me auxiliaram. Ao meu orientador o Prof^o Carlos Augusto pelo seu apoio e por sempre ter me dado autonomia e liberdade na condução do trabalho.

Agradeço à Prof^a Virgínia Holanda por, mesmo não sendo sua obrigação, nunca ter se negado a ler e contribuir com o Projeto, minha eterna gratidão. As contribuições da Prof^a Arlete, Prof^a Virgínia e Prof^o Lenilton se estendem até a defesa Tese, muito me honra tê-los como avaliadores, estendo meu agradecimento ao Prof^o Paulo Rogerio por, mesmo diante de suas muitas atividades, ter aceitado o nosso convite para participar da banca e contribuir com o trabalho.

O Doutorado me deu a oportunidade de vivenciar novas experiências, de morar em João Pessoa/PB, que é uma cidade apaixonante, todo dia sinto saudades, nesse período tive o privilégio de dividir apartamento com o Michel e o Lucas, amigos que se tornaram irmãos, foram muitos momentos de conversas, angústias, mas a esmagadora maioria deles foram de risadas compartilhadas, os levarei pelo vida. Sullivan e Júnio, quantas alegrias, almoços, prosas, cervejas, obrigado pela amizade e apoio, estamos juntos.

Agradeço a Viviane Menezes, com quem namorei nesse período, por ter me apoiado quando estava, muitas vezes, angustiado, pela paciência comigo, pelas muitas danças e aulas de forró, pelo oceano de momentos felizes e sorrisos que me proporcionou no período em que estive em João Pessoa, que privilégio ter vivido isso tudo com você, sou e serei sempre seu admirador.

A minha mãe (em memória) e ao meu Pai pelo apoio ao longo de toda minha trajetória estudantil e acadêmica, eu nasceria mil vezes filho de vocês se tivesse a possibilidade e a oportunidade de escolher. As minhas irmãs: Bete, Kinha e Hosana pelo apoio, pelas palavras de incentivo. Aos meus sobrinhos e sobrinhas que sempre me apoiaram, minha gratidão.

A minha Instituição de trabalho, o Instituto Federal do Ceará – IFCE, e a todos os colegas que compõem o corpo docente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus Crateús/CE, que mesmo sendo composto de apenas 5 Professores da área específica, não se opuseram ao meu afastamento, pelo contrário se uniram comigo em prol da realização desse objetivo.

A Deus, em quem creio, pois mais forte do que a possível dúvida de sua existência é o conjunto de evidências que a mim se apresenta, são inúmeras as situações em que senti a sua condução na minha vida, promoção de encontros e sincronia de acontecimentos que não seriam explicados, pelo menos para mim, pela coincidência ou pela probabilidade. Ninguém explica Deus, mas também existe uma infinidade de coisas que não explicamos e nem por isso duvidamos da existência destas.

Enfim, minha eterna gratidão a todos que me auxiliaram nesta caminhada até este momento, sou muito grato pela oportunidade de ter tido todos vocês fazendo parte dessa complexa rede de relações e de apoio que me trouxe até aqui, gratidão eterna.

RESUMO

As políticas públicas de expansão das Universidades Federais e criação e expansão dos Institutos Federais de Educação – IFs datam do início dos anos 2000, logo, são recentes, no entanto, as transformações socioeconômicas e espaciais já são observáveis em cidades do interior do País que receberam campi. Essa tese versa sobre as transformações que as Universidades e o IF têm promovido em Crateús/CE e região, com especial destaque para o Campus do IFCE e sua relação com o território, através do ensino, da pesquisa e, especialmente, da extensão. O objetivo central do trabalho é a busca pelo dimensionamento das contribuições destes campi, em especial as do Campus do IFCE e de sua extensão, para o desenvolvimento de Crateús e Região. Para tanto, efetuamos levantamentos de dados destas Instituições e realizamos entrevistas com os(as) diretores(as), professores(as) extensionistas e bolsistas, além de produtores, empresários e representantes de outros órgãos públicos e da sociedade civil que atuam na Cidade e Região. A pesquisa comprova a tese de que essas políticas chegaram no interior, mas de forma incompleta, sem os meios estruturais e de pessoal suficientes para alcançarem, em plenitude, os seus potenciais. Demonstra que o ensino tem contribuído eficazmente para a formação na Região, especialmente a partir das licenciaturas, mas que a contribuição não se reproduz na mesma proporção na pesquisa e extensão. Dentre as principais causas, no caso do IFCE, estão o pequeno quantitativo de professores que atuam nos cursos superiores, inviabilizando ou dificultando a realização de outras atividades além das de ensino e a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos. A chegada dessas Instituições, em associação com outras políticas, tem um grande potencial de contribuição para o desenvolvimento da Região, mas esse tem sido minorado pela falta dos meios apropriados.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Institutos Federais; Crateús; Extensão.

ABSTRACT

Public policies for the expansion of Federal Universities and the creation and expansion of Federal Institutes of Education (IFs) date back to the early 2000s; therefore, they are relatively recent. Nevertheless, socioeconomic and spatial transformations are already observable in inland cities of the country that have received campuses. This dissertation addresses the transformations that the Universities and the IF have brought about in Crateús/CE and its surrounding region, with particular emphasis on the IFCE Campus and its relationship with the territory through teaching, research, and especially extension activities. The main objective of this study is to assess the contributions of these campuses—particularly the IFCE Campus and its extension activities—to the development of the region. To this end, we collected data from these institutions and conducted interviews with directors, extension professors, and scholarship holders, as well as with producers, entrepreneurs, and representatives of other public agencies and civil society organizations active in the city and region. The research supports the thesis that these policies have reached inland areas, but in an incomplete way, lacking the structural and human resources necessary to fully realize their potential. It demonstrates that teaching has effectively contributed to education in the region, especially through undergraduate teacher-training programs, but that such contributions are not reproduced to the same extent in research and extension. Among the main reasons, in the case of IFCE, are the small number of professors working in higher education courses—which makes it difficult or impossible to carry out activities beyond teaching—and the lack of financial resources for project development. The arrival of these institutions, in combination with other policies, has significant potential to contribute to the region's development, but this potential has been diminished by the lack of adequate means.

Keywords: Regional development; Federal Institutes; Crateús; Extension.

RESUMEN

Las políticas públicas de expansión de las Universidades Federales y de creación y expansión de los Institutos Federales de Educación (IFs) datan de comienzos de los años 2000; por lo tanto, son recientes. Sin embargo, las transformaciones socioeconómicas y espaciales ya son observables en ciudades del interior del país que recibieron campus. Esta tesis trata sobre las transformaciones que las Universidades y el IF han promovido en Crateús/CE y en la región, con especial énfasis en el Campus del IFCE y su relación con el territorio a través de la enseñanza, la investigación y, especialmente, la extensión. El objetivo central del trabajo es dimensionar las contribuciones de estos campus, en particular las del Campus del IFCE y de su extensión, al desarrollo de la región. Para ello, realizamos levantamientos de datos de estas instituciones y entrevistas con directores(as), profesores extensionistas y becarios(as), además de productores, empresarios y representantes de otros organismos públicos y de la sociedad civil que actúan en la ciudad y la región. La investigación confirma la tesis de que estas políticas llegaron al interior, pero de manera incompleta, sin los medios estructurales ni de personal suficientes para alcanzar plenamente su potencial. Demuestra que la enseñanza ha contribuido eficazmente a la formación en la región, especialmente en las licenciaturas, pero que esta contribución no se reproduce en la misma proporción en la investigación y la extensión. Entre las principales causas, en el caso del IFCE, se encuentran la reducida cantidad de profesores que actúan en los cursos superiores, lo que dificulta o imposibilita la realización de otras actividades más allá de la enseñanza, así como la falta de recursos financieros para el desarrollo de proyectos. La llegada de estas instituciones, en asociación con otras políticas, tiene un gran potencial de contribución para el desarrollo de la región, pero este se ha visto limitado por la falta de los medios adecuados.

Palabras clave: Desarrollo regional; Institutos Federales; Crateús; Extensión.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Crateús enquanto Região Intermediária e Imediata.....	71
Figura 2 – Cidades sob a influência de Crateús – REGIC (2018)	73
Figura 3 - Cartaz de divulgação do Jejum de 1983	87
Figura 4 - Entrevista com Produtor rural	94
Figura 5 - Associação Regional de Vaca Morta	94
Figura 6 - Entrevista com Produtor rural	95
Figura 7 - Casa de um Produtor	95
Figura 8 - Reunião com o DNOCS sobre o Lago de Fronteiras e seus usos – Grupo Lider.....	112
Figura 9 - Reunião para discutir alternativas para o Turismo na Região - Grupo Lider	113
Figura 10 - Reunião para discutir alternativas para a Região – Grupo Líder	113
Figura 11 - Reunião sobre a Rota Colorida - Grupo Lider e Produtores de urucum	114
Figura 12 - Terraplanagem do local de construção do Campus em 2008	170
Figura 13 - Início das obras do campus do IFCE de Crateús em 2008	170
Figura 14 - Fachada do IFCE Crateús em 2009.....	170
Figura 15 - Fachada do IFCE em 2010	170
Figura 16 - Fachada do Campus do IFCE/Crateús	188
Figura 17 – Vista aérea do IFCE/Campus Crateús – 2022	223
Figura 18 – Apontamento das novas construções (2025)	226
Figura 19 – Refeitório	226
Figura 20 – Laboratório de Edificações e Agrárias.....	226
Figura 21 – Passarelas cobertas entre: Blocos – Refeitório – Ginásio.....	226
Figura 22 – Estrutura Organizacional do IFCE/Campus Crateús – 2025	227
Figura 23 - Evolução do número de Campi das Universidades Federais: 2003 – 2014	247
Figura 24 - Expansão dos IFs: 2008 – 2022	247
Figura 25 - Pôster de divulgação da XIX.....	260

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atores sociais entrevistados na pesquisa (2024 - 2025).....	20
Quadro 2 - Regiões geoeconômicas e cidades polo (1964).....	74
Quadro 3 - Regiões polarizadas do Ceará (PLAGEC: 1971 - 1974).....	75
Quadro 4 - Planos Governamentais implementados no Ceará (1963-1987).....	90
Quadro 5 - Critérios a serem adotados para a implantação de novos campi dos IFs de acordo com a fase de execução da política de expansão do Ensino Técnico Federal.....	158
Quadro 6 - Verificação do alcance de Metas para a Pesquisa no IFCE - PDI (2019 - 2023).....	232
Quadro 7 - Verificação do alcance das metas de Extensão do IFCE/ PDI (2019 - 2023)	233
Quadro 8 - Extensão no IFCE: divisão em áreas temáticas	235
Quadro 9 - Extensão no IFCE: divisão em linhas.....	235
Quadro 10 - Extensão no IFCE: tipos de ação	236
Quadro 11 - Entrevistados da pesquisa: externos e internos	238
Quadro 12 - Questionário semiestruturado, divisão em categorias e ênfase das perguntas em função do entrevistado.....	241
Quadro 13 - Agrupamento de Questões – Categoria: os IFs, a Extensão e o Des. Regional.....	243
Quadro 14 - Agrupamento de Questões – Categoria Cooperação Institucional e diálogo com as comunidades	257
Quadro 15 - Agrupamento de Questões – Perfil da extensão do IFCE	264
Quadro 16 - Agrupamento de Questões – Extensão no Campus de Crateús	267
Quadro 17 - Projetos de extensão desenvolvidos no IFCE/Crateús (2022 - 2024).....	268
Quadro 18 - Cursos de extensão ofertados no IFCE/Crateús (2022 - 2024)	269
Quadro 19 - Eventos desenvolvidos no IFCE/Crateús (2024 - 2025).....	270

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setores da economia que mais movimentaram dinheiro no mundo em 2023.....	31
Tabela 2 - Lista das empresas mais valiosas do mundo em 2024	32
Tabela 3 - Ranking dos Estados por IDH em 2022	41
Tabela 4 - Zonas Fisiográficas do Ceará - 1941/1945	68
Tabela 5 – Microrregião homogênea de Crateús - 1968	70
Tabela 6 – Microrregião geográfica de Crateús (1987)	70
Tabela 7 - Estrutura econômica da Região dos Sertões de Crateús e Inhamuns	96
Tabela 8 - População dos municípios dos Sertões de Crateús - 2022	97
Tabela 9 – Cursos ofertados e número de matriculados - UECE/FAEC - 2024.2 ...	172
Tabela 10 – Cursos e número de matriculados - FPO - 2024.2	172
Tabela 11 – Cursos, quantitativos de estudantes e evasões ou trancamentos - IFCE/Crateús - 2024.2	174
Tabela 12 – Ambientes Administrativos IFCE/Crateús 2025	223
Tabela 13 – Ambientes de Ensino – IFCE/CRATEÚS 2025	224
Tabela 14 – Ambientes de Apoio IFCE/Campus Crateús – 2025	224
Tabela 15 – Ambientes de convivência e lazer do Campus do	225
Tabela 16 – Número de Servidores e Colaboradores – IFCE/Campus Crateús – 2025	228
Tabela 17 - Extensão IFCE/Crateús: número de projetos por área (2022 – 2024) .	237
Tabela 18 - Total de Egressos dos Cursos de Licenciatura do IFCE/Campus de Crateús (2013 - 2025)	244

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Índice de desenvolvimento humano por estados brasileiros	43
Mapa 2 - Estrada de Ferro: São Luís - Teresina - Sobral - Fortaleza.....	66
Mapa 3 - Regiões de Planejamento do Ceará - Sertão de Crateús e Inhamuns.....	79
Mapa 4 - Regiões de Planejamento do Ceará - Sertão de Crateús	80
Mapa 5 - Localização dos Distritos Industriais de Crateús/CE	99
Mapa 6 – Localização da Barragem Lago de Fronteiras - Crateús/CE	104
Mapa 7 - Localização da Mina de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria/CE	108
Mapa 8 - Localização do abatedouro Terra Conquistada - Assentamento Palestina - Independência/CE	117
Mapa 9 - Localização das Instituições de Ensino Superior em Crateús/CE	123
Mapa 10 - Localização do IFCE/Campus Crateús e demonstração da área de expansão urbana de seu entorno	169
Mapa 11 - Localização do IFCE/Campus Crateús	222
Mapa 12 - Expansão dos Institutos Federais no Ceará ao longo do tempo	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
IFs	Institutos Federais de Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal do Ceará
URC	Unidades de Registro e de Contexto
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
EUA	Estados Unidos da América
UFC	Universidade Federal do Ceará
PMES	Pequenas e Médias Empresas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CBA	Comissão Brasileira - Americana de Ensino Industrial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra à Seca
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
IOCS	Inspetoria de Obras Contra à Seca
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
DNOCS	Departamento de Obras Contra a Seca
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CVSF	Comissão Vale do São Francisco
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
BNB	Banco do Nordeste

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
TLC	Teoria das Localidades Centrais
MRG	Mesorregiões e Microrregiões Geográficas
REGIC	Região de Influência das Cidades
CODEC	Companhia de Desenvolvimento do Ceará
BEC	Banco do Estado do Ceará
PLAMEG	Plano de Metas do governo Virgílio Távora
PLAIG	Plano de Ação Integrada do Governo
PLAGEC	Regiões polarizadas do Ceará
PLANDECE	Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará
PLANED	Plano Estadual de Desenvolvimento
RGAs	Regiões Geográficas Administrativas
ADRs	Áreas de Desenvolvimento Regional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
BPC	Benefício de Prestação Continuada
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
PAF	Porta Aberta aos Famintos
CIC	Centro Industrial do Ceará
FIEC	Federação das Indústrias do Ceará
PAC	Programa de Aceleração da Economia
EFTA	Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
TRAMAS	Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
OCBC	Organização e Controle de Benefícios de Cooperativas
SCOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
ONG	Organizações Não Governamental
EMATECE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
MST	Movimento dos Sem Terra
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
FAEC	Faculdade de Educação de Crateús
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará –
FPO	Faculdade Princesa do Oeste
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
IVA	Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
APLs	Arranjos Produtivos Locais
USP	Universidade de São Paulo
ABE	Associação Brasileira de Educação
ABC	Academia Brasileira de Ciências
CREDUC	Programa de Crédito Educativo
FIES	Fundo de Financiamento do Ensino Superior
FHC	Fernando Henrique Cardoso
PROUNI	Programa Universidade para Todos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional

EPEM	Equipe de Planejamento do Ensino Médio
PIPMO	Preparação de Mão de Obra
ETF	Escolas Técnicas Federais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
FIES	Funda de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
FIC	Formação Inicial e Continuada
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
UNED	Unidade de Ensino Descentralizadas
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
CONSUP	Conselho Superior da Instituição
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IVA	Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú
UNE	União Nacional dos Estudantes
MCP	Movimento Cultural Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
UFPR	Universidade Federal do Paraná
DEPES	Departamento de Política de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da educação
SIEX	Sistema de Informação da Extensão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
SIGProj	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
RENEX	Rede Nacional de Extensão
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
FNDE	Fundo Nacional de Educação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
SISAR	Sistema Integrado de Saneamento Rural
PNE	Plano Nacional de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
BVU	Biblioteca Virtual
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
DE	Dedicação Exclusiva
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PPC	Plano Político Pedagógico
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
CONSUP	Conselho Superior da Instituição
EAD	Ensino à Distância
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REPERCUSSÕES E APLICAÇÕES NO BRASIL, NO NORDESTE E NO CEARÁ.....	24
2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: DOS DETERMINANTES FÍSICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS AOS PROJETOS GOVERNAMENTAIS ...	41
2.2 NORDESTE, CEARÁ E CRATEÚS NO CONTEXTO DOS PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DO PAÍS	54
2.2.1 A regionalização como ferramenta à serviço do desenvolvimento dos estados: o caso do Ceará.....	67
3 CRATEÚS NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DAS AÇÕES HIDRÁULICAS PARA AS ECONÔMICAS NO CEARÁ.....	81
3.1 AS AÇÕES HIDRÁULICAS.....	81
3.2 AS AÇÕES ECONÔMICAS	88
4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: O PAPEL ATRIBUÍDO À POLÍTICA PÚBLICA DE CRIAÇÃO E EXPANSÃO DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO – IFS.....	125
4.1 CONTEXTO DA EVOLUÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E TÉCNICA NO BRASIL	129
4.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ENTRE DUAS VISÕES.....	135
4.2.1 A politecnia como resposta	145
4.2.2 Os IFs e a aspiração de um novo modelo de Educação Técnica	149
4.3 CRATEÚS E OS MEANDROS DE SUA TRAJETÓRIA RUMO A SE TORNAR CIDADE UNIVERSITÁRIA: DAS INSTITUIÇÕES AS SUAS CONTRIBUIÇÕES	158
5 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TRAJETÓRIA, IMPORTÂNCIA E POTENCIAL	189
5.1 GÊNESE E TRANSFORMAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO MUNDO E NO BRASIL	190

5.2 A POLÍTICA DE EXTENSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: CARACTERÍSTICAS, CONQUISTAS E DESAFIOS	206
5.3 IFCE – CAMPUS DE CRATEÚS: APRESENTAÇÃO	220
5.3.1 IFCE/Campus de Crateús: estrutura física.....	221
5.3.2 IFCE/Campus de Crateús: estrutura de funcionamento.....	226
5.4 A EXTENSÃO NO IFCE/CAMPUS DE CRATEÚS: CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES.....	234
5.4.1 Extensão no IFCE/Campus de Crateús: o estudo de caso	234
5.4.1.1 <i>Extensão no IFCE e no Campus de Crateús: opinião dos entrevistados</i>	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS	272
ANEXOS	311

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o desenvolvimento regional, especialmente sob uma perspectiva geográfica, exige que se leve em consideração as peculiaridades dos diferentes territórios. Com o processo de industrialização das nações europeias e depois dos Estados Unidos e Japão, consolidou-se a concepção de que o desenvolvimento socioeconômico estaria ligado à industrialização e a construção de uma sociedade de consumo.

A industrialização instaurou a divisão internacional do trabalho entre países produtores de bens manufaturados e os fornecedores de matéria prima e produtos in natura, essa dinâmica, ao contrário do que defendia os liberais clássicos Adam Smith (1723 – 1790)¹ e David Ricardo (1772 – 1823)², não trouxe, com o tempo, o equilíbrio econômico entre as trocas e tão pouco a amenização das disparidades socioeconômicas entre os países e regiões, como declara Prebisch (1962, p.3):

É certo que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio.

A solução proposta pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, em meados do século XX, era a industrialização que deveria permitir a progressiva substituição da importação de produtos industrializados estrangeiros por produzidos nacionalmente ou regionalmente. Neste cenário o Estado ganhou centralidade enquanto agente planejador e fomentador desse modelo de desenvolvimento.

Com a implementação de políticas e incentivos nesse sentido a desigualdade que se mostrava mais fortemente entre nações passou a ser percebida e intensificada,

¹ Adam Smith foi um economista escocês, escreveu a obra Riqueza das Nações, na qual defende o livre mercado e a não intervenção estatal na economia, para ele a “mão invisível do mercado” se encarregaria de gerar e distribuir riquezas. (Smith, 1996).

² Foi um economista clássico inglês que viveu entre: 1772 e 1823. (Escola, [s. d.]).

também, internamente entre as diferentes regiões que compõem os territórios nacionais. No caso brasileiro, a concentração inicial da indústria nas regiões Sul e Sudeste replicou internamente, em parte, a deterioração dos mecanismos de troca, passando algumas regiões a serem fornecedoras de produtos industrializados, enquanto outras de matéria prima e mão de obra barata.

Para Santos (2006, p.160), a partir de meados do século XX, a forma de produção mundial se modificou, alcançando um novo estágio de interação entre a técnica, a ciência e a informação, esta “não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas”. O domínio da tecnologia e da informação não serve somente à produção dos objetos, mas a função a ser desempenhada por estes.

Nesse novo contexto produtivo, a inovação é fundamental na disputa por mercado, e a indústria para ter êxito depende da aproximação com o Estado e instituições que produzam pesquisa e inovação, permitindo, como ressalta Castells (1994), o surgimento de tecnopolos. Neste contexto, as universidades, Institutos Federais de Educação - IFs e demais instituições que desenvolvem pesquisa e extensão são vistos como vetores de desenvolvimento.

Esta pesquisa parte desse pressuposto para investigar como as políticas públicas de expansão das universidades públicas e de criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs foram pensadas como indutoras e promotoras de desenvolvimento regional. Delimitamos o município de Crateús, suas Instituições de Ensino Superior – IES, e a Região em que está inserido como o lócus de nossas observações.

Mas restringimo-nos, enquanto estudo de caso, ao Campus do IFCE/Crateús e mais especificamente a extensão desenvolvida por meio deste. cremos que a escolha da análise do Campus e de sua contribuição via ensino, pesquisa e, em especial, a extensão, enquadre a pesquisa como um estudo de caso, pois para Yin (2001, p. 32) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”

O nosso objeto de estudo é contemporâneo e fruto do presente contexto em que alternativas são pensadas para a melhor qualificação profissional da população e para a criação de condições de geração de conhecimentos sobre o País, mirando o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Neste sentido, é inviável o

isolamento temporal e contextual do objeto, daí configurar-se um estudo de caso.

Yin (2001, p. 37) ressalta que a depender do propósito, o pesquisador pode usar o estudo de caso de formas estrategicamente distintas, como: “a) estudos causais ou explanatórios; b) estudos descritivos; c) estudos exploratórios”. Os primeiros recorrem a experimentos, mas que não sofrem a interferência direta do pesquisador, pois o autor destaca: “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes.” (p.37).

Os segundos se limitam a descrever os fenômenos ou objetos e a relação entre suas variáveis, mas sem indicar causas, sem explicá-las, o que o diferencia da pesquisa histórica é a possibilidade do uso de questionários, entrevistas e observações, uma vez que o fenômeno é contemporâneo. O terceiro visa à obtenção de informações iniciais sobre o objeto, é comumente a fonte de questionamentos e hipóteses sobre este, contribuindo para o seu maior conhecimento e a execução de pesquisas futuras.

Gil (1987, p. 44 - 45) reforça esse entendimento ao explicar que:

as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...] habitualmente envolve levantamento bibliográfico, entrevistas não padronizadas e estudos de caso [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Ressaltamos que os limites entre essas diferentes estratégias, termo usado por Yin (2001), ou níveis, usado por Gil (1987), não são rígidos, mas é comum que, pelas características do objeto de pesquisa, um prevaleça. No caso do presente estudo, não fizemos experimentos controlados e não nos detemos na descrição do objeto, mas o observamos, elaboramos questionamentos e hipóteses e procuramos testá-las a partir da pesquisa empírica, da realização de entrevistas e do levantamento de dados Institucionais, logo, configura-se majoritariamente uma pesquisa exploratória.

Pensar o desenvolvimento regional sob a perspectiva capitalista é buscar mecanismos que potencializem a produção de cada região e criem outros que intensifiquem e equilibrem as trocas, no entanto, o desenvolvimento, como defende Sen (2000), envolve outras dimensões, como a melhoria da qualidade de vida das

peessoas, que não está necessariamente atrelada ao aumento do Produto Interno Bruto – PIB, mas a maior liberdade da população, a partir do acesso a serviços públicos como: educação, saúde, segurança, lazer e aos meios de se manter com dignidade.

Além do necessário respeito às formas distintas de produção, de cultura e de modos de vida. Para que as IES e os IFs contribuam com essas outras dimensões é necessário que se aproximem das demandas dos territórios e das comunidades que os habitam e estabeleçam diálogo constante com estas, e o meio próprio para tal é através da extensão.

Partimos, portanto, do questionamento: em que medida a chegada dessas IES têm contribuído para o desenvolvimento dos Sertões de Crateús? Para em seguida nos restringirmos à análise do IFCE/Campus Crateús e suas possíveis contribuições para tal a partir ou por meio do ensino, da pesquisa e, principalmente, da extensão.

O objetivo maior centra-se na busca pelo dimensionamento das contribuições destas IES, em especial a do IFCE e de sua extensão, para o desenvolvimento da Região. Como objetivos específicos podemos elencar a investigação do que motivou a ida destas IES para Crateús e de que forma os cursos ofertados por estas dialogam com os Arranjos Produtivos Locais – APLs e com os grandes projetos pensados para a Região.

Busca-se averiguar o grau de clareza dos representantes de órgãos que atuam no município e de membros da comunidade quanto aos projetos para a Região, assim como a percepção destes quanto ao papel que as IES têm desempenhado no Município. Quanto, especificamente, ao Instituto Federal do Ceará – IFCE e sua atuação através do Campus de Crateús, a investigação procura, a partir de dados institucionais e entrevistas com servidores, averiguar como a Instituição tem se relacionado com o território, em especial através da extensão.

Os relatos sobre os desafios e as possíveis contribuições da Instituição para o desenvolvimento regional foram extraídos das falas dos entrevistados internos, servidores e estudantes, e dos externos, representantes de outros órgãos e membros de diferentes seguimentos da sociedade.

A nossa tese é que a política pública de expansão das universidades e IFs, em associação com outras políticas, tem um grande potencial de impulsionar o desenvolvimento, mas que esta chegou no território dos Sertões de Crateús incompleta, sem a estrutura física, de pessoal e de recursos suficientes para

desenvolverem ensino, pesquisa e extensão de qualidade, dificultando, dessa forma, a contribuição das IES para o desenvolvimento regional.

Em busca do alcance dos objetivos estabelecidos e do teste de nossa tese, traçamos como caminho metodológico, a inicial escuta de representantes de diferentes órgãos, entidades e comunidades que atuam ou se situam no território, perseguindo a compreensão do que esses diferentes agentes entendem por desenvolvimento regional e o que sabem sobre os projetos para a Região e de que forma eles veem a atuação e interação das diferentes esferas de poder e dos variados órgãos em prol da viabilização destes.

Uma vez captada essa visão mais ampla, partimos para a investigação sobre o papel desempenhado pelas IES e mais especificamente pelo IFCE/Campus Crateús. Como no centro da pesquisa está a busca pelo dimensionamento da contribuição da Instituição para o desenvolvimento local e regional, elegemos como função principal a ser analisada a extensão, pois é o mecanismo que permite de forma mais fluida a interação da Instituição com as demandas da sociedade.

Para tanto, partimos do levantamento dos diferentes projetos de extensão desenvolvidos através do Campus entre janeiro de 2022 e julho de 2024, em seguida, passamos à análise das entrevistas com servidores e estudantes da Instituição que trabalham com a extensão, como a Pró-Reitora e o Coordenador de extensão, o Diretor geral do Campus, o Diretor de Ensino, os Professores extensionistas, os discentes bolsistas e, como já citado, com diversos agentes externos, representantes de várias Instituições que atuam no Município e Região, além de Empresários e Produtores de diferentes seguimentos econômicos.

O Quadro 1 traz a lista com o quantitativo de todos os entrevistados internos e externos, além da Instituição que representam, seguido do objetivo ou justificativa da escolha destes para serem entrevistados.

Quadro 1 - Atores sociais entrevistados na pesquisa (2024 - 2025)

Entrevistados externos: Instituições e segmentos sociais	Nº	Instituição	Objetivo
Diretores gerais de Campi	2	IFCE/Campi: Acaráú; Fortaleza	Resgatar a experiência da expansão do IFCE no Estado: objetivos e desafios
Coordenadora de extensão	1	IFRS/ Campus: Bento Gonçalves	Compreender como se deu a criação do FORPROEXT e qual a importância de sua atuação na luta por uma melhor extensão na Instituição

Pró-reitora de extensão	1	IFCE	Conhecer o pensamento Institucional sobre a extensão, sua dinâmica, objetivos e desafios
Diretor geral da UFC/Crateús	1	UFC	Investigar o processo de Instalação da Instituição na Cidade, conhecer o processo de escolha dos cursos e a relação da Instituição com outras IES e outros seguimentos
Diretora geral da FAEC/UECE/Crateús	1	FAEC	Verificar qual o nível de interação com outras IES da cidade, em especial com o IFCE
Diretor geral da FPO/Crateús	1	FPO	Averiguar a visão da Instituição sobre a educação superior em Crateús, a partir da perspectiva de uma Instituição privada, e qual o nível de relação que mantem com as IES públicas da cidade
Diretor da CREDE 13/Crateús	1	CREDE	Verificar se há proximidade entre as IES e a CREDE, uma vez que as primeiras formam os professores que atuarão na rede pública da Região
Empresários	2	CDL	Captar o pensamento destes sobre o desenvolvimento regional e o papel que atribuem a chegada de novas IES nesse processo
Agentes políticos	3	PMC	Resgatar os processos de disputas políticas quando da implantação do IFCE e da UFC na cidade
Representes sindicais	2	Sindicato dos Trab. Rurais de Crateús	Verificar se o IFCE tem estabelecido parcerias com a Instituição. Captar o pensamento Institucional sobre o desenvolvimento regional
Diretor do SEBRAE	1	SEBRAE	Levantar quais têm sido os projetos desenvolvidos pela Instituição, se há parceria com o IFCE, caso sim, de que tipo
Diretor da EMATECE	1	EMATECE	Compreender quais os grandes desafios do pequeno e médio produtor local e se o IFCE tem contribuído com a superação destes de alguma forma, a partir de parcerias com a Instituição
Servidor do BNB	1	BNB	Averiguar quais os preceitos que subsidiam a atuação da Instituição em prol do desenvolvimento regional e verificar quais os tipos de investimentos tem feito na região e quais os seguimentos sociais beneficiados
Representante da Caritas Diocesana	1	Caritas	Aprofundar o conhecimento sobre a atuação da Instituição na Região e verificar quais parcerias tem estabelecido com o IFCE
Produtores da região	4	-	Compreender os desafios de criadores e agricultores da região e averiguar se o IFCE tem contribuído para a superação destes de alguma forma
Total de entrevistados externos: 23			
Entrevistados internos: IFCE/Campus Crateús	Nº	Instituição	Objetivo
Diretor Geral	1	IFCE/Crateús	Captar o que o gestor pensa sobre a extensão e quais os resultados e desafios do desenvolvimento desta no Campus
Diretor de Ensino	1	IFCE/Crateús	Conhecer o pensamento do gestor sobre a

			extensão, assim como sua opinião sobre a curricularização e seus desafios
Coordenador de Extensão	1	IFCE/Crateús	Entender como se operacionaliza a extensão no Campus, quais as principais parcerias e os maiores desafios
Coordenadora de Pesquisa	1	IFCE/Crateús	Compreender a dinâmica do desenvolvimento de pesquisas no Campus, quais os resultados e dificuldades e a relação com a extensão
Professores extensionistas	9	IFCE/Crateús	Analisar os relatos sobre o desenvolvimento de extensão no Campus, o que pensam sobre a execução, os resultados e as dificuldades encontradas
Estudantes bolsistas	3	IFCE/Crateús	Averiguar a visão sobre a extensão desenvolvida pelo Campus a partir da perspectiva de estudantes bolsistas
Total de entrevistados internos: 16			
Total de entrevistados: 39			

Fonte: Pesquisa empírica (2024 - 2025).

Para o trabalho específico com as entrevistas recorreremos à análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2016, p.8), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.”

No livro intitulado: Análise de conteúdo (2016), a citada autora reserva o capítulo IV para tratar da análise de entrevistas, que ela divide em três tipos: diretivas ou não diretivas ou semidiretivas, ou seja, respectivamente e em outras palavras: fechadas, abertas ou semiestruturadas, que são aquelas que são guiadas pela elaboração de um roteiro elaborado previamente, mas que permite uma certa flexibilidade na ordem das questões e na ênfase dada a uma ou outra em específico, a depender do entrevistado (Bardin, 2016).

No caso desta pesquisa, foi elaborado um roteiro com 10 questões, em anexo, que guiaram todas as entrevistas, o que mudou de uma para outra foi a ênfase dada a uma determinada questão em função do setor ou seguimento de atuação do entrevistado, logo, se enquadra no terceiro tipo, semidiretivas ou semiestruturadas. Um dos grandes desafios, quando se trabalha com a análise de conteúdo e em especial com entrevistas, é que o pesquisador está analisando um tema em específico, sendo o propósito conseguir inferir algo sobre este, sobre essa realidade, que pode ser de:

(natureza psicológica, sociológica, histórica, pedagógica...) [...] representativa de um indivíduo ou de um grupo social. Mas ele encontra também – e isto é particularmente visível com entrevistas – pessoas em sua unicidade. Como preservar a equação particular do indivíduo enquanto se faz a síntese da totalidade dos dados? Ou então, como diz Michelat, como utilizar a singularidade individual para alcançar o social? (Bardin, 2016, p.48).

O roteiro de entrevista nos auxiliou nesse desafio, pois mesmo entrevistando pessoas de diferentes seguimentos e visões distintas sobre o IFCE e a extensão: servidores, bolsistas, representantes de outras instituições, agentes políticos e produtores, foi possível verificar se havia concordância ou divergência de opiniões sobre cada questão analisada.

Essa estruturação também nos permitiu ter uma maior flexibilidade na análise, possibilitando recorrer à frequência de opiniões convergentes ou divergentes sobre determinada questão, nos proporcionando a chance de trabalhar os dados não apenas qualitativamente, mas, em alguns casos, quantitativamente.

Optamos por dar maiores informações sobre como as entrevistas foram trabalhadas, a partir do método de Bardin (2016), e a forma como as perguntas foram agregadas em categorias e estudadas a partir de Unidades de Registro e de Contexto – URC, no Capítulo 5 e mais especificamente no subtópico 5.4.1.1 no qual as entrevistas são analisadas mais demoradamente. Maiores explicações sobre o método junto à análise, cremos, facilitará o entendimento do leitor.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos, sendo o primeiro esta introdução, no segundo buscamos traçar a trajetória do pensamento sobre o desenvolvimento regional e a forma como as teorias sobre como promovê-lo foram aplicadas no Brasil, no Nordeste e no Ceará. No capítulo 3 analisamos o contexto crateuense quando da transição das ações hidráulicas para as econômicas no Nordeste e no Ceará em decorrência da atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da implementação do pensamento de Celso Furtado para a Região.

No capítulo 4 buscamos verificar como as políticas de expansão das universidades e criação e expansão dos IFs dialogam com os projetos governamentais de desenvolvimento regional, assim como nos aprofundamos em discussões específicas sobre o IFCE e a extensão desenvolvida por este. No capítulo 5 nos voltamos, especificamente, para o estudo de caso, nos detendo na análise do IFCE/Campus Crateús e nas características de sua extensão, buscando dimensionar suas contribuições e desafios na busca da promoção do desenvolvimento da Região.

2 O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REPERCUSSÕES E APLICAÇÕES NO BRASIL, NO NORDESTE E NO CEARÁ

As discussões sobre o desenvolvimento regional surgem da necessidade de se pensar maneiras de promover um desenvolvimento econômico mais equilibrado e do surgimento e fortalecimento do estado enquanto agente planejador e fomentador deste. Para Costa (2016, p.138) o estado capitalista, que “na sua versão original no início do século: XIV, XV, já é esse estado moderno” passou a se voltar para questões internas do território, ao contrário do tradicional que se voltava para o exterior e tinha na busca da conquista de novos territórios o seu maior objetivo e na força e repressão a garantia de sua legitimidade.

Com o movimento de independência das colônias e com a delimitação dos territórios dos países, após a primeira e a segunda guerra mundial, o estado passou a se apropriar da gerência de setores que antes não eram de sua responsabilidade, ou seja, assumiu dupla missão, a de defender o país e seus interesses das ameaças externas, sejam militares ou econômicas, e a de promover as condições de existência de sua própria população, promovendo a cooperação e o elo que fundamenta uma nação.

Costa (2016, p.142), para ilustrar esse movimento para dentro do território e de suas necessidades por parte do estado, traz o exemplo da educação e da saúde, “hoje em dia temos enormes burocracias públicas no campo da Saúde e da Educação, mas foram campos de intervenção extremamente conflitivos, especialmente com as Igrejas cristãs”. O estado foi se arrobustando e o sistema capitalista, fortalecido pela acumulação primitiva³ e a exploração das colônias, formatou o mundo em países ricos e pobres.

³ Marx (2013, p. 961), define assim acumulação primitiva: “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

Ressalte-se que Rosa Luxemburgo amplia esse pensamento ao afirmar que a mais valia se instaurou e se ampliou a partir da relação de culturas capitalistas e pré-capitalistas, mediante as relações entre metrópoles e colônias: “Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas - este é o meio histórico da acumulação de capital - surge, então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades” (Luxemburgo, 1970).

Neste cenário a disparidade econômica entre estados nações e regiões do globo passou a ser pauta de estudos e da busca de soluções, algo complexo em um sistema que tem como força motriz a acumulação. Muitos economistas se dedicaram a pensar qual o melhor caminho para o desenvolvimento. Os liberais clássicos como Adam Smith (1723 – 1790) e David Ricardo (1772 – 1823), vivenciaram a consolidação da indústria e viam nesta e no livre mercado um grande potencial para o enriquecimento das nações, desde que o estado e o sistema burocrático da época não impedissem essa evolução.

Estes cientistas defendiam a ideia do desenvolvimento equilibrado, David Ricardo, por exemplo, acreditava que por meio da especialização produtiva dos países e regiões, a partir do que fosse mais barato produzir, se estabeleceria uma cadeia produtiva que beneficiaria a todos no longo prazo, as trocas entre as diferentes regiões fariam com que as diferenças entre elas diminuíssem, então as colônias, as regiões exploradas tenderiam com o livre comércio e a especialização a se beneficiar do sistema e amenizar a distância para os países ricos.

O que Ricardo não levou em consideração foi que o valor agregado dos produtos industrializados, torna-os mais caros, ou seja, quem fornece insumo ou matéria prima, compra o produto beneficiado com o valor inicial da matéria prima acrescido do preço do beneficiamento e do lucro de quem a beneficiou, logo, a conta fica deficitária para o primeiro vendedor ou para as regiões que fornecem produtos in natura, commodities. Não existe desenvolvimento igualitário possível nesse sistema sem a intervenção do estado.

As discussões sobre a promoção do desenvolvimento seguiram tendo como referência posturas a favor e contra a intervenção do estado na economia. John Maynard Keynes⁴ (1883 – 1946), diante da crise de 1929, fruto da excessiva produção industrial, do desnivelamento de salários e da especulação financeira e falta de planejamento, publicou em 1936 o livro: A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. No qual defendia que o estado deveria assumir a responsabilidade de incentivar a economia em momentos de crise, a partir de investimentos públicos,

⁴ John Maynard Keynes foi um economista britânico que publicou em 1936 o livro: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (The General Theory of Employment, Interest and Money) no qual defende que em momento de crise a demanda agregada não é suficiente para promover o pleno emprego, tendo assim o estado o papel fundamental de incentivar a economia, a partir de investimentos diretos e indiretos como isenções de impostos e financiamentos. (Keynes, 1936).

redução de impostos, financiamentos e regulações, visando a busca do pleno emprego. (Keynes, 1936).

A capacidade espontânea do sistema de gerar crescimento econômico e o nivelamento entre as diferentes regiões e países passou a ser contestada fortemente, e os economistas começaram a se interessar pelo estudo do espaço, mas como lembra Santos (2011, p.19), não pelo “espaço social encarado como a natureza transformada pelo homem”. Mas o espaço enquanto fator determinante de ganhos para o capital.

A nova ciência espacial deveria, portanto, basear suas reflexões em uma ciência a-espacial. Foi assim que se chegou ao paradoxo de uma ciência regional desprovida da natureza e do homem. Seja ela chamada de análise regional, de ciência regional, de economia espacial, de geografia ou de urbanismo, o capitalismo dela se beneficia. (Santos, 2011, p. 20).

Como fruto deste contexto, em que se associava desenvolvimento à industrialização, estudos começaram a ser realizados sobre a lógica de alocação das indústrias e a forma como contribuía para o crescimento econômico das regiões onde se instalavam e tinham como pretensão auxiliar os agentes públicos e privados nos planejamentos e tomadas de decisões. As teorias provenientes destes estudos podem ser divididas, de acordo com Cavalcante (2008), em três grupos:

As clássicas, que avaliavam a localização industrial a partir do ponto de vista da decisão das empresas e do custo do transporte, seja este do produto até o consumidor ou da matéria prima até a indústria ou os dois. É o caso de teorias como a do estado isolado, do alemão Von Thünen (1966), publicada inicialmente em 1826, que tomando como referência um centro de consumo isolado e fixando variáveis como natureza, tecnologia e evolução dos transportes, demonstrou que os produtos que demandavam um preço maior de transporte tendiam a ser produzidos mais próximo do centro de consumo e os de preço menor mais distantes, gerando anéis produtivos concêntricos, a partir dessa lógica.

Estudando exclusivamente a localização industrial, outro alemão, Alfred Weber (1957), em 1909, publicou a obra: *Theory of Location of Industries* (teoria da localização das indústrias), demonstrando que estas tendiam a buscar a posição ótima entre: matéria prima, mão de obra e mercado consumidor. Se o custo do transporte da matéria prima até a fábrica fosse superior ao do transporte do produto final até o consumidor, a indústria tenderia a se instalar próximo da fonte de matéria prima, por outro lado, se o custo do transporte da matéria prima era menor do que o do produto

final até o mercado consumidor, a indústria tenderia a se instalar mais próximo deste.

Ainda sob a mesma perspectiva, Walter Christaller (1966), a partir do livro: A teoria dos lugares centrais (1933), explica a hierarquia das cidades a partir da oferta de bens e serviços, ele cunhou os conceitos de limiar e âmbito, sendo, respectivamente, a quantidade mínima de demanda para que a oferta de um produto ou serviço fosse viabilizada ou mantida pelo mercado e a distância que o consumidor estaria disposto a percorrer para ter acesso a um bem ou serviço, quanto maior essa distância, menor a necessidade de centros urbanos próximos disponibilizá-los.

Isso levava a oferta desses bens de maior inércia ou serviços mais especializados a se concentrarem em um único centro, gerando um polo e uma hierarquia entre as diferentes cidades⁵. Ressaltamos que Santos (2011, p. 126) faz forte objeção ao uso do conceito de limiar para determinar o potencial mercado consumidor em um país subdesenvolvido, pois ao defender a existência de dois circuitos na economia, o superior “que é o resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios”, e o inferior que “[...] consiste de atividades de pequena escala e diz essencialmente respeito à população pobre”, expõe a complexidade do mercado de um país periférico.

No qual esses circuitos coexistem no tempo e no espaço e são alimentados concomitantemente, em especial, pela classe média que consome igualmente mercadorias de um e de outro, tornando ainda mais nebulosa a análise, logo, a teoria, assim como todas as outras, não se enquadra perfeitamente à realidade dos países mais pobres, pois se o diagnóstico não é idêntico para países ricos e pobres, por que o remédio usado tem que ser o mesmo? Esse certamente foi/é o maior erro do planejamento “importado”.

O segundo grupo de teorias do desenvolvimento regional é o que dá ênfase aos fatores de aglomeração. Estudiosos passaram a analisar mecanismos de auto reforço, externalidades, que contribuiriam para a aglomeração de indústrias, comércios, serviços, que não eram levados em consideração pelas teorias clássicas, que, como visto, focavam na localização e buscavam explicá-la por fatores, como: distância dos consumidores, das matérias primas, preço dos transportes, dentre

⁵ Ressaltamos que persistem com essa mesma lógica explicativa autores como o também alemão Auguste Lösch (1954) e o único americano, Walter Isard (1956), este traduzindo, adaptando e aprofundando as análises de Christaller para o cenário norte americano.

outros.

A principal contribuição da teoria dos fatores de aglomeração foi a demonstração das vantagens econômicas que a aglomeração de indústrias e empresas geravam para si mesmas e para a região, Alfred Marshall (1982, p. 229), ao falar dos ganhos de escala a partir da especialização produtiva e da divisão de tarefas no interior das firmas, explica que esse ganho pode também ser obtido a partir da relação da firma com outras ao seu redor, pois:

Muitas das economias na utilização de mão-de-obra e maquinaria especializada não dependem do tamanho das fábricas individuais. Algumas dependem do mesmo gênero de fábricas na vizinhança; enquanto outras, especialmente relacionadas com o adiantamento da ciência e o progresso das artes, dependem principalmente do volume global de produção em todo o mundo civilizado.

O que perceberam foi que a aglomeração era um processo positivo, pois atraía pessoas, portanto, mão de obra, gerava mercado consumidor e uma rede de colaboração de indústrias e empresas que atuavam em etapas distintas da produção. Como resultante dessa constatação, chegou-se à conclusão de que se a aglomeração era um fator de desenvolvimento regional, logo, poderia ser incentivada ou criada pela ação do estado.

Albert O. Hirschman (1961) defendia, por exemplo, que o desenvolvimento não se daria de forma equilibrada, como defendiam os economistas clássicos, mas desequilibrada, ou seja, não ocorreria de forma espontânea e homogênea no espaço, guiado somente pelo sistema, mas que o estado deveria reger o direcionamento dos investimentos para setores específicos da economia e estes se encarregariam, a partir dos encadeamentos para trás e para frente⁶, de gerar um circuito produtivo que promovesse crescimento econômico.

Gunnar Myrdal (1963) é outro economista que defendia a intervenção estatal no sentido de promover o desenvolvimento regional, ele argumentava que sem a ação estatal a tendência era ocorrer o que denominou de: *causação circular cumulativa*. Exemplificando, uma região ao se desenvolver tenderia a gerar ciclos de reforço do

⁶ Uma indústria, a depender do setor, para produzir o seu produto final depende de uma série de equipamentos e insumos provenientes do beneficiamento de outras que a antecede nessa produção, gerando encadeamentos para trás. O produto final será comercializado ou fará parte da produção de outros, gerando encadeamentos para frente, essa cadeia produtiva beneficiará diferentes produtores e regiões. (Hirschman, 1961).

seu próprio crescimento, fazendo com que a distância entre esta e as demais só aumentasse, caso nenhum agente externo intervisse.

É o caso dos países ricos em relação aos inicialmente explorados. Essas diferenças se mostram entre países, mas também internamente, basta observarmos o caso da Região Sudeste em comparação com outras do Brasil que não receberam os mesmos incentivos nos primeiros momentos da industrialização do País. Partindo do pressuposto da necessidade do estado ser o mobilizador de recursos para promover o desenvolvimento.

François Perroux (1977), inspirando-se nas ideias de Shumpete⁷, desenvolveu o conceito de polos de crescimento. Para Cavalcante (2008, p.14), François Perroux procurou demonstrar que a partir da instalação de indústrias motrizes “que têm a propriedade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras – e movidas – que têm suas vendas aumentadas em função das indústrias motrizes” seria possível criar polos de desenvolvimento, logo, não comungava do pensamento do desenvolvimento espontâneo e homogêneo, mas que o planejamento e a implementação desses polos poderiam desencadear transformações econômicas regionais significativas.

Para Perroux os polos industriais tinham a capacidade de mudar o meio geográfico imediato e até a economia de um país inteiro, pois ao se instalarem gerariam crescimento urbano, aglomeração de comércios e serviços e como consequência modificariam as relações econômicas, a partir da oferta e demanda de mercadorias diversas. (Perroux, 1977).

O pensamento de Perroux se popularizou nas décadas de 60 e 70, a partir do meio acadêmico e político e tornou-se referência para projetos regionais de desenvolvimento em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas essa teoria, assim como as demais que pensavam o desenvolvimento regional, foi formulada levando em conta apenas o circuito superior da economia, o que Santos (2011) demonstra ser um erro.

De toda forma a teoria foi aplicada de forma indistinta, Cavalcante (2008, p.14) escreve que:

⁷ Joseph A. Shumpeter (1961) escreveu o livro: capitalismo, socialismo e democracia, no qual defendeu que na força da destruição criativa estava o sucesso do sistema capitalista, que a inovação era sua essência e força motriz e que cabia as empresas e aos empreendedores esta missão.

cerca de 28 países chegaram a implementar ou discutir seriamente estratégias de desenvolvimento regional baseadas nos polos de crescimento de Perroux. Entre esses países estão incluídos os EUA, a França, a Itália, a Rússia – então URSS – e o Brasil.

É baseando-se nessa teoria, nesse método, e tendo como premissa o pensamento de Walt Rostow (1961) de que o desenvolvimento dos países se daria por etapas, da sociedade tradicional à industrial e ao consumo de massa, gerando melhor qualidade de vida para todos, é que iniciativas começaram a ser tomadas no sentido de viabilizar esse processo, foi o caso da criação da: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, que nos anos 50 – 60 atuou no sentido de pensar o desenvolvimento da América Latina, dando centralidade à industrialização.

O Brasil é um país de dimensões continentais e de grande variedade geoambientais, culturais e econômicas, fruto de uma ocupação que priorizou a zona costeira em um primeiro momento e que teve seu território moldado em função dos ciclos econômicos, em especial, o último, o industrial que se desenvolveu mais fortemente nas regiões Sul e Sudeste e se estendeu para outras somente a partir de políticas de descentralização, impulsionadas, inclusive, por projetos encabeçados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1959) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966).

Sobre como o desenvolvimento regional brasileiro foi pensado, a partir de expoentes como Celso Furtado, teceremos maiores comentários no próximo tópico, onde falaremos especificamente do Brasil, por ora, nos restringiremos a apontar o último grupo, o terceiro, de trabalhos que tratam do desenvolvimento regional e que apontam as falhas ou limitações dos anteriores.

A restrição explicativa dos modelos clássicos e de aglomeração centra-se, sobretudo, na análise da indústria somente a partir da interação dentro do território de um país ou região, o que se torna frágil em um mundo interligado pela globalização⁸

⁸ Lembramos que o economista Douglas C. North (2018), no livro: Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico, comprova a fragilidade da teoria das fases do desenvolvimento de Walt Rostow. De acordo com o autor as exportações e a presença de instituições que as incentive e proteja são fundamentais para o desenvolvimento de uma economia.

e pela concorrência que, a partir da evolução dos transportes e comunicação, rompeu fronteiras.

Outro fator importante a ser considerado é que na economia atual, no período que Santos (2006, 2013) denomina de técnico-científico-informacional⁹, a simples presença da indústria tradicional, de base fordista, já não é referência de desenvolvimento de uma região, mas a da informação, da inovação tecnológica; então pensar em desenvolvimento regional nesse novo contexto foge à solução de apenas gerar atrativos para a implantação de indústrias, é preciso pensar o que estas produzem, de que forma dialogam com o território e quais valores agregam.

A velha divisão regional do globo entre países industrializados e exportadores de produtos primários, que beneficiava, a partir da manufatura, os industriais, foi reformulada, hoje o maior volume de dinheiro no mundo está sendo movimentado a partir de outros setores ou outros tipos de indústrias que não as tradicionais. A indústria do petróleo e gás, como demonstra a Tabela 1, movimentou 5,3 trilhões de dólares em 2023, mas é um valor que se torna pequeno quando comparado aos 12,2 trilhões do setor financeiro, somado os seguros, fundos de pensões e bancos.

Tabela 1 - Setores da economia que mais movimentaram dinheiro no mundo em 2023

Setores da economia	Lucratividade em 2023 (em trilhões e bilhões de US\$)	Funcionário (Milhões e milhares)	Nº de empresas (em milhares)
Imobiliário	4,3 bilhões	152 Mil	-
Automóveis (novos e usados)	4,3 bilhões	6 Milhões	453 mil
Farmacêuticas	1,2 trilhões	2 Milhões	17.183 mil
Informação / telecomunicações	1,7 trilhões	2 Milhões	26.018 mil
Turismo	2,3 trilhões	12 Milhões	897 mil
Produção de automóveis	2,6 trilhões	3 Milhões	757 mil
Bancos	2,8 trilhões	7 Milhões	10.080 mil
Seguros	2,9 trilhões	3 Milhões	9.951 mil
Fundos de pensões	4,3 trilhões	152 Mil	239 mil
Seguros de saúde e vida	5,0 trilhões	3 Milhões	2.834 mil
Exploração e produção de petróleo e gás	5,3 trilhões	3 Milhões	123 mil
Total	36,7 trilhões	41.304.00 milhões	68.535 mil

Fonte: Trecet (2024)

⁹ Milton Santos utiliza-se da periodização para demonstrar a evolução do sistema produtivo, o homem parte do desenvolvimento da técnica, a partir da prática, em um estágio seguinte essa técnica passa a incorporar inovações vindas da ciência até chegar no estágio atual em que a informação é o elemento central da produção e da própria funcionalidade dos objetos, eles não apenas são desenvolvidos por meio da informação, como a carregam em si, o que possibilitando a sua utilização. (Santos, 2006).

Na casa dos trilhões de dólares ainda temos o setor do turismo com 2,3; informação e telecomunicações com 1,7 e farmacêutico com 1,2. Movimentando bilhões de dólares temos a comercialização de automóveis com 4,3 e o setor imobiliário com 4,3, segundo a mesma fonte, a indústria armamentista movimentou: 564 milhões de euros e estima-se que o comércio ilegal de drogas tenha movimentado: 300 milhões de dólares.

O que tentamos demonstrar com esses números é que o desenvolvimento, sob o viés exclusivamente econômico, atualmente não está unicamente atrelado ao setor industrial produtivo tradicional, haja vista países que funcionam como paraísos fiscais e constroem seu patrimônio a partir do setor financeiro, ou outros que se destacam pelo turismo, o entretenimento, o comércio ou o setor de serviços de forma geral.

O destaque através da indústria contemporânea, seja ela da área da bioquímica ou da informação, exige altos investimentos em ciência e tecnologia, basta observarmos as empresas mais valiosas do mundo em 2024 para constataremos quais geraram mais lucro. A Tabela 2 traz estas e suas porcentagens de valorização ou desvalorização em comparação à 2023.

Tabela 2 - Lista das empresas mais valiosas do mundo em 2024

Empresa	Valor em bilhões de dólares e % de valorização em 2024
1ª - Apple	488,9 bilhões (-3%)
2ª - Microsoft	352,5 bilhões (+11%)
3ª - Amazon	298,1 bilhões (+8%)
4ª - Google	291,3 bilhões (+12%)
5ª - Samsung	100,8 bilhões (+10%)
6ª - Toyota	72,8 bilhões (+13%)
7ª - Coca-Cola	61,2 bilhões (+5%)
8ª - Mercedes-Benz	58,9 bilhões (-4%)
9ª - McDonald's	53,0 bilhões (+4%)
10ª - BMW	52,0 bilhões (+2%)

Fonte: Interbrand (2024)

Algo que se destaca é que as cinco primeiras empresas atuam no setor da tecnologia da informação o que demonstra a importância deste para a economia mundial contemporânea, a posição da Amazon nesse rol pode ser contestada, por se tratar, em essência, de uma gigantesca loja virtual, mas a sua operacionalidade depende fortemente da tecnologia e inovação, sem falar de sua plataforma de streaming, a Amazon Prime, que atua especificamente na área.

As demais atuam em setores diversos como automobilismo e alimentação, mas todas têm fatores em comum: fundamentam-se sobre uma forte base tecnológica e apesar de possuírem sede nos: EUA, Japão e Alemanha, estão presentes e interferem direta ou indiretamente na economia de todo o mundo, ressaltando que estas são apenas as 10 principais dentre milhares, provenientes de diversos países.

Trouxemos esses dados para exemplificar como os setores econômicos e as indústrias se modificaram, exigindo para o seu êxito a inserção em um espaço que seja ambiente de inovações tecnológicas constantes, daí o pensamento de que o desenvolvimento econômico atual exige o investimento em educação, ciência, tecnologia e inovação.

Fica explícito nas tabelas 1 e 2 o quanto a economia mundial contemporânea é controlada pelo setor financeiro especulativo e pelas grandes empresas de tecnologia. O domínio desses setores e empresas sobre a economia e a produção nas diferentes regiões do globo se mostra como verticalidade, para Santos (2006, p. 109), existem formas distintas de interação entre os diferentes lugares e as pessoas que neles habitam, a partir do que ele denomina de “um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico”.

O primeiro conceito se relaciona a áreas rurais ou urbanas que se especializam, gerando contiguidades funcionais; o segundo refere-se à relação de áreas que se complementam, como por exemplo o rural e o urbano; “finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados”. No primeiro e segundo caso temos o que ele denomina de horizontalidade, exige uma copresença, no terceiro existe o comando, a interferência, mas à distância, ele chama de verticalidade.

Essa verticalidade se mostra na economia nacional e regional, a partir do controle produtivo e comercial, viabilizado pela influência que esses grandes grupos exercem sobre os governos e como consequência sobre as políticas públicas. Com o neoliberalismo e a busca de oportunidades por maiores lucros, os governos passaram a sofrer pressões no sentido de promoverem reformas, privatizações e desregulamentações, como consequência houve uma crescente financeirização da economia e o aumento do endividamento da população e dos estados (Harvey, 1993, 2005).

Esse processo abriu espaço para o crescimento de alguns setores econômicos e para que grandes grupos penetrassem na economia dos estados, regiões e territórios. Como água que corre sobre o solo, buscando o melhor caminho e áreas onde mais facilmente pode se acumular, o capital vai elegendo regiões, lugares, desarticulando territórios, reconfigurando-os sob nova ótica. Atividades que nada lembram as tradicionais de uma região vão se instalando, a partir de oportunidades de demandas do mercado e de parcerias com os estados e instituições de ensino e pesquisa.

Em Crateús, por exemplo, município sertanejo e historicamente sustentando pela agricultura de sequeiro, a pecuária extensiva de caprinos e bovinos e o comércio varejista, hoje existem Instituições de ensino técnico e superior que ofertam cursos na área tecnológica em sintonia com as potencialidades agrárias da região, como é o caso dos cursos: Técnico em Agropecuária e Bacharelado em Zootécnia, ofertados pelo IFCE e o de Engenharia Ambiental e Sanitária pela UFC, mas esta também oferta cursos voltados exclusivamente para área da informática e comunicação, como é o caso de: Ciência da Computação e Sistema de Informação.

Para ilustrar como esses novos setores começam a chegar no interior do país, trazemos o exemplo da empresa Fitbank, instituição paulista que atua na área de gestão de pagamentos e transações financeiras diversas e que tem funcionado em Crateús, captando, a partir do 4º período, estudantes dos dois últimos cursos citados. Atualmente são 180 jovens trabalhando e já projetam nova expansão e demanda por mais profissionais.

O Empresário 1 (2024), durante a entrevista, nos convidou para visitarmos as dependências da empresa, falando com orgulho que:

se você subir aqui, eu vou já lhe levar lá, você não vai dizer que está no Ceará não! Os caras tudo ganha bem, a tecnologia que está sendo produzida está sendo vendida para a Guatemala, para o México e para os Estados Unidos [...] para você ter uma base, hoje 32% de toda a base de transação do pix passa pela base deles.

Realmente o cenário¹⁰ é de amplas salas, com jovens compenetrados diante de 1,2,3 telas com gráficos e códigos, trabalhando em absoluto silêncio. Esse exemplo ilustra como independente das características geoambientais ou historicamente

¹⁰ Filmagens e fotografias não foram permitidas pela administração.

produtivas de uma região, esta pode vir a se tornar interessante para segmentos do circuito superior da economia, a partir da ação de empreendedores, dos estados, dos municípios, das Instituições educacionais e das possibilidades de flexibilização de localização espacial trazidas pelas novas tecnologias. (Santos, 2011).

Analisar a evolução do pensamento sobre o desenvolvimento regional e as estratégias espaciais de como promovê-lo permite perceber que o fator que foi se alterando e forçando a criação de novas teorias foi o nível de interação global e como consequência regional e entre as empresas.

Enquanto as teorias clássicas buscavam explicar a localização das indústrias a partir de escolhas individuais, em função dos custos do transporte das matérias primas ou produtos finais, as teorias com ênfase nos fatores de aglomeração passaram a demonstrar o papel das externalidades, das vantagens da aglomeração, mas com foco nos ganhos produtivos, devido à cadeia de produção que se tornava mais ágil em função da proximidade. (Cavalcante, 2008).

Os novos conceitos ou as novas estratégias contemporâneas de desenvolvimento regional, sob uma perspectiva socioeconômica, a partir do incentivo aos diferentes setores, tipos de indústrias e maior interação entre estas e o território em que se instalam, são de acordo com Amaral Filho (2001, p. 272): “(i) o primeiro é o “distrito industrial”, (ii) o segundo é o “*milieu innovateur*” (ambiente inovador); e (iii) o terceiro é o “cluster”.

São conceitos próximos, com sutis diferenças, mas que buscam pensar a viabilização do desenvolvimento endógeno das regiões em meio ao atual mundo globalizado. O distrito industrial¹¹ é definido por “um grande número de firmas envolvidas em vários estágios, e em várias vias, na produção de um produto homogêneo”.

Tendo como principal característica:

ser concebido como um conjunto econômico e social. Pode-se falar que há nele uma estreita relação entre as diferentes esferas social, política e econômica, com o funcionamento de uma dessas esferas moldado pelo funcionamento e pela organização de outras. O sucesso dos “distritos” repousa não exatamente no econômico, mas sobretudo no social e no institucional (Amaral Filho, 2001, p. 272 - 273).

¹¹ Conceito desenvolvido por Alfred Marshall no século XIX. (Marshall, 1982).

A cooperação econômica e social entre os diferentes agentes e esferas e a prevalência de Pequenas e Médias Empresas - PMEs, funcionando a partir de uma lógica mais horizontalizada, fundamentam os distritos industriais, mas a manutenção regional desse funcionamento exige outros elementos, pois pode ocorrer uma desintegração vertical, a partir da manutenção nas regiões de origem do núcleo estratégico da empresa enquanto a parte operacional de fabricação ou montagem dos produtos podem ser deslocadas para outras regiões. (Amaral Filho, 2001).

Esse movimento de desintegração dos distritos indústrias, a partir do deslocamento da parte operacional para regiões de mão de obra e demais recursos mais baratos, tem como exemplo o que ocorreu na Europa e nos EUA, a partir da década de 1970. Após a estratégia de expandir mercados via intensificação das exportações, os países centrais passaram à segunda estratégia de busca de lucros, a instalação de fábricas em países periféricos, a chegada de grandes montadoras europeias e americanas no Brasil nesse período corrobora com essa ideia.

Para Monié e Holanda (2001), trata-se da reprodução no espaço da lógica produtiva de base taylorista, a divisão de funções e tarefas, antes restrita ao interior das fábricas, se expande para a organização produtiva mundial em que as regiões e países passam a se especializar em etapas da produção ou em produtos muito específicos. Com a ascensão da produção industrial nos países asiáticos, com especial destaque para a China, a concorrência mundial se acirrou.

A busca por lucratividade e por mercado passou a exigir novas estratégias como a terceirização de etapas ou serviços não essenciais à produção, levando a formação de uma rede de empresas entorno ou em função de uma maior. Outro fator essencial é a tecnologia que barateia os custos da produção e viabiliza o crescimento exponencial dos mercados, pela facilidade dos meios de comunicação, de transações bancárias e de transportes.

É o processo que Anderson (2015)¹² nomeia de cauda longa, a possibilidade contemporânea de um vendedor possuir um portfólio extremamente variado, pois o público atendido é gigantesco, logo, os gostos, as preferências são igualmente diversas, não havendo a necessidade da construção de grandes estoques, pois o lucro não vem da venda de grandes quantidades de um único item, mas da pequena

¹² Chris Anderson é um físico e jornalista científico estadunidense que escreve sobre as transformações econômicas, sociais e culturais que a internet e as novas tecnologias têm causado no sistema produtivo mundial. (Anderson, 2015).

quantidade de variados itens.

Na contemporaneidade as empresas para se manterem competitivas têm que se adaptar a essas três necessidades: inovação constante, investimento em tecnologia e flexibilidade da produção em função da diversidade da demanda, guiada por gostos diversos e pela busca da exclusividade no consumo. Está ocorrendo a progressiva superação do mercado de massa e o fortalecimento do de nicho. (Anderson, 2015).

Essa nova dinâmica produtiva pode significar oportunidade para as PMEs, pela sua maior capacidade de adaptação às novas demandas do mercado, e para novos territórios produtivos em regiões historicamente marginalizadas pela dinâmica da industrialização de base fordista.

Assim, enquanto o fordismo era caracterizado por uma relação bastante pobre entre o modo de produção e o espaço, considerado simples suporte de um conjunto de atividades operacionais, as exigências impostas pela produção flexível supõem, ao contrário, uma valorização e uma mobilização permanentes dos recursos territoriais. Passamos, então, da noção de “espaço-lugar” para a noção - mais rica – de “espaço-território”. (Monié; Holanda, 2001, p. 8).

A região tem, portanto, de oferecer atrativos, daí a necessidade de se gerar um “*milieu innovateur*” (ambiente inovador), que seja capaz de gerar cooperação não apenas no funcionamento, mas também na criação e inovação. Para Amaral Filho (2001, p. 272) “O *milieu innovateur* fornece subsídios importantes para que se tente evitar a formação de uma industrialização vazia e de natureza nômade”. A boa qualidade da educação, da pesquisa e da extensão, no sentido da aproximação da universidade com a indústria e demais setores produtivos, se torna elemento fundamental no mercado competitivo atual.

A inovação é guiada ou exigida pela concorrência e por determinantes do mundo exterior, a cooperação interna e a complementariedade são importantes, mas sem inovação a tendência é o deslocamento das fábricas e empresas para outras áreas em busca de mão de obra mais barata, maior tecnologia e vantagens competitivas. A última estratégia, o Cluster, congrega as anteriores: a cooperação produtiva e social dos distritos com a necessidade da transformação destes em ambientes inovadores.

A diferença do Cluster é que não fica restrito às pequenas e médias empresas, mas persegue o fortalecimento de setores industriais da região para, a partir da

consolidação das relações locais entre as empresas, governos, comunidades e instituições de pesquisa, terem força para disputar mercados. A expansão das Universidades Federais, Estaduais e dos Institutos Federais rumo ao interior do País tem o potencial de aproximar essas instituições dos setores produtivos regionais e colaborar com o fortalecimento destes, a depender do caso, impulsionando a formação de Clusters. (Siqueira, 2001).

Uma outra constatação importante das novas pesquisas e teorias em desenvolvimento regional é a de que o planejamento não pode ser imposto de cima para baixo, dos governos para as regiões e territórios, como o baseado nas teorias clássicas e de aglomeração. A busca do desenvolvimento deve priorizar atividades já existentes na região e ter no engajamento social e na participação popular nos projetos premissas básicas, temos a partir dessa perspectiva a valorização de um desenvolvimento de cunho não só econômico, mas também social.

Como ressalta Amartya Sen (2000):

uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do desenvolvimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles “meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”. Pela mesma razão o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (Sen, 2000, p. 28 - 29).

O autor defende que o desenvolvimento envolve outras dimensões que extrapolam a econômica, ele dá importância a esta, mas coloca a liberdade como um elemento essencial para a satisfação social. A liberdade em sua percepção está atrelada à capacidade do indivíduo de viver a vida que valoriza, para tanto é necessário que este tenha condições reais de escolha e ação, que são decorrentes do acesso à educação, à saúde, à liberdade de escolha política e, claro, econômica, e de viver e se manter com dignidade.

O autor cita Aristóteles para reforçar sua ideia de que o acesso à renda, a riqueza, é meio e não fim. Ao defender a inclusão destes outros fatores na equação

do desenvolvimento, fornece aos governos e desenvolvedores de políticas públicas novos parâmetros de análises e objetivos a serem perseguidos que não somente o aumento do PIB, mas como este está sendo distribuído socialmente em função de proporcionar maior liberdade às pessoas para viverem da forma que mais lhes agrada.

No entanto, não são raros os casos em que os governos pensam intervenções e soluções para os territórios sem ouvir quem ali produz, impõe-se projetos exógenos, sem que haja uma preparação prévia do meio e da população para essas mudanças. Em Crateús temos o exemplo da implantação da Brasil Ecodiesel¹³, que funcionou na cidade de 2006 – 2009, encerrando suas atividades em função de ações contra a poluição que estava causando no rio Poti.

E da baixa produção de mamonas na região, apesar de todos os incentivos do governo para que a população passasse a plantar, a produzir, mas não é uma cultura de larga escala na região, os produtores precisavam de mais recursos financeiros, técnicos, e tempo para a adaptação, logo, a produção não foi suficiente e a empresa teve que passar a comprar mamona da Bahia, o que encarecia a produção e inviabilizava o lucro e manutenção da fábrica (Eugênio, 2009).

Esse é um exemplo que comprova que pensar o atual desenvolvimento regional não é apenas instalar grandes fábricas, seguindo o modelo fordista, mas há de se pensar na indústria ou nos serviços a partir do que já é feito na região e associado a isso tem que estar a qualificação da população e o fortalecimento dos produtores locais, a partir de incentivos financeiros, fiscais e de formação e assistência técnica.

Todos os modelos de impulsionamento do desenvolvimento a partir da concentração de investimentos na estrutura e industrialização de uma região, na esperança que esta sirva de propulsora para outras, foram desenvolvidos a partir da realidade europeia e trazidos para os países em desenvolvimento como propostas a serem implementadas sem serem levadas em consideração as particularidades sociais e produtivas desses países.

O discurso de que para se chegar ao desenvolvimento só bastava seguir o exemplo dos países desenvolvidos e a adoção de seus modelos, a partir das teorias clássicas, foi acatado pelos países da periferia do capital e foram formulados projetos

¹³ Trata-se de uma empresa privada, de capital aberto em bolsa, que se destaca como uma das maiores produtoras de biodiesel no Brasil. A empresa foi para Crateús a partir de incentivos do governo federal na época (Informoney, 2011).

no sentido da industrialização a partir de polos que, por sua vez, geraram aglomerações e grandes cidades. Para Santos (2011) esse modelo chegou munido da busca pelo aumento da acumulação e como consequência do fortalecimento do capitalismo. A estratégia era criar meios para a reprodução, em escala global, de sua lógica econômica de produção e acumulação.

A implantação desse sistema se deu a partir do financiamento externo e da tutoria dos países que primeiro o desenvolveram, gerando dependência desde sua origem. A chegada da industrialização desarticulou grande parte do sistema produtivo interno dos países periféricos, gerando dependência produtiva e regional, retirando das pessoas a possibilidade de sobreviverem por outros meios que não como empregados em setores comandados pelo capital.

A pretensão de tornar o desenvolvimento mais uniforme no território, a partir da estratégia de criação de polos, foi associada à teoria dos lugares centrais na busca da geração de uma cadeia virtuosa de enriquecimento que se estenderia dos grandes centros a esses novos polos. Mas, de acordo com Santos (2011, p. 24), esse objetivo foi frustrado, pois:

A experiência mostrou que não ocorre tal filtragem descendente, mas, pelo contrário, os investimentos em centros secundários voltam em volume maior para o centro principal. [...] Sob o disfarce de promotoras do crescimento, elas não têm outra função além de coletar o excedente e enviá-lo para cidades maiores e para o estrangeiro.

Pela tese defendida por Santos (2011), a elaboração do planejamento das ações dos governos, de intervenções espaciais na direção da criação de polos industriais nos países da periferia do capital, foi orquestrada pelo próprio capital para que sua reprodução fosse garantida e ampliada. Nesse processo, os estados nacionais tiveram papel fundamental enquanto planejadores e executores, através do direcionamento da poupança local ou de valores provenientes da emissão de dívidas para obras de infraestrutura que não serviam diretamente aos interesses da população, mas os das grandes corporações que nesses países viam se instalar.

Superado o breve retrospecto sobre as teorias do desenvolvimento regional, as estratégias espaciais de como promovê-lo e as críticas a forma como foram implementadas nos países periféricos, no próximo tópico nos deteremos em como ao longo do tempo foi pensado o desenvolvimento regional do Brasil e em especial o do

Nordeste. O propósito ao fim do capítulo é verificar como as políticas públicas¹⁴ que visavam corroborar para esse desenvolvimento chegaram no Brasil, no Nordeste, no Ceará e em Crateús, culminando, na contemporaneidade, na expansão da educação superior e técnica e sua chegada no município e como tem se relacionado com o setor produtivo regional e com as demais demandas sociais.

2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: DOS DETERMINANTES FÍSICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS AOS PROJETOS GOVERNAMENTAIS

O Brasil é um país de grande extensão territorial e de significativas diferenças geoambientais, contêm grande variedade de climas, solos, vegetações e fauna. Mas se sobrepondo às diversidades naturais estão as socioeconômicas que se mostram entre as diferentes classes sociais¹⁵ e regiões do País, estas últimas facilmente comprovadas a partir da análise do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH¹⁶ dos estados. A Tabela 3 expõe a sequência dos estados do maior ao menor IDH e a região da qual fazem parte, e o

Mapa 1 traz a representação gráfica.

Tabela 3 - Ranking dos Estados por IDH em 2022

Territorialidade	IDH	Posição	Região
Distrito Federal	0,824	1º	Centro Oeste
São Paulo	0,783	2º	Sudeste
Santa Catarina	0,774	3º	Sul
Rio de Janeiro	0,761	4º	Sudeste
Paraná	0,749	5º	Sul
Rio Grande do Sul	0,746	6º	Sul
Espírito Santo	0,740	7º	Sudeste
Goiás	0,735	8º	Centro Oeste
Minas Gerais	0,731	9º	Sudeste

¹⁴ Para Souza (2006, p. 26), pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

¹⁵ De acordo com relatório da ONU, publicado pela Fiocruz (2019), o Brasil ocupa a 2ª posição no ranking das maiores concentrações de renda do mundo, ficando atrás apenas do Catar. Os 1% mais ricos concentram 28,3%, ou quase 1/3 da renda total do país (29% no Catar).

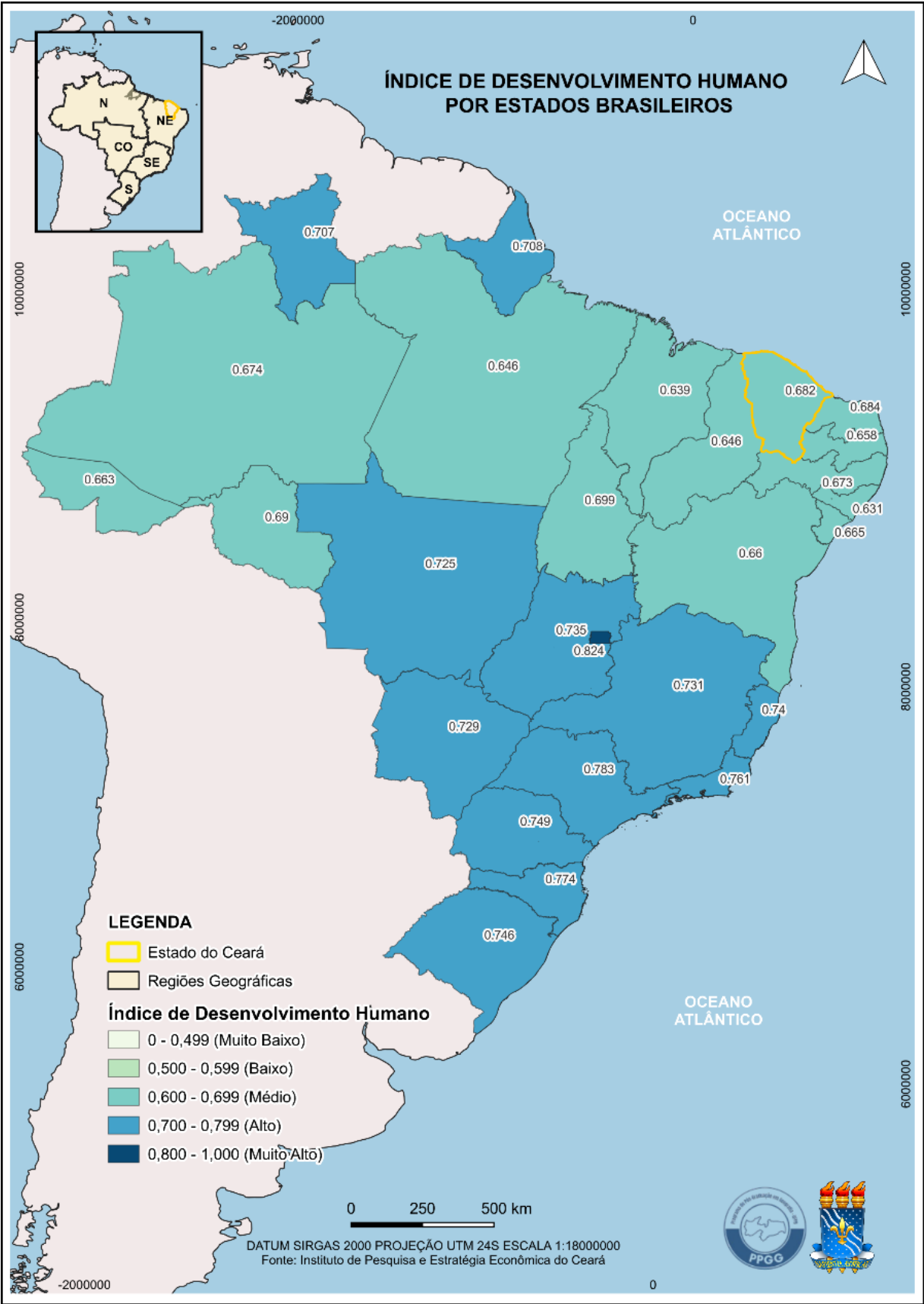
¹⁶ O IDH é determinado a partir de indicadores de: renda, educação e longevidade. (IBGE, 2022b).

Mato Grosso do Sul	0,729	10º	Centro Oeste
Mato Grosso	0,725	11º	Centro Oeste
Amapá	0,708	12º	Norte
Roraima	0,707	13º	Norte
Tocantins	0,699	14º	Norte
Rondônia	0,690	15º	Norte
Rio Grande do Norte	0,684	16º	Nordeste
Ceará	0,682	17º	Nordeste
Amazonas	0,674	18º	Norte
Pernambuco	0,673	19º	Nordeste
Sergipe	0,665	20º	Nordeste
Acre	0,663	21º	Norte
Bahia	0,660	22º	Nordeste
Paraíba	0,658	23º	Nordeste
Piauí	0,646	24º	Nordeste
Pará	0,646	24º	Nordeste
Maranhão	0,639	26º	Nordeste
Alagoas	0,631	27º	Nordeste

Fonte: IBGE (2022)

O Distrito Federal, localizado na região Centro Oeste, tem a excepcionalidade de ser a capital do Brasil, recebendo investimentos elevados, por isso o seu bom desempenho. Do 2º (São Paulo) até o 7º colocado (Espírito Santo), todos, são estados do Sul ou Sudeste. Do 8º (Goiás) ao 11º (Mato Grosso) prevalece estados do Centro Oeste, com exceção de Minas Gerais em 9º que pertence ao Sudeste, e do 12º (Amapá) ao 27º (Alagoas) aparecem os estados do Norte e Nordeste, sendo que os 6 últimos colocados são do Nordeste.

Mapa 1- Índice de desenvolvimento humano por estados brasileiros



Essas diferenças não são, essencialmente, impostas ou resultantes das características físicas desses estados, mesmo porque tomando apenas o Nordeste como referência, na região coexistem quatro biomas¹⁷ e três climas¹⁸ distintos, o que prova a diversidade e a potencialidade geoambiental dessa região. As disparidades socioeconômicas são resultantes da forma de ocupação e exploração econômica das potencialidades dessas diferentes regiões do País. (Conti, 2019).

O Brasil, pelo que demonstra sua atual desigualdade regional e social, sempre padeceu de um projeto que pensasse a cooperação regional em função de seu desenvolvimento endógeno ou interno. A infraestrutura e os projetos sempre foram pensados a partir dos interesses dos grandes proprietários e produtores que ao longo do tempo exerceram grande domínio sobre a economia e as decisões políticas nacionais e, como consequência, estas privilegiavam a região que no momento da industrialização era a que mais rendia “frutos” para a exportação.

A região Sudeste, em especial São Paulo, foi beneficiada com políticas de investimento no período do café que a muniram de objetos técnicos e a colocaram na vanguarda da industrialização brasileira, a partir de 1930 com o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945); (1950 -1954). (Santos, 2001b).

Para Oliveira (1977), no período dos governos denominados populistas, que se inicia com Getúlio Vargas (1930 – 1945; 1951 – 1954) e vai até João Goulart (1961-1964) com o golpe militar, o declínio das exportações de café, em função da primeira guerra mundial, e da crise de 1929¹⁹ e depois da segunda guerra mundial, levou a elite brasileira a buscar meios de manter a acumulação capitalista, o caminho escolhido foi a industrialização sobre a qual se alinhou o tripé: estado, elite nacional e capital estrangeiro.

¹⁷ Caatinga (maior parte); Cerrado (Oeste da Bahia, Piauí e Leste do Maranhão); Mata Atlântica (do litoral da Bahia até o Rio Grande do Norte) e Floresta Amazônica (Oeste do Maranhão). (Conti, 2019).

¹⁸ Climas: Tropical (prevalecente sobre toda a região, inclusive o litoral); Semiárido (mais concentrado na parte central) e Equatorial úmido (Oeste do Maranhão). (Conti, 2019).

¹⁹ A crise de 1929 e a recessão nos anos seguintes são fruto de alguns fatores: produção industrial aquecida nos Estados Unidos e recuperação produtiva dos países envolvidos na primeira guerra mundial, o que acirrou a disputa pelo mercado consumidor; venda de ações sem a devida regulação e desregulação estatal do setor financeiro, dentre outros. Todo esse conjunto de fatores levou ao crash na Bolsa de Valores de Wall Street no dia 24 de outubro de 1929, desencadeando uma crise mundial. Mais informações sobre o tema, consultar o trabalho: A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA, do Economista: Luiz Carlos Delorme Prado. (Prado, 2012).

Então o projeto de industrialização longe de ter sido motivado e desenhado, em sua essência, pela busca de um país regionalmente mais igualitário e mais equilibrado economicamente, foi desenvolvido e motivado por uma pequena elite que em apuros pelas crises do café buscavam, através da ajuda do Estado e do financiamento público, meios de continuar acumulando. (Oliveira, 2011).

O governo de Getúlio foi o que passou a planejar e a instrumentalizar o estado brasileiro para esse novo momento, criando a indústria de base brasileira: Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (ambas em 1942) e Petrobrás (1954). Também é deste momento importantes reformas sociais como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e a implementação do salário-mínimo, ou seja, o País de fato estava em um movimento que apontava para a superação de uma condição de apenas agroexportador para produtor de produtos manufaturados (Saviani Filho, 2013).

Vale ressaltar que a visão de que o subdesenvolvimento do País era resultado apenas da não industrialização, sem uma reflexão mais profunda sobre as peculiaridades e necessidades de um país tão grande e múltiplo como o Brasil, foi alvo de críticas, até o que parecia à primeira vista ser algo incontestavelmente positivo, como a fixação de um salário mínimo, no caso brasileiro, serviu, segundo Oliveira (1977), para o arrefecimento das disputas por salários melhores por parte de profissionais mais qualificados, nivelando todos por baixo.

O que Oliveira (2011, 1977) ressalta é que o acordo da elite e do governo de Getúlio Vargas e dos que se seguiram entorno da viabilização da Indústria não respeitou, na mesma proporção, as outras regiões e setores da economia, ou seja, o setor da agricultura familiar e o de serviços não recebeu a mesma atenção e modernização, perecendo de investimento em infraestrutura e mudanças na legislação, como por exemplo na aplicação de leis trabalhistas ou previdenciárias²⁰ além de reformas estruturais mais profundas como a agrária, que revolucionaria o campo brasileiro e traria desenvolvimento para todas as regiões.

Celso Furtado (2007) ressalta que do contexto da crise de 1929 até o fim da década de 1930/40, que envolve a 2ª guerra mundial, as medidas do governo foram

²⁰ Ermínia Maricato (2003) demonstra como o sonho desse migrante de encontrar na cidade uma melhor condição de vida foi, frequentemente, frustrado, devido a ação dos agentes modeladores do espaço: Estado e especuladores, que através da legislação e privatização do solo empurraram essa população para áreas periféricas.

no sentido de cuidar do setor cafeeiro, que contava com grandes estoques sem uma demanda equivalente no mercado internacional, o que sem a proteção do governo inviabilizaria o lucro pelo baixo valor das exportações, logo, o governo passou a financiar os estoques a partir de empréstimos internacionais e, em posterior momento, acesso à crédito interno.

Com a injeção desses valores na economia ocorreu a natural desvalorização da moeda local, o que beneficiava os exportadores de café, mas restringia as importações, esse movimento do câmbio formou ou abriu espaço para uma política de substituição de importação, então parte do dinheiro antes destinado à produção do café passou a ser direcionado para o setor industrial. O governo passou, a partir da política cambial de desvalorização da moeda, a proteger esses dois setores. (Furtado, 2007).

O que se observa é o direcionamento da atenção prioritária para duas atividades, a exportadora cafeeira e a industrial, mas não por coincidência os recursos e os agentes que atuavam sobre uma são os mesmos que com o tempo passarão a atuar sobre a outra e isso assentado em uma mesma região e com o auxílio do Estado, o resultado desse processo foi a estruturação da região Sudeste, acentuando mais ainda as disparidades econômicas setoriais e regionais.

Furtado (2007, p. 329) relata que:

Se, pela metade do século, a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre distintas regiões, por outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente. À medida que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda. [...] O censo de 1920 já indica que 29,1% dos operários industriais estavam concentrados no estado de São Paulo. Em 1940 essa porcentagem havia subido para 34,9%, e em 1950 para 38,6%. A participação do Nordeste (incluída a Bahia) se reduz de 27% em 1920 para 17,7% em 1940 e 17% em 1950. Os dados da renda nacional parecem indicar que esse processo de concentração se intensificou no pós-guerra. Com efeito, a participação de São Paulo no produto industrial passou de 39,6% para 45,3% entre 1948 e 1955. Durante o mesmo período a participação do Nordeste (incluída a Bahia) desceu de 16,3% para 9,6%. A consequência tem sido uma disparidade crescente nos níveis de renda per capita. Em 1955, São Paulo, com uma população de 10,33 milhões de habitantes desfrutou de um produto 2,3 vezes maior que o do Nordeste, cuja população no mesmo ano alcançou 20,1 milhões de habitantes. A renda per capita na região paulista era, por conseguinte, 4,7 vezes mais alta que a da região nordestina.

Quando Oliveira (2011) faz sua crítica à razão dualista, na verdade, denuncia a falsa dualidade entre esse mecanismo que permitiu a formação de uma burguesia

industrial no Sudeste e a falta de investimento em outros setores e regiões, para ele o que de fato existiu foi uma complementaridade, uma subordinação, de toda uma dinâmica econômica do País e de suas regiões a um projeto de industrialização guiado pelo estado em função de uma elite e de uma região.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), em um contexto de pensamento predominantemente Keynesiano²¹, foi elaborado o audacioso Plano de Metas – PM (1957 – 1961), que trazia o *slogan*: 50 anos em 5! E 30 metas alocadas em 5 setores: energia, indústria, transporte, alimentação e educação, além da busca pela integração do País, tendo como símbolo maior a construção de Brasília. Juscelino, a partir de viagens aos EUA e Canadá, se convenceu de que o caminho para o desenvolvimento do País estava em insistir na Indústria.

A comprovação dessa prioridade se mostrava nas porcentagens dos investimentos governamentais destinados a cada um desses setores na época, como demonstra Souza e Medeiros Neta (2022, p. 51): “[...] Energia: 43%; Transporte: 29,6%; Indústria de base: 20,4%; Alimentação: 3,2% e Educação: 3,4%”. A falta de prioridade à Educação, demonstrada pela ínfima porcentagem destinada a esta quando comparada aos outros setores, é criticada pelas autoras.

Juscelino governou no contexto da Guerra Fria (1947 – 1991) e aproveitando - se disso estabeleceu parcerias com os EUA e a Europa para modernizar a infraestrutura e a indústria nacional, abriu espaço para a instalação de grandes montadoras estrangeiras de veículos no Brasil (Volkswagen, Ford, GM) e movimentou todos os setores da economia nacional a partir da construção de Brasília.

No que se refere à formação da população, algo se mostrava urgente, a qualificação desta para atuar nas indústrias, logo, foram estabelecidas parcerias com outros países com esse intuito, como por exemplo: Brasil – EUA, que através da Comissão Brasileira - Americana de Ensino Industrial – CBA ²², conseguiu investimentos para algumas instituições e treinamento para os professores.

Atuava na área da qualificação técnica, além de instituições públicas como as próprias Escolas Técnicas Federais, outras resultantes de parcerias público –

²¹ John Maynard Keynes (1883–1946) foi um economista inglês que escreveu o livro: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" em 1936. No qual defendia que em momentos de crise cabia ao estado atuar regulando o mercado e investindo, perseguindo sempre o pleno emprego. (Keynes, 1936)

²² Mais informações consultar o trabalho: O Governo Juscelino Kubitschek e a Educação (1956 -1961) de Souza e Medeiros Neta (2022).

privadas, criadas ainda sob o governo de Getúlio Vargas, como o: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (1946). (Brasil, 1942; 1946).

Nesse contexto, de maior integração do País e priorização do desenvolvimento a partir da indústria e de financiamentos internacionais, o Nordeste se tornou pauta por meio das ideias desenvolvidas na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL, sob a liderança dos Economistas: Raul Prebisch²³ e Celso Furtado²⁴.

Foi criada em 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que tinha como propósito desenvolver a região, diminuindo a diferença entre esta e outras do país, para isso foram liberados recursos para obras de infraestrutura e traçados planos para a atração de indústrias e empresas, a partir de incentivos fiscais. (Siqueira, 2001); (Cepeda, 2004).

Tânia Bacelar, em entrevista concedida a Sousa e Azevedo (2020), fala do projeto defendido por Celso Furtado para o Nordeste, ressalta a sua luta pela mudança da visão até então cultivada pela elite, pelas oligarquias nordestinas, de que a seca era a causa do atraso da região, mostrando que o fator determinante não era físico, mas a estrutura social. Lembra as fortes críticas que ele fazia à apropriação do Departamento Nacional de Obras Contra à Seca - DNOCS por estas mesmas oligarquias, denunciando a construção de barragens dentro de propriedades privadas.

Celso Furtado defendia a Industrialização a partir de uma política de infraestrutura e incentivos fiscais que privilegiasse, em especial, o empresariado nacional, pois era contra a política de implantação de multinacionais. A sua defesa da atuação do estado como planejador e incentivador da indústria era no sentido de

²³ Raul Prebisch era argentino, foi secretário executivo da CEPAL e importante figura na conformação do pensamento estruturalista da América Latina. Como intelectual desenvolveu a teoria do centro-periferia, demonstrando que o mundo na ocasião estava dividido entre países periféricos, fornecedores de matéria prima, e centrais, industrializados. Para romper com a dependência tinha como proposta o programa de substituição de importação. (Cepeda, 2004).

²⁴ Celso Furtado foi um importante economista brasileiro que esteve à frente do projeto e implementação da Superintendência de Desen. do Nordeste – SUDENE. Em 1964 teve seus direitos políticos cassados por dez anos, pelo Ato Institucional nº 1, sendo exilado. Foi pesquisador e professor em vários países: Chile, França, EUA, retornando ao Brasil após a anistia em 1979. Participou do Plano de Ação do Governo Tancredo em 1985 e foi Ministro da cultura de José Sarney de: 1986 a 1988. Como intelectual defendia que o subdesenvolvimento não era apenas uma etapa para o desenvolvimento, mas um modelo específico com origens estruturais e históricas. Defendia a atuação do Estado como o agente capaz de promover o desenvolvimento. Maiores informações sobre o pensamento econômico e político de Celso Furtado, consultar: O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia, da autora: Vera Alves Cepeda, (Cepeda, 2004).

promover o desenvolvimento que abarcasse a todos, defendia um estado que não fosse instrumentalizado pelas elites.

Via, inicialmente, na indústria o caminho mais rápido para o desenvolvimento e foi por isso acusado por alguns de se alinhar aos interesses da burguesia, mas de acordo com Cepeda (2004, p.18):

para desgosto dos que afirmam a filiação de Furtado aos interesses da burguesia industrial, a distribuição de renda é defendida [por seu pensamento e obra] como princípio fundamental do equilíbrio dinâmico do capitalismo, colocando ênfase não na acumulação, mas na distribuição de riquezas.

Não apenas Celso Furtado, mas todos os intelectuais que atuavam na CEPAL eram críticos da divisão internacional do trabalho e das relações econômicas que os países centrais desenvolviam com a América Latina, Raúl Prebisch foi o primeiro a desenvolver uma teoria sobre a relação econômica deletéria entre os países centrais e os sul-americanos, expondo a deterioração dos termos de troca entre estes. Para o autor, a então organização econômica, os países centrais fornecendo produtos manufaturados e os periféricos produtos in natura, não gerava convergência dos níveis de renda, mas agravava desigualdades.

Existia,

portanto, um desequilíbrio patente e, seja qual for sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (Prebisch, 1962, p.72).

Além das contribuições de Celso Furtado (brasileiro), que demonstrou que os desafios do Brasil vinham de sua histórica estrutura desigual, e de Raúl Prebisch (argentino), denunciando o desequilíbrio das trocas comerciais entre países ricos e pobres, outros intelectuais da CEPAL também formularam importantes reflexões sobre as relações econômicas da América Latina com o restante do mundo, Aníbal Pinto (chileno), explorou a coexistência de setores atrasados e outros extremamente modernos na América Latina, como decorrência da eleição de territórios privilegiados para receberem investimentos estrangeiros, gerando disparidade regional. (Pinto, 1970).

Oswaldo Sunkel (1972), (chileno), por sua vez, era crítico ferrenho da penetração de capital estrangeiro nas economias da América Latina. Para ele a

implantação de multinacionais era um vetor de desorganização da produção local e impulsionador de maior dependência econômica. Como visto, as contribuições destes intelectuais foram no sentido de denunciar a deterioração dos termos de troca e alertar para a necessidade da América Latina se industrializar, mas prezando pelo fortalecimento da indústria e do empresariado local.

Mas mesmo com todo o esforço intelectual para demonstrar o caminho a ser seguido, o governo brasileiro enveredou pelo trilha da permissão da implantação de grandes multinacionais no Brasil. Um exemplo é a chegada de grandes montadoras de veículos, ou seja, a montagem se dava em território nacional, mas a criação intelectual, o setor decisório central, a produção das peças, ficavam concentrados nos países de origem, além do envio para estes da maior parte dos lucros.

Esse modelo não permitia a efetiva transferência de tecnologia e não dava espaço para a indústria nacional competir. O governo de Juscelino foi um dos grandes responsáveis por essa abertura. Munhoz (1997) ressalta que a estratégia do governo foi a desvalorização da moeda nacional, para atrair investimentos estrangeiros, e a tomada de empréstimos internacionais para infraestrutura o País, pois o cenário mundial era favorável à entrada desses recursos.

Da segunda guerra mundial até 1970, Oliveira (2019, p. 292) ressalta que houve uma grande injeção de investimentos em países subdesenvolvidos, dinheiro resultante:

[...] da folgada situação financeira em que se encontrava os EUA em função da grande acumulação de divisas em ouro (liquidez) resultante do pesado financiamento da guerra e das restrições ao consumo durante a guerra; e do incremento da demanda fortemente contida no decurso das hostilidades por efeito dessas restrições. O segundo originou-se do impulso contínuo que os negócios tiveram provocado pela reconstrução da Europa e pela reorganização da vida econômica do velho continente. [...] Em meados de 1979, apenas os bancos americanos haviam feito empréstimos no valor de 54,5 bilhões de dólares aos países em desenvolvimento carentes de petróleo. Dez países deviam a bancos norte-americanos mais de 1 bilhão cada um: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Formosa, Coréia do Sul, Peru, Tailândia, México, Filipinas.

Mas como lembra o economista Bresser-Pereira (2007, 2018), é sempre um risco se financiar com poupança externa, pois o devedor fica excessivamente vulnerável às oscilações econômicas e políticas do cenário internacional, e foi exatamente o que ocorreu com o Brasil e outros países que financiaram sua transição de agrários para industriais nesse período. Ao fim do governo de Juscelino foi eleito

para presidente Jânio Quadros que buscou implementar medidas de austeridade econômica, buscando conter os gastos públicos e a inflação.

Mas renunciou em 26 de agosto de 1961, levando o país a uma crise política, pois, em um contexto de Guerra Fria, o seu vice, João Goulart (1961 – 1964), era visto com grande desconfiança pelos militares brasileiros por defender pautas como: a reforma agrária, tributária (queria taxar mais fortemente os ricos), educacional, urbana, logo, teve dificuldade de assumir, tendo sido estabelecido, como condição para a sua posse, o sistema parlamentarista, que vigorou de: 1961 e 1963.

Somou-se ao contexto político mundial não favorável, a situação econômica do país que enfrentava baixo crescimento e alta da inflação. O governo de João Goulart sofreu um golpe militar em 31 de março de 1964, passando o Brasil a ficar sob o comando de militares até 1985. No campo econômico os militares focaram na infraestrutura e integração do território e no fortalecimento da indústria, pois o café ainda representava 69% das exportações em 1956 e 56% em 1960. O principal intuito era expandir a produção industrial para o mercado exterior.

O diplomata e economista Paulo Roberto de Almeida (2007) ressalta que o mundo vivenciou três décadas de crescimento econômico, que foram as que coincidiram com a recuperação dos países europeus no pós segunda guerra, gerando fluxo de investimentos e liberdade de transações asseguradas pelo: General Agreement on Tariffs and Trade – GATT (1947), que buscava fortalecer o comércio mundial diminuindo as barreiras tarifárias.

Esse contexto de reestruturação dos países europeus associado aos investimentos que o País vinha fazendo em infraestrutura e indústria levou-o a vivenciar o chamado “Milagre Brasileiro” (1969 – 1973) no qual foram registrados crescimentos de 10%, em média, ao ano. Os investimentos estrangeiros no País saíram da casa de US\$ 127 milhões em 1968 para US\$ 525 milhões entre: 1969 e 1973.

Mas o crescimento era viabilizado, como os números acima expressam, por capital estrangeiro e, como já ressaltado, em um contexto de financiamento com poupança estrangeira, a estabilidade econômica externa é fundamental e essa foi abalada por duas crises do petróleo na década de 1970.

A primeira ocasionada pela Guerra do Yom Kippu, em 1973, entre uma coalizão de países árabes liderados por Egito e Síria, que tinham o apoio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, e Israel, que contava com o apoio dos EUA

e países da Europa. O embate fez com que os países da OPEP restringissem a oferta de petróleo, causando a alta do preço do barril no mercado internacional e como consequência o aumento da inflação pelo poder que os combustíveis possuem na exequibilidade dos fluxos na economia mundial. (Lemos; Pacheco, 2017).

O Brasil não era autossuficiente em petróleo, importava cerca de 80% do que consumia, em um contexto de investimentos, teve que recorrer à empréstimos internacionais para manter sua produção e crescimento, como consequência viu o preço de suas importações superarem os das exportações, levando a “quadruplicação da dívida entre 1966 – US\$ 3,66 bilhões, incluindo reservas de 412 milhões – e 1973, quando a dívida bruta alcançou US\$ 12,57 bilhões”. (Almeida, 2007, p.72).

A outra crise do petróleo²⁵, que obviamente envolveu os Países da OPEP, ocorreu em 1979, tratou-se da revolução Iraniana e a ascensão do Aiatolá Khomeini ao poder, resultando em medidas que restringiram a venda de petróleo para os EUA e a Europa. O governo americano diante da escassez do fornecimento de petróleo ficou receoso quanto ao impacto que esta poderia causar na inflação interna do país e para tentar contê-la aumentou a taxa de juros, fazendo com que a dívida do estado brasileiro e a comercial, que eram atreladas ao dólar, explodissem.

Almeida (2007, p.76) lembra que em 1974 as importações superaram as exportações em: US\$ 4,7 bilhões, causando déficit na balança de pagamentos. Ressalta ainda que a dívida externa total passou de US\$ 21.171 bilhões, em 1975, para US\$ 43.510 bilhões, em 1978, e US\$ 49.904 bilhões, no final de 1979. Não bastando o câmbio desvalorizado, o País tinha que lidar com os juros altos que inviabilizavam o pagamento da dívida, pois as taxas de retorno dos investimentos não cobriam os gastos ou exigiam um tempo maior para se apresentarem.

Essa citação de Gomes (2020, p. 42 - 43) corrobora com as informações acima:

A vulnerabilidade externa da política de desenvolvimento do regime militar cobrou seu preço a partir do meio dos anos 1970. Depois de décadas de crédito barato para os países subdesenvolvidos, vieram as duas crises do

²⁵ Crise ocasionada pela revolução iraniana que destituiu o Xá Reza Pahlevi (1941-1979) do poder. O xá tinha retomado o controle sobre o País através da ajuda do governo americano, sendo um importante aliado deste no Oriente Médio. O Aiatolá Khomeini toma o poder em 1979, a partir de uma revolução social desencadeada pelas fortes crises econômicas e o uso do petróleo para outros fins que não o de servir ao País. A revolução e a postura do novo governo restringiram a oferta de Petróleo, elevando os preços, o que levou ao aumento dos juros nos EUA, para conter a inflação, impactando a economia brasileira devido aos seus empréstimos anexados ao dólar. (Lemos; Pacheco, 2017).

petróleo (1973 – 74 e 1979 – 80), causadas pela instabilidade política entre os países da Opep. Em 1979, sob o comando do então presidente do Fed, Paul Volcker, os EUA promoveram um brutal choque de juros, supostamente para controlar a inflação interna causada pela alta dos preços dos derivados. Isso levou o custo de nossa dívida da casa de um dígito para mais de 12% em 1979 e logo para mais de 20% em 1980.

Esse era o cenário nacional até o final da década de 1970, todos os governos, desde Getúlio Vargas, assumiram a missão de promover o desenvolvimento nacional a partir da infraestruturação do território e do incentivo à indústria, especialmente o de Juscelino Kubitschek, a partir do contexto da guerra fria, do acordo internacional de flexibilização das tarifas alfandegárias (GATT), da construção de Brasília e do restabelecimento e fortalecimento das transações econômicas mundiais a partir do fim da segunda guerra e a reestruturação dos países europeus.

As crises econômicas no Brasil sempre estiveram atreladas a fatores como: a baixa do preço das commodities nacionais no mercado externo, a dependência energética, o endividamento externo e como consequência a fragilidade diante das flutuações dos juros no mercado externo e a alta inflação no mercado interno. A adesão do país ao modelo de desenvolvimento a partir da industrialização e guiado pelo planejamento externo intensificaram a dependência e a fragilidade da economia brasileira. (Santos, 2011).

O conjunto de formas que aqui se instalaram o fizeram a partir de uma seletividade que privilegiou regiões e setores em detrimento de outros. No campo desarticulou o antigo sistema produtivo, reforçando a lógica da especialização produtiva, da financeirização e concentração da produção na mão de poucos agentes, instaurou a mecanização e como consequência veio o declínio da demanda de mão de obra que passou a ser assalariada.

Quanto ao urbano as cidades escolhidas inicialmente foram as do Sul e Sudeste e diante das transformações no campo e das limitadas alternativas à população do Norte e Nordeste, houve grande fluxo migratório destas regiões em direção às primeiras, fazendo com que a população urbana pela primeira vez na história superasse a do campo, chegando a 56% em 1970 e, desde então, só aumentasse, ocasionando crises sociais. (Santos, 1993).

Quando se pensa no desenvolvimento a partir da produção agrícola, da pecuária, sabe-se que a solução da desigualdade se daria pela melhor divisão da terra e de seus recursos, pois a gama de sujeitos que uma vez tendo acesso a esta poderia fazê-la produzir é quase universal, mas o mesmo processo não ocorre pela via da

indústria, pelo menos não no sistema capitalista, pois é gerida por poucos agentes, restando aos demais a empregabilidade na própria indústria ou no setor de serviços, mas a possibilidade de domínio sobre a produção ou sobre a gerência dos recursos se perde por completo.

A indústria tardiamente implantada nos países periféricos modificou as relações de produção e de trabalho, mas não foi capaz assegurar a melhor divisão de recursos e nem o acesso a empregos, diante disso formou-se ou se tornaram mais nítidas as distinções entre os circuitos superior e inferior da economia. A impressão ao se visitar uma grande cidade do Brasil é a da existência de duas realidades que se tocam, mas não se misturam e esse é o saldo dos modelos de industrialização e modernização implementados no País.

Mas e quanto a atuação dos governos no sentido de modernizarem o sistema produtivo do Nordeste e do Ceará, a partir do resultado do trabalho da SUDENE e de outros projetos governamentais? Quais foram as ações implementadas e que efeitos práticos surtiram para a economia regional e estadual e para a vida da população? De que forma o município de Crateús e sua região foram afetados por essas políticas? No próximo tópico estas questões servirão de guia rumo a melhor compressão de nosso objeto de estudo.

2.2 NORDESTE, CEARÁ E CRATEÚS NO CONTEXTO DOS PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DO PAÍS

Manuel Correia de Andrade (1970, p. 97; 99) lembra que até a primeira Guerra Mundial os polos regionais de produção do Brasil dialogavam muito mais com a Europa do que entre si, toda a estrutura de estradas e ferrovias desaguava nos portos, a rede bancária era dominada por bancos ingleses que detinham “30% dos depósitos de todos os bancos do Brasil e controlavam 57% dos depósitos de todos os bancos estrangeiros que operavam no país”. Somente a partir das duas grandes guerras mundiais e sobretudo da segunda, com a política de substituição de importação, é que a região Sudeste e, em especial, São Paulo começaram a se destacar como o grande polo industrial do País.

Para o autor corroboraram para isso fatores naturais, estruturais e econômicos. Entre os naturais ressalta “as reservas de ferro e manganês existentes em Minas Gerais e a facilidade de instalação de usinas hidrelétricas iniciadas em 1889 por

Bernardo Mascarenhas em Juiz de Fora e continuadas pela Light and Power no rio Tietê em 1907”. As econômicas foram: a elevação das taxas alfandegárias e as garantias e vantagens oferecidas ao capital estrangeiro. Os estruturais se referem aos fixos resultantes do período cafeeiro e a presença de mão de obra barata, tudo isso fez com que entre: 1951 e 1960 grande volume de investimentos estrangeiros fossem aplicados no Brasil.

Mas lembra o autor: “não eram capitais que vinham para aqui se fixar, mas subsidiárias de grandes companhias estrangeiras que aqui se estabeleciam fugindo aos elevados impostos aduaneiros e beneficiando-se da mão de obra e matérias-primas locais”. Desde a década de 1940:

a região Sudeste passou a ampliar a intensidade de sua força centrípeta e a satelitizar as demais regiões brasileiras através da criação de uma rede rodoviária e de transportes aéreos que a liga aos vários pontos do país através da expansão da rede bancária, da atração exercida pelo seu mercado consumidor etc. (Andrade, 1970, p.100)

Estabeleceu-se uma rede de diversos fluxos em direção à região Sudeste, e as ligações das demais regiões, que eram majoritariamente com o exterior, passaram a se interiorizar em direção a esta. A concentração de investimentos em uma região e em um setor, na época, tão inovador e reestruturador de relações como o industrial, gerou migração e crescimento desordenado das cidades que compunham esses polos industriais. Nesse contexto, as demais regiões necessitavam se inserir nessa nova dinâmica produtiva, numa função que extrapolasse a de fornecedoras de matéria prima e mão de obra, logo, estratégias foram traçadas com esse objetivo.

No que se refere às intervenções governamentais no Nordeste, o Professor Gil Célio de Castro Cardoso (2008, p.126)²⁶ ressalta que estas se deram a partir do diagnóstico que apontou dois grandes problemas: a seca e a falta de infraestrutura econômica. A partir dessa conclusão,

a intervenção estatal no Nordeste ao longo da história esteve focada na resolução desses problemas específicos, que os historiadores definem como

²⁶ O Professor Dr. Gil Célio de Castro Cardoso é economista de formação com Mestrado em educação popular pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Doutorado em Ciências Sociais (Desenvolvimento Regional) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005) e em Economia (Economia e Empresa) pela Universidad Autónoma de Madrid (2020). Atualmente é professor da Universidade de Brasília - UNB, mas está atuando na Universidade Federal do Ceará – UFC. (Cardoso, 2008).

concepção hidráulica e econômica de intervenção. A criação de algumas instituições como o IFOCS/DNOCS e CHESF é considerada um marco da primeira concepção, assim como o Banco do Nordeste e a SUDENE o são da segunda. Portanto, as intervenções governamentais no Nordeste podem ser divididas em duas grandes fases: a primeira, que foi de aproximadamente 1877 a 1950, tratava a problemática nordestina com um enfoque estritamente subordinado ao combate às secas, que os historiadores chamam de “Fase Hidráulica”; e a Segunda, iniciada a partir da década de 1950, denominada de “Fase Econômica”, pregava a minimização dos problemas regionais através da reorganização e reorientação da economia regional. (Cardoso, 2008, p.126 – grifo nosso).

O primeiro órgão criado para tratar da questão da seca na região foi a: Inspetoria de Obras Contra à Seca – IOCS, em 1909, passando a se chamar: Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, em 1919, e depois Departamento de Obras Contra a Seca – DNOCS, em 1945. A ideia era criar meios de manutenção da população no Sertão e para isso as principais estratégias foram a política de criação de açudes, barragens, incentivos à agricultura irrigada e a construção de vias de acesso como ferrovias e rodovias. (Maranhão, 1982).

O que a bibliografia demonstra é que o órgão teve sua atuação expandida ou retraída ao longo do tempo em função dos recursos destinados a este. Cardoso (2008) escreve que durante o governo do Presidente Epitácio Pessoa (1919 – 1922) foi estabelecido que 2% da arrecadação anual da União seria destinado a esse propósito, mas com a eleição de Artur Bernardes (1922 – 1926) o fundo foi extinto em 1923 sob a alegação de dificuldades com as contas públicas.

Entre os anos de 1930 e 1932 o Governo de Getúlio Vargas determinou que 10% da arrecadação anual seria destinado para obras do IFOCS, devido à seca vivenciada naquele período, na Constituição Federal de 1934 o valor ficou estabelecido em 4%, mas na Constituição do Estado Novo, de 1937, essa determinação desapareceu, voltando em 1946 com o percentual de 3% da arrecadação anual. O que se constata é que o orçamento e como consequência as ações dependiam do contexto político do momento. (Cardoso, 2008).

Costa (2003) ressalta que, mesmo com todas as alterações de orçamento, o IOCS/IFOCS/DNOCS conseguiu construir entre 1909 até 1980: 257 açudes na região do Polígono das Secas²⁷ e 26.008 poços profundos entre 1909 e 1992. As críticas a

²⁷ O Polígono das Secas é uma área de 1.108.434,82 km², correspondentes a 1.348 municípios, que está inserida nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais e que é delimitada pela legislação brasileira, sendo marcado pela ocorrência do fenômeno da seca. (Brasil, 2005).

essa política se centram no objetivo de apenas mitigar o problema da seca e na forma de sua execução, pois grande parte dos açudes e poços eram construídos dentro de fazendas de grandes proprietários de terras, as estradas, também, tinham os seus traçados definidos a partir dos interesses desses fazendeiros. Ocorria o sequestro de algo que deveria servir ao público, por agentes privados. (Maranhão, 1982).

Ainda centrado na concepção hidráulica, mas sob um pensamento mais progressista, que já vislumbrava o desenvolvimento de outras atividades na região, foi criada, em 1945, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. Para Costa (2003) desde a inauguração da Usina de Paulo Afonso I, em 1955, a CHESF tem se fortalecido no cenário nacional como umas das maiores concessionárias de eletricidade do Brasil. A expansão da empresa se deu com a construção das usinas de: Paulo Afonso: I, II, III e IV; Apolônio Sales (divisa de Alagoas e Sergipe); Xingó (divisa dos estados de Alagoas e Sergipe); Sobradinho (Norte da Bahia) e recentes investimentos em usinas eólicas (litoral Cearense).

Outro órgão criado nesse contexto, em 1948, foi a Comissão Vale do São Francisco – CVSF, que em 1967 passou a se chamar Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF em 1974. O objetivo era promover o desenvolvimento do vale do Rio São Francisco e mais recentemente, desde o início dos anos 2000, também, o do vale do Parnaíba, a partir do fomento à agricultura irrigada com foco na produção para exportação.

Os Estados beneficiados com tal projeto são todos aqueles pelos quais os citados rios passam, no caso do São Francisco: Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e parte do Distrito Federal e no caso do Parnaíba: Piauí. Os principais polos de irrigação criados e geridos pela CODEVASF são, de acordo com Costa (2003, p. 74 - 75):

- 1) o polo Petrolina/Juazeiro, nos Estados de Pernambuco e Bahia, representando a experiência mais bem sucedida do Vale do São Francisco;
- 2) o polo Norte de Minas, no território mineiro, segundo mais importante polo de irrigação;
- 3) os polos de Guanambi, Formoso/Correntina, Barreiras, Irecê e Juazeiro/Petrolina, no território baiano;
- 4) o polo Baixo São Francisco, em Sergipe;
- 5) e o também polo Baixo São Francisco, no território alagoano.

A atuação da CHESF apesar de concentrar empreendimentos majoritariamente ao longo do São Francisco foi fundamental para o suprimento de energia a toda a região, proporcionando pensar e implementar projetos econômicos alternativos, além de ter viabilizado a expansão da oferta de energia residencial, o que já foi um grande passo rumo à melhoria de vida das pessoas e ao maior desenvolvimento.

A CODEVASF, por sua vez, por meio de suas ações e projetos modificou fortemente as regiões em que foram implantados polos de irrigação, mas pela sua especificidade, a atuação junto a grandes rios ou reservatórios, não teve como contribuir com a transformação do restante do semiárido. Outro fator negativo, que é próprio de ações advindas do pensamento de François Perroux de que o Estado deve criar polos de desenvolvimento, é o planejamento e a execução vindos de cima para baixo.

No caso dos polos de irrigação, uma crítica recorrente é que foi incentivada a produção, mas não foram criados os mecanismos de escoamento desta a partir da iniciativa das próprias comunidades, abrindo espaço para a chegada de grandes empresas que se colocaram como beneficiadoras e atravessadoras da produção. Isso faz com que a maior parte dos recursos advindos de todo o circuito produtivo não fique na região e nem na mão de quem de fato produz, mas seja destinado às grandes empresas e a outras regiões do País ou do mundo. (Cardoso, 2008).

Como já citado anteriormente, a partir da década de 1930 o Estado assumiu crescentemente a postura de planejador e fomentador do desenvolvimento, no caso do Nordeste isso se tornou uma realidade quando o governo percebeu que as medidas de mitigação da seca não estavam surtindo os resultados esperados para a promoção do desenvolvimento da região. É quando se inicia a fase que sucederá a hídrica, no caso, a de intervenções econômicas.

Durante a seca de 1951 o então Ministro do Governo de Getúlio Vargas, Horácio Láfer, esteve visitando o Nordeste e concluiu que eram necessárias medidas de intervenção que proporcionassem à população da região a emancipação frente aos períodos de estiagem e as recorrentes ações de combate à seca. E relatou para o presidente que era uma reclamação recorrente dos empreendedores da região a falta de crédito, diante disso, Getúlio Vargas criou, através da Lei nº 1.649 de 19 de julho de 1952, o Banco do Nordeste – BNB. (Brasil, 1952).

Existiam, portanto, na década de 1950, instituições intervindo em diferentes segmentos, o DNOCS atuando no combate aos efeitos da seca e criando meios de

desenvolvimento, a partir da agricultura irrigada e de incentivos às culturas próprias da região. A CHESF fornecendo a energia necessária para o abastecimento da população e da produção agrícola e industrial. A CODEVASF viabilizando a produção de alimentos no vale do São Francisco e o BNB assegurando o crédito para os empreendedores. Mas mesmo com esse conjunto de providências e a atuação desses diferentes órgãos, durante a:

seca em 1958, nada disso foi capaz de evitar que o Governo tivesse de providenciar emprego para mais de meio milhão de pessoas, adotando uma política de emergência baseada na construção de obras públicas, e que uma enorme malversação de verbas tivesse ocorrido na região, assumindo, portanto, postura idêntica à realizada durante a fase de intervenção hidráulica. (Cardoso, 2008, p.136).

Faltava um estudo que gerasse um diagnóstico claro das dificuldades e potencialidades regionais e apontasse o caminho para ações governamentais no sentido de criar uma estrutura econômica que concedesse à população alternativas de renda e como consequência de acesso à alimentação independente de períodos de estiagem. Com esse propósito, Juscelino Kubitschek buscou soluções junto ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE, que criou um grupo de trabalho e recomendou os serviços de Celso Furtado, que naquele momento atuava na CEPAL.

Celso Furtado passou a coordenar o: Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, dirigindo uma equipe que contava com profissionais do BNDE e do BNB. O resultado foi um relatório no qual, segundo a Economista Tânia Bacelar, em entrevista concedida a Sousa e Azevedo (2020),

Furtado inverte o diagnóstico do problema do Nordeste. O problema do Nordeste não era a seca, nem a falta da água, nem as irregularidades das chuvas. Muitos Semiáridos no mundo não tinham os problemas sociais que o Semiárido nordestino apresentava. Ele subverte, assim, o diagnóstico das elites nordestinas que afirmavam que a política pública para resolver este problema teria que ser política hidráulica [...] sustentava que o problema não era a seca enquanto fenômeno ambiental, mas as estruturas socioeconômicas organizadas historicamente no Nordeste e como elas condicionam as pessoas e a economia, a exemplo do latifúndio pecuário. (Sousa; Azevedo, 2020, p. 250).

O relatório revelava a falta de eficácia das políticas anteriores e expunha os interesses por detrás destas. Dentre as constatações estavam a de que não adiantava somente represar água, pois naquele ano a fração das águas açudadas usadas para

a irrigação correspondia a pouca mais de 10 hectares, valor insignificante diante dos 7 bilhões de m³ armazenados. O que comprova que os projetos de construção dos açudes não estiveram associados diretamente aos de irrigação. (GTDN, 1959).

O armazenamento surtia efeito positivo relativo sobre a pecuária, pois garantia a sobrevivência do rebanho, mas não o seu peso, pela falta de pasto e ração adequados. O potencial benefício para a produção de alimentos para o consumo da população era bloqueado pela falta de acesso às águas. A população era dependente da autoprodução de alimentos, que era fortemente afetada pelas secas, não bastando para solucionar definitivamente o problema a oferta de alimentos pelo governo somente no período de estiagem, era necessário criar mecanismos que estabilizasse minimamente esse acesso no tempo.

Outras políticas desenvolvidas nos períodos de estiagem também foram criticadas, como a criação de frentes de trabalhos temporários em estradas ou na construção de açudes, normalmente dentro de propriedades privadas. Essa prática contribuía para a perpetuação da conjuntura econômica, pois garantia que os empregados ficassem durante o período da seca próximos de seu local inicial de moradia, retornando no período de estabilidade hídrica, beneficiando os proprietários de terras que tinham assim a mão de obra garantida e sob as mesmas condições de sempre. (GTDN, 1959).

A injeção de recursos via frentes de trabalho na economia regional não era acompanhada do aumento na quantidade de alimentos disponíveis, o que causava a alta dos preços, ou seja, as medidas aumentavam ou mantinham a carga demográfica, mas não a estabilidade na oferta de alimentos, o que era algo recorrente em todos os períodos de estiagem. Diante dessas dificuldades e como resultado do relatório do GTDN, foi criada em 1959, como já ressaltado anteriormente, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que juntamente com o BNB materializavam esse novo momento de ações intervencionistas do governo na busca pelo desenvolvimento do Nordeste.

Celso Furtado chegou à conclusão de que a segurança alimentar da população não poderia permanecer à mercê de uma autoprodução de alimentos que era extremamente suscetível a crises em períodos de seca. Para o autor, a economia do semiárido era composta por três camadas superpostas: a primeira, constituída pela agricultura de subsistência; a segunda, pela cultura do algodão ou de alguma outra planta xerófila; e a terceira, pela pecuária. A primeira era a mais importante para o

trabalhador, a última para o proprietário das terras e a segunda, normalmente, tinha seu lucro dividido, servindo aos dois grupos. (GTDN, 1959).

A estratégia então era fortalecer a pecuária e a produção de algodão ou outras culturas xerófilas, integrando o semiárido em uma dinâmica de trocas econômicas mais amplas e que teria na indústria a captadora e a responsável pelo beneficiamento da produção. Essa estratégia buscava solucionar dois problemas que as medidas até então não tinham sido capazes de resolver, a integração de atividades que poderiam ser desenvolvidas ao longo de todo o território do semiárido, de forma indistinta, ao contrário dos projetos de irrigação que se concentravam em áreas específicas, vales de grandes rios ou nas proximidades de grandes reservatórios.

E a garantia da segurança alimentar e da sobrevivência da população a partir de sua inserção em uma nova lógica de trabalho a partir do assalariamento e empregabilidade na pecuária e na produção de plantas xerófilas, mas mesmo com essas medidas parte da mão de obra excederia a capacidade de absorção dos citados setores. A indústria situada nas proximidades das grandes cidades também não abarcaria todo o contingente, pois a população urbana já era suficiente para suprir as vagas.

Para solucionar os dois problemas, de empregabilidade da população e suprimento de alimentos no Sertão, propôs o melhor uso dos vales úmidos da zona litorânea para a produção de alimentos e a expansão da fronteira agrícola em direção às áreas mais úmidas no Nordeste do estado do Maranhão. No entanto, Maranhão (1982, p. 98) ressalta que:

o único projeto de colonização em grande escala iniciado pela SUDENE – a do Nordeste do Maranhão – resultou em um completo fracasso. A expectativa da SUDENE era transferir 25.000 famílias para os vales úmidos do Maranhão em 5 anos e até 1972 somente 875 famílias tinham sido colocadas na área. Os projetos agrícolas, do mesmo modo constituíram uma parte menor das atividades da SUDENE e as ações desta agência [nessa área] limitaram-se a projetos de modernização e irrigação, assistência técnica, pesquisa agrícola e programas de extensão.

Nota-se que a SUDENE buscava transformar as relações econômicas de produção e de trabalho no Nordeste a partir de ações que abarcavam outros setores e estratégias que não simplesmente a implantação de indústrias, mas toda transformação que mexe com estruturas sociais arraigadas e que beneficia a alguns grupos sofre resistência, que nesse caso vinha dos proprietários e políticos

tradicionais da região que se beneficiavam com a dinâmica das secas e dos demais órgãos, a exemplo do DNOCS que já adaptado a um determinado sistema de funcionamento, não se adequava perfeitamente à coordenação das ações da SUDENE.

Para Cardoso (2008, p.156) as críticas à atuação da SUDENE podem ser resumidas em três:

- a) a excessiva atenção à industrialização às custas da agricultura; b) o programa de incentivos fiscais que não gerou grande efeito sobre a expansão das oportunidades de emprego; c) os investimentos industriais gerados a partir do mecanismo 34/18 levaram a uma excessiva concentração em torno das grandes áreas metropolitanas nordestinas, sobretudo Recife, Salvador e, secundariamente, Fortaleza.

No Nordeste foi implementado o que as teorias regionais defendiam como o caminho para o desenvolvimento, a industrialização a partir de incentivos governamentais e o fortalecimento seletivo de polos. Santos (2011) já apontará como o Estado se apoderou da implementação desses projetos a partir da construção e disponibilização de infraestruturas diversas como: geração e fornecimento de energia, construção de vias, investimentos em comunicação e treinamento da população.

De 1960 - 1969, a SUDENE aprovou 721 projetos de novas indústrias, sendo os recursos destinados a estes provenientes de: incentivos fiscais: 45%; financiamentos bancários nacionais: 17%; financiamentos estrangeiros: 13% e finalmente, apenas: 25% de aporte do setor privado. Os incentivos tiveram seu auge na década de 1960, declinando nas décadas seguintes devido ao enfraquecimento político da Instituição. As porcentagens demonstram como o Estado e todo o sistema de crédito por este articulado, a partir dos bancos públicos, foi crucial para o fortalecimento da burguesia industrial no País e no Nordeste.

Segundo Tania Bacelar, em entrevista concedida a Sousa; Azevedo (2020), o mecanismo 34/18²⁸, surgiu, como mecanismo usado pela SUDENE, inicialmente, apenas, com a inclusão do artigo 34²⁹ no Plano Diretor do Congresso Nacional em

²⁸ Os artigos são de leis distintas e criadas em anos diferentes, o Artigo nº 34 fazia parte da Lei: 3.995 de 1961 e o Artigo nº18 da Lei: 4.239 de 1963. (Brasil, 1961); (Brasil, 1963a)

²⁹ “Art 34. É facultado as pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução até 50%, nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.”

1961, como resultado da proposta de um deputado conservador pernambucano que em visita à Itália verificou que esse modelo de incentivo aos setores produtivos era utilizado naquele País.

A adaptação para o Brasil se tratou de dar a opção para os devedores de imposto de renda, pessoa jurídica, que, ao invés de direcionarem seus pagamentos em integralidade para a Receita Federal, direcionassem até 50% desse valor para um fundo que financiaria projetos estruturais e industriais na região, o BNB seria o responsável pela operacionalização das transações.

De acordo com Tânia Bacelar (2020), Celso Furtado acatou a ideia, mas negociando a condição de que o dinheiro pago não poderia retornar como benefício ao próprio depositante, evitando a geração de um ciclo vicioso e o reforço ao fortalecimento das indústrias mais desenvolvidas do Sudeste em detrimento do crescimento das do Nordeste.

A outra exigência foi que as empresas internacionais podiam pagar, mas não se beneficiar desses valores, mais uma vez constata-se a visão nacionalista do projeto defendido por Celso Furtado. Mas com a ascensão dos militares ao poder, tais restrições foram, em 1965, removidas no segundo Plano Diretor do Congresso, abrindo espaço para qualquer empresa receber financiamentos provenientes do citado fundo, independentemente de ser a depositante ou de ser nacional ou internacional. (Sousa; Azevedo, 2020).

Esse conjunto de incentivos, que a partir de 1965 não possuem restrições, atraiu indústrias das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste, ou seja, a pretensão de se fomentar e fortalecer a indústria da própria região não ocorreu como o planejado, o sistema de isenções e incentivos deu liberdade para que grandes empresas viessem usufruir dessas facilidades e de outras da região, como a mão de obra barata.

De acordo com Rebouças (1979) das 763 industriais que receberam incentivos para vir para o Nordeste até 1978, apenas 438 estavam funcionando normalmente no ano seguinte, enquanto 88 estavam ainda em processo de instalação, 104 funcionavam com problemas e 133 estavam simplesmente paralisadas, o que demonstra os desafios que foram enfrentados pelos Estados e pela SUDENE para

§ 1º A importância a que se refere este artigo será depositada no Banco do Nordeste do Brasil S.A., fazendo-se o recolhimento em conta especial, com visto da Divisão do Imposto de Renda ou suas Delegacias nos Estados, e ali ficará retida para ser liberada na conformidade do disposto no parágrafo seguinte.” (Brasil, 1961)

viabilizar a industrialização. Os dados também deixam transparecer o quanto os agentes privados foram beneficiados por essas políticas.

Para Maranhão (1982) o *modus operandi* da SUDENE acabou por gerar um foco ou uma diferenciação estrutural entre a indústria já presente na região e a que chegava para se instalar, pois passou a tomar como condição para liberar financiamentos: laudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, deixando em segundo plano um dos seus maiores objetivos que seria a fomentação e o incentivo à indústria nascente local, beneficiando dessa forma quem já detinha grande volume de capital.

A última crítica se refere à espacialidade ou a concentração dessas indústrias nas grandes cidades como Salvador, Recife, Fortaleza e suas zonas metropolitanas, deixando em segundo plano as outras capitais da região e o interior dos estados, gerando ou fortalecendo, além das já pujantes diferenças inter-regionais, as intrarregionais. É importante lembrar que as indústrias que se instalaram nesse período no Nordeste eram prioritariamente de bens de capital, logo, não demandavam grande quantitativo de mão de obra e quando o faziam exigiam qualificação profissional. (Cardoso, 2008).

O que Rebouças (1979, p.197) demonstra é que houve na época, como era de se esperar em função dos fortes investimentos, uma melhora nos resultados da economia na região, ele assim escrevia:

em termos setoriais, a indústria tem se destacado como o setor mais dinâmico da economia regional, com uma taxa de crescimento anual média de 8,9 entre 1960 e 1978, contra 3,6% para a agricultura e 7,8% para os serviços. O setor industrial tem sido também o de maior dinamismo no resto do País, embora crescendo menos que no Nordeste (exceção do período 1969 – 73).

Mas igualmente comprova que esse dinamismo não foi suficiente para acompanhar o ritmo de crescimento das regiões Sul e Sudeste do País, assim como não o foi para melhorar a condição de vida da população. O processo de migração reduzia a população nordestina em relação ao restante do País de: “35% em 1940 para 30% em 1970” mesmo com altas taxas de natalidade e com a baixa da mortalidade infantil a população diminuía e a “queda de posição relativa se deve, em grande parte as intensas perdas líquidas de população que o Nordeste apresenta em favor de outras regiões brasileiras”. (Rebouças, 1979, p. 203).

O alto índice de migração já demonstra que a melhora nos dados da economia não representava na mesma proporção a da qualidade de vida do Nordeste. A expectativa de vida é outro índice que demonstrava melhora, no entanto, mesmo assim revelava a acentuada diferenciação regional. Entre 1940/1950 e 1960/1970 aumentou de 34,0 para 43,7 anos (a depender da microrregião), contudo é significativamente inferior à melhora registrada para o País como um todo: de 43,6 para 54,4 anos (e de 58 anos para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro) (Rebouças, 1979).

Entorno do projeto de desenvolvimento da região Nordeste e na elaboração de estudos para este fim, a universidade se uniu à SUDENE, sendo exemplo dessa aproximação o 1º seminário sobre polos de desenvolvimento, promovido pela SUDENE e ocorrido na cidade de Recife/PE no período de: 18 a 22 de setembro de 1966. O evento contou com nomes como: M. Rochefort (Universidade de Paris); Mário Lacerda de Melo (Universidade de Pernambuco); Manoel Correia de Andrade (Universidade de Pernambuco); Luís Carlos Costa (SUDENE) e Lysia Maria Cavalcante Bernardes (Centro de Polarização Brasileiro – CNG), dentre outros.

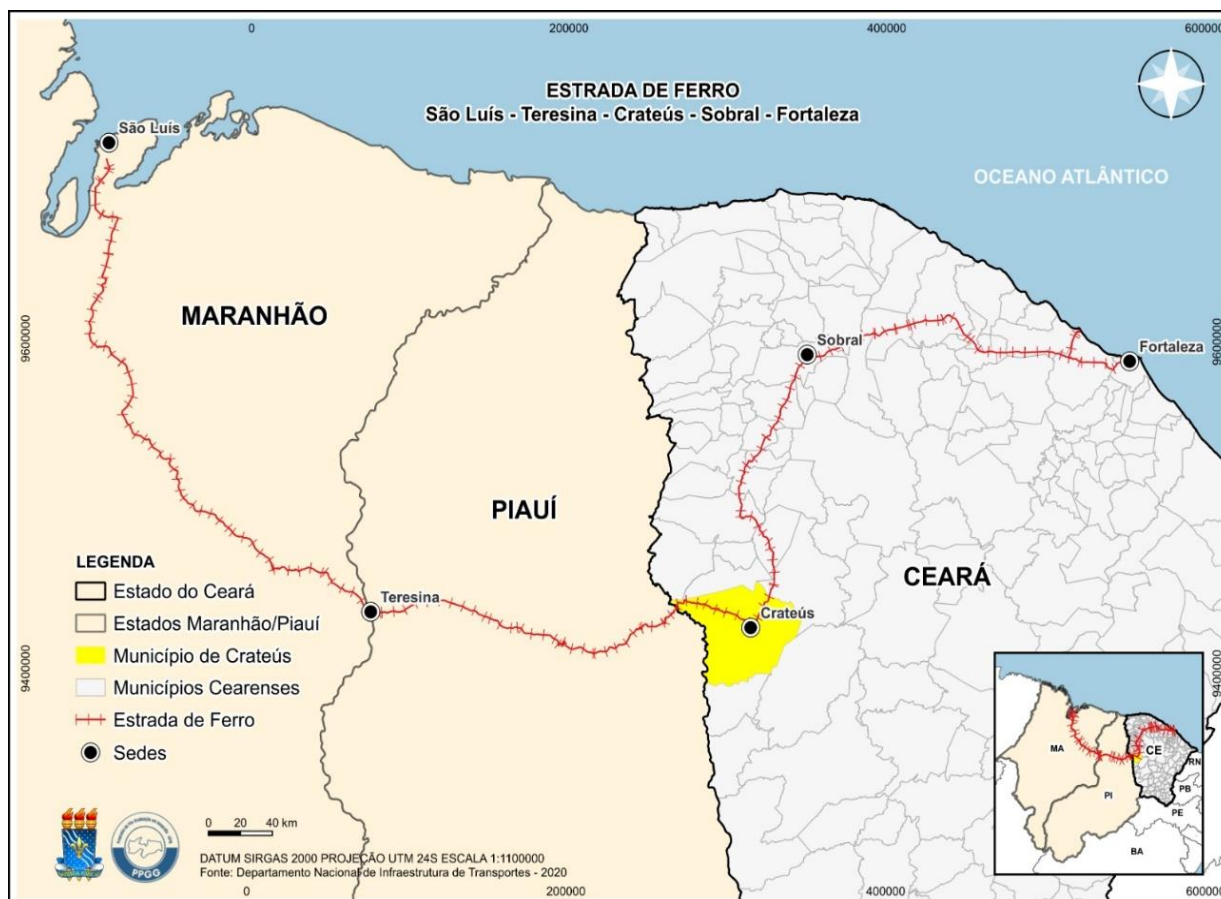
A ideia central era a promoção do desenvolvimento a partir dos estudos de François Perroux, amplamente divulgados na década de 1950, sobre os polos de desenvolvimento. Fazia-se necessário para tanto um estudo, a partir da colaboração de uma equipe multidisciplinar com: “economistas, sociólogos, geógrafos, administradores, agrônomos, estatísticos, cartógrafos, arquitetos, etc”. Que pudesse por meio de pesquisas documentais e de campo elencar as cidades nordestinas que já funcionavam como polo ou tinham potencial de vir a ser, facilitando o desenho de estratégias para promover o crescimento econômico destas.

Andrade (1970, p.122) relata que na época a SUDENE admitia 4 grandes polos urbanos na região: “Recife, Salvador, Fortaleza e Teresina e três agrícolas: Nordeste do Maranhão, Vale do Jaguaribe e Vale do médio São Francisco entre Petrolina e Petrolândia”. E a partir de documentos com dados captados entre: 1940 e 1950, que demonstravam o crescimento demográfico, a presença de equipamentos de transportes, de bancos e de algumas indústrias, a SUDENE admitia a presença de manchas urbanas que poderiam vir a se tornar polos, dentre estas estava Crateús.

No Ceará faziam companhia à Crateús nessa lista: Sobral e Juazeiro do Norte. Certamente contribuiu para essa importância regional o trajeto da linha férrea que chegou à cidade em 1912 e permitia a ligação entre a capital Fortaleza, a Nordeste

do Estado, Sobral, no Norte, descendo e se aproximando do sopé do Planalto da Ibiapaba, onde se situavam as estações das cidades de Reriutaba e Ipu, possibilitando o acesso da população serrana a esse transporte, que na época era também de passageiros, a linha seguia para Crateús, no Oeste, e de lá para o estado do Piauí e Maranhão, como demonstra o Mapa 2. (Moraes,2011).

Mapa 2 - Estrada de Ferro: São Luís - Teresina - Sobral - Fortaleza



Um fator importante, no que se refere à estruturação da cidade de Crateús, foi a chegada, em 1955, do 4º Batalhão de Engenharia de Construção – BEC, que empreendeu importantes obras de infraestrutura no município, para Silva (2011, p. 321-322):

o 4º BEC foi a maior fonte de progresso que até hoje atuou em Crateús. Foi a instituição que mais fez progredir esta região e sua permanência apresentou mais progresso do que muitas administrações municipais reunidas. Gerou centenas de empregos diretos. Cerca de 1300 funcionários civis e 750 militares, impulsionou o comércio gerando grande evolução na circulação de dinheiro; valores avultados circulavam no comércio Crateuense. Os movimentos bancários cresceram principalmente na carteira comercial e

carteira de depósitos. Com a finalidade de desafogar os espaços do Banco, os pagamentos dos funcionários civis eram feitos nas dependências do Batalhão, por uma equipe de funcionários que para lá se deslocava.

Dentre as obras do BEC estão: a barragem do Poti, atual reservatório de água da cidade; a rodovia que liga Crateús a Pedro II no Piauí (BR 404); a ferrovia que vai do Ceará ao Piauí; as pontes sobre o rio Poti, que permitem a ligação entre o Bairro da Ilha e o restante da cidade; além de importantes reservatórios como os de Vaca Morta e Riacho do Mato, dentre outras. Certamente a posição estratégica próxima ao Cânion do Poti, que possibilitou que a ferrovia passasse por este em direção ao Piauí, associado a outros fatores como a chegada do BEC, fizeram com que a cidade tivesse o crescimento que a colocou nessa lista de possibilidades na década de 1960. (Silva, 2011).

Com a adoção do ideário do desenvolvimento a partir da industrialização e da intervenção do estado enquanto fomentador desse processo, estudos passaram a ser feitos com o propósito de mapear as potencialidades regionais dos estados. A regionalização passa a ser ferramenta crucial para o direcionamento das políticas públicas de desenvolvimento. No próximo tópico iremos verificar como esse processo se deu no Ceará e como influenciou a região onde Crateús se localiza.

2.2.1 A regionalização como ferramenta à serviço do desenvolvimento dos estados: o caso do Ceará

A evolução nas regionalizações se mostra pela mudança da centralidade dada aos critérios naturais e do respeito aos limites políticos/territoriais dos entes da federação para os socioeconômicos como prioritários. Têm sido feitas pelo Governo Federal, por meio do IBGE, e pelos governos estaduais por órgãos de planejamento locais³⁰. Seguindo a tendência do natural e político/territorial para o socioeconômico. A primeira divisão regional do País foi feita em 1941 e revisada em 1945, estabelecendo 5 grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste. (Lima, 2000).

³⁰ Atualmente no Ceará o órgão responsável por esse trabalho é o: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Órgão criado em 2003. Trabalho realizado nas décadas de 1960/70 pela Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC). (IPECE, 2023).

Desta divisão mais ampla, geraram-se 30 regiões de segunda ordem que não seguiam os limites estaduais, 79 sub-regiões de terceira ordem, que também não respeitavam os limites territoriais, a diferença é que devido a diminuição da escala já tornava possível a visualização de diferenças por meio de outros fatores que não somente os naturais.

A última subdivisão foi em 228 zonas fisiográficas, denominação que foi criticada, pois, segundo Lima (2000), os fatos econômicos foram determinantes na classificação. Os fatores socioeconômicos começaram a ser priorizados, o que era fundamental para entender os territórios e suas necessidades, possibilitando a construção dos planejamentos por parte dos governos. Das 228 zonas fisiográficas, 12 ficavam no Ceará:

Tabela 4 - Zonas Fisiográficas do Ceará - 1941/1945

Nº das zonas fisiográficas	População (1960)	Área	Densidade: hab./km²
3. Litoral	1.067.643	23.970	44,54
28. Sertão Central	292.781	21.189	13,82
29. Sertão Centro – Norte	416.401	25.570	16,28
30. Sertão do Sudoeste	170.944	20.578	8,31
31. S. do Baixo Jaguaribe	148.743	10.160	14,64
32. S. do Médio Jaguaribe	43.002	4.539	9,47
33. S. do Salgado e Alto Jaguar.	323.464	14.682	22,03
34. Araripe	61.945	5.162	12,00
42. Baturité	224.408	5.130	43,74
43. Ibiapaba	231.788	7.391	31,36
44. Pereiro	36.109	2.060	17,53
45. Cariri	320.628	7.585	42,27
Total	3.337.856		

Fonte: Lima (2000, p. 202)

No Estado existem três divisões muito claras: zonas 28 a 33, os sertões, que serão as maiores áreas, mas que devido às dificuldades técnicas para se produzir no semiárido terão uma densidade populacional menor. A zona 3, o litoral, que possui a maior densidade populacional, pois a capital Fortaleza e sua área metropolitana situa-se nesta, por último, nas zonas 34 a 45 temos as serras úmidas que, de acordo com Lima (2000, p. 202), “[...] representam ‘ilhas’, em um amplo peneplano cristalino e de baixas condições de umidade.” Tornam-se, então, atraentes pelo conforto

térmico e pelas condições mais favoráveis à produção agrícola.

Para Sousa (2025), tradicionalmente as regionalizações se guiaram pelos aspectos físicos, evoluído em seguida para a rede de cidades, a partir da Teoria das Localidades Centrais – TLC, proposta por Walter Christaller em 1933, chegada ao Brasil a partir de 1956³¹. A TLC estabelecia a hierarquia entre os centros urbanos a partir de suas funcionalidades, revelando a rede de relações que surge desta interação. Para tanto leva em consideração fluxos diversos: econômicos/comerciais, de transportes, de pessoas, de informação, de serviços, dentre outros.

No entanto, o contexto de consolidação do meio técnico-científico-informacional, (Santos, 2013), a partir dos anos 60, 70, proporcionou a interação rápida e constante entre cidades situadas em regiões distantes, deixando de exigir a contiguidade territorial e extrapolando a clássica classificação das funcionalidades urbanas, que balizava a TLC e a decorrente hierarquização dos centros urbanos. Atualmente, em algum nível, a maior parte das cidades está articulada com a sociedade global.

Esse novo momento de relações mostra-se como desafio para as classificações, surgindo como resposta teorias como a dos Fluxos Centrais de Taylor, que se baseia na premissa de que o sistema urbano é constituído de dois processos simultâneos, a formação de redes locais, via relações entre cidades próximas e a de redes amplas entre centros situados em outras regiões, a longa distância. (Taylor, 2004).

Seguindo esta lógica, de dar centralidade à rede de relações locais e amplas, o IBGE publicou em 1968 a Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas. “Os critérios foram: domínios ecológicos, áreas de população, regiões agrícolas, atividades industriais, infraestrutura dos transportes, atividades terciárias não polarizadas, além dos inquéritos municipais”. (Lima, 2000, p. 204). O que observamos é que para além de se apreender a hipotética homogeneidade espacial, o IBGE passou a estudar a interação, a vida de relações. A partir desta passou-se a determinar a área de influência dos núcleos urbanos.

³¹ Nesse ano ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional – UGI. “O contato com nomes como Pierre George, Jean Tricart e Michel Rochefort promovem toda uma renovação da geografia urbana brasileira, antes focada apenas nos estudos intraurbanos e que pensavam a cidade de forma isolada.” (Sousa, 2025, p. 24).

A partir dessa regionalização o Ceará foi subdividido em 23 microrregiões homogêneas, dentre as quais Crateús, segue, na Tabela 5, as suas principais características:

Tabela 5 – Microrregião homogênea de Crateús - 1968

Nº da Região	Nº de Munic.	Área em km ²	Pop. Estimada (1967)	Densidade	População urbana de Crateús
67	5	11.066	116.011	10,48	21.831

Fonte: IBGE: Divisão brasileira em Microrregiões homogêneas – 1968

Enquanto microrregião influenciava 5 municípios e uma população total de 116,011 mil habitantes, pela classificação da época. Em uma nova regionalização ocorrida em 1987 denominada de: Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas o Ceará foi subdividido em 33 microrregiões (MRG), lembrando que o Estado na época possuía 143 municípios, chegando ao número de 184 somente na década de 1990. (Lima, 2000).

Tabela 6 – Microrregião geográfica de Crateús (1987)

Nº da Região	Nº de Munic.	Área em km ²	Pop. Estimada (1967)	Densidade	População urbana de Crateús
04 018	9	12.665,1	225.202	17,78	41.867

Fonte: Lima (2000, p. 214)

Algo que se destaca nessa regionalização de 1987, em comparação com a de 1968, é o crescimento populacional urbano de Crateús, em 19 anos a população urbana dobrou de tamanho, passando de: 21.831 para 41.867 habitantes. Outro fator que se sobressai é o crescimento do protagonismo regional, pois passou a influenciar 9 municípios quando na anterior eram apenas 5 e, com esse acréscimo de municípios e em função do tempo, a população regional sob sua influência saltou de: 116.011 para: 225.202 mil habitantes.

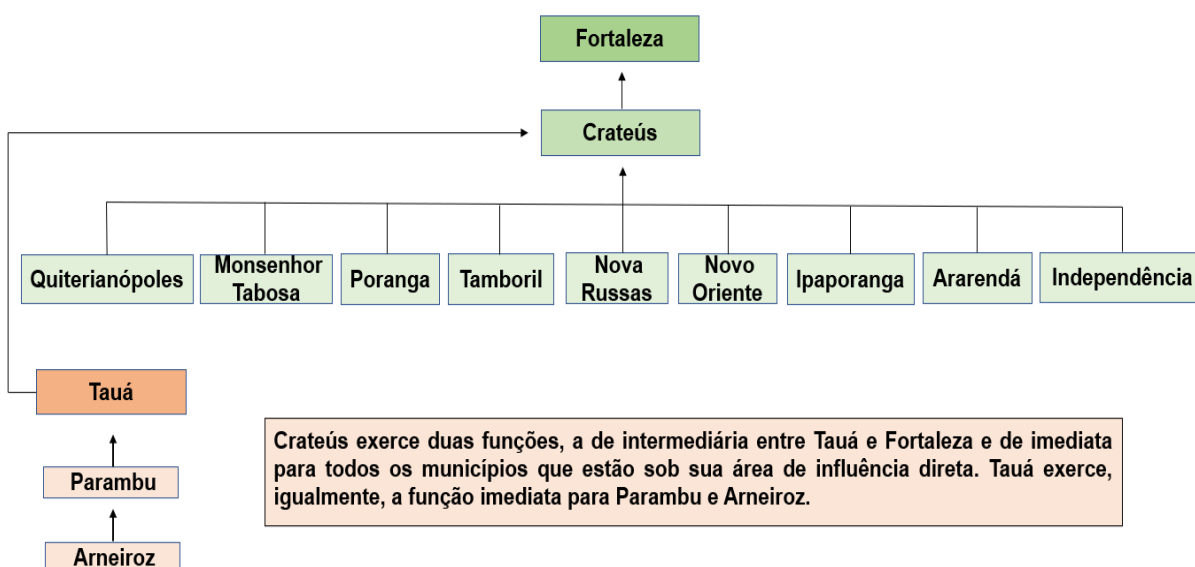
Em 2017 foi divulgada pelo IBGE uma nova regionalização do País, sendo este dividido em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, na qual a hierarquia das cidades é determinada pela análise do conjunto de bens e serviços que os centros oferecem, como demonstra a citação abaixo:

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. (IBGE, 2017, p. 20).

As regiões intermediárias se colocam entre as capitais dos estados ou grandes cidades e as cidades menores que na hierarquia urbana estão sob sua influência imediata (IBGE, 2017). São as responsáveis pela organização do território, ou seja, concentram um conjunto de aparelhos e de serviços públicos e privados que permitem a satisfação das necessidades menos complexas da população e fazem a ligação com os grandes centros urbanos quando os mais complexos são demandados.

Crateús aparece nessa classificação, de acordo com IBGE (2017), como região geográfica intermediária, mantendo sob sua influência, nessa condição, Tauá, que por sua vez influencia diretamente dois municípios: Parambu e Arneiroz. Crateús exerce influência enquanto região imediata sobre 9 municípios: Poranga, Ararendá, Nova Russas, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Ipaporanga, Novo Oriente, Independência e Quiterianópolis.

Figura 1 - Crateús enquanto Região Intermediária e Imediata



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de IBGE (2017)

Isso quer dizer que todos estes municípios recorrem a Crateús em busca de serviços, inclusive e crescentemente de formação educacional. Uma regionalização com foco especial na rede urbana foi feita em 1972 pelo IBGE, visando uma descentralização executiva, administrativa, levava em consideração a importância regional dos centros urbanos, otimizando a gerência junto a essas regiões a partir de uma cidade polo. Trata-se das Regiões Funcionais Urbanas. (Lima, 2000); (IPEA, 2021).

Nessa regionalização foram classificados como centros regionais no Ceará: Fortaleza, Sobral, Iguatu e Crato/Juazeiro. Ressaltamos que os parâmetros dessa regionalização se guiam pelos relacionamentos urbanos, como fluxos de passageiros, de mercadorias, de serviços, dentre outros. O intuito era o dimensionamento da importância regional das cidades, visando uma melhor administração da região. Essa regionalização foi revista em 1987 quando recebeu o nome de Região de Influência das Cidades – REGIC. (Sousa, 2025).

Para Corrêa (1995) a REGIC privilegia a função de gestão do território como critério classificador das cidades, define centro de gestão como:

[...] aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas (Corrêa, 1985, p. 83).

Essa classificação inicialmente dividia a rede urbana em 5 diferentes níveis: Metrópole Regional, na época foram classificadas 11, incluindo Rio de Janeiro e São Paulo; Centros Submetropolitanos (definidos pela posição intermediária entre capital e metrópole); Capital Regional; Centro sub-regional e Centro de zona. Nessa primeira classificação Crateús aparecia como Centro de zona. Em 1987, quando da nova REGIC, Crateús já apareceu como centro Sub-regional, o que denota que além do maior número de critérios, a cidade expandiu sua importância.

Na penúltima classificação, publicada em 2008, Crateús aparecia como Centro Sub-regional A, na qual sua rede urbana se mostrava, influenciando diretamente 9 municípios, no caso, centros locais: Monsenhor Tabosa, Ipaporanga, Ararendá, Independência, Tamboril, Quiterianópolis, Poranga, Novo Oriente e Nova Russas.

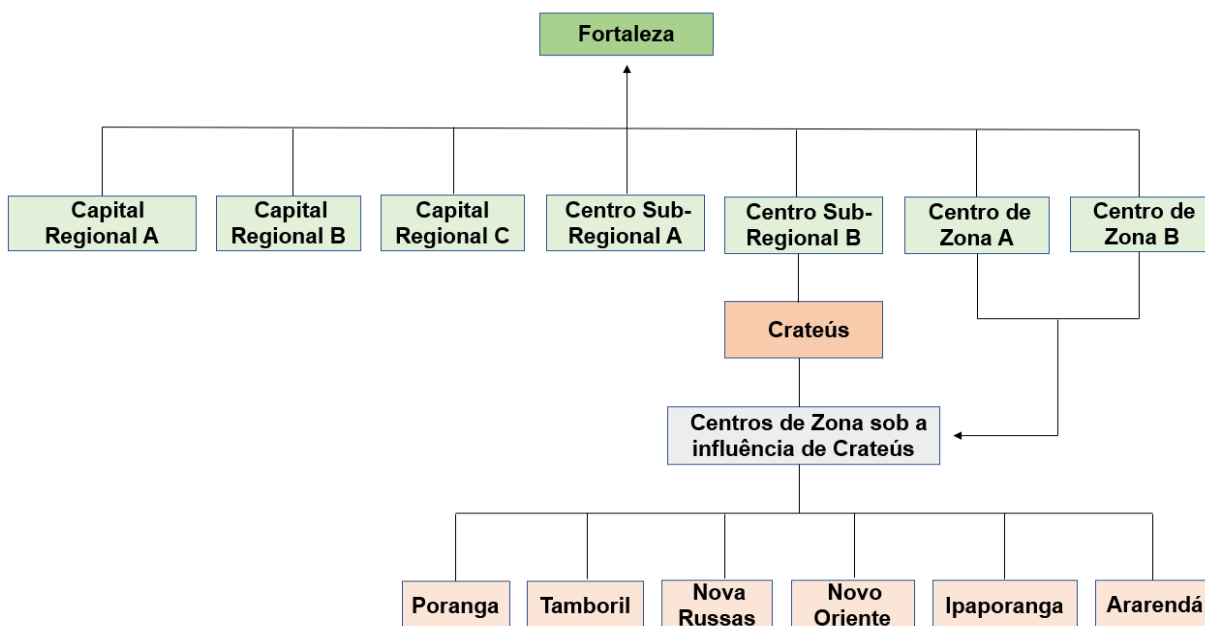
Na REGIC (2018),

Figura 2, no entanto, Crateús aparece como Centro Sub-regional B, influenciando: Ararendá; Ipaporanga; Nova Russas; Novo Oriente; Poranga e

Tamboril. Nota-se uma alteração de posição na hierarquia urbana em relação à REGIC (2008) quando Crateús aparecia como Centro Sub-regional A, influenciando na época 9 municípios, os 6 expostos no organograma (

Figura 2), e mais: Independência, Monsenhor Tabosa e Quiterianópolis.

Figura 2 – Cidades sob a influência de Crateús – REGIC (2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (2018)

Essas regionalizações feitas pelo IBGE serviram de base para as efetuadas pelos estados e a partir de 1960, de acordo com Holanda (2007), iniciou-se no Ceará um novo período no que se refere a planejamento e modernização. Com a nomeação de Virgílio Távora³² em 1962 para o governo do estado, segundo a autora, ele muniu o território de importantes fixos, como: eletricidade, comunicação, rede viária, rede bancária, permitindo, a partir da lógica desenvolvimentista pensada por Celso Furtado e a SUDENE, a instalação dos primeiros distritos industriais.

Foi o responsável pelo primeiro diagnóstico socioeconômico do estado, feito

³² Virgílio Távora foi eleito em 1962 para o governo do Ceará, a partir de uma aliança conservadora que envolvia os partidos: Social Democrático – PSD; União Democrática Nacional – UDN e o Partido Trabalhista Nacional – PTN. Uniram-se para barrar o avanço do Partido Trabalhista Brasileiro – PDT, que era liderado por Carlos Jereissati. Virgílio Távora ficou mais de duas décadas à frente do governo. Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals estiveram comandando o Ceará no período militar e de fato eram Coronéis do exército, daí o denominado período do comando dos Coronéis. (Barreira, 1996).

em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC, e pela criação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), órgão criado para viabilizar, a partir de projetos e intermediações com o Governo Federal e a SUDENE, a obtenção de recursos financeiros. A CODEC atuaria nos seguintes seguimentos: Infraestrutura, criação de zonas industriais e análise de oportunidades industriais. (Holanda, 2007).

O primeiro Plano de Metas do governo Virgílio Távora - PLAMEG (1963 – 1966) exigia para a sua implementação uma regionalização do estado como parâmetro, então o governo recorreu à realizada pela professora Lysia Bernardes, servidora do IBGE, que dividiu o Estado em 15 regiões geoeconômicas com suas respectivas cidades polo, demonstrada no Quadro 2.

Quadro 2 - Regiões geoeconômicas e cidades polo (1964)

Regiões	Cidades polo	Regiões	Cidades polo	Regiões	Cidades polo
1 ^a	Fortaleza	6 ^a	Senador Pompeu	11 ^a	Baturité
2 ^a	Sobral	7 ^a	Russas	12 ^a	Canindé
3 ^a	Crato – Juazeiro do Norte	8 ^a	Tauá	13 ^a	Ipu
4 ^a	Iguatu	9 ^a	Jaguaribe	14 ^a	Brejo Santo
5 ^a	Crateús	10 ^a	Quixadá	15 ^a	Aracati

Fonte: Lima (2000)

De acordo com Lima (2000) todas as subdivisões regionais posteriores feitas pelos governos estaduais tomaram esta como referência. Crateús aparece como cidade polo da 5^a Região, mas por que essa posição que denota um certo desenvolvimento não se refletia na qualidade de vida da população na época? O grande desafio daquele contexto era a superação da prática clientelista, pois esta assegurava a manutenção do poder e a preservação do *status quo*.

Barreira (1996) relata que os acordos que viabilizam o apoio dos coronéis ao governo impossibilitavam reformas mais amplas como a agrária que realmente trariam benefícios e desenvolvimento para a população. As eleições eram manipuladas, um candidato ao assegurar o quantitativo de votos necessários à sua eleição repassava o restante para um aliado, através da adulteração dos mapas eleitorais, com a anuência ou conivência das autoridades eleitorais. (Barreira, 1996, p. 35).

Essa desvirtuação da coisa pública aparece como um lamento na fala de Tânia Bacelar, quando indagada sobre a captura de projetos e ações que deveriam beneficiar a todos e estavam servindo apenas à elite. Os açudes do DNOCS “[...]”

estavam sendo construídos dentro das grandes propriedades, aumentando o poder dos donos. Furtado compreendeu logo que a grande tragédia da seca era a tragédia social; a tragédia humana.” (Souza; Medeiros Neta, 2022, p. 251).

Outros planos foram implementados, como o Plano de Ação Integrada do Governo (PLAIG: 1967 – 1970) de Plácido Aderaldo Castelo, que partia do levantamento dos feitos do governo anterior, persistindo na busca pela melhoria da infraestrutura. Propôs uma regionalização que levasse em consideração os fatores socioeconômicos, além do diagnóstico das potencialidades e fragilidades do território. (Quintiliano, 2008).

O Governo de César Cals (1971 – 1974), por sua vez, voltou-se para o estabelecimento de Regiões – programa, a partir da lógica da teoria das localidades centrais de Walter Christaller e dos polos de desenvolvimento de François Perroux. Para tanto, baseou-se nas mesorregiões e microrregiões geográficas, criadas pelo IBGE em 1968, para dividir o Estado em regiões polarizadas, como demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 - Regiões polarizadas do Ceará (PLAGEC: 1971 - 1974)

Região polarizada	Nomes das cidades
1ª ordem	Fortaleza, Sobral, Crato-Juazeiro do Norte e Iguatu
2ª ordem	Russas, Limoeiro do Norte; Crateús; Senador Pompeu e Quixadá
Centros de zona	Ipu, Tauá; Brejo Santo; Jaguaribe; Itapipoca; Camocim; Canindé; Baturité; Aracati; Campo Sales; Lavra da Mangabeira e São Benedito

Fonte: Lima (2000)

Os planos dos governos seguintes se apoiaram nessa mesma lógica de regionalização, foi o caso do Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará – I PLANDECE elaborado no governo de José Aauto Bezerra (1975 – 1979); do Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG, desenvolvido no segundo governo de Virgílio Távora (1979 – 1983), neste a novidade foi a divisão do estado em 6 unidades espaciais de planejamento: Litoral, Ibiapaba, Baturité, Baixo Jaguaribe, Sertões Cearenses e Cariri. O último plano do governo dos Coronéis foi o: Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED, este no governo de Gonzaga Mota (1983 – 1987). (LIMA, 2000).

O regime militar, segundo Barreira (1996, p. 39), reforçou a força dos Coronéis no Estado, sendo que dos 4 governadores indicados: “(em 1966, 70, 74 e 78) três

eram de fato coronéis³³ do exército”. Esse período foi marcado pela incoerência de um discurso modernizador na economia, mas extremamente conservador na política. O resultado benéfico dos planejamentos foi a infraestruturação do Estado: construção de rodovias, expansão da eletricidade, apesar de que em muitas zonas rurais esta só tenha chegado a partir da segunda metade da década de 1980 ou início da de 1990.

As críticas tecidas sobre o contexto econômico daquele período, resultante de todas as ações empreendidas pelos governos, são as de que os investimentos produtivos ficaram concentrados nos maiores polos, especialmente em Fortaleza e região metropolitana, e que o modelo de desenvolvimento foi pensado, assim como defende Oliveira (2011), para a manutenção da acumulação da elite, logo, é o mesmo modelo do Sudeste transposto para o Nordeste e o Ceará, é, portanto, exógeno, veio pronto para o território e, como era de se esperar, não dialogou com este, é uma prótese³⁴, como dizia Santos (2006), ou um conjunto delas.

Por sua característica concentradora não causou grandes alterações na forma de produzir no interior do Estado, inclusive em Crateús. As relações políticas eram pautadas pelo clientelismo que alimentava as oligarquias no interior; a classe média e alta nas cidades; e a gratidão do povo pobre que não enxergava na manutenção de sua condição de pobreza e na desculpa da seca, o solo fértil para a pretenciosa “caridade” dos políticos que sempre seria cobrada na próxima eleição.

A última vitória dos coronéis foi em 1982, possibilitada por um pacto entre: Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, que escolheram um nome para apoiarem para o governo do Estado, Luiz Gonzaga Mota (1983 – 1987), que pudesse respeitar, ao assumir o governo, a divisão de cargos e as benesses previamente estabelecidas para cada um dos coronéis. O acordo foi mediado pelo então presidente João Figueiredo, mas já como resultado da pressão que estavam sofrendo de um novo grupo de empresários que disputava o controle político do Estado. (Farias, 2012).

³³ Foram estes os Coronéis e os períodos de seus respectivos mandatos: Virgílio Távora (1963 – 1966); Plácido Aderaldo Castelo (1966 – 1971); César Cals (1971 – 1975); Adauto Bezerra (1975 – 1978); José Waldemar de Alcântara (1978 - 1979); novamente Virgílio Távora (1979 – 1982); Manoel de Castro Filho (1982 – 1983) e o último desse período: Luiz Gonzaga da Fonseca Mota (1983 – 1987). (Ceará, 2024a)

³⁴ Próteses seriam: “[...] instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais”. (Santos, B. 2006, p.158).

Esse novo grupo era constituído por jovens empresários, alguns filhos de importantes empresários que se inseriram na política, como Tasso Jereissati, filho de Carlos Jereissati e Amarílio Macedo, filho de José Dias Macedo, ambos foram Senadores da República. Nas eleições de 1986, diante da ruptura de Gonzaga Mota com os coronéis, em função de estes não aceitarem que Gonzaga Mota indicasse o novo candidato ao governo do Estado, houve, inicialmente, o apoio do então governador à candidatura de Tasso Jereissati.

Mas logo em seguida o governador recuou do apoio à candidatura de Tasso, o que fez com que esses jovens empresários e a elite industrial do estado, temendo uma nova vitória dos coronéis e a perpetuação da política clientelista, lançassem Tasso Jereissati à disputa. O discurso era de modernização da administração. Como empresários eles acreditavam que o Estado tinha que ser gerido a partir dos mesmos critérios das empresas privadas, zelando pela eficiência e meritocracia. (Barreira, 1996).

As duas propostas eram estas: modernização da máquina pública e o fim dos coronéis e do sistema clientelista. Para Barreira (1996) o cenário era favorável a mudanças nacionalmente, o regime militar havia caído, o que gerava, a partir da democracia, o anseio por mudanças. A nível regional, o declínio do algodão gerou uma progressiva alteração nas relações de trabalho no campo, o quantitativo de moradores foi reduzido e a prioridade se voltou para a pecuária, o resultado foi uma forte migração para a capital, impulsionada, também, pelas secas de 1979 e 1983. (Sampaio, 2002).

Esse cenário diminuiu o poder dos proprietários de terras sobre os trabalhadores, reduzindo o “voto de cabresto³⁵”. Isso foi fundamental para a vitória de Tasso Jereissati. O discurso para o campo era o de facilitar o acesso à terra e fortalecer os sindicatos rurais. Em um nível mais amplo o foco foi desviado da agricultura para o turismo e a indústria. A mudança do discurso sobre o Estado é clara: da vinculação à seca, o Ceará se tornou, sob uma nova perspectiva que tem no

³⁵ Voto de cabresto faz referência a algo comum na primeira república e ao que ocorria no Nordeste quando os proprietários de terra forçavam os seus moradores a votarem em determinados candidatos, como estes proprietários possuíam fazendas de gado, currais, passou a se usar o termo curral eleitoral para determinar o quantitativo de moradores sob a influência de um determinado proprietário e como consequência a denominação desse voto passou a ser: voto de cabresto. (Fauto, 2006).

turismo sua prioridade, “a terra do sol³⁶”.

Toda a tecnificação do espaço e as medidas de modernização na legislação do estado, realizadas por essa nova administração, refletem localmente a lógica global do neoliberalismo, preparam o território para que este se torne interessante para investimentos de grandes empresas, de multinacionais. Essa articulação com os agentes externos e a adaptação do estado ao que eles solicitam para investir: isenção de impostos, privatizações, concessões, tornou-se o receituário seguido por governos de outros estados na época. (Holanda, 2007).

Para a viabilização do seu projeto mudancista e do seu I Plano de Mudanças, o governo Tasso Jereissati (1987-1991) realizou uma nova regionalização, como fruto desta surgiram 20 Regiões Geográficas Administrativas - RGAs, dentre as quais a do Sertão dos Crateús, composta pelos municípios de: Ipueiras, Nova Russas, Poranga, Catunda, Ararendá, Ipaporanga, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Independência e Novo Oriente.

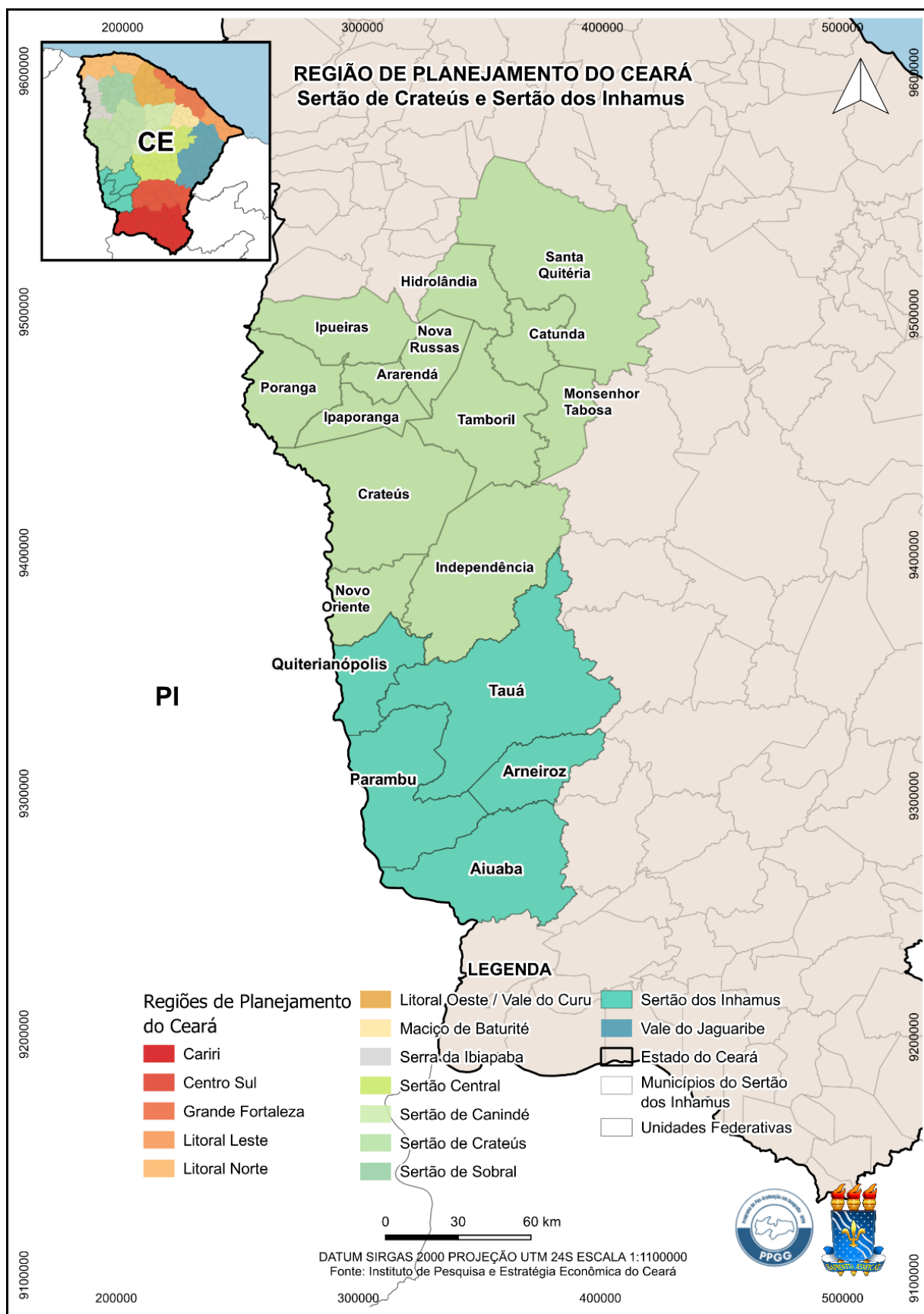
As RGAs serviram de referência para a criação de 7 Áreas de Desenvolvimento Regional – ADRs, foram elas: “Especial³⁷, Litoral, Vale do Jaguaribe, Cariri, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central e Sobral/Ibiapaba. A criação das ADRs serviu de base para o plano do governo seguinte, de Ciro Gomes (1991–1994) e, também, para os governos posteriores” (Holanda, 2007, p. 109).

A ADR do Sertão dos Inhamuns foi constituída na época com 16 municípios: Crateús; Ipueiras; Nova Russas; Poranga; Catunda; Ararendá; Ipaporanga; Tamboril; Monsenhor Tabosa; Independência; Novo Oriente; Quiterianópolis; Tauá; Parambu; Arneiroz e Aiuaba. O Mapa 3 traz as regiões de planejamento dos Sertões de Crateús e Inhamuns.

³⁶ Para Belmino (2018, p.102) “A construção da marca Ceará Produto Turístico é consequência da reinvenção do estado pelo projeto mudancista, relacionada à marca Tasso e às novas estratégias de comunicação e marketing. As formações discursivas elaboradas pela propaganda ajudaram na reconstrução identitária do estado, com o objetivo de adequá-lo à condição de destino turístico. A terra do sol passa a ter uma identidade marcária”.

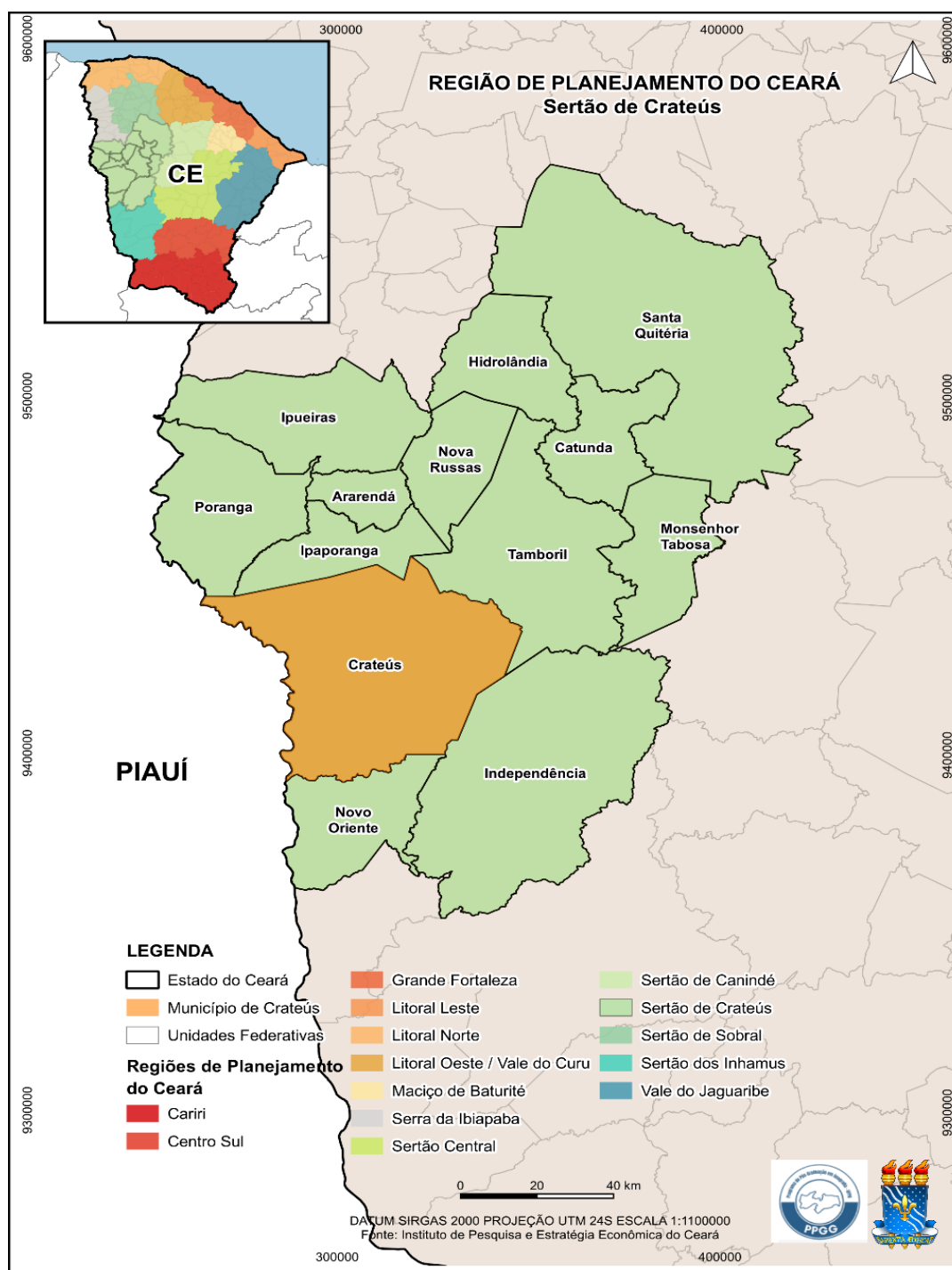
³⁷ Para Holanda (2007), a ADR especial corresponde à Fortaleza e Zona Metropolitana.

Mapa 3 - Regiões de Planejamento do Ceará - Sertão de Crateús e Inhamuns



No perfil das Regiões de Planejamento de 2017, no entanto, a região dos Inhamuns passou a ser composta por 5 municípios: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá, enquanto a Região do Sertão de Crateús passou a ser composta pelos municípios de: Crateús, Ararendá, Catunda, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril, como demonstra o Mapa 4.

Mapa 4 - Regiões de Planejamento do Ceará - Sertão de Crateús



No próximo capítulo demonstramos como os projetos de base hidráulica e em posterior momento econômica se efetivaram nos Sertões de Crateús, trazemos como exemplo dos primeiros as ações desenvolvidas no contexto das secas de: 1979 e 1983, enquanto as econômicas estão associadas à implantação de agências bancárias, que garantem o crédito para parte da população e a construção de infraestruturas básicas que visavam munir o território de fixos que possibilitassem a chegada de investimentos.

3 CRATEÚS NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DAS AÇÕES HIDRÁULICAS PARA AS ECONÔMICAS NO CEARÁ

Dividimos esse capítulo em dois tópicos, o primeiro descrevendo o cenário dos Sertões de Crateús no contexto das secas, em especial a de 1979 – 1983, e das ações “hidráulicas” implementadas para minorar os seus efeitos. O segundo foca nas ações econômicas trazidas na esteira das medidas implementadas pela SUDENE e que buscavam desenvolver a região, a partir do fortalecimento da indústria e de alguns setores específicos da economia, como a pecuária, estabelecendo uma lógica de produção e assalariamento que libertasse a população da dependência excessiva da autoprodução de alimentos que era condicionada, regionalmente, à uma boa quadra chuvosa.

A tentativa de recorte é apenas um esforço de abstração e de organização que auxilia nossas análises sobre os dois períodos, pois as ações em certos momentos se sobrepõem, se complementam e até se contradizem.

3.1 AS AÇÕES HIDRÁULICAS

Os relatos sobre Crateús nesse período descrevem uma população extremamente vulnerável às intempéries do clima, aos períodos de seca e aos seus efeitos sobre a produção de alimentos e o acesso geral a estes em função do aumento dos preços. É importante lembrar que naquela época o agricultor não tinha acesso a qualquer outra renda se não a advinda do pagamento de seus serviços, quando havia, pelos donos das propriedades ou a resultante da comercialização do excedente da colheita.

A renda atual de muitas famílias de agricultores que moram no semiárido advém da comercialização da produção agrícola ou da venda de animais, mas, comumente, é parte importante desta ou a impulsiona, as ajudas governamentais provenientes de programas como o Bolsa Família ou outros que incentivam a própria produção, como o: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que disponibiliza crédito para os agricultores, ou o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que facilita a compra da produção da agricultura familiar pelo governo com menos burocracias.

Mas sem dúvida a aposentadoria rural juntamente com o dinheiro proveniente do Benefício de Prestação Continuada – BPC³⁸ foi o que realmente mudou as circunstâncias ou a relação do homem do campo com o semiárido, permitindo que este permanecesse no seu local de origem em tempos de estiagem. Para Araujo (2013), a maior contribuição do governo Lula, nos seus dois primeiros mandatos, para a melhoria de vida da população brasileira foi o programa de valorização do salário mínimo:

Com a ampliação significativa de políticas públicas de transferência direta de renda e a promoção da elevação rápida e corajosa do salário mínimo real, em ambiente de inflação baixa, houve um aumento do poder de compra de parcela significativa dos brasileiros de menor poder aquisitivo. Isso, associado à expansão do crédito oferecido a prazos alargados, promoveu um importante estímulo ao mercado interno de massa, um potencial adormecido do País, posto que não valorizado pelos conservadores. (Araujo, 2013, p. 161).

Mudou a relação do homem do campo com o semiárido e a relação da família com seus idosos e deficientes, pois estes passaram a contribuir com a manutenção das despesas da casa. Mas a aposentadoria rural tal qual conhecemos atualmente, dando direito a um salário mínimo, só foi instituída pela Constituição Federal de 1988. Havia um sistema de previdência social para o homem do campo, em constante aperfeiçoamento desde sua criação em 1963, com a aprovação do estatuto do trabalhador, pela Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963, que criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL. (Brasil, 1963b).

Mas a aposentaria só era concedida a um integrante do casal, sendo estabelecida de forma indistinta para homens e mulheres, exigindo a idade mínima de

³⁸ O BPC oferece um salário mínimo para a pessoa com 65 anos ou mais de idade ou que seja deficiente, independentemente da idade ou de ter contribuído com a previdência social. (Brasil, 2024).

65 anos e:

os valores das aposentadorias eram de 1/2 salário mínimo, a não ser o da aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, que era de 3/4 do salário mínimo. O benefício de pensão tinha um valor ainda inferior. Paralelo aos benefícios previdenciários, foram também criados os assistenciais: as rendas mensais vitalícias por idade (elegibilidade aos 70 anos) e por invalidez, com valor também de 1/2 salário mínimo, que cobriam a parcela da população rural que não podia de alguma forma comprovar a atividade. (IPEA, 2000, p. 5).

Esta é a condição a que Celso Furtado se referiu no relatório do GTDN, a grande dependência alimentar da população a autoprodução de alimentos, pois o acesso ao dinheiro para comprá-los era muito restrito, daí todas as estratégias pensadas por ele, já expostas anteriormente, para corrigir essa situação de uma forma mais sustentável e definitiva.

A jornalista Monyse Ravenna de Sousa Barros, em artigo que trata sobre a condição do camponês crateuense durante as décadas de: 1970 e 1980 e, em especial, no decorrer das grandes secas de: 1979 - 1983, nos traz um claro panorama do contexto social da época e das ações do estado e da Igreja na busca por amenizar a situação. A autora traz o seguinte relato que atribui ao Bispo Dom Antônio Batista Fragoso³⁹ e que foi publicado em 1973 pelo Boletim da Pastoral Operária:

[...] cidade de 23km. Não há asfalto, nenhuma indústria. A agricultura nos moldes do 2.000 a.c. produz para o povo comer 8 meses do ano. Consequência: evasão do povo para outras regiões. Sobre tudo quem estudou se manda para outras terras. Evasão de Capital. Parece incrível que o Ceará ajuda outros estados. Funciona de maneira seguinte: tudo é mais caro em Crateús: gasolina, etc. No tempo de safra os preços são mais baixos e quem vem comprar paga menos nessa hora (ilegível) exige mais pelo que traz para a terra do Ceará. O salário mínimo é de 96 Cruzeiros. O governo para “resolver” os problemas do povo organiza as frentes de trabalho. O operário ganha (ilegível) por dia e paga para dormir e deve comprar na barraca do chefe, etc. Volta para casa só de 15 em 15 dias com um salário de 2,50 por dia. Descontando os domingos que não trabalha, não ganha, porém paga para dormir. Assim foi solucionado o problema do povo. O povo conhece os candidatos a cargos políticos na hora das eleições, o que é um fator de alienação porque impede de o povo mesmo ser sujeito de sua história. A imagem de Deus vivo está sendo respeitada? Qual a resposta que a nossa fé deve dar a esta situação? Ou em outras palavras: como superar esta iniquidade? Há vários passos a fazer. Em primeiro lugar conscientizar o homem para que acredite em si mesmo como sujeito de sua própria história. Em segundo lugar: ajudá-lo a acreditar em sua comunidade; é muito importante que o homem tenha esta fé a partir de coisas pequenas que o ajudam a ter confiança em si. Por isso damos muita importância a micro

³⁹ Dom Fragoso foi bispo de Crateús entre 1964 e 1998, ano em que se afastou das suas funções e da cidade, retornando ao seu estado de origem, Paraíba, mas não a sua cidade de nascimento, Teixeira, no interior do Estado, fixou-se na Capital, João Pessoa, onde veio a falecer em 12 de agosto de 2006.

realizações, nas Cebs o homem é sujeito. Lá aprende a se organizar. Lá descobre a dimensão política das coisas. Lá ele enfrentará como homem livre o esquema da repressão. Qual o resultado do nosso trabalho? Pouco, se olharmos as realizações materiais. Muito se acreditamos que cada vez que um homem se descobre e se liberta está ajudando a libertação mundial⁴⁰. (Fragoso, 1973 apud. Barros, 2023, p. 24).

Dom Fragoso é testemunha fiel e agente fundamental naquele contexto, pois não apenas viu e relatou a realidade de forma fidedigna, como exposto no trecho acima, mas atuou na busca da organização popular para o enfrentamento dos abusos sofridos pelos trabalhadores por proprietários de terras e pela conjuntura social da época. Pleiteou junto às autoridades públicas e eclesiásticas por providências para a situação da população mais pobre. Dom Fragoso começou sua carreira como Padre em João Pessoa - PB, tendo sido ordenado em 1944, competente e de carreira promissora foi consagrado Bispo em 1957, indo atuar como auxiliar em São Luís – MA. (França, 2011).

Com a transferência do então Bispo de São Luís para Fortaleza em 1964, Dom José de Medeiros Delgado, o nome natural para a sucessão era o de Dom Fragoso, mas por defender princípios básicos de humanidade ganhou o estigma de ser “comunista”, de esquerda e assim teve sua nomeação impedida por outros Padres que, associando-se a opinião dos militares, não viam o nome de Dom Fragoso como o ideal para ser Bispo de São Luís, “então foi transferido para “o fim do mundo”, para Crateús no interior do Ceará”. (França, 2011, p.330).

A partir de sua atuação, Crateús se tornou ponto de resistência em plena ditadura militar, passou a ser referência de luta não apenas para o Brasil, mas para o mundo, pois se a pretensão era calar Dom Fragoso,

a história revelaria um processo inverso. O rincão ermo ou “fim do mundo” nas palavras de Dom Xavier, em pouco tempo ganharia fama. Ultrapassaria fronteiras até se tornar, naqueles tempos, uma espécie de capital brasileira da resistência à opressão; um laboratório bem-sucedido de Igreja popular que atraía observadores do mundo inteiro, inclusive da Europa, núcleo central do catolicismo. (França, 2011, p. 33).

Em Crateús onde não existem quase meios de comunicação, onde pouco se sabe do que acontece na Igreja Universal, onde professoras do primário perguntam se cada país tem o seu Papa, onde nunca ninguém ouviu falar do Congresso dos Teólogos de Bruxelas, onde a vida é atrasada até o extremo, aqui se discutiram os problemas mais avançados da Igreja que se renova. (Frei Carlos Mesters, 1970, p. 35, *apud* França, 2011, p. 331).

⁴⁰ Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Órgão\Boletim Pastoral Operária (Barros, 2023, p. 24)

A população da época morava majoritariamente no campo e se submetia ao trabalho nas terras de grandes proprietários e a entregar parte de sua produção como renda para estes. Crateús sempre possuiu uma concentração de terras muito grande, Martins (1995, p. 28) ressalta que: “em 1980 o censo realizado demonstrou a existência de 1.020 propriedades com menos de 100 hectares e 34 propriedades com mais de mil hectares.”

Isso foi e continua a ser um grande entrave para o desenvolvimento, pois sem o acesso à terra e aos meios de se produzir, fica inviabilizada a ascensão social. Não bastando as dificuldades impostas pelo clima semiárido, o crateuense sempre teve que lidar com essa conjuntura social que levou muitos a migrarem para o Norte, o Sul e o Sudeste do País, prática por muitos anos comum no semiárido. (Sampaio, 2002).

O trabalho de Dom Frágoso buscou conscientizar esses camponeses, organizá-los e claro que essa iniciativa, rendeu-lhe grandes problemas e obstáculos frutos da resistência dos proprietários locais e de autoridades do estado que viam na postura do Bispo um risco ao controle da região. Dentre estes ataques, França (2011, p. 337) relembra as:

críticas nos meios de comunicação locais, difamações, calúnias e boatos são espalhados por todas as vias. Uma dessas investidas foi protagonizada, através da Rádio Educadora, entorno de 1966/67, atribuída ao Tenente Noé Rabelo e levada ao ar pelo Tenente Garcia e Sargento Guedes. Foi vinculada uma radionovela denominada “Lúcifer”. No enredo diabólico, os personagens faziam insinuações depreciativas do trabalho do bispo. Numa espécie de zombaria desmedida, passava-se a afirmação de que “o exército havia construído Crateús e a Igreja o estava destruindo”.

As frentes de serviço ou “bolsões da seca” eram criadas nos períodos de estiagem, tratava-se da tentativa do governo de conter a revolta da população, os saques, a migração, e assegurar trabalho e salário, apesar de miseráveis, para a população sertaneja. Um desses momentos críticos se deu entre 1979 e 1983, de acordo França (2011, p. 355), “estima-se que, nesse período, no Nordeste, mais de três milhões e meio de pessoas morreram, a maioria crianças.”

A depender da situação, o pai e os filhos mais velhos se deslocavam para os locais onde as obras estavam sendo feitas, era comum a construção de estradas e açudes, que, como já falado, beneficiavam os proprietários de terras da região, pois quando chovia e as águas eram represadas havia o cercamento dos reservatórios e a população não tinha acesso a estes. Em muitos casos a família inteira se deslocava,

abrigoando-se precariamente em locais sem acesso à água limpa, à higiene adequada, o que contribuía para a proliferação de doenças. (Barros, 2023).

Em Crateús, nesse período, foram alistadas nas frentes de trabalho 17 mil pessoas, com o agravante de que existe na cidade, desde aquela época, o 40º Batalhão de Infantaria – 40 BI “(que sucedeu o BEC, levado daqui para a cidade de Barreiras, na Bahia), as frentes de serviço ficaram sob o comando dos militares”. Agora imaginemos o cenário, em plena ditadura, militares treinados em um sistema hierárquico e de base repressiva passaram a comandar homens e mulheres flagelados e desnutridos nas frentes de trabalho. O tratamento era muito duro e humilhante. (França, 2011, p. 356).

Sem alternativa os trabalhadores empenhavam grande parte de seu salário nas “bodegas”⁴¹ próximas aos acampamentos, só sendo informado do valor final da dívida no fim do mês, normalmente, restando-lhes muito pouco. O governo oferecia uma cesta básica denominada de “Cestão” que trazia gêneros alimentícios de pouquíssima qualidade e sua entrega era um martírio para muitos, pois as filas eram grandes, levando algumas pessoas a se sentirem mal em função da fome e das altas temperaturas.

Fraudes são relatadas por Barros (2023) tanto no que se refere à apropriação de valores que deveriam ser pagos aos trabalhadores, como de alimentos que ficavam retidos em Armazéns⁴² e muitas vezes eram desviados para comerciantes locais. A autora relata que diante de tal calamidade a população se obrigava a realizar saques nesses armazéns, isso se repetiu em várias cidades da região: Crateús, Nova Russas, Novo Oriente, Independência e Parambu, quando durante a seca dos anos de 1970:

os trabalhadores rurais forçaram a porta de um Armazém onde eram guardados gêneros alimentícios que deveriam ser distribuídos na situação de calamidade pública e não eram. Também anota-se que comerciantes abastados se aproveitaram da situação para se apropriarem de uma grande quantidade de comida do Armazém saqueado. A polícia prendeu sete homens, todos camponeses pobres que não tinham nada para si a não ser seus braços. Eles foram expulsos da cidade e expostos como ladrões. Na ocasião, o Padre José Pêdandula que se encontrava na Paróquia de Tauá visitou os presos antes da expulsão da cidade e criticou publicamente o prefeito do município pela não distribuição dos alimentos. Além de saques havia manifestações em vários municípios da região, geralmente organizadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou mesmo grupos de jovens ou de

⁴¹ Denominação comum no interior do Ceará para designar uma pequena mercearia.

⁴² Esses Armazéns eram controlados pela Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). (França, 2011, p. 27)

mulheres. Em alguns casos os protestos juntavam mais de 1000 pessoas e reivindicavam comida, terra e trabalho (Barros, 2023, p. 26 - 27).

A Igreja esteve atuando nesse processo, buscando maneiras de sensibilizar o povo e as autoridades para o flagelo da seca. As ações eram em alguns momentos políticas, como as de organização e instrução dos trabalhadores, e em outros de sensibilização social a partir da fé e do amor ao próximo, como o jejum de nove dias feito em 1981 pelo Pe. Alfredinho, na Igreja de São Francisco, buscando chamar a atenção de todo o povo e autoridades para a importância da caridade.

Em 1983 foi feita uma campanha para que se jejuassem três dias, o que foi acatado por muitos Padres, Freiras e demais devotos, o movimento foi denominado de: “Jejum internacional de solidariedade às vítimas da Injustiça no Nordeste e de apoio a suas reivindicações, no Natal de 1983, jornada de 18 a 24 de dezembro”. É importante ressaltar que a Igreja buscava conscientizar e mudar o pensamento que muitos nordestinos carregavam de que a seca era um carma, que se não chovia é porque eles não mereciam. Isso fica explícito no cartaz de divulgação do Jejum:

Figura 3 - Cartaz de divulgação do Jejum de 1983



Fonte: Barros (2023, p. 29)

Nas frases “Pensamos que a seca é um flagelo? Ou o flagelo é o sistema injusto?” a última interrogação traz implícita a crítica já elaborada por Celso Furtado, que o problema não era a seca, mas o sistema que se estruturou a partir e entorno desta. Como resultado da jornada de 1983 surgiu o movimento: Porta Aberta aos Famintos – PAF, incentivava famílias que tinham condições a receber e alimentar em suas casas os retirantes, cartazes verdes eram colados nas portas de algumas residências de famílias que aderiam ao projeto, traziam a sigla PAF.

Um fato inusitado e chocante ocorrido nesse período foi a cegueira noturna que acometeu grande parte da população da comunidade de Cajá dos Quadros, no Município de Ipaporanga – CE. Em razão da pobre alimentação, os níveis de vitamina A da população caíram ao ponto de se instalar tal quadro de saúde pública, que se abateu sobre os membros da comunidade, independentemente de idade. A catequista Eliza Elza Rodrigues Cavalcante Melo encabeçou a distribuição de uma espécie de sopa nutritiva que era ofertada pela Paróquia local, isso durou meses até a recuperação total das pessoas. (Fontes, 2014).

Esse era o cenário e a realidade de Crateús e de grande parte dos municípios do semiárido naquele período. As ações do estado eram majoritariamente emergenciais e associavam a distribuição de alimentos com o emprego de parte da população nas frentes de trabalho, seria o que Cardoso (2008) conceituou como ações hidráulicas, ou seja, importantes nos períodos de seca, mas paliativas.

3.2 AS AÇÕES ECONÔMICAS

Quanto as ações de intervenções econômicas mais alinhadas com o que a SUDENE defendia, o que se registra, inicialmente, é a chegada de Instituições bancárias de fomento na cidade, como a Caixa econômica Federal (1978); o Banco do Nordeste (1979) e o Banco do Estado do Ceará – BEC (1979). O Banco do Brasil fora instalado em 1943 e funcionava desde então.

O acesso a bancos, em especial ao BNB, foi muito importante para a região, pois favoreceu o empreendedorismo, facilitou os empréstimos e como consequência impulsionou a circulação de capital no município e região, mas é importante destacar que o acesso a esses empréstimos normalmente se restringia à população de maior poder aquisitivo, contribuindo para a perpetuação da desigualdade. (Martins, 1995).

As ações da SUDENE, direcionadas pelos projetos regionais do governo estadual, permitiram investimentos em setores diversos da economia do Estado, proporcionando o fortalecimento do turismo, do comércio e da indústria e Crateús e região também se beneficiaram desse momento. Muniz (2007), em tese que trata da construção do projeto “mudancista” no Ceará e da atuação dos já citados jovens empresários⁴³ que estiveram à frente deste por meio do Centro Industrial do Ceará (CIC), entre 1979 e 1986.

Ressalta que as ações da SUDENE e dos governos da época foram de suma importância para a estruturação do estado. O governo de Virgílio Távora (1963 -1966), como já ressaltado, foi o que iniciou a guinada do estado rumo à modernização e ao fortalecimento da industrialização, realizando planejamentos e ações alinhados às diretrizes defendidas pela SUDENE, foi ele quem:

[...] implantou um sistema de planejamento estadual visando à atração de investimentos industriais, que teve como principal realização a eletrificação do Estado com a energia da hidrelétrica de Paulo Afonso. Seguindo a mesma linha de desenvolvimento planejado do Governo Federal, os governos de César Cals (1971-1975) e de Adauto Bezerra (1975-1978), além do segundo mandato de Virgílio (1979-1982), proporcionaram o aumento da participação do Estado no parque industrial do Nordeste, entre as décadas de 1970 e 1980, passando de 7% em 1950 para 12% em 1984. Em 1982, o Ceará estava todo eletrificado e cortado por várias estradas estaduais e federais, com um razoável serviço de telefonia e um Pólo Industrial que buscava se consolidar como o terceiro do Nordeste. A agricultura passava por um processo de modernização para atender as demandas do mercado nacional, visando transformar latifúndios e atividades extrativas em modernas empresas agropecuárias (Muniz, 2007, p. 85-86).

Parte desse conjunto de ações chegaram aos Sertões de Crateús: construção de rodovias, eletricidade, telefonia e o acesso ao crédito pelos bancos instalados. O Quadro 4 traz os governos do Ceará no período militar e a caracterização dos seus respectivos planejamentos para o estado

⁴³ Muniz (2007) explora o trabalho do CIC na luta pela maior democratização dos recursos direcionados à indústria no País, toma como referência o período e a importância dos mandatos dos, então jovens, empresários na presidência do CIC: Bení Veras, Amarílio Macedo, Tasso Jereissati e Sérgio Machado.

Quadro 4 - Planos Governamentais implementados no Ceará (1963-1987)

PLANOS	VIGÊNCIA	GOVERNO	CARACTERIZAÇÃO
Plano de Metas Governamentais (I PLAMEG)	1963 -1967	Virgílio de Moraes	Plano de natureza indicativa. Não objetivava uma planificação global da economia, mas a ordenação prioritária dos investimentos de mecanismos do próprio governo com mecanismos adequados de incentivo à iniciativa privada. Para os recursos externos, o Governo estadual articula-se com o Governo Federal para captar recursos de organismos internacionais (BIRD, AID entre outros). O diagnóstico do plano só foi elaborado no primeiro ano de execução do plano e não anteriormente. Ressalte-se a participação do economista Luiz de Gonzaga Fonseca Mota na construção do PLAMEG e que nos anos 1980 tornar-se-ia governador do Estado, dando sequência à lógica do planejamento econômico e territorial que ele ajudou a elaborar.
Plano de Ação Integrada do Governo (PLAIG)	1967-1971	Plácido Aderaldo	Primeiro plano cearense elaborado e implementado dentro do regime autoritário iniciado em 1964 no Brasil, quando os governadores de estado eram eleitos por via indireta. Propunha dar continuidade ao estabelecimento de uma sólida infraestrutura econômica. O plano previa um amplo sistema de telecomunicações, mais vias de transportes, maior disponibilidade e mais larga distribuição de energia e uma urgente expansão da agricultura irrigada. Quanto ao setor industrial, dava-se ênfase ao apoio à iniciativa privada, à conclusão do I Distrito Industrial de Fortaleza e à formação de núcleos de industrialização nas cidades do interior.
Plano de Governo do Estado do Ceará (PLAGEC)	1971 -1975	César Cals de Oliveira Filho	Caso sui-generis no estado. A elaboração do PLAGEC foi realizada por uma consultoria, a ASPLAN-LWM de São Paulo. O Brasil vivia o período do “milagre brasileiro” e o plano estadual foi elaborado, visando à aceleração do desenvolvimento socioeconômico do Ceará, eliminando-se as disparidades mais evidentes. A ação governamental focava os setores sociais (educação, saúde, habitação, bem-estar social, justiça e segurança); infraestrutura (transporte, energia, saneamento, comunicação e armazenagem) e os setores econômicos (agropecuária, indústria, comércio, pesca, turismo e recursos minerais). Implementação dos Pólos de Desenvolvimento Estaduais, focando as potencialidades ou vocações de cada região. O PLAGEC priorizou o setor da agricultura.

Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará (I PLANDECE)	1975 -1979	José Adaauto Bezerra	Diferenciava-se dos documentos tradicionais por não se deter, de modo exaustivo, nos quadros passados, voltando-se para identificação de potencialidades. Associado às metas definidas na esfera federal pelo II PND propunha a intenção de promover uma continuidade administrativa. Sua intenção era de que o planejamento não ficasse voltado para abstrações econômicas. Buscava soluções adequadas aos grandes problemas do Ceará, elegendo os setores de agricultura, educação, saúde e saneamento básico como prioritários.
2º Plano de Metas Governamentais (II PLAMEG)	1979 -1983	Virgílio de Moraes Fernandes Távora	Ações voltadas para identificação dos problemas e das reais potencialidades do Ceará que enfrentava dificuldades internas derivadas da carência de recursos financeiros, materiais e humanos. Articulavam-se fortes investimentos infraestruturais e incremento das áreas cultiváveis do Estado.
Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED)	1983-1987	Luiz de Gonzaga Fonseca Mota	Objetivava a valorização do homem cearense, através da melhoria de suas condições de vida e bem-estar. Combate à pobreza, desemprego e doenças. Adaptação da agropecuária às condições do solo e do clima frente às secas. Interiorização do desenvolvimento e integração entre as diversas regiões do Estado.

Fonte: Quintiliano (2008, p. 40 - 41)

No entanto o que se nota do estudo da época, e que é base de grande parte das críticas dos empresários do CIC à condução da industrialização e modernização do estado, é a excessiva subserviência dos empresários tradicionais do Estado ao sistema político e dos governos locais ao governo central, além do clientelismo e falta de adequado planejamento. Faziam fortes críticas à Federação das Indústrias do Ceará – FIEC.

Diziam que se tratava de uma instituição onde muito se falava, mas pouco se colocava em prática e que na verdade defendia apenas os interesses do que denominavam de “grandes cartórios governamentais (do moinho de trigo ao gás, à televisão, aos bens da mecânica pesada, aos bens de capital) que dava a proteção, o financiamento e a garantia do lucro, no dizer de Tasso Jereissati”. (Muniz, 2007, p.87).

O curioso é que alguns integrantes do CIC eram filhos ou parentes destes empresários tradicionais, como Amarílio Macedo (cuja família tradicionalmente trabalha com moinhos de trigo) e Tasso Jereissati, que tem como esposa Renata Queiroz Jereissati, herdeira do grupo Edson Queiroz (proprietários de distribuidoras de gás e emissoras de TV). Para alguns o fato de pertencerem ao meio dava ainda maior credibilidade às críticas.

Os principais pontos criticados diziam respeito ao volume de recursos e incentivos que o Estado recebia da SUDENE em comparação com a Bahia e Pernambuco, que até 1968 recebiam 90% dos recursos, restando ao Ceará apenas 8,6% e mesmo assim o Estado empregava: 9.779 pessoas, valor relativamente superior aos dos outros estados citados que era apenas de 18.000 empregados. Essa empregabilidade maior é fruto do tipo de indústria que aqui se instalou, prioritariamente do ramo têxtil e alimentação, enquanto nos demais a prioridade foi indústrias de bem de capital.

A empregabilidade era um fator positivo, mas o Estado padecia, como ainda padece, da importação de bens de capital e outros que, na balança de pagamentos, gerava déficit para os cofres públicos. A redução dos repasses do governo federal para a SUDENE nos anos de 1970, a falta de um projeto de descentralização industrial e de maior equalização entre os estados e suas regiões internas, associado à situação de calamidade das secas de: 1979 – 1983 abriu o espaço necessário para o florescimento das ideias de uma economia de base mais liberal e de menor clientelismo que levaram à vitória de Tasso Jereissati em 1986 para o governo do estado do Ceará. (Muniz, 2007, p.87).

Esses jovens empresários se ressentiam da falta de oportunidade de poderem opinar sobre as decisões da SUDENE e confrontavam a bancada cearense no Senado e na Câmara a esse respeito, pois atribuíam a esta pouco empenho na busca de recursos para o Ceará, então:

No dia 06 de setembro, o Senador Mauro Benevides (MDB-CE) e o Deputado Ernesto Gurgel Valente (ARENA-CE), encararam os empresários e conheceram a visão pouco simpática que tinham da bancada cearense, a quem consideravam omissa em relação aos problemas econômicos do Estado. Dessa reunião, surgiu a ideia de se aprovar, no Congresso Nacional, a participação dos empresários no Conselho Deliberativo da SUDENE, medida que, em 1985, seria aprovada e ocupada por José Flávio Costa Lima. Mauro Benevides chegou a declarar no evento que havia uma “**ditadura de planejamento**” no País, que chegava a ser uma “infringência à autonomia dos Estados”. (Muniz, 2007, p. 104, grifo nosso).

No uso da frase: “ditadura do planejamento” fica explícito como esse projeto de desenvolvimento fora implantado de cima para baixo, algo fortemente criticado por Santos (2011), logo, se nem esses jovens empresários tinham voz, até então, nas decisões da SUDENE, quanto mais o restante da população ou as comunidades sertanejas. As medidas de intervenção econômica projetadas por Celso Furtado

chegaram aos Sertões de Crateús, assim como ao restante do semiárido, mas não ilesas à filtragem que reteve a maior parte dos recursos para a construção do parque industrial de Fortaleza e os desvios próprios dessas políticas para beneficiar alguns setores e agentes específicos.

O crateuense foi vítima por muito tempo dessa lógica de administração centralizadora e clientelista e de um sistema produtivo que privilegiava os grandes proprietários de terras e foi contra isso que a Igreja de Dom Frágoso se levantou. A economia de Crateús vivenciou diferentes momentos, a cidade nasceu de uma fazenda denominada Piranhas e como muitas outras cidades do sertão é resultado dos caminhos do gado⁴⁴, logo, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram historicamente a base da economia do Município e região até o surgimento do ciclo do algodão (1850 – 1970), este tendo como ápice na Região o período de: 1930 - 1970. (Martins, 1995).

Crateús produzia outros produtos destinados à exportação como a mamona, a cera de carnaúba e o couro, este último sendo comercializado para os Estados Unidos, mais fortemente para o Estado da Filadélfia que só estabelecia o valor de peles na bolsa de valores local a partir da consulta ao pequeno mercado de Crateús. O fumo era outro produto produzido na região, no caso deste, era beneficiado e comercializado pela fábrica Formozinho (1910 – 1920) que, para a época, já possuía expressiva mecanização. (Martins, 1995).

Era o fortalecimento desses setores produtivos, baseados no cultivo de plantas oleaginosas e xerófilas próprias ou adaptáveis ao semiárido, que Celso Furtado defendia como uma das alternativas para se criar uma economia sustentável no Sertão. O algodão foi o mais importante desses ciclos, sendo o responsável pelo fortalecimento da centralidade regional de Crateús, enquanto polo produtor e distribuidor desse produto, a partir da linha férrea, mas a produção local, assim como a do restante do Nordeste, foi dizimada pelo bicudo-do-algodoeiro, inseto originário da América Central e que chegou ao Brasil na década de 1980. (Mattos, 2020).

Sobre esse período o entrevistado, Produtor 1 (2024), relata que, até onde ele se lembra, a produção em Crateús se intensificou a partir da década de 1960, de forma

⁴⁴ No nosso trabalho de dissertação fizemos todo o resgate da formação socioespacial de Crateús, explorando em minúcias todos os ciclos econômicos e como Crateús foi se inserindo de alguma forma nestes, a exemplo do algodão (1861 – 1965) e do Couro (1910 e 1920), dentre outros. (Silva, 2019).

muito improvisada de início, sendo escoada para Sobral, que era onde tinha fábrica, mas com o tempo os produtores tiveram acesso a sementes do algodão mocó e alargaram expressivamente a produção, segundo o entrevistado:

Eu mesmo e meu Pai fomos um pessoal pobre, mas fomos um grande proprietário de algodão. Nós tínhamos 700 arrobas de algodão por ano. Nós compramos esse terreno aqui com o dinheiro da safra de algodão, nós tiramos 750 arrobas de algodão em 65, mas, rapaz! Não teve jeito, quando apareceu o bicudo, formava a castanhona, ele já furava antes de abrir. (Produtor 1, 2024 – entrevista realizada em 15 de outubro de 2024).

Com o fim do ciclo do algodão restou mais destacadamente a agricultura e a pecuária, Veras (2001) ressalta que Crateús se tornou o maior produtor agropastoril da Zona Norte do Estado entre os anos de: 1911 e 1960, mas essa liderança também foi perdida ao longo do tempo, em entrevista com o Diretor da EMATECE (2024)⁴⁵, ele nos relatou que: “a exposição de Crateús era maior do que a do Crato⁴⁶, rapaz! Era uma referência, e perdemos toda essa referência, se você for lá, está só o parque acabado e é isso que a gente quer retornar.”

As Figura 4, Figura 5, Figura 6 e Figura 7 trazem registros das entrevistas com produtores da Região e de lugares visitados.

Figura 4 - Entrevista com Produtor rural



Figura 5 - Associação Regional de Vaca Morta



⁴⁵ Entrevista realizada em 02 de outubro de 2024 – Diretor da EMATECE.

⁴⁶ Crato é uma cidade do Cariri cearense, conhecida como o “Oásio do Sertão”, localiza-se no sopé da Chapada do Araripe, região mais úmida e que favorece a agropecuária. Em julho é realizada a Expocrato, grande exposição que atrai milhares de pessoas do País inteiro e que conta com a participação de artistas populares na grande mídia. (Crato, 2024).

Figura 6 - Entrevista com Produtor rural



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Figura 7 - Casa de um Produtor



O que se percebe é que o investimento na construção de uma cadeia produtiva assentada na produção agrícola e na pecuária, que de fato gerasse uma economia que permitisse a empregabilidade, a retenção do êxodo rural e o maior acesso à renda pelos produtores e a população em geral, foi negligenciado. A Região herdou o meio técnico fruto dos investimentos governamentais desse período, a infraestrutura mínima do espaço.

Mas a forma como foi conduzida a modernização econômica do estado, a partir da centralidade setorial (indústria) e geográfica (Fortaleza) mais desarticulou essas culturas tradicionais do que as incluiu no novo circuito produtivo e de circulação das mercadorias. Pois este se tornou mais amplo, e aos poucos libertou a região e a população da dependência da autoprodução de alimentos, mas não pelo acréscimo de ganho advindo da comercialização da produção local, como defendido por Celso Furtado, mas pelo acesso a alimentos vindos de outras regiões, comprados com renda proveniente de empregos no setor público, no comércio, na indústria, de aposentadorias, auxílios governamentais ou da comercialização do excedente da produção agrícola familiar.

Os dados da estrutura econômica atual dos Sertões de Crateús e Inhamus⁴⁷ corroboram com a hipótese acima, em seguida trazemos a tabela com os dados e sua análise:

⁴⁷ Esclarecemos que a escolha, neste tópico, dos Sertões de Crateús em conjunto com o dos Inhamus foi em função do estudo feito pelo Projeto Líder, desenvolvido pelo SEBRAE, que tomou as duas regiões como referência, mas cremos que o acréscimo só enriqueceu a análise, pois ampliou a área de estudo.

Tabela 7 - Estrutura econômica da Região dos Sertões de Crateús e Inhamuns

Grandes setores	Emprego	% do total	Estabelecimentos	% do total	R\$ movimentado	% do total
Administração pública	18.413	59,73%	37	1,76	1.8 Bi	41,53%
Comércio	4.867	15,79%	1.248	59,43	1.7 Bi	39,23%
Serviços	4.215	13,67%	612	29,14		
Indústria	3.307	10,73%	196	9,33	268,5 Mi	6,19%
Agropecuária	27	0,09%	7	0,33	564,7 Mi	13,03%
Total	30.829	100%	2.100	100%	4.33 Bi	100

Fonte: SEBRAE (2022), a partir de dados do IBGE (2019) e do Ministério da Economia (2020).

A tabela nos permite auferir que os setores que de fato sustentam economicamente a região e contribuem para a permanência e manutenção dos moradores dos Sertões de Crateús e Inhamuns são os seguintes: setor público, a partir dos diversos cargos e empregos que gera, sejam provenientes de concursos, cargos comissionados, por contrato, dentre outros. O setor movimenta: R\$ 1.8 bilhões de reais por ano, o que corresponde a: 42,35% de todos os recursos que circulam na economia, e gera: 18.413 empregos, o equivalente a quase 60% do total dos empregos formais.

Isso demonstra o quanto a economia destes municípios depende do movimento de recursos financeiros gerado pelas prefeituras e demais órgãos estaduais e federais que atuam na Região. Comércio e serviços juntos movimentam: R\$ 1.7 bilhões, 38,35% de todo o montante circulante, empregam, respectivamente: 4.867 e 4.215 pessoas, o que corresponde a: 29,46% do total dos empregos.

Se somarmos o montante movimentado por esses três setores (público, comércio e serviços) chegamos a: R\$ 3,5 bilhões de reais, o que equivale a: 80,8% de todo o recurso que circula na economia regional. Os cerca de 20% restantes são divididos entre a indústria, que movimenta: R\$ 268,5 milhões de reais, o equivalente a: 6,19% do total dos recursos e gera: 3.307 empregos formais, 10,73% do total, e o setor agropecuário, que movimenta: R\$ 564,7 milhões de reais, 13,03% do total dos recursos circulantes, mas gera muito poucos empregos formais: 27, ou seja, 0,09% dos: 30.829 empregos registrados.

Esse é o panorama econômico da região atualmente e que, obviamente, é fruto de todo o processo de intervenções econômicas no território. Uma economia sustentada, essencialmente, pelo setor público, pelo comércio e serviços. As

consequências dessa realidade se mostram na crescente concentração da população nas áreas urbanas e no fato da maioria dos jovens estudantes optarem por carreiras que têm na cidade o seu mercado de trabalho, um exemplo disso é a crescente dificuldade dos cursos da área das agrárias, ofertados pelo IFCE campus de Crateús, de atraírem e manterem estudantes, mas sobre essa temática retornaremos quando tratarmos especificamente do Campus.

Com a urbanização ocorre o inevitável distanciamento do meio rural, gerando a alienação da população sobre o que a sua própria região produz, pois grande parte do que a cidade consome vem de longe, processo possibilitado pela especialização produtiva regional e pela intensificação dos diversos fluxos. A produção diversificada, motivada no passado pelas necessidades da população local e suas limitadas relações com o mundo exterior, se reduziu e o que resistiu ou resiste passou a disputar mercado com mercadorias do restante do País e do mundo.

Tabela 8 - População dos municípios dos Sertões de Crateús - 2022

Cidade	População
Crateús	76.390
Ipueiras	36.798
Nova Russas	30.699
Novo Oriente	27.545
Tamboril	24.815
Independência	24.024
Monsenhor Tabosa	17.149
Poranga	12.065
Ipaporanga	11.575
Ararendá	11.096
Catunda	10.444
Santa Quitéria	40.183
Hidrolândia	17.855
Total	340.638

Fonte: Censo demográfico 2022 – população urbana e rural (IBGE, 2024)

Os dados sobre a população rural, até o momento desta pesquisa, ainda não tinham sido disponibilizados, mas tomando como referência os de 2010, que demonstravam que cerca de 60% da população dos municípios dos Sertões de Crateús residia na área urbana e não tendo se observado em período recente nenhuma mudança significativa no sistema produtivo rural, mas acréscimo de serviços nas cidades, em especial na oferta de ensino técnico e superior, sobretudo, em Crateús, o que atrai novos moradores, é possível presumirmos que a população

urbana esteja se expandindo ainda mais, então dos: 340.638 habitantes da região, 60% ou mais, seguramente, residem em cidades.

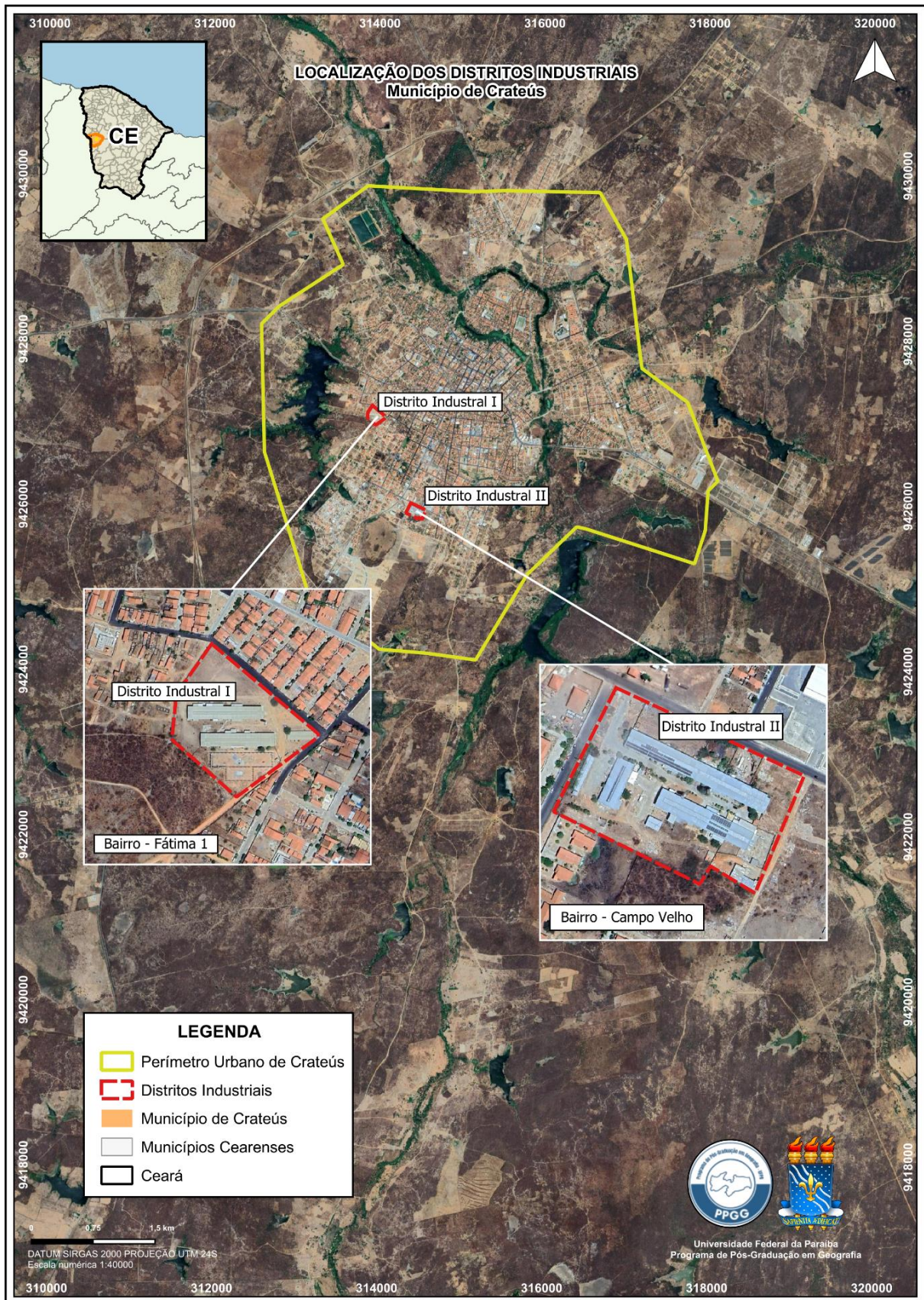
Santos (2009, p.33) traz a reflexão de que a especialização produtiva e a urbanização se transformaram talvez nas mais sofisticadas ferramentas a serviço da acumulação do capital. A especialização fortaleceu regiões e produtores específicos, não restando alternativa para a população a não ser se concentrar nas cidades, buscando empregos nos setores: público, de comércio e de serviços ou ocupação na informalidade, alienando-se do que produz sua própria região e se afastando das relações sociais mais amplas e profundas, apesar de que no mundo capitalista e da internet com suas redes sociais “isto vale para toda a totalidade do espaço, mas particularmente para as cidades”.

O que se mostra na região dos Sertões de Crateús é o reflexo do que se observa no restante do Estado e do País, o modelo de desenvolvimento implementado a partir do planejamento exógeno e baseado no fortalecimento de setores específicos da economia, a exemplo da indústria. O que gerou o acúmulo de recursos em poucos espaços, concentração populacional e o enfraquecimento da diversidade produtiva regional em função da crescente especialização e das trocas viabilizadas pela estrutura que os estados criaram de comunicação e de transportes.

Dentre as tentativas de desenvolvimento de Crateús e região pelo viés da industrialização, por meio de incentivos fiscais e estruturais oferecidos pelos governos, em especial o estadual e o municipal, para atrair indústrias de outras regiões para a cidade, podemos citar a construção em Crateús de dois mini distritos industriais compostos de grandes galpões, o primeiro no atual Bairro Campo Velho⁴⁸ e o segundo no Bairro Fátima I. O Mapa 5 traz a localização desses distritos

⁴⁸ Dizemos atual, porque anteriormente era denominado Fátima II, logo, a denominação dos distritos não seguiu a ordem das construções, exemplo: o primeiro construído deveria ser denominado de Distrito 1, mas seguiu o nome dos bairros da época, como foi construído no Bairro Fátima II ficou nomeado de Distrito II e o segundo construído ficou denominado de Distrito 1 por ter sido feito no Bairro Fátima I.

Mapa 5 - Localização dos Distritos Industriais de Crateús/CE



A jornalista Silvânia Claudino (2010), em reportagem no Jornal Diário do Nordeste, destaca que se instalou no Distrito II em 1993, em função desses incentivos, a indústria: Jacareí Confecções – LTDA, original do estado de São Paulo e que chegou a empregar na época cerca de: 2.200 pessoas.

E posteriormente outras indústrias também se instalaram, como a Musa Calçados, no caso desta, no primeiro distrito, mas em poucos anos deixaram a cidade, ficando somente pelo período em que desfrutaram dos incentivos fiscais. Atualmente os galpões estão sendo usados por pequenas e médias indústrias locais, o que tem funcionado muito bem, pois o modelo anterior de atração de grandes empresas, segundo o Empresário 2 (2024), mais prejudicou do que ajudou a economia local, pois:

A industrialização para nossa região tem a dificuldade da distância, mas com os incentivos, aquela cidade que desse os melhores, as empresas aportavam ali, mas na hora que acabava elas iam para outros lugares, depois os governos viram que aquilo estava atrapalhando muito né?! Você só tinha a empresa durante um pequeno período. (Empresário 2, 2024 – entrevista realizada 31 de outubro)

Em outro trecho, falando de um incidente mais recente, reforça que o sistema de atração de grandes indústrias:

traz mais prejuízo do que benefício, o governo acaba trazendo a infraestrutura, a exemplo dessa aqui [se referindo a última indústria de calçados que foi instalada no distrito II] que já se instalou na gestão do último prefeito, o Marcelo, veio um cara lá de Juazeiro do Norte e ele fabricava calçados com a marca da Coca cola, alguma coisa assim, e vieram pra cá, a prefeitura entrou com: R\$ 500.000, o Estado, eu acho, que com bem mais né?! Até estão construindo outro galpão por pedido da empresa, porque a licitação já tinha sido feita, mas a empresa desistiu, funcionou no máximo 40 dias, um prejuízo enorme. (Empresário 2, 2024 – entrevista realizada 31 de outubro)

Ressaltamos que estavam funcionando nesses galpões do distrito I, indústrias locais que foram deslocadas para os galpões do distrito II ou para outras áreas da cidade para abrir espaço para essa grande indústria, o resultado, ainda de acordo com o entrevistado, é que atualmente só está funcionando no distrito I “uma empresa que trabalha com o beneficiamento de sementes, inclusive, que vende diretamente para o Estado, está se beneficiando do galpão lá, acredito que provisoriamente”.

Atualmente funcionam no distrito II, 9 indústrias distribuídas nos seguintes seguimentos, quatro no de alimentos: Temperos Tina (variados tipos de tempero) e

sucos Tina (sucos em pó); Doces Delícia (foco especial em doces derivados do leite) e a Randal Sorvetes (sabores diversos que são distribuídos para sorveterias da região). Três no de metal: Metalpoty (materiais diversos em ferro); Arte metal (cadeiras) e Indústrias de portas de alumínio (esta veio do distrito I) e duas no de vidros: Vidraçarias (ambas vindas do distrito I).

Como visto no início do capítulo 2, onde trabalhamos a evolução dos modelos de desenvolvimento, em especial a partir da indústria, as teorias contemporâneas e estudos de diversas áreas, inclusive de geógrafos como Milton Santos e David Harvey, dentre outros, demonstram que os projetos de desenvolvimento têm que ser pensados e implementados a partir do diálogo com a região, com sua singularidade, com sua diversidade produtiva e com as suas comunidades, possibilitando a inclusão de todos os setores no circuito comercial, melhorando a distribuição da riqueza, que pelo modelo prevalente concentra recursos espacialmente e socialmente.

A experiência na área industrial em Crateús tem demonstrado que trazer indústrias de outras regiões do País, que normalmente produzem itens que não dialogam diretamente com o que produz a região, é um erro. Além do distanciamento próprio desse tipo de projeto que não dialoga com as comunidades e com os produtores locais, temos que levar em consideração outros fatores que têm colaborado para o fracasso de tais tentativas, como a distância de Crateús para grandes centros nacionais e regionais, a exemplo da capital cearense, Fortaleza (351 Km), e da capital Piauiense, Teresina (304 Km), o que cria dificuldades, pois como demonstrado pelo segundo grupo de teorias do desenvolvimento, o fator aglomeração industrial e de serviços é importante para o sucesso dos polos industriais.

Uma indústria ao se instalar em uma cidade mais distante dos grandes centros se expõe a um certo isolamento, este fato acrescido aos maiores custos de transporte da produção até o mercado consumidor ou da matéria prima até a fábrica, colaboraram, ao longo do tempo, para que as indústrias se fixassem mais fortemente nas capitais dos estados nordestinos que, com exceção de Teresina, todas, estão no litoral. As entrevistas revelam que as fábricas que têm permanecido funcionando em Crateús são de empresários locais e que de alguma forma dialogam com outros setores produtivos da região. (Weber, 1957).

Podemos citar como exemplo o caso da Tina Condimentos, nos foi relatado pelo Diretor da EMATECE (2024) que:

agora mesmo a Tina Condimentos, trabalhando com a questão do urucum [...], nós estamos com um grupo de produtores, a EMATECE e a Secretaria de Agricultura, são entorno de 30 a 40 produtores que vão produzir urucum, ele [se referindo ao proprietário da Tina Condimentos] está comprando o quilo a 15 reais, tem um produtor que tem 11 pés de urucum, tirou 300 quilos, o cara apurou: R\$ 4.500 reais, quer dizer, isso aí é um décimo terceiro para o agricultor que planta milho e feijão. Ele [se referindo novamente ao proprietário da Tina Condimento] comprou uma máquina que vai desbulhar para eles, quer dizer, é diferente. Nós estávamos em uma reunião e uma produtora falou: tenho 50 kg ali, ele disse: traga! Passou R\$ 750 reais para ela ali, na hora! quer dizer é um décimo terceiro. (Diretor da EMATECE, 2024 – entrevista realizada dia 02 de outubro de 2024 [acréscimo nosso]).

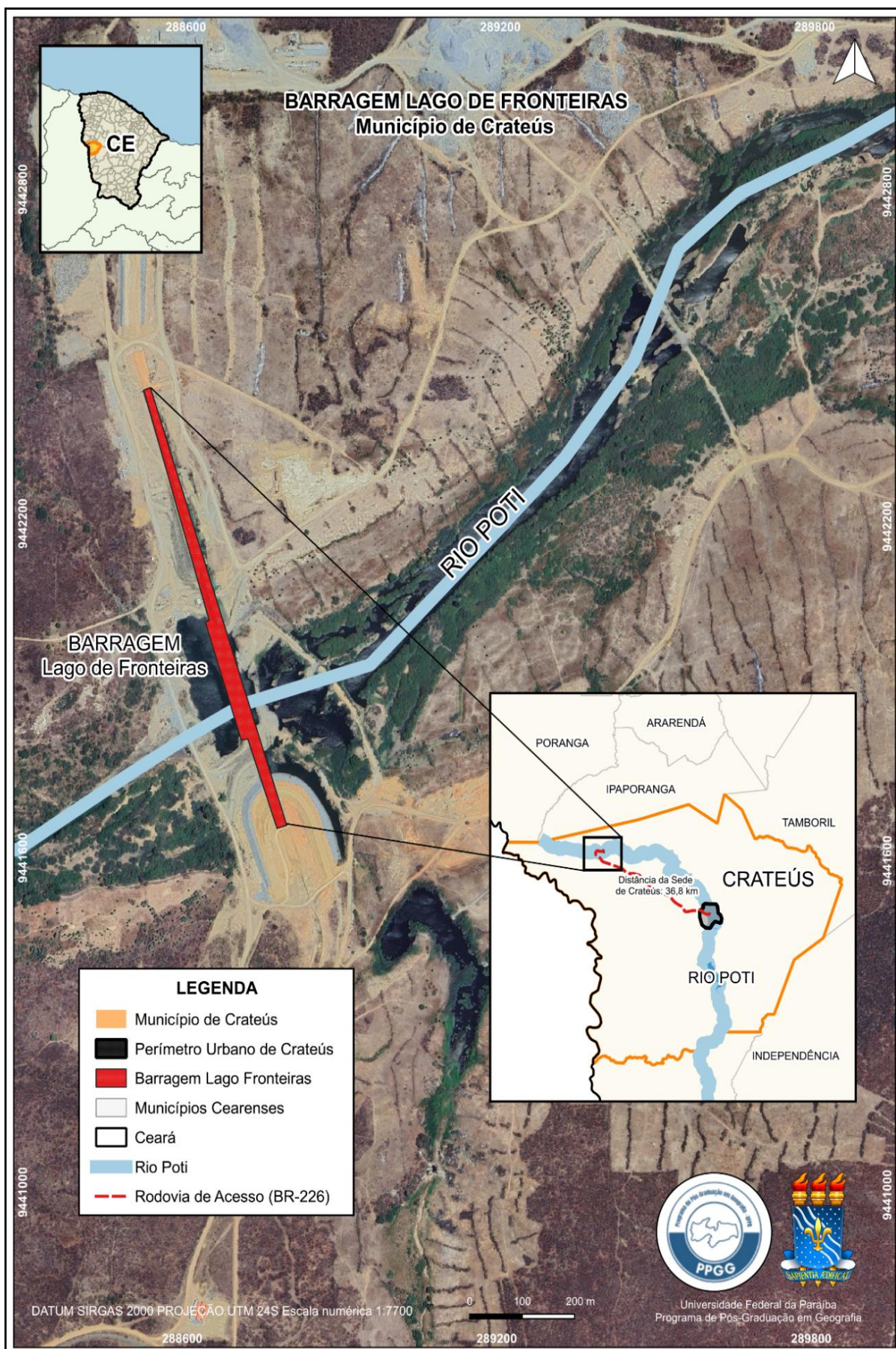
No entanto a disputa entre essas duas visões de desenvolvimento: a pautada no fortalecimento de grandes setores e empresas, na esperança de que estas gerem riqueza e empregos para a população, e a baseada no fortalecimento da diversidade produtiva regional e na aproximação do setor industrial local e do pequeno e médio empresário com os produtores regionais, como demonstrado na iniciativa acima, disputam contemporaneamente espaço na região dos Sertões de Crateús a partir de grandes projetos que estão em fase de instalação e execução, o Lago de Fronteiras, em Crateús, e a exploração da maior mina de urânio e fosfato do País, em Santa Quitéria, cidade a: 127,6 Km de Crateús.

No segundo governo do presidente Lula (2007 – 2010), mais precisamente em 22 de janeiro de 2007, foi criado o Programa de Aceleração da Economia – PAC, buscou-se com este a expansão do crescimento econômico, a geração de empregos e a melhoria da condição de vida da população, para isso investimentos foram direcionados, prioritariamente, para as áreas de: infraestrutura, logística, energia e social. Dentre os projetos pensados para a região estavam: investimentos na expansão do tratamento de água e esgoto, incentivos para o desenvolvimento do setor agrário e a ampliação da oferta hídrica, por meio da construção do Lago de Fronteiras. (DNOCS, 2022).

Trata-se de um grande reservatório construído a partir do barramento das águas do Rio Poti, que faz parte da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba - PI, fica a Oeste de Crateús, especificamente a 36,8 Km da sede do Município. A obra foi iniciada em 02 de janeiro de 2018 e orçada em: R\$ 600 milhões de reais. A expectativa é do armazenamento de 490 milhões de m³ de água, que serão destinados para o abastecimento das cidades da região, beneficiando cerca de 300 mil pessoas, e para a irrigação de, pelo menos, 5.000 hectares. O projeto busca, ainda, ampliar a oferta

hídrica do Oeste e Norte do Estado do Ceará, promovendo a ligação entre as bacias do Parnaíba, Acaraú e Coreaú. (DNOCS, 2022). O Mapa 6 traz a localização do Lago de Fronteiras e sua distância da sede do Município.

Mapa 6 – Localização da Barragem Lago de Fronteiras - Crateús/CE



A obra tem despertado expectativas, questionamentos e discussões quanto aos impactos imediatos e futuros, uma vez que a área alagada será de: 2.500 hectares e que vai encobrir algumas comunidades, logo, as populações destas têm que ser deslocadas para outras áreas, dentre as maiores comunidades destacamos: Poti, Cabaças e Palmares II. Pinheiro (2022) realizou um estudo que analisou os efeitos da desterritorialização, em virtude da construção do lago, sobre o modo de vida e a saúde mental das cerca de 40 famílias que moram no assentamento de Palmares II.

Chegou a algumas conclusões: que o processo de desterritorialização gerou um forte sentimento de falta de identidade na comunidade, levando ao aumento dos casos de transtornos psicológicos: ansiedade, depressão e estresse, o que acarretou o aumento do uso de medicamentos para estas doenças; alterações na coesão social; aumento da vulnerabilidade econômica, por destruir os meios de produção dos moradores, e danos ao meio ambiente, pois uma vez que os moradores foram informados que toda a área será alagada se fortaleceu a prática do corte das árvores para a comercialização da madeira, expandindo o desmatamento.

O trabalho demonstrou o quanto a saúde está atrelada ao meio em que o indivíduo vive, pois, segundo o autor:

não faz sentido pensar o sujeito em sofrimento psíquico ou mental descolado da realidade social, visto que sofremos porque somos reprimidos; sofremos porque somos castrados; sofremos porque temos medo de perder o objeto amado; [...] sofremos porque a fumaça das queimadas nos causa mal-estar; sofremos porque nos culpamos; sofremos porque queremos ser melhores que aquilo que somos; etc. enfim, sofremos porque estamos na cultura, pois a vida, tal como nos coube, é muito difícil para nós, traz demasiadas dores, decepções, tarefas insolúveis. (Pinheiro, 2022, p. 63).

Em outro trecho diz:

a destruição de territórios, pelo que vimos até agora, não pode ser compreendida simplesmente como o desaparecimento de uma área que abrigava determinada população. Significa o fim de um espaço onde a vida acontece com suas contingências, limites, potências e possibilidades. Um espaço que abriga natureza, trabalho vivo, trabalho morto, imaterialidades, símbolos, signos, encontros, sentidos, rede de cuidados, de amparo, de afetos etc. Portanto, um espaço produtor e âncora de subjetividades e saúde mental (Pinheiro, 2022, p. 82).

Como demonstrado, existem efeitos imediatos, sobre a população atingida e o meio ambiente, e efeitos posteriores, e é sobre estes que se fundamenta primordialmente a pergunta: a quem o Lago de Fronteiras irá servir? A população e

aos produtores da região ou ao agronegócio, ao mercado e ao grande proprietário? Alguns de nossos entrevistados, em especial os empresários e servidores de alguns órgãos que atuam na região, expressaram positivas expectativas sobre os efeitos do lago para a economia regional.

Mas sempre com a ressalva de que o pequeno produtor tem que de alguma forma ter acesso às águas. Para o Empresário 1 (2024)⁴⁹ uma:

região como a nossa, ela tem o Banco do Nordeste, ela tem as universidades, ela tem as pessoas que querem empreender, nós temos potencial a ser explorado e é através do Lago de Fronteiras! Mas as obras estão paradas [...] então se nós temos todo esse potencial, nosso solo é melhor que o de Petrolina, tem o sol, nós podemos produzir a fruta, nós podemos industrializar isso, a Agroindústria seria o mercado. O povo quer comer, o mundo todo quer comer! É alimentar o povo, então produz que vende! Agora, os entraves são esses, cara! Não tem essa pessoa ou uma instituição que junte tudo isso aqui, se fizesse, daqui a 10 anos isso aqui seria um oásis. (Empresário 1, 2024 – entrevista realizada em 31 de outubro de 2024)

Em outro trecho, quando indagado como ele imaginava seria possível o uso das águas de forma inteligente e democrática, a partir do diálogo com as comunidades, com a universidade e outras instituições, dando acesso aos pequenos produtores, disse:

Esse seria o grande projeto. E, infelizmente, está parado. Aí sim, você poderia trazer cursos voltados para o aproveitamento desse potencial: do peixe, da produção de ração animal, da produção de alimentos humanos, tal, tal, tal. Meu irmão, isso aqui se desenvolvia! O comércio melhora, o posto de combustível, os hotéis melhoram, cria riqueza. [...] Aí está aí, a obra parada, isso dá uma baixa da porra, porque tinha empresa construindo hotel, essas coisas e tal, tal, tal. Esperança que volte, né?! Aí depois você tem que fazer esse casamento com a universidade, se ela for com essa ideologia aqui, dentro do projeto de desenvolvimento, olha lá! Ela já olha e diz: Ah! Porque esse projeto aí é para servir para o pequeno. Meu amigo, pequeno não produz, você tem que fazer o que fizeram com Petrolina, bota um grande aqui, bota um pequeno aqui do lado, para ele se espelhar. [...] Ele tem que ter acesso, né?! Aí você tem que pegar o pequeno e dizer, olha, está aqui! Mas aqui do mesmo lado, paralelamente, nós estamos te dando o conhecimento, a tecnologia, para que tu andes, cara! (Empresário 1, 2024 – entrevista realizada em 31 de outubro de 2024).

O que se constata da fala do entrevistado é o seu entusiasmo quanto a revolução produtiva que o Lago de Fronteiras pode gerar na região, pela boa qualidade do solo e condições de insolação, no entanto, ele parte do pensamento de

⁴⁹ Entrevista com empresário e presidente da CDL local. Realizada em: 31 de outubro de 2024.

que devem coabitar, produzindo na área, o grande e o pequeno produtor, pois o primeiro garantiria a maior escala de produção e o segundo teria no primeiro sua inspiração. Mas é comprovado que a tendência do sistema é o fortalecimento de quem detém mais recursos, logo, a extinção ou absorção da produção do pequeno pelo grande produtor é o mais provável em tal modelo.

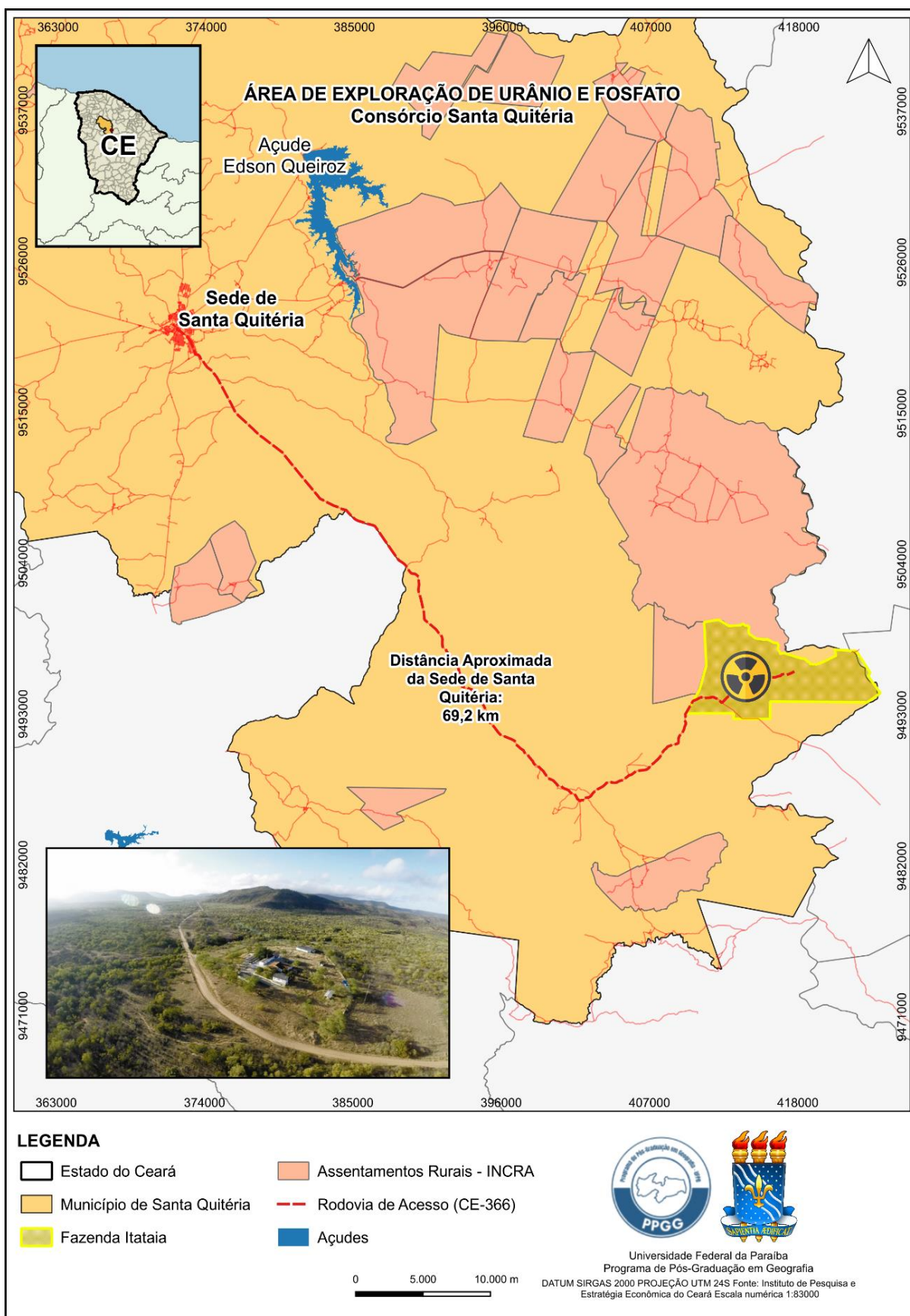
Quanto à relação da universidade com as transformações que o projeto traria, para ele o “casamento” consistiria na oferta de cursos e no desenvolvimento de pesquisas que tivessem ligação com o que seria produzido a partir do Lago. Ressalta a preocupação com a defesa do acesso exclusivo para o pequeno produtor. Por último, lamenta a paralisação das obras, pois está gerando prejuízos para quem já investiu em empreendimentos pensando no Lago.

Desde seu início em 2014 a obra tem sido alvo de uma ação popular movida pelo Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar⁵⁰ - EFTA, que alega que a população das mais de 40 comunidades urbanas e rurais atingidas não receberam a indenização adequada que possibilitasse a devida realocação em outro local. De acordo com informações divulgadas pela EFTA, até junho de 2024 o DNOCS tinha indenizado apenas 70% das famílias e com valores abaixo dos de mercado. O DNOCS, por sua vez, alega ter indenizado as famílias de acordo com laudo técnico e tabelas de preços condizentes com a época e que as famílias aceitaram os valores na ocasião. (Ceará, 2024b).

Outro grande projeto na Região dos Sertões de Crateús, como já mencionado, é a exploração de urânio e fosfato na fazenda Itataia situada na cidade de Santa Quitéria – CE. O Mapa 7 traz a localização da Mina, na Fazenda Itataia, e sua posição em relação a sede do município de Santa Quitéria e do açude Edson Queiroz.

⁵⁰ Trata-se do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA). É um órgão permanente de promoção à cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE). Sua missão é oferecer acessória jurídica popular, tanto judicial como extrajudicial. Suas atividades se dão de forma integrada com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alece, atualmente a comissão é presidida pelo Deputado Renato Roseno (PSOL). (Ceará, 2024).

Mapa 7 - Localização da Mina de Urânio e Fósforo em Santa Quitéria/CE



Trata-se de uma obra que tem gerado maiores polêmicas, pois envolve grandes riscos ambientais. A maior parte do material a ser extraído é fosfato, a mina possui uma reserva estimada de: 8,9 milhões de toneladas deste composto, enquanto o urânio estaria entorno de: 80 mil toneladas.

A previsão de produção anual é de: 1.050.000 toneladas de fertilizantes fosfatados, o que supriria 25% de toda a demanda das regiões Norte e Nordeste do País, 220.000 toneladas de fosfato bicálcico, suficiente para 50% da demanda das mesmas regiões, e 2.300 toneladas de concentrado de urânio, o suficiente para eliminar a necessidade de importação nacional deste elemento, atenderia as necessidades das usinas de Angra 1; 2 e permitiria o funcionamento da 3.

A exploração se daria por um consórcio denominado Santa Quitéria, tendo à frente as empresas Galvani, produtora de fertilizantes (empresa privada) e as Indústrias Nucleares do Brasil – INB (pública). (INB, 2024). Ainda de acordo com a INB (2024), o minério após a extração passará por um processo de separação, ficando a parte do fosfato destinado à empresa Galvani e o urânio à INB, responsável pela produção do concentrado de urânio. A INB é a atual proprietária da fazenda que conta com: 4.042 hectares de área. Thaís Brito (2024), em reportagem para o site de notícias G1, expõe as polêmicas entorno da extração da mina, para ela:

A mineração da maior reserva de urânio do país é uma promessa e uma polêmica no Ceará. Com potencial de produção de energia e fertilizantes, a ideia conta com o apoio de gestores estaduais. No entanto, o projeto Santa Quitéria desperta questionamentos de comunidades e pesquisadores, que apontam riscos catastróficos para o meio ambiente e a vida da população. (Brito, 2024, p.1).

O projeto segue na dependência de autorização dos órgãos ambientais e de energia nuclear para funcionar. Em 2022 o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) não foi aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, a instituição alegou que as informações eram insuficientes quanto aos impactos e que não levava em consideração os efeitos sobre as comunidades da região. Além das pendências ambientais o projeto também está sob a análise da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

O valor estimado para a construção de toda a estrutura que permitirá a extração mineral é de: R\$ 2,3 bilhões de reais. Em setembro de 2024 o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), e vários secretários assinaram o compromisso de apoio ao

projeto, tal documento é válido pelos próximos 5 anos. O Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH criticou a decisão do governador, pois defende que o projeto coloca em risco a população e infringe vários direitos das comunidades da região. (Brito, 2024).

A expectativa do consórcio é conseguir as licenças até o fim de 2024, com previsão de plena operacionalização da extração e beneficiamento até o fim de 2027. Segundo Medeiros (2015), moram nas proximidades da mina cerca de 6 mil famílias, distribuídas em 27 comunidades no Município de Santa Quitéria e 15 em Itatira. Dentre estas foram mapeadas 28 tribos indígenas e 16 comunidades quilombolas. Mas os estudos revelam que a população sob risco é muito maior, chegando a 4,5 milhões de pessoas, pois, em alguns casos, envolve a residente em Fortaleza e Área Metropolitana, pois dentre os riscos apontados, destacam-se:

Acidentes no carregamento de urânio e fosfato pelas rodovias estaduais e federais com destino aos portos do Pecém (São Gonçalo do Amarante) e Mucuripe (Fortaleza).

Escoamento superficial e infiltração nas águas subterrâneas da bacia hidrográfica do rio Acaraú a partir das pilhas de rejeito ou das poeiras produzidas nas fases de lavra e industrialização.

Contaminação do rio Groaíras, que passa ao lado da mina e corre até o rio Acaraú, com águas que chegam à cidade de Sobral e vão até o litoral. Prejuízos para a economia regional relacionada à produção e comércio de alimentos agroecológicos.

Dispersão de pluma de contaminação do gás radônio pelos ventos de nordeste, leste e sudeste. Isto pode chegar até a região da Ibiapaba e até avançar pela fronteira com o Piauí.

Elevada toxicidade para os seres humanos e efeitos biológicos causados pelo contato com metais pesados e poeira provocada pela extração de rochas ornamentais e brita. (Brito, 2024, p. 4).

Um dos agravantes do projeto e que podem ligá-lo ao Lago de Fronteiras é a necessidade de água para a lavagem do minério. A Secretaria de Recursos Hídricos – SRH garantiu ser suficiente o uso de parte das águas do açude Edson Queiroz, que abastece a cidade de Santa Quitéria e adjacências, o projeto consumiria cerca de: 9,75% da capacidade total do reservatório. Mas de acordo com o grupo de pesquisa:

Trabalho, Meio Ambiente e Saúde – TRAMAS⁵¹, mantido pela Universidade Federal do Ceará – UFC e que tem acompanhado todo o processo na região, a demanda sobre o açude pode aumentar em até 400%. (TRAMAS, 2023).

A Região está inserida no semiárido e algumas das comunidades próximas à mina são abastecidas com água trazida por caminhões pipa, além de captarem água da chuva, a partir de calhas instaladas nos telhados das casas, que é armazenada em cisternas, o que aumentaria ainda mais o risco de contaminação pela dispersão da pluma contaminada pelo ar. De acordo com Christiano Brandão, representante do consórcio, a prioridade da água é para a população:

explica que as legislações vigentes para outorga dos recursos hídricos deixam clara a prioridade para abastecimento das pessoas e dos animais. E que, em casos de escassez extrema, a operação da mina será sacrificada para não prejudicar os outros usos da água. Como detalha, a eliminação das barragens de rejeito foi uma mudança no projeto que diminuirá o uso da água. O desenho atual prevê pilhas de rejeitos com fosfogesso e cal, evitando descartar água para o meio ambiente e evitando riscos de contaminação. (Brito, 2024, p. 5).

O fato de adotarem o sistema de pilhas de rejeitos, no entanto, além de aumentar as chances da contaminação pelo ar, não impede a da água, pois a chuva ao cair sobre essas pilhas, certamente, levará parte dos rejeitos para os córregos e rios. A escassez de água na região pode ser o ponto de contato entre os dois projetos, a exploração da mina e a construção do Lago de Fronteiras, pois este último seria a garantia de um volume de água suficiente para o empreendimento em momentos de estiagem, mas, ressaltamos, que são apenas hipóteses, não há nada oficial nesse sentido. (TRAMAS, 2023).

Em paralelo a esses grandes projetos que estão chegando no território, movidos pelos interesses de agentes econômicos externos e do estado, existem iniciativas que buscam incentivar os circuitos produtivos próprios da região, uma destas, e que foi destaque na fala de vários dos nossos entrevistados, é o Programa Líder, coordenado pelo SEBRAE, que buscou pensar alternativas de desenvolvimento para os Sertões de Crateús e Inhamuns. Como resultado dos debates feitos a partir da visão de agentes dos setores público e privado, gerou-se uma agenda que serve

⁵¹ O grupo Tramas se dedica a desenvolver estudos e trabalhos sobre a relação entre; trabalho, meio ambiente e Saúde. Está em funcionamento desde 1996 e além das pesquisas promovem formação e articulam cooperações sociais. (TRAMAS, 2023).

de:

instrumento de orientação e direcionamento para a atuação do grupo a partir do Programa Líder, de instituições parceiras e demais lideranças e organizações diversas, na formulação e execução de projetos, programas e ações que visem à promoção do desenvolvimento da região tendo, ainda, o propósito de estimular a participação e o debate das lideranças públicas, privadas e da sociedade civil da região do Crateús e Inhamuns. O programa envolve a mobilização e a integração de líderes, para possibilitar o alinhamento das demandas e a convergência das políticas públicas e iniciativas privadas, para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da região, com foco no fortalecimento dos pequenos negócios e consequente dinamização da economia. (SEBRAE, 2022, p.11).

O que se revela é que existe um planejamento regional mais amplo, exposto por grandes projetos e que escapam à gerência ou interferência dos agentes locais e existe, em paralelo, a busca de se superar algo que ficou muito explícito na pesquisa, a falta de um projeto norteador que sirva de guia para as ações voltadas para os setores produtivos locais, daí a iniciativa do SEBRAE de reunir agentes de diferentes setores para pensar alternativas de desenvolvimento e elaborar uma agenda de ações.

As figuras: Figura 8; Figura 9; Figura 10 e Figura 11 trazem diferentes momentos/encontros entre membros do Grupo Líder e agentes políticos, representantes de variados seguimentos econômicos, de diferentes órgãos, além de produtores e membros das comunidades regionais.

Figura 8 - Reunião com o DNOCS sobre o Lago de Fronteiras e seus usos – Grupo Líder



Fonte: Acervo pessoal do Empresário 2 (2024)

Figura 9 - Reunião para discutir alternativas para o Turismo na Região - Grupo Lider



Fonte: Acervo pessoal do Empresário 2 (2024)

Figura 10 - Reunião para discutir alternativas para a Região – Grupo Líder



Fonte: Acervo pessoal do Empresário 2 (2024)

Figura 11 - Reunião sobre a Rota Colorida - Grupo Lider e Produtores de urucum



Fonte: Acervo pessoal do Empresário 2 (2024)

Segundo o Diretor do SEBRAE (2024) ⁵² a Instituição tem desenvolvido vários projetos ao longo do tempo voltados para os principais setores produtivos da região: “o agro, a partir da caprinocultura, avicultura, bovinocultura, apicultura e o comércio”. Mas uma das grandes dificuldades relatadas por ele é a falta de uma cultura de cooperação entre os produtores da região:

A gente tenta as cooperativas, algumas dão certo, mesmo assim não são bem geridas. A gente constitui, como se manda a regra mesmo, por exemplo, a gente envolve o sistema OCBC⁵³, SCOB⁵⁴, eles vêm, fazem os módulos, funda junto com os cooperados a cooperativa, e mesmo assim, as vezes, algumas não dão certo, ainda! Então, assim, nós temos muita dificuldade de juntar e organizar os produtores, porque assim, o mercado, ele exige três coisas: **Qualidade**, que nem precisa falar, se não tiver qualidade aí esqueça qualquer atividade e **quantidade e constância**. (Diretor do SEBRAE, 2024 – entrevista realizada em 16 de outubro de 2024. Grifo nosso)

⁵² Entrevista com o Diretor do SEBRAE, realizada em 16 de outubro de 2024.

⁵³ Sistema de Organização e Controle de Benefícios de Cooperativas (OCBC).

⁵⁴ Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SCOB)

Qualidade, quantidade e constância, nessas três palavras o entrevistado resume os maiores desafios do setor produtivo agrário da Região. De todos os seguimentos o mais organizado é o do mel, foi estabelecida a rota do mel, trata-se de um projeto coordenado por várias instituições, SEBRAE, ONG's, EMATECE, que tem buscado criar cooperativas e as condições adequadas para o beneficiamento, comercialização e exportação do mel.

A cidade de Novo Oriente tem se destacado na região por ser a maior captadora, beneficiadora e exportadora de mel. Talvez por ser uma cultura explorada comercialmente em maior escala mais recentemente, não gerou tanta resistência às inovações trazidas pelos projetos. O que não é a realidade das demais como a: caprinocultura, avicultura, bovinocultura e o setor leiteiro. Um dos estudantes do curso de Zootecnia do IFCE de Crateús e que participou do programa de extensão AgrolFNordeste⁵⁵, Bolsista 1 (2024), nos relatou sua experiência junto a esses produtores:

O que foi que eu vi? Porque eu sou lá da região em que eu atendia, é que enquanto tinha assistência eles faziam, mas quando acabou a assistência parou, porque o gado de leite, por exemplo, eu formulei rações e dietas para as vacas, mas quando não tem assistência eles voltam a fazer como fazia antes. Então teria que ter um acompanhamento mais longo. O produtor, ele quer o resultado e quando não tem assistência ele tem medo de fazer e errar. (Bolsista 1, 2024 – entrevista realizada em 15 de abril de 2024).

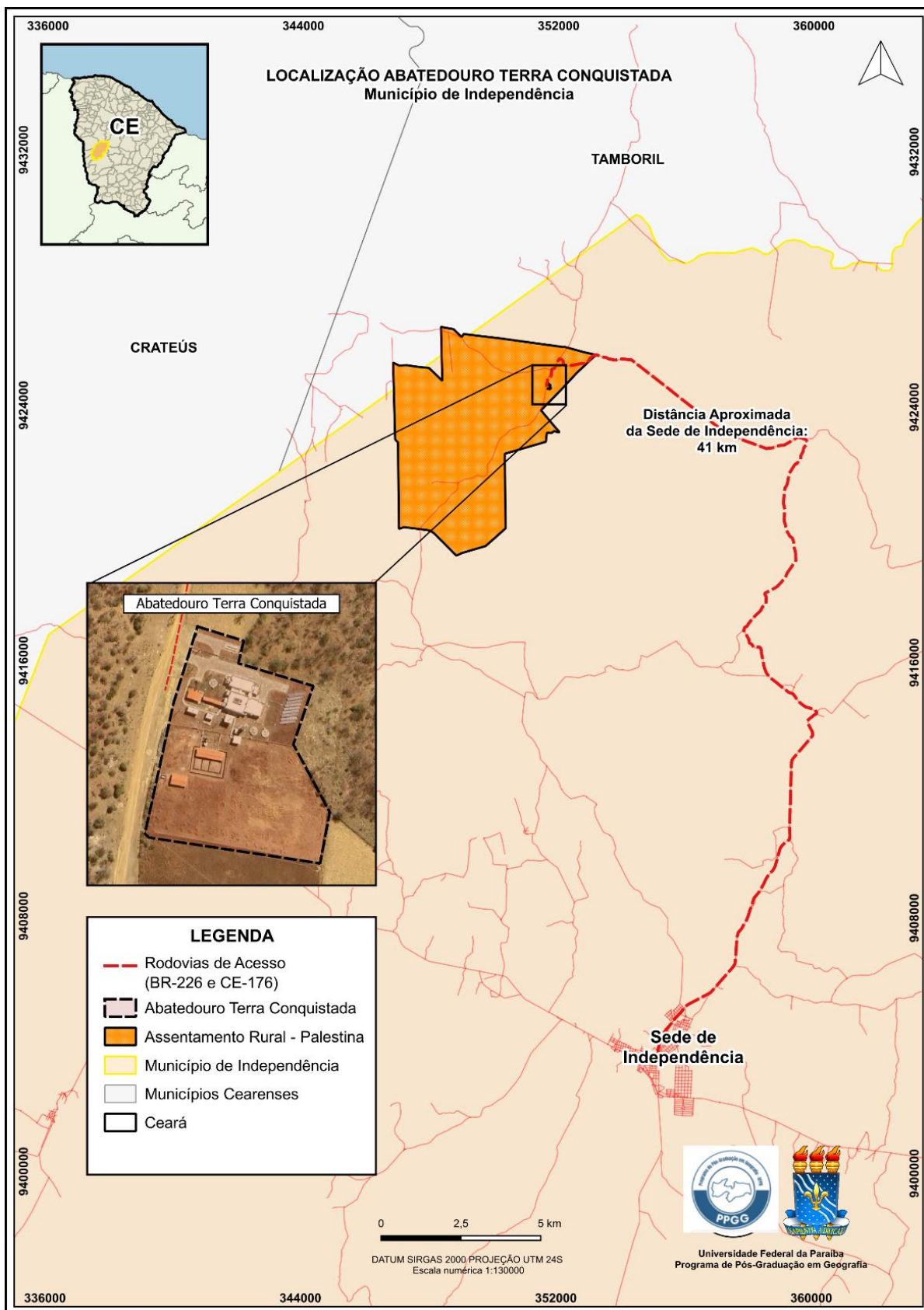
Existe a forma de fazer já arraigada pela prática, causando resistência a mudanças, existe a insegurança do produtor de continuar com as novas técnicas na ausência da acessória e existe a falta da compensação financeira suficiente, pelo menos no curto prazo, que justifique o maior trabalho e custo com o melhoramento da produção, pois como o abate do animal é feito comumente pelo próprio produtor ou quando comercializado vivo o é para pequenos abatedouros, a exigência de qualidade não é intensa e não há significativa variação de preço em função de uma melhor qualidade.

⁵⁵ O projeto foi coordenado pelo Instituto Federal do Piauí – IFPI e teve como objetivo ações no fortalecimento da agricultura familiar por meio do desenvolvimento de tecnologias, assistência técnica, gestão e comercialização da produção através de três eixos principais: residência profissional agrícola, energias renováveis e economia de água na produção agropecuária e gestão e comercialização na agricultura familiar. O IFCE tornou-se parceiro e o campus de Crateús, por possuir cursos na área das Ciências Agrárias, foi um dos contemplados. (IFPI, 2022).

Foi inaugurado em outubro de 2024 um moderno abatedouro de bovinos, suínos, ovinos e caprinos no assentamento do MST na Palestina, comunidade pertencente ao município de Independência – CE, a 49 Km de Crateús. Com grande capacidade de abate e funcionando a partir do que é exigido pelas normas ambientais e sanitárias, com cortes padronizados e selo de qualidade, a expectativa era que o abatedouro passasse a captar toda a produção da região.

O Mapa 8 traz a localização do abatedouro: Terra Conquistada, que foi instalado no Assentamento Palestina, no município de Independência, a 41km da sede do Município, sendo acessado somente por estrada de chão (sem pavimentação), o que é alvo de fortes críticas dos produtores da Região.

Mapa 8 - Localização do abatedouro Terra Conquistada - Assentamento Palestina - Independência/CE



O SEBRAE foi um dos órgãos que esteve auxiliando no treinamento e preparação de toda a parte de logística. Mas alguns obstáculos têm se imposto às expectativas: primeiro a distância, pois o abatedouro fica na zona rural do município de Independência e as estradas que dão acesso não são boas, depois a falta de uma cadeia produtiva que permita a constante oferta de animais, pois se não houver uma divisão entre os produtores,

um produzindo só o burrego, com três, quatro meses passando para o outro, [...] porque se não for assim vai acabar os rebanhos, porque começa a abater os machos, porque tem que ter o peso, aí vai para as fêmeas e acaba. Eles não compram nem da Palestina que é um assentamento [...] aí só funciona quando tem animais, lá eles estavam vendendo para os supermercados: Cosmos, Mateus, para o Restaurante Bamboo, mas acabou, porque não tem, se não tiver escala o mercado para. Aí para não ficar sem escala eles estavam indo comprar em Pernambuco, na Paraíba, para não fechar, mas não compensa. (Bolsista 1, 2024 – entrevista realizada em 15 de abril de 2024).

Para o Representante Sindical 1 (2024)

qualquer zootecnista que orientar um agricultor, pecuarista nosso, a tentar construir uma produção de carne melhor bovina vai dar prejuízo ao agricultor, o mercado não absorve esse animal. Ele vai perder, cara, já fiz esse cálculo, o animal engorda muito mais rápido, mas na hora de vender, meu amigo, é um pelo outro e é o peso vivo! Ele não tem um açougue que abarque a carcaça dele, que vá dar um preço, que vá cortar, que vá fazer chegar a um preço que beneficie ao ponto de pagar aquele produto, esse sistema rústico é o que, quando ele consegue vender, consegue pagar ele. Agora que conseguimos um abatedouro e é lá em Independência! E você já viu a burocracia que é para chegar lá?! [...] Mas de novo o território, a falta de uma estrutura territorial, mas nesse ponto vem a Instituição, pra mim o MST se tornou bairrista nesse ponto, ele deveria ter feito uma grande divulgação, parar de olhar para quem tem produto ou não e entender uma logística de fazer o abatedouro funcionar, disponibilizar, meu amigo, se eu ligar e disser, meu amigo, por favor, me diga quanto está aí o preço do abate, espera aí vou olhar na planilha, se você quer tornar isso viável, você tem que está divulgando em todos os cantos, teria que dizer, eu quero ser o organismo central de comercialização de ovino e caprino aqui, eu vou articular, fazer feiras para desenvolver aquele projeto ali, eu esperava isso, o MST não fez, eu esperava divulgação na rádio, mobilizando todas as assistências técnicas: nós estamos comprando animais, o preço é tanto, mas se tiver uma carcaça melhor é tanto! Nem estimular o produtor?! Tipo, se você produzir uma carcaça com tantos por cento de gordura, no instante o produtor ia no IFCE: ei, como faço para produzir um animal com essa porcentagem de gordura de 70%? O que estimula é o mercado, não é a nossa palavra técnica. Quando o cara tenta mudar um agricultor sobre manejo sem conhecer todo o sistema de produção dele já começou errado. (Representante Sindical 1, 2024 – entrevista realizada em 31 de outubro de 2024)

O que observamos é que existe um aparelho moderno à disposição da região, pelo menos para o abate de ovinos e caprinos, mas que falta a estruturação de uma cadeia produtiva que permita a constância na oferta de animais e a garantia do produtor de ter sua produção vendida e valorizada em função de um maior investimento na qualidade, pois atualmente isso não está ocorrendo, logo, o produtor não enxerga estímulo para maiores investimentos ou mudanças na sua forma de criar os animais.

O Professor do curso de Zootecnia do IFCE, Extensionista 1 (2024), ao falar sobre o que tem observado em seus projetos de extensão e na relação com os produtores da região, reforça o já exposto pelos demais entrevistados, a dificuldade de se estabelecer uma cadeia produtiva organizada e a falta de estímulo econômico para o investimento em uma produção em maior escala e de melhor qualidade. Ao falar sobre o abatedouro e suas possibilidades, disse:

Esse vai enfrentar um problema seríssimo [...] quem abate clandestinamente, a taxa, ou ele não paga nada para abater lá na casa dele, onde ele mesmo abate ou vende o animal vivo, o cara vai lá e abate ou então ele vai pagar uma taxa bem menor comparada ao que vai ser cobrada para ele lá no abatedouro. É lógico que lá no abatedouro ele vai ter um selo, ele vai poder comercializar e tudo mais, mas assim, para quem abate atualmente, pra ele, não é importante, ele vende para o cara ali no açougue e tanto faz se tem selo ou não, isso não importa, porque o público também quer aquele animal que está ali esticado, as moscas voando ao redor, sabe lá se é macho, se é fêmea, qual é a idade desse bicho, se morreu de quê?! Se foi morte matada ou morte morrida né?! Ele muitas vezes não quer saber, se colocar numa bandejinha ou embalagem à vaco, resfriar, ter todo o processo ali de beneficiamento da carne, muitas vezes o cara não vai se interessar, não vai querer pagar o preço que justifica essa condição, então ele tem que expandir, tem que buscar algo especial, buscar restaurantes que trabalham com isso, enfim. (Extensionista 1, 2024 – entrevista realizada em 18 de outubro de 2024).

O público, o comprador final, também exerce um papel importante culturalmente ao não exigir um produto de melhor qualidade, mas, como bem ressaltado pelo entrevistado, essa falta de exigência, normalmente, é motivada pelo acesso a um produto mais barato, o que retroalimenta as práticas tradicionais de produção e comercialização. Outro fator que interfere na quantidade e constância na oferta de animais é a média de cabeças por produtores na região, poucos detêm maiores quantidades. (SEBRAE, 2022).

De acordo o Produtor 2 (2024),

o maior produtor da região, o Renan Mourão, o mercado dele é em Teresina, no Piauí, a gente não consegue entregar carne de ovelha para ninguém aqui, me falaram que tem um rapaz ali que está comprando a R\$ 23,00, a gente que engorda, mais ou menos empata, não perde, mas se for vender a R\$10, 11 reais vivo, não paga a despesa. A economia do nosso município é de pecuária e comércio, mas você não vê uma reunião referente a negócio na prefeitura de Crateús, se não tem um órgão de negócio, não tem como ninguém se aproximar, nada disso é atrativo para o produtor pensar: daqui a 4 anos eu posso está produzindo 200 burregos que eu tenho mercado. O Renan Mourão quer ir para 1.500 matrizes, aqui não tem mercado, aí vai lá embaixo tem o Cauin, até mudou, passou a produzir leite agora, mas para vender para quem?! Aí o cara fica mudando de carneiro, pra gado, para leite, mas cadê o mercado?! Você não tem um seguimento, uma organização, você vai ver bem aqui no Maranhão, o supermercado compra, vem tudo bonitinho, prontinho, em caminhão refrigerado, aí fica o pessoal aqui matando boi na moita para vender ali, as vezes, aí criaram um matadouro que não tem a função, então eu acho que nossa região tem muito potencial, mas baixa capacitação, organização, articulação, quer dizer, a queixa do pecuarista é grande, mas ele também não se organiza. (Produtor 2, 2024 – entrevista realizada em 15 de outubro de 2024).

Os relatos nos revelam um grande potencial, mas subutilizado, a produção, o abate dos animais e a comercialização ainda é feita de forma tradicional, o que dificulta a concorrência com outros mercados e regiões. Outro fator que aparece ao fim da citação acima e que foi alvo do trabalho do Projeto Líder, é a busca da superação da falta de diálogo entre os diferentes setores e órgãos que atuam na região e entre as diferentes esferas de poder.

O isolacionismo setorial e institucional permite que todos executem suas funções, mas sem coordenação, sem objetivos comuns, o que gera um grande desperdício de recursos, pela consequente ineficiência, e uma grande perda de energia que bem direcionada poderia modificar positivamente a região.

A maioria dos entrevistados apontaram a falta de diálogo ou a de um fórum permanente de debate entre os diferentes órgãos e instituições como um grande obstáculo ao desenvolvimento da Região. Essa falta de integração se confirmou, em parte, na tentativa do Grupo Líder de reunir todas as esferas de poder e diversões órgãos de diferentes seguimentos em suas reuniões, pois:

esse programa tem entorno de 40 pessoas, ele liga os Inhamuns, Aiuba, Parambú, Tauá, Arneiros e vai até Santa Quitéria, esses 40 líderes discutem os problemas da Região, então nós temos nosso grupo, que é o do Agronegócio: ovino, caprino e mel, principalmente estes, são os eixos que escolheram como fonte e tem a estrutura: a educação, o social, então, para você ter ideia o prefeito de Crateús, o que foi afastado, não mandou ninguém, não deixou encaixar nenhum representante, todos os demais municípios têm

representantes, têm secretários, conhecem bem o Líder, mas ele não. Ele é direitoista, apesar de ter sido muito ajudado pela Janaína e o Camilo, mas espero que as coisas mudem a partir de janeiro. (Diretor da EMATECE, 2024 – entrevista realizada em 02 de outubro de 2024).

A iniciativa tomada com o intuito de pensar o desenvolvimento regional foi, naquele contexto, negligenciada pela prefeitura da maior cidade da região, Crateús, logo, constata-se o desafio dessas articulações e de se pensar ações conjuntas, uma vez que a esfera de poder mais próxima das comunidades que é a prefeitura, nesse caso em específico, se eximiu de tal responsabilidade. Essa dificuldade também foi enaltecida pelos representantes sindicais, ambos os entrevistados ressaltaram a necessidade de se pensar e implementar políticas de desenvolvimento territorial, a partir de uma maior interação entre as instituições e as comunidades.

Para a Sindicalista 2 (2024)⁵⁶, “falta mesmo esse diálogo para a gente globalizar mesmo o nosso trabalho, para ter mais desenvolvimento para o homem e a mulher do campo”. Enquanto o Sindicalista 1 (2024) concorda e acrescenta: “essa inexistência é real!” E até estabelece quando esse distanciamento e falta de referência de projeto teve início:

O marco foi o fim da política territorial, por mais contraditória que a política de desenvolvimento territorial do governo Lula tenha sido naquela época, porque ela veio com o território discutido de cima para baixo, então todo mundo sabia que ela não ia dar certo, mas no território, eu estava no início da extensão rural, em 2011 ainda, nesse trabalho, em 2009, com o MST, no Canindé, e essa ausência não era tão gritante. Nós questionávamos outras coisas, por exemplo, o excesso de planos de desenvolvimento territorial que eram engavetados, má metodologia de participação dos sujeitos do território, mas existia o território que juntava todas essas instituições em coletivos, plenárias, oficinas, treinamentos, logo, havia um coisa que aglutinava todas essas instituições, mas desde o fim da política de desenvolvimento territorial, e eu não sei se já coincidiu com o golpe, um pouco antes os territórios começaram a declinar, a política territorial começou a declinar como política pública. A gente sempre teve uma má divisão territorial, a saúde tem uma, a educação tem outra, a EMATECE tem outra, nós do sindicato temos outra, as vezes ficava difícil, porque eu não discuto a educação com você, discuto a educação com aquele outro território, mas a água eu discuto com esse, então problemas estruturais do território tinham, mas era uma política que conseguia fazer pelo menos com que houvesse um aglutinamento. (Sindicalista 1, 2024 – entrevista realizada em 31 de outubro de 2024).

⁵⁶ Entrevista com representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús. Entrevista realizada em 31 de outubro de 2024, na sede da Instituição.

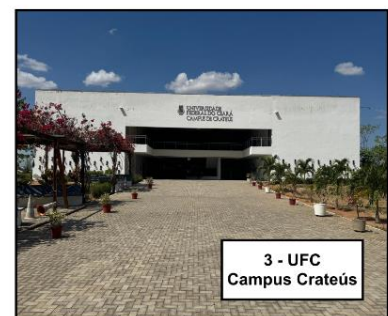
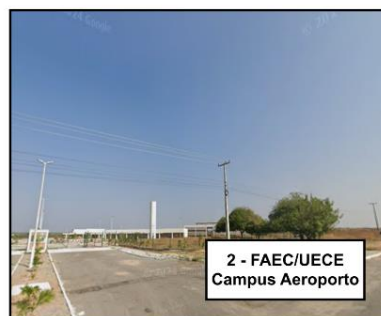
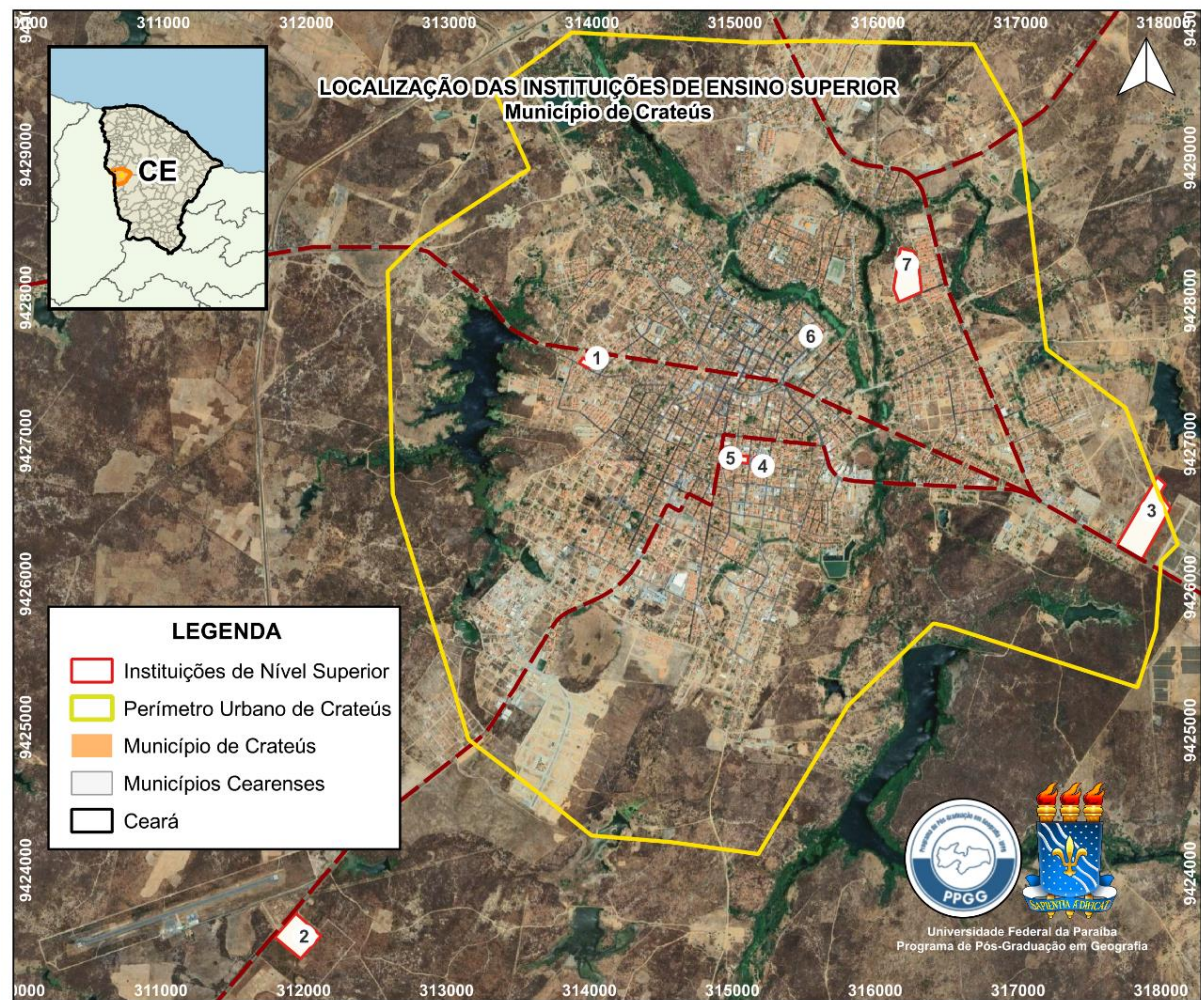
Os pontos, falta de um projeto norteador e falta de diálogo entre as Instituições e destas com as comunidades, se repetiram quando entrevistei representantes do setor empresarial e educacional. A citação expõe um outro problema, a delimitação de um território comum para a atuação das diferentes instituições, pois uma vez que a EMATECE dá assistência a um grupo de municípios distintos daqueles em que o sindicato atua ou a educação, a partir da CREDE, torna-se mais complicado estabelecer o diálogo e a instituição de metas regionais comuns.

Diante da falta de coordenação e clareza quanto a que projeto regional seguir, o Representante sindical 1 (2024), expôs a opinião de que “as instituições de pesquisa, para mim, deveriam ser os principais fomentadores de modelos de desenvolvimento, porque é isso que elas fazem, pensar modelos de desenvolvimento”. Essa fala vai ao encontro do que esta pesquisa buscou analisar, qual tem sido o papel desempenhado pelas Instituições de ensino superior – IES e técnico em Crateús, o que motivou a ida delas para aquele território, a qual projeto se associam? Quais os desafios enfrentados por estas?

O entrevistado se refere à pesquisa enquanto uma das formas pelas quais as instituições educacionais de ensino superior e técnicas podem contribuir com a superação de desafios locais e regionais, mas as possibilidades de ação de tais instituições são mais amplas, pois se estendem à formação e a capacitação por meio do ensino e a prestação de serviços à comunidade pela extensão.

A cidade de Crateús tem, desde o início dos anos 2000, se transformado em um polo de oferta de ensino de nível superior e técnico. Atualmente ofertam cursos presenciais na cidade a: Universidade Federal do Ceará – UFC; Universidade Estadual do Ceará – UECE, que localmente possui o nome de Faculdade de Educação de Crateús – FAEC; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE; Faculdade Princesa do Oeste – FPO; Universidade Norte do Paraná – UNOPAR; e o Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú – IVA. Dentre outras faculdades que ofertam cursos à distância ou semipresenciais. O Mapa 9 traz a localização das IES instaladas na cidade e fotos das respectivas fachadas.

Mapa 9 - Localização das Instituições de Ensino Superior em Crateús/CE



0 0,75 1,5 km
DATUM SIRGAS 2000 PROJEÇÃO UTM 24S
Escala numérica 1:40000

Estas instituições que ofertam cursos superiores se estruturam sobre o tripé: ensino, pesquisa e extensão e por meio desse devem servir à cidade e região. Nossa pesquisa busca dimensionar essa contribuição a partir do IFCE e mais especificamente da extensão. No próximo capítulo vamos adentrar em discussões sobre o projeto de desenvolvimento que ensejou o alargamento da oferta de ensino superior pela expansão das universidades e a ampliação da oferta de ensino técnico e superior a partir da criação e expansão dos IFs, pois ofertam as duas modalidades.

Buscamos compreender a intencionalidade dessa política de expansão e se está sendo alcançada na prática, pois, como visto, coexistem no território dos Sertões de Crateús a execução de grandes projetos, guiados por interesses que extrapolam os dos empreendedores locais e das comunidades, e ao mesmo tempo projetos que buscam fortalecer o pequeno e médio empresário e produtor. Verificar quais os cursos ofertados, as pesquisas, e os projetos de extensão desenvolvidos é um caminho para a demonstração de a qual projeto respondem ou se aproximam.

Ressaltamos que a existência de grandes projetos como o Lago de Fronteiras ou a vinda de uma grande fábrica não necessariamente representa um conflito de interesses entre os produtores da região e as grandes redes que venham a se instalar no território, tudo depende da área de atuação destas, se dialogam com o que produz a região, se vêm se juntar aos produtores, reformulando e fortalecendo a cadeia produtiva local, servindo de referência, de âncora, como defende Mangabeira Unger (2020) ou se irá se portar como um parasita, extraindo os recursos, explorando as pessoas e ejetando os lucros para fora da economia regional.

As perguntas e objetivos desta tese se centram na elucidação da contribuição da chegada das universidades e IFs em Crateús, com foco especial na relação que este último estabelece com a Região a partir da extensão. No próximo capítulo nos voltamos para a análise das políticas de expansão destas instituições e de como são vistas como possíveis propulsoras de desenvolvimento regional. Partimos de uma visão macro sobre o desenvolvimento regional para afunilarmos, ao longo do trabalho, em direção a análise da chegada destas instituições em Crateús e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento da Região.

4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: O PAPEL ATRIBUÍDO À POLÍTICA PÚBLICA DE CRIAÇÃO E EXPANSÃO DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO – IFS

Durante o primeiro e o segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva⁵⁷ (PT) (2003 – 2011) a discussão sobre as desigualdades regionais ganharam novo fôlego, o presidente sendo nordestino e tendo na região uma larga base de apoio eleitoral contribuiu para que os olhares do governo se voltassem para o Nordeste e outras regiões que não somente a Sul e Sudeste.

Durante o segundo mandato o Presidente Lula nomeou para a Secretaria de Assuntos Estratégico da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger⁵⁸, a nomeação coincidiu com a efetivação da expansão da oferta de ensino superior e técnico, a partir dos projetos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, em 2007, e criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, em 2008. (Brasil/MEC, 2010); (Brasil, 2008b).

Mangabeira, inspirando-se no projeto de Celso Furtado, propôs uma nova estratégia de desenvolvimento regional para o País na qual a educação é pilar central e assume novas funções em comparação com a proposta inicial de Celso Furtado. Publicou em 2009 o documento: O desenvolvimento do Nordeste como projeto nacional. No qual detalha o que denomina de caminho para a evolução do Nordeste. Em função do tempo entre as suas propostas e as de Celso Furtado, mudanças são apontadas em diversas áreas. (Unger, 2009).

A análise e proposta do GTDN apontava as dificuldades do Nordeste sobre uma perspectiva estruturalista, demonstrando que o atraso da região era fruto de um processo de dependência econômica e desigualdade regional. As soluções propostas eram a industrialização, na época de base fordista, com a consequente formação de uma burguesia regional que se contraporía ao coronelismo, e, por último, a busca da superação do sistema produtivo arcaico e de base agrícola. Apostava-se na construção de polos industriais e na geração de uma economia de base comercial no semiárido, apoiada na produção de algumas plantas que ao meio se adaptasse e no

⁵⁷ Desse momento em diante ao se referir aos mandatos do Presidente: Luís Inácio Lula da Silva, para não cansar o leitor, tomaremos a liberdade de nomeá-lo, usando apenas o nome Lula.

⁵⁸ Roberto Mangabeira Unger ficou na função de: 2007 a 2009, voltando a assumi-la no segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff: 2015 a 2016. (Globo, 2007).

fortalecimento da pecuária.

No que se refere à escassez de água, as ações se centravam na construção de reservatórios e canais para a irrigação. O fortalecimento da economia se daria com o apoio de órgãos de fomento de crédito, como o BNB, e no que se refere ao contingente populacional, defendia a empregabilidade de parte deste nas novas dinâmicas agrárias produtivas, desenvolvidas em vales úmidos, e na pecuária, e para o excedente defendia o deslocamento para o Nordeste do estado do Maranhão, alargando a fronteira agrícola. (GTDN, 1959).

Na área educacional, a busca era pela diminuição dos índices de analfabetismo e a consequente conscientização política da população, em uma perspectiva educacional aos moldes da defendida por Paulo Freire. Administrativamente todas essas ações eram geridas e desenvolvidas, prioritariamente, a partir do governo federal e de seus órgãos. O contexto mundial e nacional era outro, as diferenças socioeconômicas e regionais eram muito mais gritantes nas décadas de: 1950 e 1960 do que atualmente. Mangabeira, por sua vez, desenvolveu sua proposta em um contexto de intensa globalização e do domínio da indústria do conhecimento, da informação e da constante inovação. (Unger, 2009).

Em artigo de 2020, Mangabeira escreve que desde Celso Furtado não havia a implantação de um novo projeto de desenvolvimento para o Nordeste, para ele:

Duas ilusões preenchem o vazio de projeto. Uma é a ilusão do pobrismo: o compromisso com iniciativas compensatórias que atenuam o sofrimento dos pobres sem lhes abrir alternativas de trabalho e capacitação. Outra é a ilusão do são paulismo: o fascínio por grandes obras, como refinarias e siderurgias à antiga. São iniciativas que remontam ao paradigma da indústria tradicional, chamada de Fordismo industrial, como aquela que se implantou em São Paulo em meados do século passado e que hoje se encontra em apuros e declínio em quase todo o mundo. Tais iniciativas costumam ser concebidas e executadas em regime de enclave: não funcionam como núcleos de um conjunto de empreendimentos capaz de ajudar a soerguer as microrregiões em volta delas. (Unger, 2020, p.2).

Mangabeira parte da necessidade do fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais e do apoio ao pequeno e médio produtor, a agricultura familiar e ao pequeno e médio empresário, como condição de um desenvolvimento efetivo e sustentável economicamente. Para que isso se torne possível é necessário que junto com as políticas de compensação financeira, que auxilie na diminuição das disparidades regionais, venham as de incentivo à produção.

Para Teixeira (2014, p. 207), em artigo em que compara os dois projetos, a viabilidade do que pretende Mangabeira para a economia possui duas condições, a primeira: “se refere às formas de relacionamento entre os produtores entre si e entre os produtores e o Estado”. Ou seja, exige a coexistência e a colaboração de dois sistemas de relações, o primeiro horizontal, entre os produtores, em que se instauraria uma espécie de concorrência colaborativa, pela qual recursos financeiros e materiais poderiam ser compartilhados, viabilizando a superação do problema de escala produtiva tão comum entre os pequenos produtores e que inviabiliza a concorrência com os grandes.

O segundo sistema de relações seria o vertical, entre os produtores e o Estado, mas não mais nos moldes anteriores em que as decisões eram impostas de cima para baixo e não levavam em consideração as peculiaridades locais. O que propõe é um sistema de colaboração entre as esferas de governo e os produtores, buscando a viabilização da diversidade produtiva a partir do investimento nos Arranjos Produtivos Locais – APLs. A ajuda do Estado seria fundamental a partir da criação e manutenção de mecanismos de crédito, e da promoção do acesso à tecnologia e a assessoria, que neste caso poderia ser oferecida pelo: SEBRAE, sindicatos, universidades, dentre outras instituições. (Teixeira, 1956).

A segunda se refere à necessidade da organização das empresas em rede, o que permitiria a cooperação. A presença de empresas maiores seria importante nesse processo, funcionando como captadoras da produção das pequenas e intermediárias, funcionando como elo com o mercado externo. No que se refere à pecuária, a proposta é a modernização da produção com a diminuição da extensiva, que causa maiores impactos ambientais e é pouco eficiente.

Para o fortalecimento da agricultura o Estado deve oferecer assistência técnica, através da extensão agrícola, segurança para o pequeno e médio produtor por meio de *hedges*, mecanismo financeiro que assegura o produtor em caso de estiagem ou cheias ou qualquer outro fenômeno que torne a produção ou comercialização inviável. E o mais importante, a organização do mercado agrícola, que ofereça para os produtores a chance de se contrapor aos veículos de comercialização cartelizados. Para o autor, a garantia de uma livre e justa concorrência deve ser prioridade para o Estado. (Unger, 2020). Enfim:

o núcleo do projeto de Mangabeira Unger para o Nordeste objetiva construir uma economia organizada de uma forma que reúna capital, tecnologia e

trabalho, sem distribuir direitos permanentes e irrestritos a seu uso. Essa solução implica imaginar e experimentar instituições que expressem o antigo ideal, centrado no pequeno produtor independente, como uma alternativa prática ao capitalismo, conforme a tradição “socialista utópica” de pensamento, fundada na realização do progresso econômico e tecnológico e na democratização da estrutura social. (Teixeira, 2014, p. 209).

A expansão do ensino superior e técnico harmoniza-se com a busca de uma maior igualdade de oportunidades regionais, historicamente as instituições de ensino superior e técnico se concentravam em capitais ou grandes centros urbanos, inviabilizando ou dificultando o acesso a estas pela população residente no interior dos estados e obstruindo um efetivo desenvolvimento regional, pois no mundo contemporâneo é condição para tal, a formação, a pesquisa, a extensão, e o desenvolvimento de tecnologias que dialoguem com as peculiaridades e necessidades de cada região.

Para Mangabeira (2020), assim como preconizado pelas últimas teorias do desenvolvimento regional, a criação de clusters e de ambientes que promovam a inovação tecnológica, aos moldes do *milieu innovateur*, citado por Amaral Filho (2001), é o caminho para o desenvolvimento, e as instituições educacionais têm papel central nesse novo momento. Para tanto, defende mudanças de curto e longo prazo no sistema educacional brasileiro.

No curto prazo, enaltece o papel e o potencial dos Institutos Federais, que ofertam educação técnica e propedêutica, para ele pode surgir dessa Instituição experimentos educacionais inovadores pela peculiaridade de sua estrutura de congregar diferentes níveis de ensino na mesma instituição. A principal diferença é a largueza de visão de Mangabeira que, ao contrário da perspectiva mais restrita de capacitação da mão de obra para servir à indústria e a agricultura defendida pelo GTDN, advoga por uma educação inovadora, criativa e com foco no empreendedorismo social em que o egresso não necessariamente tenha que se transformar em empregado.

Para Unger (2006, p.1), o ensino mais do que informativo tem que ser capacitador.

Permito-me traduzir essa tese em depoimento pessoal. O maior educador da nação que tivemos foi Anísio Teixeira. Quando ele tinha mais de 60 anos e eu menos de 20, tornei-me seu amigo e interlocutor. Como secretário de Educação do governo de meu avô na Bahia, ele havia implantado a escola-parque, depois divulgado por mãos de seu discípulo Darcy Ribeiro sob o nome de escola integral. O que ficou claro em minhas conversas incessantes com Anísio é que a escola de tempo integral, com apoio amplo ao aluno,

destinava-se a ser apenas o arcabouço físico e social de uma educação revolucionária no método e no conteúdo. Enciclopedismo superficial e inconseqüente cederia lugar a ensino que mobilizasse a informação seletiva e aprofundada como palco para o desenvolvimento de capacidades analíticas. Na Universidade de Columbia, Anísio se havia debruçado sobre os escritos de John Dewey e encontrado na filosofia do pragmatismo americano incitamento para a revolução de ensino que preconizava no Brasil.

Seguindo essa linha da valorização de uma educação menos enciclopédica e mais contextualizada, ele aponta as medidas de longo prazo: a defesa da mudança do paradigma preponderante de que o bom modelo de educação é aquele que consegue inserir mais informações no cérebro dos estudantes e que usa para a aferição deste volume avaliações de base quantitativa. Argumenta por uma educação crítica, que cultive a experimentação, a inovação e a criatividade e que tenha a pergunta como o centro de seu método e não a oferta da resposta pronta e acabada. (Unger, 2006).

O conceito de período técnico científico-informacional, desenvolvido por Santos (2013), associa o período atual a um modo de vida regido pela ciência, a técnica e a informação, um modo de vida que se impõe a todos e que exige o mínimo de domínio das ferramentas tecnológicas para que se possa produzir e transitar de forma mais fácil no mundo contemporâneo. Mas no Brasil a democratização espacial e socioeconômica do acesso à educação é fenômeno recente e esse atraso evidentemente reflete nas desigualdades regionais e de classe.

O investimento na expansão das universidades e IF's nos governos do PT é a tentativa moderna de superação desse problema, mas claro que vem carregada de desafios de ordem estrutural e social que são decorrentes de todo o processo de formação da sociedade brasileira. No próximo tópico fazemos um breve retrospecto da trajetória da oferta da educação superior e técnica no Brasil, nos detendo mais demoradamente na última e na forma como historicamente foram ofertadas para classes sociais distintas, revelando um certo preconceito com a educação profissional.

4.1 CONTEXTO DA EVOLUÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E TÉCNICA NO BRASIL

A evolução da educação no Brasil está intimamente ligada a forma como a sociedade brasileira foi estruturada e a maneira preconceituosa como sempre foi vista a educação profissionalizante. Para os filhos da elite era reservada a educação propedêutica e a universitária, e para os filhos dos pobres a educação profissional,

como deixam claras as palavras do Presidente Nilo Peçanha, quando da criação da Escola de Aprendizes Artífices em 1909:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos **desfavorecidos da fortuna** com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime [...] (Sidou, 1979, p.18, grifo nosso)

Durante a monarquia tivemos duas posturas em relação a educação. Até a chegada da família real ao Brasil em 1808 a oferta de ensino era dirigida unicamente pelos jesuítas, que ensinavam a ler na mesma medida em que catequisavam as crianças e os adultos, logo, o ensino tinha como base a educação religiosa e filosófica, mas mesmo esta oferta era restrita, pois não abarcava toda a sociedade devido à falta de uma estrutura que a viabilizasse e mesmo esta foi, em grande parte, destruída em 1759 com a reforma pombalina⁵⁹ que expulsou cerca de 670 jesuítas do Brasil. (Saviani, 2007a).

Houve o desmantelamento do antigo sistema sem que houvesse a formação dos novos profissionais para atuarem sob essa nova perspectiva, ocorreu a mudança na legislação, mas existiu a dificuldade de sua implementação na prática, o que fez com que a educação que deveria ser laica convivesse com a de cunho religiosa ao longo da história. Nesse contexto Monárquico, os filhos de pessoas mais ricas eram educados e preparados para cursar faculdade na Europa, não havia, até 1808, iniciativa da Coroa no sentido de formar profissionais de nível técnico ou superior no Brasil.

Com a vinda da família real em 1808 surgiu a necessidade de formar pessoas para suprir as necessidades da corte e da elite brasileira que se formava, diante disso foram criados alguns cursos estratégicos como os de: cirurgia, na Bahia, o de Medicina e Anatomia no Rio de Janeiro (1808-1809), a Escola Real da Marinha (1808)

⁵⁹ Sebastião José de Carvalho e Melo, O Marquês de Pombal, ao se tornar Ministro da Fazenda (1750 – 1777) de Dom José I (Rei de Portugal), implementou uma série de reformas administrativas que incluíam maior controle sobre os impostos, incentivo à industrialização e mudanças no sistema educacional, que era comandado pelos Jesuítas. O objetivo era instalar um ensino laico mais próximo das ideias iluministas de: Locke, Hobbes, Rousseau, Baruch Espinosa, Voltaire, dentre outros, já acatadas em outros países da Europa. Daí a expulsão dos Jesuítas do Brasil e a reforma educacional decorrente. (Righes et al. 2021)

e a Academia Real Militar (1810), também no Rio de Janeiro, que mais tarde se transformaria na Escola Central e, depois, em Escola Politécnica, que passaria à Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Quase duas décadas depois, em 1827, foram criadas as primeiras faculdades de Direito no Brasil, sendo uma em São Paulo e outra em Olinda. (Sampaio, 1991).

Para Lima (2012), no Brasil foram criados cursos, faculdades, e não universidades, adotou-se o que vinha sendo feito na França, a priorização de cursos técnicos. Tal estratégia visava a formação de pessoas para executar certas funções, mas não desenvolver senso crítico e contestar o governo. Um fato importante a se pontuar é que o ingresso nas faculdades se dava de forma automática para estudantes do Colégio Pedro II e para integrantes de algumas famílias mais importantes.

Com a independência em 1822 e com a revolução industrial europeia, cresceu o discurso da necessidade de uma educação que preparasse a população para esse novo momento. A partir da república (1889...) uma das grandes e decisivas medidas foi a permissão da oferta de ensino superior pela iniciativa privada, houve nesse momento uma separação maior entre o Estado e a Igreja e como consequência esta passou a criar instituições de ensino que mantinham a ideologia de um ensino religioso enquanto o Estado passou a defender uma educação mais laica. (Durham, 1995).

A partir dos anos de 1930, com a nova visão desenvolvimentista trazida pelo governo de Getúlio Vargas, a facilitação do acesso ao ensino superior e a possibilidade de se fazer pesquisa no País começou a evoluir, pois ocorreu a formulação de projetos de criação de algumas universidades importantes, como: a Universidade de São Paulo – USP, que foi criada em 1934 como fruto de um esforço da elite paulista que se contrapunha ao governo central do Rio de Janeiro. (Sampaio, 1991).

São desse período os projetos para a Universidade do Brasil e Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, tendo este último sido frustrado como consequência do conflito entre os grupos laicos e politicamente liberais, à esquerda do espectro político, e o conservadorismo católico à direita, pois enquanto a Universidade do Brasil deveria ficar sob a responsabilidade da Igreja Católica, a Universidade do Distrito Federal ficaria sob a proteção do governo local, pretendendo ser um centro de pensamento libertário na época.

Algo que não progrediu, especialmente após as insurreições comunistas em alguns quartéis que levaram a uma postura mais radical do governo, culminando com

o fechamento da citada Universidade. O pretendido domínio da Igreja Católica sobre a Universidade do Brasil, também, não se concretizou, levando-a a criar em 1944 a Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio) (Sampaio, 1991).

Os anos de 1930 foram de grandes disputas intelectuais entorno do tipo de universidade que deveria se consolidar no Brasil, as exigências de grupos como: Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), assim como de intelectuais como: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, era por uma universidade mais democrática, autônoma administrativamente, didaticamente, politicamente e que tivesse na pesquisa o centro de sua atenção.

Outras reformas defendidas miravam a própria estrutura da universidade como as que defendiam a criação de concurso para o ingresso como professor, a eleição de reitores, a partir de lista tríplice, e a descentralização de decisões quanto ao que seria ofertado nas disciplinas, a partir da criação de conselhos e coordenações de cursos.

Essas reivindicações foram atendidas, de acordo com Sampaio (1991), por meio da reforma de Francisco Campos⁶⁰, Reforma Capanema, a única que não foi plenamente suprida foi a priorização da pesquisa, pois pela demanda da época e pelo contexto do País, o foco se voltou para a formação de professores para o ensino básico, obviamente, o que não é algo ruim, mas a pesquisa deixou, na prática, de ser o foco da atenção.

O novo momento do País demandava uma qualificação maior da mão de obra e essa foi a mola propulsora para a expansão da oferta do ensino superior. A maior parte dessas Instituições se concentravam no Sudeste, tal fato é explicado por Santos (2001, p. 21) “[...] as estradas favoreceram os intercâmbios e, no Estado de São Paulo, a agricultura obteve níveis de eficácia compatíveis com a civilização industrial”. Ou seja, São Paulo tinha um meio técnico mais estruturado, o que possibilitou a instalação das primeiras indústrias e como consequência, pelas exigências dessa atividade, a formação de uma rede de serviços mais robusta que incluía o ensino superior.

⁶⁰ Francisco Campos foi um político brasileiro que realizou, em 1931, a reforma educacional que carrega seu nome. Por meio desta, buscava a modernização do ensino secundário superior brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. (Dallabrida, 2009)

Outra reforma universitária importante foi a ocorrida em 1968, no Governo Militar de: Artur Costa e Silva (1967 – 1969), espelhando-se na proposta de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília, dentre outras coisas, acabou com o sistema de Cátedras, criou o sistema de créditos e semestralidade e estabeleceu o currículo em duas etapas: básico e profissionalizante. Estabeleceu, ainda, o sistema de Institutos Básicos e o duplo sistema de organização: um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria, e outro horizontal, com a criação de colegiados de cursos que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis pelos currículos (Sampaio, 1991).

O ponto negativo desta reforma foi a facilitação da abertura de novos cursos e faculdades particulares, isso fez com que o que era responsabilidade do Estado passasse a ser compartilhado com a iniciativa privada, sendo o principal problema não a expansão da oferta de vagas, mas como esta ocorreu, no caso, sem o devido acompanhamento e mensuração da qualidade. Para Malacarne (2008):

[...] como resultado dessa abertura para a iniciativa privada, o país contava, em 1976, com 885 IES, sendo que 222 eram mantidas pelos governos federal, estadual ou municipal e 663 eram privadas, ou seja, de minoritária, a iniciativa privada passou a absolutamente majoritária na oferta de vagas no ensino superior. (Malacarne, 2008, 39)

A facilitação na criação de faculdades e abertura de cursos fez com que as matrículas nas Instituições privadas saltassem de: 278.295 mil em 1968 para 1.311.799 em 1979. Isso reverberou também na pós-graduação que saltou de: 4.358 para: 33.633 matrículas, no mesmo período. (Malacarne, 2008).

Todo esse crescimento trouxe consequências como as apontadas por Vahl:

[...] a estratificação qualitativa da rede de ensino superior, como reflexo da origem do diplomado quando da busca de emprego; transformação da expansão do ensino superior em objeto de prestígio político e social; alargamento dos problemas de frustração profissional; socialização das perdas e privatização dos lucros no campo do ensino superior; e transformação do problema de quantidade em problema de qualidade (Vahl, 1980, p. 233, apud Malacarne, 2008, p. 40).

Tal processo passou a preocupar ao ponto de o Governo Federal, a partir do Ministério da Educação e Cultura, pelo Aviso Ministerial nº 137, de 15 de fevereiro de 1977, proibir a autorização da abertura de novos cursos por tempo indeterminado. Algo a ser ressaltado é que de nada adiantaria a expansão da oferta de cursos pela

iniciativa privada se não houvesse como os estudantes pagarem as mensalidades, então o governo de Ernesto Geisel (1974 – 1979) criou em 1975 o Programa de Crédito Educativo – CREDUC (Santos, 2001b).

Este é o programa que terá continuidade no governo de FHC (1995 – 2003) com o nome de: Fundo de Financiamento do Ensino Superior – FIES, que foi ampliado no governo Lula (2003 - 2010; 2023...), que por sinal criou, também, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, em 2005. (Chaves, 2015).

Os dois governos, de FHC e Lula, mantiveram o financiamento do setor privado de educação, mas a visão do governo Lula sobre a condução do país e sobre a educação é distinta, pois oportunizou a expansão do acesso ao Ensino Público Federal, tanto de nível superior, a partir do Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, como o profissional e técnico a partir dos Institutos Federais, em 2008. (Brasil, 2018).

Ao longo do governo de FHC a universidade foi atacada de várias formas, corte de orçamento, terceirização do trabalho, precarização das estruturas físicas e institucionais, cancelamento de concursos e congelamento dos salários dos servidores. A precarização vislumbrava a sempre presente e fantasiosa solução, a privatização. Em início de texto, no qual tece uma série de críticas à forma como o governo FHC tratava as universidades, Roberto Romano (1998, p.1) escreveu na época: “enfrentamos o pior ataque a cultura brasileira, dentre todos os que já foram intentados em nosso País”.

Temos, portanto, a dimensão da preocupação na ocasião, mas não foi somente a educação superior pública que foi atacada no citado governo, a oferta da educação profissional pública igualmente foi restringida ou impedida de se expandir na esfera federal, como consequência da aprovação da Lei nº: 9.649 de 27 de maio de 1998, que trazia no Art. 47 § 5º:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Brasil, 1998).

A face do neoliberalismo se mostra no dispositivo quando o governo federal se exime da responsabilidade de gestão e manutenção de novas instituições que ofertem educação profissional, delegando tal responsabilidade aos Estados, Municípios e

iniciativa privada. Tal legislação e outras só serão revistas no governo Lula, mas adentraremos em maiores detalhes na discussão específica sobre a educação profissional e sua expansão no próximo tópico (4.2).

4.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ENTRE DUAS VISÕES

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT é uma política de estado no Brasil, o que significa que tem sido mantida ao longo do tempo. Os primeiros relatos sobre essa modalidade de ensino remontam a criação do Colégio das Fábricas em 1809 pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI. Quando de sua criação possuía um caráter basicamente assistencialista e de moralização, mas ao longo das décadas foi sendo adaptada às necessidades e interesses dos governos e do sistema capitalista. (Ramos, 2014).

No início do século XX, mais especificamente em 1909, passou por uma expansão a partir da criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, distribuídas pelos estados brasileiros, pelo então presidente Nilo Peçanha, como já ressaltado. Em um contexto no qual a indústria ainda não tinha se consolidado no País, continuou a ser uma Escola pensada para amparar os mais pobres, dando aos jovens uma ocupação. Dentre os estados agraciados com uma unidade estava o Ceará. Atendiam jovens de no mínimo 10 e no máximo 13 anos. Para Sidou (1979), nessa época, os cursos ofertados em Fortaleza eram os primários em: desenho, sapataria, tipografia e encadernação, marcenaria, carpintaria, ferraria, serralheria, mecânica e alfaiataria.

Fica evidente que o propósito não era preparar esses jovens para uma carreira educacional que os levasse a formação universitária, o propósito era ocupá-los e prepará-los para o trabalho braçal e de pouca complexidade. Existia uma educação de cunho propedêutica que conduzia à universidade, voltada para as classes mais abastardas, e a de cunho profissional para os menos favorecidos. Esta distinção marcou toda a trajetória da educação profissional e técnica no Brasil. (Canali, 2009).

Inicialmente as escolas não contavam com uma boa infraestrutura e havia escassez de mestres de ofício com qualificação adequada, uma vez que esses vinham de indústrias e oficinas, logo, a instrução limitava-se a parte empírica, o que levou a uma crescente evasão “por escola no ano de implantação da rede (1910) 2.118 matrículas para 1.248 frequências, o que representa uma evasão de mais de 50% como quadro geral no país” (Canali, 2009, p.11).

Mas a partir da década de 1930 e o processo de industrialização a EPT começou a assumir importante destaque e essas primeiras escolas se tornaram referência de qualidade, a partir de suas adequações e maiores investimentos. O Brasil se sustentava pelos recursos provenientes da venda de commodities, sendo a principal o café, mas com a crise econômica de 1929 houve um despertar para a necessidade de se industrializar e substituir importações, o que foi impulsionado pela 2ª Guerra Mundial. Tal processo inicia-se no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945; 1951 – 1954), que desenvolveu a política de criação da Indústria nacional de base.

São exemplos desse período a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD (1942); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1941) e, em posterior mandato, a Petróleo Brasileiro S. A – Petrobrás (1953). Um novo contexto produtivo passou a exigir profissionais qualificados para exercerem as novas funções, logo, a formação teve que se adequar às exigências do sistema, o problema, no caso brasileira, é que essa adequação preservou por muito tempo tipos de formação distintas a depender do nível social dos indivíduos, predeterminando as funções que estes assumiriam no sistema produtivo.

Marise Ramos⁶¹ (2014) defende a tese de que a educação profissional no Brasil foi guiada, estruturada, a partir da influência do modelo industrial promovido e de seus agentes. Houve historicamente o embate entre duas visões de como deveria ocorrer o desenvolvimento industrial e econômico nacional, o autônomo e o dependente, para Octávio Ianni (1979) essa distinção se mostra nos seguintes governos e períodos, respectivamente: Getúlio Vargas (1930-45; 1951-54); João Goulart (1961-64); e que defendia a interdependência e associação com países e indústrias estrangeiras: Eurico Gaspar Dutra (1946-1950); Juscelino Kubitschek (1955-60) e, a partir de 1964, os governos militares, prevalecendo esta visão, também, após a redemocratização até os dias atuais.

Se referindo especificamente à diferença de pensamento entre o governo de Vargas e Kubitschek, Ianni (1979) escreve que:

⁶¹ A Dra. Marise Ramos é pesquisadora da área de educação, sendo especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) e professora associada da Faculdade de Educação da UERJ. Docente credenciada no quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e de Educação Profissional em Saúde (EPSJV/Fiocruz).

Foi uma mudança essencial na ideologia do desenvolvimento. Conforme vimos, modificaram-se os alvos da estratégia política de desenvolvimento: passou-se das formulações e decisões que se orientava no sentido de criar um sistema econômico de tipo nacional para as formulações e decisões que se orientavam no sentido de desenvolver um sistema capitalista de tipo associado. **No primeiro caso, pretendia-se superar a dependência por intermédio da nacionalização das decisões sobre a política econômica. No segundo, procurou-se realizar o desenvolvimento econômico por meio da reelaboração das condições de dependência.** [...] Em termos sintéticos esse era o percurso ideológico inerente ao pensamento representado por Vargas: a industrialização seria o caminho mais curto para a criação de um capitalismo nacional. No pensamento representado por Kubitschek, por outro lado, o percurso ideológico era o seguinte: a industrialização somente seria possível no contexto da interdependência e associação. (Ianni, 1979, p. 184, grifo nosso)

Importante salientar que o autor não advoga pelo isolamento do país no que se refere as relações diplomáticas, econômicas, de trocas comerciais ou de qualquer outro tipo, o que fica claro no trecho em destaque é que se buscava uma maior autonomia decisória, que se conseguiria pelo desenvolvimento de uma indústria nacional forte, que tivesse competitividade e certa liberdade em relação à indústria internacional e todos que a representavam direta ou indiretamente.

O que Marise Ramos (2014) demonstra em seu trabalho e que serve de guia para o nosso é a constatação de que no Brasil prevaleceu o modelo de desenvolvimento dependente, ou seja, aquele em que os governos abriram espaço para a intromissão de agentes externos na condução do país, a partir do aceite de financiamentos internacionais e da abertura para a implantação de um parque industrial de origem americana e europeia.

Essa interferência se mostra em vários aspectos ou setores, e uma das necessidades da indústria é mão de obra qualificada, logo, as políticas que se relacionam com a educação profissional e tecnológica sempre estiveram presentes e se expandiram,

Mas como o desenvolvimento brasileiro é marcado pelo capitalismo dependente, também o é a política de educação tecnológica. As mudanças históricas que se processaram até os dias de hoje são significativas em termos de ampliação e expansão desse tipo de educação, mas dão provas de estarem a serviço de um desenvolvimento capitalista dependente (Ramos, 2014, p. 22).

Vamos nesse tópico traçar essa trajetória, tomando como referência as reformas as quais essa modalidade de ensino foi submetida, como resultado da

postura dos governos frente a esta e às pressões externas sofridas. É parte central dessa evolução a disputa entre duas visões sobre a Educação Profissional Tecnológica - EPT, uma que a vê como um tipo de formação estritamente funcional e, portanto, desvinculada de uma formação mais ampla, a exemplo da propedêutica ofertada no ensino fundamental e médio.

E outra que a enxerga como necessária enquanto princípio educativo, pois vincula educação à prática social e ao trabalho. Para Ramos (2014, p.38), “se o saber tem uma autonomia relativa face ao processo de trabalho do qual se origina, o papel do ensino médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho”. Mas essa aproximação não pode ser simplesmente um adestramento, o ensino da técnica isolada, desvinculada de sua evolução e origem social, mas deve focar no conhecimento de seus fundamentos e na articulação desta com o processo produtivo (Saviani, 2007).

Mas sobre essa distinção, em específico, voltaremos a falar mais adiante. A educação profissional surgiu no Brasil no contexto pré-industrial voltada para preparar jovens pobres para desempenharem atividades de produção e manutenção de objetos simples. Com a industrialização do país, como já citado, a complexidade da produção aumentou e fez-se necessária a formação de mão de obra apta a lidar com esses novos equipamentos e processos.

Dentre as medidas efetuadas no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945; 1951 – 1954), a partir de seu Ministro da saúde e educação Gustavo Capanema, fez-se a reforma educacional dos anos de 1942 e 1943, a já citada Reforma Capanema. Em função da demanda de profissionais e da falta de uma estrutura estatal que desse conta desta naquele momento, a reforma permitiu a criação de parcerias entre o governo e o setor industrial, dando origem a um sistema de ensino paralelo e mediado pela Confederação Nacional das Indústrias, surgia o sistema “S”.

Foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), coordenado pela Confederação Nacional do Comércio, através do Decreto-lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946. As indústrias com mais de 100 funcionários podiam manter Escolas de Aprendiz, com o apoio do SENAI. Nesse momento surge um modelo de formação atrelado ao desenvolvimento de uma atividade muito específica, o que promove a qualificação para uma função, mas restringe em demasia as possibilidades de uma formação mais ampla.

O governo Federal diante da demanda transformou suas antigas Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Técnicas Federais em 1959 por intermédio da Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro e do Decreto: nº 4.7038 de 16 de novembro do mesmo ano. Nesse contexto as discussões sobre a diferença de formação e possibilidade de ascensão ao nível superior surgem, pois ao mesmo tempo em que era necessário formar técnicos era injusto que essa formação não lhes proporcionasse a possibilidade de acesso ao nível superior se assim o desejassem.

Algumas formações técnicas já continham essa possibilidade desde 1953, tais cursos eram os de Engenharia, Química, Matemática, Arquitetura, Física e Desenho, sendo que os candidatos tinham que comprovar ter cursado disciplinas de caráter geral e ser submetidos a exames sobre estas em Instituições Federais de Ensino ou equiparadas. (Ramos, 2014).

Desde o início dos anos de 1950 que se buscava a equivalência no que se refere ao acesso ao nível superior, o que só foi conseguido e com restrições pelo Decreto nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, pois “[...] um egresso de curso técnico poderia prestar exames apenas para cursos superiores relacionados à sua formação técnica, enquanto aqueles que cursavam o ensino propedêutico podiam escolher livremente qual carreira seguir.” (Tavares, 2012, p, 6).

A mudança de estilo de governo de Getúlio Vargas (1930-45; 1951-54) e João Goulart (1961-64) para o de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e depois Juscelino Kubitschek⁶² (1955-60) e militares a partir de 1964, como já ressaltado, mudou a forma de se pensar o desenvolvimento brasileiro, de uma perspectiva independente para dependente⁶³ e isso repercutiu no trato com a educação profissional. A organização do ensino médio e do técnico passaram a ser pensadas em função da preparação de mão obra para esse novo momento, no caso do ensino médio, foi criada em 1965 a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) no âmbito do Ministério da Educação.

⁶² Doravante quando se referir a este governo, utilizaremos a denominação: Governo JK, como popularmente é designado.

⁶³ Desenvolvimento independente está associado, por Octávio Ianni (1979), ao tentado por Getúlio Vargas, priorizando a indústria nacional e a criação de possibilidades de competitividade, enquanto o dependente está associado a abertura do País para indústrias internacionais e como consequência para a intervenção destas e de seus agentes nas decisões nacionais.

O ensino técnico, por sua vez, passou a ser acompanhado pelo Ministério do Trabalho, tendo sido criado o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO). Enquanto a EPEM assessorava os projetos de ensino desenvolvidos pelos Estados, este cuidava da preparação de mão de obra. De acordo com Ramos (2014, p.31 - 32):

A organização do ensino técnico industrial contou com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), constituída com a colaboração de órgãos americanos como a USAID e a Aliança para o Progresso, no contexto do Acordo Brasil e Estados Unidos firmado ainda em 1946, com o objetivo de fornecer equipamentos, assistência financeira e orientação técnica às escolas técnicas brasileiras.

Vemos nessa proximidade e interferência de instituições internacionais, o interesse por usar o Estado como parceiro na preparação de mão de obra barata para atividades operacionais próprias das indústrias e empresas que aqui se instalavam. A medida mais contundente tomada pelo Estado nesse sentido foi a realizada pelo governo militar de Emílio G. Médici (1969 – 1974) que, através da Lei nº 5.692/1971, tentou eliminar definitivamente a dualidade entre ensino propedêutico e profissional, determinando que a educação de ensino médio deveria ser profissionalizante para todos. (Canali, 2009).

Essa medida se alinhava perfeitamente ao projeto de desenvolvimento brasileiro assentado em uma nova fase da industrialização, mas dessa vez subalterna. Naquele momento duas pressões pesavam sobre o governo, em função do investimento internacional no País, a demanda de classes sociais mais simples por educação e a possibilidade de ascensão ao ensino superior e ao mesmo tempo a pressão por parte do mercado por mão de obra qualificada, diante disso, a solução foi a mais simples e óbvia, no entanto, a mais ousada e difícil de funcionar.

A determinação encontrou resistência em pais pertencentes as classes média e alta que queriam que seus filhos recebessem educação puramente propedêutica e que os preparasse para a faculdade. A compulsoriedade acabou se mostrando apenas para as Escolas públicas, continuando as privadas a ofertarem currículos puramente propedêuticos, voltados para as ciências, letras e artes, atendendo às elites, criando e aprofundando o fosso de qualidade entre a educação pública e privada de ensino fundamental e médio que se verifica até a atualidade.

A escola pública, não tendo como fugir à determinação, e no afã de formar para o mercado e para as universidades, mas sem a estrutura física e de profissional

adequada, acabou por não formar eficientemente nem para um nem para o outro. A carga horária das disciplinas propedêuticas foi diminuída para gerar espaço para as profissionalizantes, que por falta de estrutura eram ofertadas de forma muito básica e instrumental.

Isso gerou a crescente saída de alunos da classe alta e média de colégios públicos para particulares e repetências e evasões de estudantes das classes mais baixas por não conseguirem, respectivamente, acompanhar os conteúdos ou serem obrigados a abandonar os estudos antes da conclusão do segundo grau por necessidade de trabalhar e ajudar na renda familiar. Como se pode observar:

Os determinantes da dualidade estavam presentes na estrutura de classes. Entendemos que a exclusão de grande número de jovens da educação formal promovida pela escola, é resultado de uma sociedade fortemente dualista e desigual, realidade que se arrasta historicamente como herança civilizatória que se registra desde a colonização brasileira e vai assumindo novos contornos segundo os momentos de mudanças políticas e estruturais dos sistemas produtivos dominantes, sem que se garanta a materialização do direito subjetivo à educação e ao trabalho numa vida produtiva. (Canali, 2009, p.17).

Como ressalta a autora, a disparidade de acesso e qualidade de formação é algo estrutural na história do Brasil, a sua face vai se mostrando a cada reforma educacional. Dentre os obstáculos à oferta de uma educação que não fosse dual, naquele contexto, destacaríamos: a resistência das classes altas e médias, a falta de estrutura física e de pessoal adequados e a pressão crescente por parcerias com as Escolas Técnicas Federais – ETF, únicas com estrutura adequada para funcionarem naquele formato.

Que em função de maiores investimentos nacionais e internacionais, como os provenientes de empréstimos, comprovou que o problema não era o modelo, mas a falta de recursos financeiros e a capacitação, que no caso das ETF foram supridos pelo Governo Federal e por:

Contrato de Empréstimo Internacional (nº. 755/BR)⁶⁴, na forma do PRODEM I (Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio), elaborado por comissões das quais participavam brasileiros e americanos. A formação de professores brasileiros para esse projeto ocorreu por meio de um mestrado na Universidade Estadual de Oklahoma, Estados Unidos. (Ramos, 2014, p. 30).

⁶⁴ Contrato de empréstimo assinado em 21 de junho de 1971, com prazo de execução até 30 de dezembro de 1975.

O fato é que as ETF se consolidaram como referência de boa qualidade de formação, sendo seus egressos absorvidos pelo mercado com facilidade. Sua qualidade fez com que em 1971 algumas fossem elevadas à condição de Centros Federais de Educação – CEFETs.

Nos anos de 1970 os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, buscavam, a partir de empréstimos internacionais, por meio do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) preparar a infraestrutura física e de pessoal do país para receber as empresas multinacionais. E medidas como a exposta foram tentadas.

A obrigatoriedade da oferta conjunta de ensino propedêutico e técnico foi revista em 1982, por meio da Lei nº 7.044/82, pelo então presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 – 1985). A falha, pelo que comprova o êxito das ETF, foi a determinação da oferta concomitante do ensino propedêutico e técnico sem a garantia de recursos que a viabilizasse.

O resultado deste processo foi: o fortalecimento da formação técnica e aligeirada desvinculada da propedêutica, ofertada comumente pelo sistema “S” e por setores da iniciativa privada, o que se agravou nos anos de 1990 com a tomada de decisões mais contundentes no sentido do neoliberalismo, nos governos de FHC, como veremos adiante; o ensino técnico e propedêutico ofertados de forma integrada e eficiente pelas ETF; e, por último, a oferta do ensino somente propedêutico pelas demais redes de ensino fundamental e médio.

A crise econômica dos anos de 1980, com alta inflação e explosão da dívida pública, abriu espaço para a consolidação do pensamento neoliberal no Brasil. Algo que irá se aprofundar na década de 1990 com as privatizações, a diminuição da atuação do estado e a política econômica do governo de FHC. No que se refere à educação profissional, a postura do governo federal foi de tentar se eximir dessa responsabilidade, repassando-a para os Estados, Municípios e a iniciativa privada. (Cassiolato, 2014).

Nesse intuito foi lançado o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Com financiamento externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e internos do MEC e MTE, para financiar a expansão física da Rede de Educação Profissional dos Estados e Municípios ou privada e não investir mais na expansão da Rede Federal. Essa pretensão do governo federal de não se responsabilizar pela educação profissional foi expressa no Art. 47, § 5º da Lei nº

9.649/98, que determinava:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Brasil, 1998).

Associada a essa medida que inviabilizava a expansão da oferta da educação profissional a partir da proibição da construção de novas unidades, foi emitido o Decreto 2.208/97 ⁶⁵ que remodelava o funcionamento do sistema educacional brasileiro, estabelecendo a separação institucional e pedagógica entre o ensino médio de base propedêutica e o profissionalizante, “o que acabou reforçando a segmentação entre a formação geral e a formação técnica, que sempre permearam a história da Educação Profissional no Brasil”. (Oliveira, 2020, p. 29).

Em virtude dessa mudança, as Escolas Técnicas pararam de ofertar o ensino médio integrado profissionalizante e passaram a disponibilizar cursos técnicos concomitantes⁶⁶ ou subsequentes, mas obviamente desarticulados do ensino médio. A formação do trabalhador de baixo nível de escolaridade passou a ser de gerenciamento do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que a realizava em parceria com a iniciativa privada. Na perspectiva do governo, essa forma adaptava o tipo e o tempo de formação com o que demandava o mercado.

A maior parte dos cursos técnicos aderiram ao Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP e passaram a ser geridos pela sociedade civil. Esse programa tratava-se de uma parceria entre o Ministério da Educação - ME e o MTE e tinha como propósito aproximar a educação e o trabalho, ou seja, abria espaço para que alterações pudessem ser feitas nas instituições de ensino no sentido de alinhar estas e suas atividades e pesquisas aos interesses do mercado (Manfredi, 2016).

⁶⁵ O Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997 regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, referindo-se à Educação Profissional (Brasil, 1997). Foi revogado pelo Decreto nº 5.154/2004, que trouxe para o plano legal a possibilidade de integração curricular do ensino médio ao técnico (Brasil, 2004). (Oliveira, 2020, p. 29).

⁶⁶ Concomitante: o aluno cursa o ensino médio e técnico em instituições distintas ou na mesma, quando esta ofertar as duas modalidades, mas com matrículas distintas. No caso do integrado a matrícula é apenas uma e no caso do subsequente o aluno termina o ensino médio e depois cursa o técnico.

O resultado prático desse modelo dual e da terceirização da formação técnica por parte do governo, gerou, de acordo com Canali (2009, p.19): as seguintes consequências:

a Educação Profissional esteve dissociada da Educação Básica, o que gerou um aligeiramento da formação técnica em módulos dissociados e estanques dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional de jovens e adultos trabalhadores.

Em 2003, inicia-se o governo do Presidente Lula e com ele surge a esperança de mudanças almejadas pelos progressistas ligados aos sindicatos e as instituições de ensino e pesquisa e que viam nas medidas de FHC um equívoco. A primeira mudança foi a publicação do Decreto nº 45.154 de 2004, que no Art. 4º §1º traz:

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - **integrada**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso.

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (Brasil, 2004, Grifo nosso).

A legislação manteve as modalidades concomitante e subsequente, a novidade é que trouxe de volta a possibilidade da formação integrada, na qual o aluno curso o ensino médio, tendo acesso a todas as disciplinas propedêuticas, mas também às técnicas, saindo dessa etapa apto para a tentativa de ingresso: no mercado de trabalho; no nível superior; ou em ambos, caso seja possível conciliar.

A outra mudança, que foi fundamental para a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação – IFs, foi a alteração da Lei nº 9.649/98 que, como já ressaltado, proibia a criação de novas unidades de ETF. O governo Lula, sendo coerente com a busca da oferta de uma educação integrada, lançou em 2007 o Programa: Brasil Profissionalizado, incentivando a formação humanista em conjunto com a profissional e em 2008 criou, através da Lei: 11.892, os Institutos Federais de Educação – IFs. (Brasil, 2008b).

Temos falado sobre a distinção, a dualidade, histórica entre a oferta do ensino propedêutico e técnico e algumas perguntas se impõem: o que separa essas duas modalidades não seria o preconceito vindo do dualismo de classes historicamente arraigado no Brasil? Será que de fato a preparação para o mercado de trabalho e para o ingresso na universidade devem ser separadas? Pedagogicamente é possível unirmos de forma eficiente essas duas modalidades? No próximo subtópico trazemos a solução proposta por Saviani (2007) para superação dessa suposta dualidade.

4.2.1 A politecnia como resposta

Dermeval Saviani defende a politecnia como resposta, que nas suas palavras seria a:

especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. (Saviani, 2007, p.161)

Ou seja, a proposta é de que a formação não seja de técnicos, mas de politécnicos. De indivíduos que não sejam treinados para efetuarem atividades repetitivas, mas que entendam todo o processo histórico e socioeconômico que gerou a demanda e em consequência desta os meios para que a técnica ou o conjunto de técnicas e seus instrumentos fossem desenvolvidos.

Na defesa da politécnica, Saviani (2007b, p.153), ao trabalhar os Fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação, esclarece que o ato de trabalhar e educar são próprios do ser humano, logo, ele faz as seguintes indagações: “quais são as características do ser humano que lhe permitem realizar as ações de trabalhar e de educar? Ou: o que é que está inscrito no ser do homem que lhe possibilita trabalhar e educar?”

As indagações remetem à ideia de que existiria capacidades inatas no ser humano que o distinguiria como tal, que seriam fruto de sua racionalidade, como se a distinção entre os homens e os demais animais já viesse determinada por algo inato, a capacidade de raciocínio. No entanto Saviani, valendo-se de Marx e Engels (1974), defende a ideia de que o que distingue o homem é sua capacidade de adaptar a natureza às suas necessidades.

Para ele:

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (Saviani, 2007b, p.154).

Então, por essa concepção, se o homem se faz homem na medida em que modifica a natureza, neste processo ocorre aprendizagem, a partir da tentativa e erro o homem foi descobrindo formas mais adequadas de lidar com a natureza. Logo, “a origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade.” (Saviani, 2007b, p.154).

Aprendizagem que se revela no ato da interação com a natureza e se perpetua no tempo a partir da instrução, do repasse para as novas gerações dos procedimentos e processos que funcionam. No período primitivo o aprendizado, a partir da experimentação, e da instrução ocorriam de forma direta e prática. A produção da existência e a aprendizagem faziam parte do mesmo processo. A educação se misturava com a vida, não era preparação para a vida, como tendemos a pensar a atual, mas era a própria vida se constituindo.

E como ocorreu a separação entre o trabalho e a educação? Para o autor, aconteceu em função da apropriação de terras que fez com que surgissem proprietários e escravos. A partir do momento em que uma parcela da população obteve a possibilidade do ócio, surgiu a Escola, enquanto reduto destinado a preservar e preparar alguns privilegiados para se dedicarem à exclusiva atividade intelectual, essa prática perpassou as culturas grega, egípcia, romana e medieval.

A separação ocorreu em função das relações sociais e refletiu na separação dos tipos de educação. A distinção não foi fruto da necessidade do próprio processo de conhecimento, mas unicamente social. Ou seja:

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre educação e trabalho. No entanto, não se pode perder de vista que isso só foi possível a partir da própria determinação do processo de trabalho. Com efeito, é o modo como se organiza o processo de produção – portanto, a maneira como os homens produzem os seus meios de vida – que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção. (Saviani, 2007, p.157).

A viabilidade da vida advém do trabalho, para que uma parcela da população possa se dedicar a atividades intelectuais é necessário que a outra parte trabalhe na produção de mercadorias e a sustente, é nesse sentido que o autor defende que a organização do processo de produção permitiu a separação entre trabalho manual e intelectual.

Na idade moderna com a industrialização e a mecanização, a produção passou a demandar conhecimentos mais técnicos, as máquinas se complexificaram e passaram a ser produzidas a partir de pesquisas, de projetos, logo, chegavam aos trabalhadores prontas, movidas inicialmente a carvão mineral, depois a combustíveis fósseis diversos e por último à eletricidade, exigindo crescente qualificação para o trabalho com estas. A novidade é que o conjunto de descobertas e o volume de informações cresceu ao ponto de que o acesso à Escola e a instrução de cunho geral e específica não podiam mais ficar restritas a uma pequena classe.

O trabalho tornou-se abstrato no sentido de que as máquinas, que são invenções do intelecto do homem, passaram a dominar a produção e essa nova forma de produzir transformou as relações sociais, então, para Saviani (2007b, p.153), “a máquina viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para objetivar-se a generalização das funções intelectuais na sociedade foi a escola”.

Os países mais desenvolvidos procuraram organizar e democratizar o acesso ao sistema de educação básica. Do mesmo modo que as máquinas foram as responsáveis por instaurar uma nova forma de produção, as escolas foram as responsáveis por moldar, a partir da interação e socialização, o indivíduo da sociedade moderna. A educação básica fornecia a instrução geral necessária para o mercado de trabalho, independente de classe social, mas existiam funções que necessitavam de preparo específico, como por exemplo: a de manutenção do maquinário, e estas eram supridas pelos cursos profissionais específicos organizados pelas empresas ou pelo estado.

O que se observa é que a industrialização forçou a democratização e aproximação entre escola e trabalho produtivo, no entanto a instrução mais generalista do ensino básico não se repetia no ensino médio e superior, criando-se uma ruptura que destinava os trabalhadores para cursos técnicos profissionalizantes e a elite para cursos de formação mais geral, de base propedêutica. Mas por que essa ruptura no ensino médio e superior? Por que não ter no ensino médio uma formação

que tenha no trabalho a sua base?

Para Saviani (2007b, p.160):

Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. [...] Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção.

O que a politécnica propõe não é a formação de técnicos treinados em atividades específicas, não no nível de especialização que ocorre no processo produtivo. No ensino médio os estudantes deveriam ter acesso aos fundamentos das diversas técnicas usadas pela produção. “Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes”. (Saviani, 2007b, p.161).

Em resumo, a politécnica é contrária ao adestramento do estudante, do profissional, em uma determinada habilidade sem que este conheça os seus fundamentos e como se relaciona com todo o complexo produtivo. Essa ideia já estava presente nas reflexões de Marx (2011, p.135) que defendia a aproximação da educação com o sistema produtivo, mas da seguinte forma:

Para se educar, os jovens poderão recorrer rapidamente a todo o sistema produtivo, a fim de que possam passar sucessivamente pelos diversos ramos da produção segundo as diversas necessidades sociais e suas próprias inclinações. Por ele, a educação os libertará do caráter unilateral que imprime a cada indivíduo a atual divisão do trabalho. Desta forma, a sociedade organizada, segundo o modo comunista, dará a seus membros oportunidades para desenvolverem tanto os seus sentidos como as suas aptidões.

Evidente que Marx fala de como deveria funcionar o sistema educacional sob o sistema socialista, mas é possível perceber como ele valorizava a aproximação da educação com o setor produtivo, defendendo que os estudantes pudessem se especializar de acordo com as necessidades sociais, mas também com suas afinidades e inclinações. A politécnica, respeitadas as devidas proporções e obstáculos impostos pelo sistema capitalista, busca propiciar aos jovens essa aproximação entre educação e sistema produtivo.

Buscando dar significado aos conhecimentos a partir de como são utilizados pelo sistema produtivo, mas ressaltando mais uma vez, não se limitando ao adestramento em práticas, mas trazendo o entendimento de como os diferentes conhecimentos são utilizados para viabilizar a produção. No próximo subtópico tratamos da constituição dos IFs, da busca da instituição por uma educação técnica fundamentada em bases mais próximas da politecnia, e da inovação que sua estrutura verticalizada e multinível propõe.

4.2.2 Os IFs e a aspiração de um novo modelo de Educação Técnica

A ideia por trás da estrutura do funcionamento pedagógico dos IFs remete à politecnia e ao pensamento de Mangabeira Unger (2020) para a educação. Mesmo que o termo politecnia não apareça de forma explícita em documentos e artigos que tratam especificamente do IF, o que é proposto se ajusta perfeitamente ao que Saviani (2007) defende. Em entrevista concedida a Righes (2021, p.6), Eliezer Moreira Pacheco⁶⁷, ao falar sobre a concepção pedagógica dos IFs, diz que um dos seus pressupostos teóricos centrais é o “trabalho como princípio educativo.” Essa ideia aparece mais desenvolvida em outros artigos inscritos pelo próprio Eliezer, em um, dentre outros exemplos, ele escreve que:

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, **buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas.** (Pacheco, 2010, p.14 grifo nosso).

O trecho em destaque deixa clara a busca por uma formação profissional mais flexível que, como ressaltado por Saviani (2007), não se restrinja ao adestramento de

⁶⁷ Esteve à frente da elaboração e execução do projeto de Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica e instituição dos IFs. Foi titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC – do Ministério da Educação e da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inclusão Social - MCTI.

profissionais para atividades específicas, mas que os conduza ao entendimento de como a ciência com suas descobertas e inovações está relacionada à melhoria ou expansão da produção. Sendo importante a formação contextualizada.

A proposta por trás dos IFs é inovadora, pois:

do ponto de vista acadêmico, nós criamos uma instituição que não tem igual em nenhuma outra parte do mundo, que é aquela instituição que trabalha em todos os níveis de ensino, na verticalização, desde a formação inicial fundamental, no ensino médio técnico, graduação, pós-graduação, entre outras modalidades de ensino. (Righes, 2021, p. 5).

O IF possui uma estrutura organizacional e administrativa que se inspira nas universidades, mas inova em muitos pontos, dentre os quais na verticalização da formação, ou seja, na mesma instituição o estudante tem a oportunidade de cursar o ensino médio integrado ou concomitante, graduar-se e especializar-se. Esse formato permite a interação, o convívio, entre estudantes desses diferentes níveis no mesmo espaço, possibilitando o compartilhamento de estruturas físicas e de pessoal como: professores, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros.

Em alguns casos, permite a organização e participação conjunta em eventos, além de possibilitar o compartilhamento de laboratórios, colocando os estudantes do ensino médio e técnico em contato com a ciência sendo produzida ou reproduzida na prática, aproximando os universos da pesquisa, extensão e pedagógico, fazendo com que os estudantes percebam como os conhecimentos aos quais, normalmente, só veriam de forma teórica são gerados.

A outra vantagem é que o aluno do ensino médio tem previamente a possibilidade de conhecer algumas graduações, o que facilita a escolha da carreira no nível superior. A depender do curso técnico escolhido, o estudante pode permanecer na mesma instituição e área no nível superior, pois a política dos campi é de alinhar a oferta de cursos técnicos com os de graduação, o que facilita a permanência.

Mas claro que existem críticas e desafios a serem superados, autores como Magalhães (2015) levantam a interrogação: Para que(m) servem os Institutos Federais? Gouveia (2016, p.5), partindo de tal pergunta defende a tese de que a criação e expansão dos IFs trata-se de “um projeto de modernização conservadora de abertura desta modalidade de educação e seu espraiamento pelo território nacional para o atendimento dos interesses mais imediatos do capital”.

Algo que a autora também critica fortemente é o alinhamento da oferta de cursos com os Arranjos Produtivos Locais – APLs. A crítica tem como premissa que este alinhamento tende a reproduzir e alimentar especializações regionais e perpetuar a disparidade regional e social. Que a função dos IFs seria formar mão de obra para esses setores regionais, impulsionando a acumulação. Por essa ótica, a política de expansão padece da inserção em um projeto nacional que pense a educação como um direito do cidadão e um mecanismo que leve maior igualdade e autonomia aos indivíduos.

Mas esse tipo de questionamento não atinge somente aos IFs ou o ensino profissionalizante, na verdade, ao longo do tempo, todo o sistema de ensino tem sido questionado por intelectuais sobre a quem serve, basta vermos as reflexões de Bourdieu (1975) sobre o sistema educacional francês, mas que podem ser aplicadas ao Brasil, e a forma como servia à reprodução das disparidades sociais:

Porque o sistema de ensino tradicional consegue dar a ilusão de que sua ação de inculcação é inteiramente responsável pela produção do *habitus*⁶⁸ cultivado ou, por uma contradição aparente, que essa ação só deve sua eficácia diferencial às aptidões inatas dos que a ela são submetidos, e que é por conseguinte independente de todas as determinações de classe, embora nada mais faça do que confirmar e reforçar um *habitus* de classe que, constituído fora da Escola, está no princípio de todas as aquisições escolares, tal sistema contribui de maneira insubstituível para perpetuar a estrutura das relações de classe e ao mesmo tempo para legitimá-la ao dissimular que as hierarquias escolares que ele produz reproduzem hierarquias sociais. [...] Assim, o sistema de ensino tende objetivamente a produzir, pela dissimulação da verdade objetiva de seu funcionamento, a justificação ideológica da ordem que ele reproduz por seu funcionamento. [...] Assim, a função mais dissimulada e mais específica do sistema de ensino consiste em esconder sua função objetiva, isto é, dissimular a verdade objetiva de sua relação com a estrutura das relações de classe. (Bourdieu, 1975, p. 213; 215 - 216).

Refletindo sobre o caso brasileiro, Neves (2011, 2005)⁶⁹ faz, a partir do trabalho: A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso, críticas a todo o sistema educacional nacional, que a partir da incorporação

⁶⁸ *Habitus*: “esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação”. É o que o indivíduo incorpora, mesmo não tendo plena consciência, em função do meio em que nasceu, cresceu, conviveu ou ainda convive. (Bourdieu, 1975, p. 206)

⁶⁹ A Dra. Lucia Maria Wanderley Neves é professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é pesquisadora - bolsista da Fundação Oswaldo Cruz. Coordena o grupo de pesquisa: CNPQ/FIOCRUZ-EPSJV, denominado: Coletivo de Estudos de Política Educacional. (Neves, 2011).

de práticas neoliberais pelos governos brasileiros, desde o consenso de Washington e fortalecidas nos governos de FHC e Lula, levaram a uma postura de estado administrador e não provedor, permitindo uma crescente privatização e subordinação da educação ao capital.

Verificamos isso nas universidades quando vemos o jogo duplo dos governos que passaram a condicionar parte do orçamento à produção de projetos, beneficiando setores, programas e cursos em detrimento de outros, obviamente, os maiores agraciados são os que mais se alinham aos interesses do capital, sem falar no financiamento direto, a partir de programas como o FIES e o PROUNI, que beneficiam toda a rede privada de educação superior.

Quanto a oferta de cursos alinhados com os APLs, observamos que quando se fazem críticas aos IFs elas partem de uma visão limitada da função que esses campi estão desenvolvendo no interior do País. O campus de Crateús é exemplo disso, possui 6 cursos superiores e, destes, 5 são licenciaturas, está situado no interior, no semiárido cearense. A visão mais comum dos pesquisadores é a de que o IF é uma instituição que forma apenas técnicos para as indústrias ou o agronegócio, a depender da região, o que não é a realidade da maior parte do interior do país.

Como já ressaltado, a forma como se estrutura os IFs e o seu processo de capilarização é algo inédito no mundo, logo, a análise sobre os resultados destes deve prezar por abranger sua complexibilidade e inovação, não se trata apenas de uma Instituição que forma técnicos, na verdade, possibilita o acesso à educação de nível médio de qualidade a estudantes de regiões distantes dos grandes centros, filhos de famílias humildes, concedendo-os a oportunidade de disputar vagas com estudantes da rede privada de ensino no ENEM e demais vestibulares.

O quantitativo e o perfil desses estudantes nos servirá de base para entendermos o quanto os IFs têm contribuído para o acesso da população mais humilde à educação de melhor qualidade e como a análise da instituição tem que levar em consideração suas singularidades e particularidades. A tabela 4 traz o quantitativo de matriculados na rede entre os anos de 2017 e 2023, é possível constataremos que houve anos em que o quantitativo de matrículas foi inferior ao ano anterior, é o caso de 2018 em relação a 2017, mas a série inteira demonstra que ocorreu um acréscimo de: 649.565 matrículas entre: 2017 e 2023.

Tabela 4 - Quantitativo de matrículas de: 2017 a 2023 nos IFs

Unidade	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Qde. de matrículas	1.031.798	964.593	1.023.303	1.507.476	1.523.346	1.513.075	1.681.363

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2023).

A tabela 5, por sua vez, traz o total de matrículas por faixa de renda familiar desde 2021 até 2023, tomando apenas este último ano como referência, podemos constatar que dos: 1.681.363 estudantes matriculados na rede, 50,69% possuem renda familiar menor ou igual a 1,5 salário mínimo.

Tabela 5 - % dos matriculados nos IFs de 2021 a 2023 por renda familiar em SM

Renda familiar	2021	2022	2023
0<RFP<=0,5	16,29%	20,80%	19,54%
0,5<RFP<=1	13,77%	16,80%	17,07%
1<RFP<=1,5	11,06%	13,44%	14,08%
Total <=1,5	41,12%	51,04%	50,69%
1,5<RFP<=2,5	7,96%	8,97%	10,31%
Total <=2,5	49,08%	60,01%	61%
2,5<RFP<=3,5	3,56%	4,16%	4,6%
Total <=3,5	68,98%	70,50%	69,15%
>=3,5	5,16%	4,90%	5,45%
Não declarada	42,20%	30,93%	28,95%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2023).

10,31% advêm de famílias com renda entre 1,5 e 2,5 salários mínimos e apenas 5,45% pertencem a famílias que ganham 3,5 salários mínimos ou mais, o que evidencia a condição socioeconômica da grande maioria dos estudantes dos IFs. Ressaltamos que no Brasil uma família é considerada de baixa renda se possui ganho de até: R\$ 706,00 por pessoa, logo, é possível presumir que a maior parte dos matriculados são provenientes de famílias de baixa renda (Brasil, 2023a).

Corroborando com a inclusão econômica que os dados expõem, a instituição promove a inclusão racial, pois, segundo dados da mesma plataforma, referentes a: 2021, 2022 e 2023, o público atendido pelos IFs, em sua maioria, se autodeclara:

pretos, pardos e indígenas.

Tabela 6 - % de matriculados nos IFs de: 2021, 2022 e 2023, por autodeclaração racial

Autodeclaração racial	2021	2022	2023
Pretas	8,84%	8,86%	9,60%
Pardas	34,15%	35,97%	37,87%
Indígenas	0,41%	0,46%	0,55%
Total (Pretas, Pardas e Indígenas)	43,4%	45,29%	48,02%
Branças	31,11%	32,30%	35,13%
Amarelas	1,04%	1,02%	1,1%
Total (Branças e Amarelas)	32,15%	33,32%	36,23%
Não declararam	24,46%	21,39%	15,75%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2023).

Tomando novamente como referência 2023, 48,02% dos estudantes se coloraram nas classificações: preto, pardo ou indígena, sendo que a maior parte se declarou parda: 37,87%, pretos: 9,60% e em menor quantidade apareceram os indígenas: 0,55%. Brancos e amarelos somaram 36,23%. Se assumirmos que historicamente os negros, pardos e indígenas, respeitadas as proporções de tamanho de população, tiveram menos acesso à educação, especialmente à ofertada pela rede federal, os IFs estão transformando essa realidade.

Apoiando-se em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e de pesquisa realizada por Nogueira et al. (2023), sobre o desempenho das escolas brasileiras no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB⁷⁰, constatarmos que o desempenho dos IFs é superior ao das demais escolas públicas, ficando ainda atrás das particulares. As médias dos IFs em: 2017, 2019 e 2021 foram, respectivamente: 4,0, 4,2 e 4,4. (Brasil, 2023).

Em 2017 os IFs superaram a média nacional que foi de 3,8, empatou em 2019 e voltou a superar em 2021, quando a nacional foi de 4,2. Quanto ao comparativo com as escolas públicas em geral os IFs se saíram melhor em todos os anos, pois a sequência de: 3,5, 3,9 e 3,9 ficou abaixo das médias dos IFs nos mesmo períodos. Quanto as escolas privadas os IFs ainda se encontram ligeiramente abaixo, mas os dados demonstram o quanto estes, em pouco tempo de existência, já têm contribuído

⁷⁰ Ressaltando que a avaliação do IDEB acontece a cada 2 anos, mas os dados de 2023, até a presente data, não foram disponibilizados na plataforma do INEP.

para uma melhor formação de parcelas mais humildes da população.

A tabela 7 possibilita a comparação entre as médias: nacional, das escolas públicas e privadas com a dos IFs das regiões Norte e Nordeste. É possível constatar como os IFs dessas regiões estão alcançando médias superiores à nacional e ao conjunto das escolas públicas e ficando muito próximas da rede privada de ensino. O que demonstra como essa política tem contribuído para a amenização das desigualdades regionais da qualidade de ensino e para uma maior democratização nacional dessa melhor qualidade.

Tabela 7 - Resultado do IDEB referente a média nacional, das escolas públicas, da rede privada e dos IFs do Norte e do Nordeste nos anos de: 2017, 2019 e 2021

Brasil, Rede de Ensino e IFs	2017	2019	2021
Brasil	3,8	4,2	4,2
Pública	3,5	3,9	3,9
Privada	5,8	6,0	5,6
IFs Norte e Nordeste	5,1	4,7	5,1

Fonte: Nogueira *et al.* (2023), a partir de dados do INEP (Brasil, 2023).

A escolha dessas duas regiões para o comparativo com o restante do país é elucidante sobre a importância dos IFs, pois analisando a partir da consolidação da indústria nacional, em comparação com as regiões: Sul, Sudeste e Centro-oeste, as regiões Norte e Nordeste só se inseriam no circuito industrial nacional a partir das décadas de 1960/70, como fruto de políticas públicas específicas desenvolvidas a partir da criação e atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Tal diferença fez com que essas regiões tenham sido tratadas, por algum tempo, como regiões – problema. (Araújo, 2013).

Em 2017, 2019 e 2021 os IFs do Norte e Nordeste obtiveram notas superiores à média nacional e as demais escolas públicas. No comparativo com as escolas privadas ainda se mostra abaixo, mas com uma diferença menor em relação a estas se comparado com a distância entre a média nacional e das demais escolas públicas com as privadas. Se tomarmos a última avaliação como referência, observamos que a diferença entre os IFs e a média das escolas privadas, também, tem diminuído.

Atualmente o Brasil conta com uma rede composta por 38 Institutos Federais, totalizando 656 campi, são ofertados 12.951 cursos, distribuídos da seguinte forma, em 2023:

Tabela 8 - Tipos de curso e quantidades ofertados pelos IFs em 2023

Tipo de cursos	Quantidade
Bacharelado	917
Doutorado	26
Doutorado profissional	-
Educação infantil	2
Ensino Fundamental I	10
Ensino Fundamental II	12
Ensino médio	29
Especialização (Lato sensu)	775
Especialização técnica	10
Licenciatura	960
Mestrado	50
Mestrado profissional	179
Qualificação profissional (FIC)	3.290
Técnico	5.795
Tecnológico	896
Total	12.951

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2023).

Essa tabela evidencia a inovação que essa instituição representa, especialmente no que diz respeito a verticalização da formação, como ressaltava Pacheco (2010, p.22):

Para efeito de compreender o avanço no sentido da verticalização, é importante destacar a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica (entendendo-se essa integração em novos moldes). Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

São ao todo 5.795 cursos técnicos dos mais diversos tipos e modalidades, trata-se de uma quantidade considerável de cursos, mas igualmente é significativa a quantidade de outros tipos de curso: se somarmos as Licenciaturas com os Bacharelados e os cursos tecnológicos, que possuem peso de superior, temos o total de: 2.773 cursos de nível superior, as pós-graduações: especializações, mestrados e doutorados somam: 1.040. Sem falar nos cursos de curta duração: Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC que somam: 3.290. Os de nível: infantil, fundamental I, II e médio totalizam: 53.

Note-se que criticar a instituição com foco apenas em sua pretensa submissão aos interesses do mercado, pode ser apressado se essa crítica não levar em consideração, antes de qualquer coisa, que escapar por completo dos interesses do mercado em um sistema capitalista é muito difícil para qualquer política ou programa, logo, não seriam os IFs a saírem totalmente ilesos.

Outro erro é não levar em consideração a busca dos IFs pela inclusão em seu processo pedagógico de práticas guiadas pela politécnica e se limitar a críticas à formação técnica sem verificar a quantidade de cursos de nível superior e pós-graduações que a instituição oferta, logo, a crítica de que os IFs estariam à serviço da histórica perpetuação da oferta de cursos técnicos para os trabalhadores e propedêuticos para as classes mais privilegiadas não se mostra na prática, pois como visto o maior quantitativo de estudantes da rede vem de famílias de pouco poder aquisitivo e estes estão inscritos nos mais variados cursos, de nível superior, de pós-graduações, de integrados e não apenas em técnicos subsequentes⁷¹.

A rede preza pelo ensino que estimula a verticalização e pelo que foi exposto, a partir das notas no ENAD, tem preparado bem os jovens para a disputa em vestibulares para as mais diversas áreas, ressaltando que a própria instituição oferta grande quantidade de cursos superiores e pós-graduações que estes podem acessar. A quantidade de cursos de curta duração (FIC) é de apenas: 3.290, enquanto os demais somam: 9.661, então julgar a instituição só pelo viés da formação técnica certamente não faz justiça à Instituição.

Como bem destaca a citação de Pacheco (2010) a proposta é aproximar os diferentes níveis do saber, a partir da verticalização, é aproximar o ensino da pesquisa e da extensão e a Instituição da população por meio desse tripé. Não se trata de preparar os jovens apenas para o mercado de trabalho a partir do ensino técnico, mas de prepará-los, inclusive, para isso, mas essa opção não impede que estes sigam para o ensino superior e pós-graduações, o que a instituição incentiva fortemente por todos os meios já citados.

No próximo tópico traçaremos de forma rápida o processo de expansão dos IFs, nos detendo em seguida nos porquês da implantação de um campus em Crateús e de que forma este tem contribuído com a cidade e a região, culminando no capítulo

⁷¹ É a modalidade em que o estudante ingressa no ensino técnico após a conclusão do ensino médio, ou seja, de forma desvinculada do ensino propedêutico e com foco maior na área técnica.

seguinte com a justificativa da escolha da análise da extensão desenvolvida pelo IFCE/Campus Crateús, expondo sua forma, seus desafios e contribuições.

4.3 CRATEÚS E OS MEANDROS DE SUA TRAJETÓRIA RUMO A SE TORNAR CIDADE UNIVERSITÁRIA: DAS INSTITUIÇÕES AS SUAS CONTRIBUIÇÕES

A criação dos IFs a partir da Lei nº: 11.892/2008 consolida o que já tinha dado início o Decreto: 6.095/2007, que respondendo a uma demanda dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs de se tornarem Universidades Tecnológicas, estabelecia diretrizes para o processo de integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica para constituírem os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. (Brasil, 2007).

Essa nova rede se estruturou a partir da incorporação dos antigos CEFETs, Escolas Agrotécnicas, Escolas Técnicas vinculadas as universidades, o Colégio Pedro II e as novas unidades construídas. A nova rede mantém a premissa da educação profissional como impulsionadora do desenvolvimento regional, mas com o diferencial da possibilidade da oferta de cursos de nível superior e pós-graduações. (Gomes, 2020).

O que distingue os IFs das universidades, no que se refere aos cursos superiores, é a prioridade dada às licenciaturas e aos cursos de bacharelado em áreas tecnológicas estratégicas. Ressaltando que a Lei nº 11.892/2008 estabelece que: 50% das vagas ofertadas têm que ser destinadas à educação profissional técnica e de preferência integrada, 20% para cursos de licenciatura e os 30% restantes para cursos em tecnologia (bacharelados) e pós-graduações. (Brasil, 2008).

A expansão da rede seguiu fases e critérios para a escolha das cidades que receberiam os campi, o Quadro 5 expõe as fases e os critérios:

Quadro 5 - Critérios a serem adotados para a implantação de novos campi dos IFs de acordo com a fase de execução da política de expansão do Ensino Técnico Federal

Fase da Expansão	Critérios
Fase I (2003 a 2010)	a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; (grifo nosso) b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em

	seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.
Fase II (2011/2012)	a) Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos campi); b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões; c) Sintonia com os arranjos produtivos locais; d) Aproveitamento de infraestrutura física existente; e) Identificação de potenciais parcerias.
Fase III (2013/2014)	a) População dos Estados em relação à população total do Brasil; b) Presença das redes federal e estadual de educação profissional e tecnológica nos Estados (esta última apoiada pelo Programa Brasil Profissionalizado); c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada Estado; d) Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em relação à população jovem do Estado; e) Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.

Fonte: SETEC/MEC apud TCU, 2012.

Os IFs foram criados em 2008, mas as medidas de expansão e valorização da educação profissional integrada começaram antes, como demonstra o Quadro 5, a primeira fase abrangeu o período de: 2003 a 2010, os IFs foram criados no fim deste. Até 2003 o país contava com 140 Escolas Federais, a proposta era construir 214 novas unidades. A fase 1 foi lançada em 2005 e previa a construção de 5 Escolas Técnicas Federais – ETF e 4 Escolas Agrotécnicas e a criação de 33 novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs⁷², distribuídas por 23 unidades da Federação. (Brasil/MEC, 2018).

O foco da fase 1 foi instalar ETFs nas capitais de estados que ainda não possuíam unidades, assim como em suas áreas metropolitanas e em municípios - polo. O plano era dividido em grupos, estando contido no primeiro os estados e cidades que receberiam Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. No segundo estavam os que receberiam UNED, foi o caso de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza, que recebeu um CEFET.

⁷² Como ressaltado, os IFs só foram criados em 2008, logo, algumas denominações e modelos de Escolas vinham de governos anteriores, é o caso das UNEDs que “foram criadas no governo de José Sarney, através da implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), em julho de 1986, que previa a construção de dezenas de novas escolas técnicas com o objetivo de formar polos tecnológicos nas várias regiões abrangidas pelo Programa. As modalidades de cursos de cada UNED variam de acordo com a vocação econômica das regiões em que foram instaladas.” (Menezes, 2001)

Em 2007 foi lançada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC⁷³ a chamada pública nº 001/2007, que trazia no caput:

A União, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, estará acolhendo propostas de apoio à implantação de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, na forma e condições estabelecidas na presente Chamada Pública. (Brasil/MEC/SETEC, 2007, p.1).

Tratava-se do lançamento da segunda fase que trazia a previsão de em 4 anos construir 150 novos campi. A proposta era instalar uma escola federal em cada cidade polo do País. O documento já trazia a lista das 150 cidades que receberiam as unidades, escolhidas a partir dos seguintes parâmetros:

A definição das localidades contempladas orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;
- d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;
- e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- f) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- g) identificação de potenciais parcerias. (Brasil/MEC/SETEC, 2007, p.2).

No caso do Ceará estavam entre as cidades listadas: Acaraú; Canindé; Crateús; Limoeiro do norte; Quixadá e Sobral. Havia critérios a serem seguidos, mas também contrapartidas obrigatórias: doação de terreno, se em área urbana deveria possuir no mínimo: 20.000m², preferencialmente superior a 50.000m². No caso de imóveis em área rural, mas próximos de áreas urbanas o tamanho deveria ser de no mínimo: 50 hectares, preferencialmente superior a 150 hectares. Os terrenos ou imóveis doados deveriam possuir obrigatoriamente condições adequadas de interligação de água e eletricidade. (Brasil/MEC/SETEC, 2007).

⁷³ Foram os responsáveis pelo lançamento da chamada pública o então Ministro da Educação: Fernando Haddad e o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Eliezer Moreira Pacheco. (Brasil/MEC/SETEC, 2007).

Quanto às contrapartidas complementares, são muitas, mas podemos citar: doação de prédios (previamente vistoriados), doação de: projetos, veículos, equipamentos mobiliários, semoventes, acervo bibliográfico, empregados para a segurança e limpeza, transporte para os estudantes, dentre outros. Os municípios tinham que providenciar suas propostas, demonstrando que se adequavam às exigências e apresentando suas contrapartidas.

A atuação de políticos que viam na implantação de ETF uma ótima oportunidade de marketing político associada com a exigência de contrapartidas fez com que as disputas pelos campi se acirrassem entre as cidades. No caso de Crateús não foi diferente, para que seu nome estivesse na lista divulgada em 2007 houve todo um processo de negociação e trabalho anterior. Tivemos a oportunidade de entrevistar três agentes políticos que estiveram envolvidos diretamente no processo de escolha de Crateús para ser sede do campus.

O Agente Político 1 (2018)⁷⁴ era o prefeito da cidade na ocasião da divulgação da chamada pública e da conquista do campus para a Cidade, o Agente Político 2, (2023), é um forte militante do Partido dos Trabalhadores – PT, foi um dos responsáveis pela fundação do PT no Ceará, pois fez parte da primeira executiva do partido no Estado, e foi o responsável por fundar o PT em Crateús e em 2007 ocupava o cargo de chefe de gabinete do Prefeito, logo, acompanhou e atuou na escolha e viabilização do processo para que Crateús recebesse o campus do IFCE. O Agente Político 3 (2021)⁷⁵ era o prefeito da cidade na ocasião da inauguração do Campus em 2012 e acompanhou o processo de implantação, tanto do IFCE quanto da UFC.

Crateús se enquadrava nos principais requisitos econômicos, sociais e geográficos. Trata-se de um município com um percentual médio mensal de renda per capita, em 2010, de ½ (meio) salário mínimo para 50,3% da população, esses dados o colocavam na posição: 141 entre os 184 municípios do Estado e na 1.343 entre os 5.570 municípios do País. O censo de 2010 registrava uma população de 72.812 habitantes, destes 52 mil habitando na zona urbana (72%), e projetava para 2018 um aumento de cerca de 10 mil habitantes, totalizando: 82.750. (IBGE, 2022a).

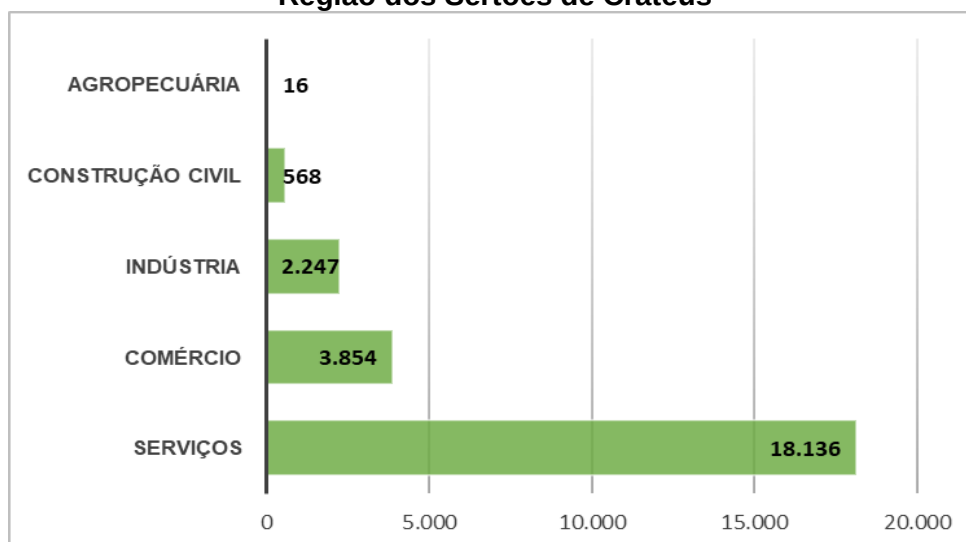
⁷⁴ Foi Prefeito de Crateús de 2005 a 2008 quando foi afastado por decisão judicial, assumindo o vice Antônio Luiz Benevides Sales. (Crateús, 2025).

⁷⁵ Foi eleito Prefeito de Crateús em 2008, ficando à frente da prefeitura de 2009 a 2014, pois em 2012 foi reeleito. Em 2014 se fastou do cargo para competir a uma vaga para Câmara Legislativa do Estado do Ceará, tendo sido eleito.

O município possui a maior população de sua região e naquela época já superava os 50 mil habitantes em zona urbana exigidos pelos critérios. 65% da população tinha idade entre: 15 e 64 anos, o que demonstrava que tinha público em idade que demandava qualificação, além do contingente das demais cidades dos Sertões de Crateús, pois a região possui: 353.381 habitantes, sendo a 10ª mais populosa do Estado com: 3,82% do total populacional. Somando-se a esses fatores, na região ainda não tinha cidade que possuísse uma ETF e Crateús é distante dos centros que já as possuíam, fica a 350 Km de Fortaleza (CE); 300 Km de Teresina (PI) e a 216 Km de Sobral (CE). (Ceará, 2023).

É uma região que carece de investimentos, a empregabilidade formal ainda é muito baixa. Em Crateús são: 8.749 empregados formais, aproximadamente: 11,45% da população, recebendo: 1.7 salário mínimo, em média. E em toda a região dos Sertões de Crateús, que possui: 353.381 habitantes, são: 24.821 empregados formais, distribuídos nos seguintes setores: agropecuário, construção civil, indústria, comércio e serviços, este último concentrando: 73% de todos os empregos, como demonstra o Gráfico 1⁷⁶.

Gráfico 1 - Empregos formais por setor econômico na Região dos Sertões de Crateús



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará (2023)

⁷⁶ Os dados corroboram com os já demonstrado na Tabela 7 na qual expomos esta mesma dependência em relação ao setor de serviços, mas trabalhando os Sertões de Crateús e Inhamuns conjuntamente.

Mesmo Crateús se enquadrando em todos os critérios, isso não impediu que houvesse disputas pelo campus, pois em alguns casos, as forças políticas tendem a se sobrepor aos critérios técnicos. No entanto, de acordo com os três Agentes Políticos entrevistados, a ida do presidente Lula, em outubro de 2006, em Crateús para inaugurar uma unidade da Brasil Ecodiesel⁷⁷ foi fundamental para a escolha da cidade. De acordo com o Agente Político 2 (2023), o Presidente ao discursar perguntou ao prefeito se Crateús era uma cidade polo e ele disse que sim, então, ele fez a promessa de um campus ou do IFCE ou da UFC para a cidade. Ao terminar o discurso:

o Senador Pimentel, ainda em cima do palanque, me olhou e disse: vamos pegar o homem pela palavra?! Aí fiquei assim..., porque eu não me toquei na hora do que o Lula falou, aí foi que eu lembrei que ele tinha perguntado ao prefeito e ele realmente disse que Crateús era uma cidade polo da região e essa era uma política que ele queria implantar em todas essas cidades polo, uma Instituição superior. O Pimentel se alertou, e com uma relação muito estreita com o Lula, ele disse, olhe, o homem não é de falar as coisas só por falar não, se ele falou..., agora, o município tem que fazer a parte dele, tem que ir atrás, tem que criar as condições, tem que ter as informações necessárias e pra isso tem que se organizar, porque tem que ter uma equipe ou alguém para responder as essas necessidades, informações, levantar dados para fazer a justificativa, se não vocês vão perder isso aí. (Agente Político 2, 2023 – entrevista realizada em 27 de setembro de 2023).

Instaurou-se uma disputa com os municípios de Tauá e Tamboril, mas com maior intensidade com este último, pois, ainda segundo o Agente político 2, “Jeová⁷⁸ bateu mais forte, até pela aliança que tinham com o Guimarães. Ele era do PDT e fazia dobradinha, ajudava o Guimarães para Dep. Federal. Jeová foi para cima do Guimarães... e seus votos lá em Tamboril?!”.

Mas a promessa do Presidente e a parte técnica prevaleceram, “aqui entre Crateús e Tamboril o que prevaleceu foi essa parte técnica, pois se fosse pela política tinha ido para lá”. O Agente Político 3 (2021)⁷⁹, por sua vez, reforçou a existência do

⁷⁷ A empresa funcionou na cidade de 2006 – 2009, encerrando suas atividades em função de ações contra a poluição que estava causando no Rio Poti. Outro fator foi a baixa produção de mamonas, apesar de todos os incentivos, pelas famílias e produtores da região, exigindo o transporte das oleaginosas da Bahia o que encarecia demais a produção e inviabilizava o lucro. (Eugênio, 2009).

⁷⁸ José Jeová Souto Mota foi prefeito de Tamboril entre: 2005-2008/2009-2012. Em 2014 foi eleito Dep. Estadual, sendo reeleito nas eleições posteriores, exerceu o mandato até junho de 2024 quando teve seu mandato cassado por improbidade administrativa, tendo assumido o primeiro suplente Bruno Pedrosa. (Silva, 2024).

⁷⁹ Entrevista com o Prefeito de Crateús entre 2009 e 2014, realizada em 23 de novembro de 2021.

embate político e lembrou a importância do Senador Pimentel⁸⁰ na defesa de Crateús, logo, para o entrevistado, “o Pimentel garantiu que o campus do IFCE fosse em Crateús e não em Tamboril, [...] era o Jeová puxando para Tamboril, via Guimarães⁸¹, e o Pimentel puxando para Crateús”.

Com a gravação do discurso que continha a promessa e dados que minimamente comprovavam que Crateús era a cidade ideal para a instalação da unidade, o prefeito junto com o chefe de gabinete e o então Senador Fernando Pimentel foram para uma reunião, em 4 de fevereiro de 2007, no gabinete do MEC em Brasília, para o Agente Político 1 (2018)⁸² o Senador Pimentel foi a figura central de auxílio nesse processo.

Na ocasião foi mostrada a declaração do Presidente Lula ao Secretário executivo do MEC que prontamente disse que a cidade entraria na lista de possibilidades, mas que deveria ser comprovado o enquadramento do Município nos requisitos, a partir de um processo formal.

O Agente político 2 (2023) lembra que após a reunião e o conselho do secretário, “o que nós fizemos foi contratar uma Instituição na época, que era como se fosse para fazer o acabamento do projeto, e foi, inclusive, o Pimentel que indicou, uma espécie de assessoria”. O Agente Político 3 (2021), também, destacou o fundamental empenho do Senador Pimentel, mas também lembrou a importante contribuição dos Senadores Inácio Arruda⁸³ e Eunício de Oliveira⁸⁴, além de muitos outros deputados, que encaminharam emendas parlamentares para a execução do projeto.

Quanto a escolha do local da construção do campus, tomando o centro da cidade como referência, foi construído à Nordeste, às margens da rodovia (BR-404).

⁸⁰ José Barroso Pimentel (PT) foi Deputado Federal pelo Estado do Ceará de: 1995 – 2011, quando foi eleito para o Senado Federal, pelo mesmo estado, permanecendo neste de: 2011 – 2019. (Brasil/Senado, 2025).

⁸¹ José Nobre Guimarães (PT) é Deputado Federal pelo Estado do Ceará desde 2007, seu mandato atual vai até 2027. (Brasil/Câmara dos Deputados, 2025).

⁸² Entrevista com o Prefeito de Crateús entre 2005 e 2008, realizada em 12 de agosto de 2018.

⁸³ Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda (PCdB) foi Vereador por Fortaleza: 1989 – 1991; Deputado Estadual no Ceará de: 1991 – 1995 e Deputado Federal de: 1995 – 2007. (Brasil/Câmara Federal, 2025).

⁸⁴ Eunício Lopes de Oliveira (MDB) foi Deputado Federal de: 1999 – 2011, sendo eleito para o Senado Federal, permanecendo neste de: 2011 – 2019. Voltou a tomar posse como Deputado Federal em 2023, indo seu presente mandato até 2027. (Brasil/Câmara Federal, 2025a).

O terreno era da prefeitura, a posse era resultado de uma desapropriação anterior. Foram doados 5 hectares, logo, na escolha do local de implantação parece não ter havido interferência direta dos agentes imobiliários da cidade. Quando o Agente político 2 (2003) foi indagado sobre a possibilidade de a escolha ter sido motivada por interesses particulares, ele respondeu:

Esse campo aí é muito forte, mas eu ousaria dizer que não. O IFCE, principalmente, eu diria que não, porque eu conheço a família, é grande e entraram em um atrito sobre aquele terreno e eram pessoas próximas do Paulo⁸⁵ e chegaram, resolve isso aí, está a família toda se digladiando por causa de uma besteira dessa e o município sempre precisa de terreno. Então o Paulo desapropriou para ajudar, mas não sabia que seria usado para o Instituto, eu acho, e na época eu era vereador, acompanhei, não havia um projeto certo para aquela área. Não havia ainda a discussão do Instituto. (Agente Político 2, 2023 – entrevista realizada em 27 de setembro de 2023).

Todavia a escolha dos locais de implantação da UFC e do novo campus da UECE, que abriga o curso de medicina, foram fruto de uma estratégia espacial de alocar a UFC à Sudeste às margens da rodovia (BR-226) na saída para o município de Independência e a UECE à Sudoeste às margens da rodovia (BR-404) na saída para o Município de Novo Oriente. Nas palavras do Agente político 3 (2021)⁸⁶,

quando nós pensamos Crateús como polo universitário, nós pensamos um campus em direção ao Sul, um em direção ao Leste e um ao Norte, ao Norte não foi conduzido por mim, o terreno tinha sido doado já por uma gestão anterior⁸⁷ [...] é uma visão para que a cidade cresça. Na época foi votado um projeto para que tivesse ônibus em Crateús e foi aprovado, só falta implementar, a ideia era que a cidade apoiasse para que o deslocamento entre esses três bairros fosse gratuito para os estudantes e serviria também para a população, mas isso é uma coisa que parou, mas tem que ser retomado. (Agente Político 3, 2021 – entrevista realizada em 23 de novembro de 2021).

Destaca-se neste ponto a estratégia do uso da implantação desses campi, pelas autoridades políticas locais, para o impulsionamento da expansão urbana da cidade, ou seja, para eles o crescimento da malha urbana, pela criação de novos loteamentos, significa desenvolvimento. Registre-se que a visão de cidade

⁸⁵ Paulo Nazareno Soares Rosa exerceu o cargo de Prefeito de Crateús em dois mandatos consecutivos: de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004, logo, anteriores a ida do Lula à cidade em 2006 e toda a discussão envolvendo a ida do IFCE e da UFC.

⁸⁶ Entrevista com o Prefeito de Crateús entre 2009 e 2014, realizada em 23 de novembro de 2021

⁸⁷ Refere-se ao local de implantação do campus do IFCE, ao Norte da cidade.

universitária por estes defendida não coaduna com a visão mais corriqueira adotada no Brasil, pois diferente de algumas cidades europeias que se estruturam entorno das universidades, tendo seus campi no centro econômico e geográfico, a exemplo de: Coimbra (Portugal), Oxford (Inglaterra), Cambridge (Inglaterra), Bolonha (Itália), Salamanca (Espanha), Heidelberg (Alemanha) ou Louvain (Bélgica), dentre outros exemplos.

No Brasil,

o termo cidade universitária se refere notadamente a um espaço interno da cidade, um “bairro”, onde está localizado o campus universitário, como a cidade universitária da USP (Universidade de São Paulo), em São Paulo, ou a cidade universitária da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em Recife. Instaladas em áreas periféricas da cidade (considerando o seu momento de construção), esses campi se aproximam de uma ideia norte-americana de campus universitário. (Baumgartner, 2015, p.75).

Ao tomar como referência o exclusivo critério da alocação espacial dos campi, Crateús, apesar de pequena, teria diferentes cidades universitárias, mas esta não é a realidade, pois diferentes dos exemplos acima, os campi não são grandes, não possuem grandes áreas livres em seu entorno, o convívio e as atividades ficam muito restritas às realizadas nos prédios. Quando o Agente Político 3 (2021) fala de transformar Crateús em um polo universitário ou em uma cidade universitária, cremos, está pensando nas vantagens econômicas que a oferta de cursos técnicos e superiores e todo o deslocamento de pessoas que gera pode trazer para a cidade.

Ao se pensar nas vantagens estratégicas, visando o desenvolvimento de ciência, tecnologia, inovação e troca de conhecimentos, alocar os campi em um mesmo setor da cidade seria mais interessante, mas se repete em Crateús o que ocorre em outras cidades médias e pequenas do Brasil que passaram a receber campi de universidades e IFs, a partir da recente expansão, o direcionamento do olhar para as vantagens econômicas imediatas da chegada dessas instituições, logo, percebemos um novo formato de cidade universitária.

Não se trata nem do tradicional modelo europeu, cidades médias e que têm na presença da universidade seu principal mecanismo de geração de renda, e nem do modelo tradicional brasileiro, de um amplo setor da cidade reservado para a construção de prédios, áreas de lazer, preservação de áreas verdes, dentre outras, mas que apesar da grande importância econômica não se constituem como o principal mecanismo de atração de recursos e geração de renda para estas.

Trata-se, pelo menos no caso de Crateús, de uma mescla em que se pensa a função universitária como uma importante propulsora de desenvolvimento econômico, somando-se a outras pré-existentes, mas com a peculiaridade da distribuição dos campi de forma descentralizada espacialmente, os fixos, neste caso, são vistos como vetores de impulsionamento do crescimento da malha urbana, a função estratégica das Instituições se limita, por esta lógica inicial, não a sua função precípua de ensino, pesquisa e extensão, mas ao uso da implantação dessas instituições e do público que atraem como geradores de crescimento econômico.

A conceituação de cidade universitária, a partir dessa nova realidade, no nosso modo de ver, é decorrente da importância regional que este centro urbano passa a ter enquanto locus da oferta de formação profissional para todas as cidades que fazem parte da região, então na caracterização funcional dos centros urbanos, aquele nó específico da rede de cidades assume o papel de centro formador, congregando todas as vantagens econômicas e sociais deste processo, constituindo-se, desta forma, como a cidade universitária da rede de cidades que compõem a região.

As vantagens da implantação dos campi para o setor imobiliário são comprovadas pela disposição de empresários do setor em doar terrenos para as Instituições, mesmo diante da exigência de grandes extensões. Para o Agente político 3 (2021) era um grande desafio conseguir os terrenos, porque eles queriam 32 hectares, “nós conseguimos 2 doadores, um foi o Sr. Fernando Linhares, que ofereceu 22 hectares, que hoje é onde está o campus da UECE e o outro foi o Lulú com o Hélio da Kaká Veículos, que nos ofereceram 32 hectares, ali onde hoje funciona a UFC”. Mas como sabemos:

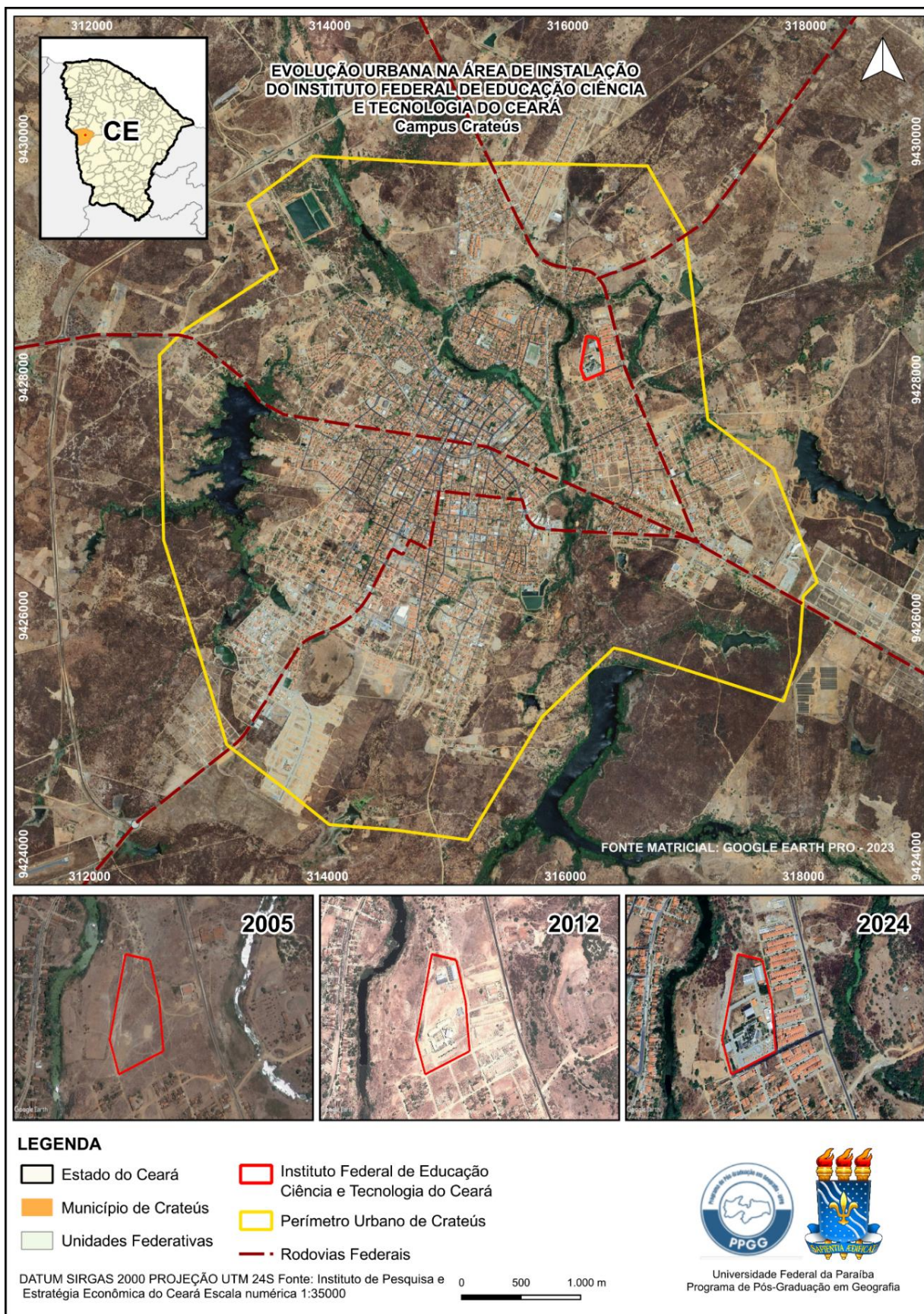
nessas doações particulares não tem nenhum santinho, ali é um investimento puro, o cara está abrindo mão de um pedaço de terra para que ele se valorize, não condeno quem faz isso, mas não podemos endeusar quem doou, porque se ele não tivesse doado teria um prejuízo muito grande, então se guiou pelo interesse, fez um investimento. Então se enquadra à Universidade Federal lá na saída de Independência e a UECE aqui, dois investimentos feitos por empresários da área. (Agente político 2, 2023 – entrevista realizada em 27 de setembro de 2023).

O Agente político 3 (2021) reforça a constatação ao dizer que é claro que houve o aquecimento do setor imobiliário a partir dos campi, “o Sr. Edmilson que mora ali em frente, eu brinco com ele assim, porque as vezes as pessoas dizem: rapaz, você não me ajudou! Eu disse: Sr. Edmilson, aquela UFC ali na frente do seu terreno transformou uma capoeira em um tesouro imobiliário!”. Realmente, se instalaram

grandes loteamentos no entorno da UFC e do novo campus da UECE. O entorno do IFCE, igualmente passou por grandes transformações, de área erma para residencial e de implementação constata-se de pequenos comércios.

O Mapa 10 traz a delimitação do perímetro urbano de Crateús, a localização do campus do IFCE neste e as modificações espaciais no seu entorno a partir de sua implantação.

Mapa 10 - Localização do IFCE/Campus Crateús e demonstração da área de expansão urbana de seu entorno



É possível visualizar, em 2005, o local da construção do campus e seu entorno sem imóveis, em 2024 o cenário aparece transformado, com novas residências e comércios em frente ao Campus, ao Sul, e na sua lateral, a Oeste. A implantação da unidade motivou a geração de todo um novo setor no Bairro dos Venâncios. As Figura 12; Figura 13; Figura 14 e Figura 15 demonstram o processo de construção do Campus ao longo do período de implantação.

Figura 12 - Terraplanagem do local de construção do Campus em 2008



Figura 13 - Início das obras do campus do IFCE de Crateús em 2008



Fonte: Adaptado de acervo do setor de comunicação do IFCE – Crateús, 2025.

Figura 14 - Fachada do IFCE Crateús em 2009



Figura 15 - Fachada do IFCE em 2010



Fonte: Adaptado de acervo do setor de comunicação do IFCE – Crateús, 2025.

Como demonstrado, políticas públicas como a expansão das Universidades e dos Institutos Federais envolve diversos interesses. Os mais amplos, em escala nacional, dizem respeito aos efeitos para a formação da população e como consequência para o desenvolvimento mais igualitário das diferentes regiões do País, além da repercussão positiva que uma política desta importância pode gerar para o governo. Na escala regional os interesses são mais variados, Baumgarther (2015) é um dos autores que estuda as potencialidades de transformações espaciais,

econômicas e sociais que um campus pode causar em uma cidade.

São diversas, ampliação da malha urbana, valorização imobiliária, alteração de preços de locação de imóveis, expansão da economia pelo impulso em setores como os de: transporte, alimentação, lazer e entretenimento, o que repercute sobre a empregabilidade formal e a ocupação informal, pois a demanda por serviços aumenta. O autor ainda explora os efeitos sobre a convivência social, pois a depender do tamanho da cidade, o quantitativo de novos moradores vindos de outras regiões, trazendo novos hábitos e formas de agir, pode gerar conflitos de convivência, mas também enriquecimento cultural. E existem os efeitos políticos positivos para quem se coloca como o articulador e responsável pela conquista do campus.

Percebam que esses efeitos são imediatos, são o que Mille (2004) e Vieira (2017) denominam de encadeamentos para trás, resultantes da chegada do campus, do fixo, e do corpo docentes, discente e técnico na cidade, logo, são impulsionadores de disputas entre os municípios e os agentes políticos e no caso de Crateús essas se repetiram pelos campi do IFCE, da UFC e pelo novo campus da UECE. (Agente político 3, 2021)⁸⁸.

Mas existem os interesses que estão atrelados à função que estas Instituições irão cumprir na região, a de formar e contribuir com a pesquisa e a extensão. É o que Mille (2004) e Vieira (2017) nomeiam como encadeamentos para frente. Essas disputas focam nos resultados da atuação dos campi para a formação da população e para o estudo e proposições de soluções para os problemas da região. Estas estão relacionadas aos cursos que serão instalados e como consequência aos setores que mais serão beneficiados.

O que se observa em Crateús é que cada uma dessas novas Instituições foi sendo direcionada para servir a alguns setores específicos. Existem alguns documentos que norteiam a escolha dos cursos a serem ofertados por uma Instituição de ensino, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, o Plano Nacional de Educação – PNE, e no caso dos IFs, a Política Nacional de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Somando-se a essas normas, é recomendável um estudo de demanda regional e a realização de audiências públicas, essa prática é adotada pelos IFs. (MEC, 2024b).

⁸⁸ Entrevista com o Prefeito de Crateús quando da inauguração do IFCE e da UFC. Entrevista realizada em 23 de novembro de 2021.

Quando o campus do IFCE de Crateús iniciou suas atividades em 2010 e a UFC em 2014, já encontraram a UECE/FAEC, ofertando os cursos de: Pedagogia, Ciências biológicas, Química e História, a Medicina foi implantada mais recentemente, em 2024.

Tabela 9 – Cursos ofertados e número de matriculados - UECE/FAEC - 2024.2

Cursos	Quantidade de matriculados em 2024.2
Pedagogia	285
História	169
Química	97
Biologia	152
Medicina	114
Total	817

Fonte: Pesquisa de campo: informações obtidas com (UECE/FAEC, 2024).

Com exceção da Medicina todos os demais são licenciaturas, sendo até hoje o curso de Pedagogia o que detém o maior quantitativo de estudantes, isso revela o quanto a região era carente de formação na área educacional. A Faculdade Princesa do Oeste – FPO, por sua vez, ofertava os seguintes Bacharelados: Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia, Direito e mais recentemente, em 2024, passou a disponibilizar os cursos de Terapia ocupacional e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. (FPO, 2024).

Tabela 10 – Cursos e número de matriculados - FPO - 2024.2

Cursos	Quantidade de matriculados em 2024.2
Enfermagem	185
Psicologia	192
Fisioterapia	19
Serviço Social	8
Direito	333
Análise e desenvolvimento de sistemas	21
Terapia ocupacional	29
Total	787

Fonte: Pesquisa de campo: informações obtidas com (FPO, 2024).

A área prioritária da FPO sempre foi a da saúde, só recentemente, em 2024, abriu espaço para cursos de outros seguimentos, mas a intenção da Instituição é se expandir em sua prioridade, a partir da abertura do curso de Medicina. Está disputando em edital a liberação — com outras Instituições, inclusive, que não são de Crateús, mas querem usufruir do retorno financeiro que um curso superior privado na área

proporciona — de uma vaga do programa mais médicos para a abertura de mais um curso de Medicina na Cidade. O fator definidor, mais uma vez, parece que será a influência política, o Diretor da FPO (2024)⁸⁹ ressalta:

que já tem muita história aí no meio da rua, que o curso já foi dado, foi um acordo político, para uma Instituição tal, que a gente desista, que estamos perdendo dinheiro e não sei o quê?! Querem que a gente desista do processo, já ofereceram propina para a gente desistir, eu disse, olhe... [entrevistador: então vocês estão disputando com mais duas Instituições privadas?] Sim, eu sei que com mais duas privadas de Sobral e uma delas, dizem, foi a que fez o acordo político [...] nenhuma das duas estão atuando aqui, querem chegar com a Medicina. (Diretor da FPO, 2024).

O propósito de aumentar o quantitativo de médicos no interior do País levou à elaboração de uma política pública e de um programa denominado: mais médicos⁹⁰, que envolve parcerias com outros países, a exemplo de Cuba; incentivos para que brasileiros formados em outros países passem um período no interior do Brasil como condição para a validação do diploma e para que possam exercer a profissão no País; e, por último, a liberação, pelo MEC, de novos cursos de Medicina no interior, mas em cidades que ofereçam infraestrutura mínima de hospitais e aparelhos públicos e privados. (Brasil, 2013); (MEC, 2024c).

O relato demonstra como as políticas públicas são utilizadas pelos agentes privados para a expansão de seus lucros, independente da forma como a política será executada, se diretamente, a partir do setor público, com a construção de novos campi e a oferta direta dos cursos, ou indiretamente, por meio de parcerias com o setor privado, como neste último caso. No primeiro as vantagens podem vir da especulação imobiliária ou da interferência nos cursos que serão ofertados, no segundo vêm diretamente dos repasses de programas como o FIES, PROUNI e das mensalidades cobradas que, no que se refere à medicina, são altíssimas.

Outro fator a ser destacado é a sempre presente interferência política, no caso em questão, fica explícito como há uma simbiose entre os interesses privados e os

⁸⁹ Entrevista realizada com o Diretor da Faculdade Princesa do Oeste – FPO – Realizada em 31 de outubro de 2024.

⁹⁰ O Programa foi lançado pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, busca o aumento do número de médicos no interior do País e a desconcentração da oferta de cursos de Medicina. Em 4 de outubro de 2023 foi lançado um edital permitindo a abertura de novos cursos no interior do País, em 08 de fevereiro de 2024 foi lançado o edital 2024.1 com retificações que buscam uma maior democratização na disputa, reduzindo o poder dos grandes grupos educacionais e permitindo uma maior diversificação na disputa. (MEC, 2024b).

políticos. Os agentes envolvidos na disputa têm que lidar com os requisitos técnicos exigidos pelos editais e com todo o jogo político e de influências que por vezes é o fator decisivo em uma disputa em que há uma certa paridade de condições técnicas.

Esse era o cenário da oferta de cursos presenciais em Crateús, diante dele o IFCE iniciou suas atividades, em 2010, com os cursos: Técnico Integrado em Química (que era fruto de um processo que visava fornecer profissionais para a Indústria Brasil Ecodiesel, mas que como já informado, encerrou suas atividades em 2009, antes mesmo da inauguração do Campus), Técnico em Edificações e Licenciatura em Matemática.

Em 2012 foi acrescentado o Bacharelado em Zootecnia, em 2013 o Técnico em Agropecuária e a Licenciatura em Letras, em 2015 Licenciatura em Física, em 2017 Licenciatura em Geografia e em 2018 Licenciatura em música e Técnico em Alimentos, além destes cursos, em 2017 teve início a especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática. (IFCE/Crateús, 2014).

Tabela 11 – Cursos, quantitativos de estudantes e evasões ou trancamentos - IFCE/Crateús - 2024.2

Cursos	Quantidade de matriculados	Cursando	Número de evasão ou trancamentos
Integrado em Química	123	99	24
Licenciatura em Física	114	77	37
Licenciatura em Geografia	189	157	32
Licenciatura em Letras	192	154	38
Licenciatura em Matemática	144	109	35
Licenciatura em Música	159	85	74
Bacharelado em Zootecnia	172	104	68
Técnico em Edificações	80	44	36
Técnico em Agropecuária	102	41	61
Técnico em Alimentos	275	47	228
Especialização Ciência da Natureza e Matemática	38	27	11
Cursos FIC ⁹¹	57	57	0
Total	1.645	1.001	644

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IFCE (2024)

O IFCE passou a preencher as lacunas de cursos de Licenciatura deixadas pela UECE/FAEC, como se pode observar na Tabela 11 a Instituição oferece 6 cursos

⁹¹ São cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, trata-se de cursos de curta duração voltados para o desenvolvimento de competências específicas e práticas. O tempo de curso varia entre 160 e 400 horas a depender do conteúdo e da área. (MEC, 2024a).

superiores e destes 5 são Licenciaturas. Além dessas, iniciou a disponibilização de cursos na área de Ciências Agrárias, Construção civil e Alimentos. Os cursos beneficiaram os setores: educacional, pois a formação de professores sempre foi um desafio na Região; agrário, pois a área carece de profissionais qualificados e de cursos que desenvolvam pesquisas sobre os desafios deste; da construção civil, em função do considerável crescimento da cidade a partir dos novos loteamentos; e o alimentício, guiado pelas necessidades dos inúmeros empreendimentos do ramo de alimentos na cidade e região.

Vale ressaltar um fenômeno que tem sido comum nos cursos de nível superior e técnico, a considerável evasão e o número de trancamentos. Dentre as licenciaturas mantém-se uma média de 35,5 evasões por curso, com exceção do curso de Licenciatura em Música que registra o dobro desse valor, 74, (46,54%). O Bacharelado em Zootecnia, dos cursos de nível superior, é o que registra a segunda maior evasão, 68, (39,53%). Dentre os técnicos a situação é ainda mais preocupante, no curso Técnico em Agropecuária é de 61 (60%), no Técnico em edificações, 36, (45%) e em Alimentos, 228, (83%). (IFCE, 2024a).

A evasão pode ser motivada por fatores diversos que podem estar atrelados à Instituição e a estrutura dos cursos, a questões de cunho pessoal ou a conjuntura do mercado de trabalho que desmotiva os discentes a permanecerem até a conclusão. No caso das licenciaturas, esse é uma problema nacional e que causou o temor no governo de um “apagão de professores” e motivou o lançamento, em 17 de janeiro de 2025, do programa: mais professores para o Brasil. Que a partir de incentivos financeiros, como a oferta de bolsas, e outras medidas menores de valorização, buscam atrair estudantes e mantê-los nos cursos até a conclusão e a permanecerem na profissão. (MEC, 2025).

A maior evasão do curso de Licenciatura em Música talvez seja resultante da incompatibilidade entre os interesses de quem busca e quer aprender música, mas não quer ser professor, ou seja, o curso atraí músicos que querem saber mais dessa ciência, dessa arte, mas que não querem se submeter a toda à formação pedagógica que envolve um curso de licenciatura. Outros motivos podem ser a baixa carga horária da disciplina de Artes nas escolas ou, ainda, a saturação do mercado de trabalho, pelo menos do regional, o que diminui o número de indivíduos interessados na área.

Quanto aos cursos técnicos subsequentes⁹², cremos que a causa esteja na falta de estrutura física adequada que exponha os estudantes a mais atividades práticas, mas, sobretudo, na baixa absorção e valorização salarial desses profissionais pelo mercado⁹³. A aprovação dos cursos que passaram a ser ofertados pelo IFCE, baseou-se nas exigências da Resolução nº 25, de 25 de outubro de 2013, emitida pelo Conselho Superior da Instituição – CONSUP, que estabelecia o instrumental para a avaliação da criação de novos cursos na Instituição. (IFCE, 2013).

O instrumental trata-se de uma lista de procedimentos que devem ser seguidos e de uma série de itens estruturais que o campus deve possuir para que o curso possa ser aprovado. Dentre os procedimentos existe a consulta pública, de acordo com Gomes (2020, p. 84 - 85), “os entrevistados relatam a existência de uma audiência ocorrida no Teatro Municipal Rosa Moraes, no ano de 2009, em Crateús para a definição dos cinco primeiros cursos, no entanto, não foi encontrado nenhum documento comprobatório.”

No que diz respeito a cursos posteriores, tivemos a oportunidade de acompanhar o processo de escolha e de implantação dos cursos de Licenciatura em Geografia, em 2017, e Licenciatura em Música, em 2018, ambos foram aprovados na mesma audiência pública, ocorrida em 10 de agosto de 2016. A escolha dos novos cursos seguiu 5 etapas: a primeira foi a consulta a comunidade interna; a segunda foram reuniões com representantes dos poderes: executivo e legislativo municipal e da sociedade civil organizada para informar a intencionalidade da abertura dos cursos e como se daria o processo.

A terceira foi o planejamento e a divulgação de enquetes que já levavam as opções de cursos: Técnicos⁹⁴; Bacharelados⁹⁵; Tecnológicos⁹⁶ e Licenciaturas⁹⁷. A quarta foi a citada audiência pública. Lembramos que uma vez votada a aprovação do

⁹² Aqueles que o estudante cursa após a conclusão do ensino médio.

⁹³ Ressaltamos que são hipóteses, não é objeto desse trabalho trazer respostas definitivas para tais problemas.

⁹⁴ Técnicos: Alimentos, Apicultura, Panificação, Segurança do Trabalho e em Tradução e Interpretação de Libras.

⁹⁵ Bacharelados: Agronomia e Medicina Veterinária.

⁹⁶ Tecnológicos: Agroecologia e Alimentos.

⁹⁷ Licenciaturas: Geografia, Música e Teatro.

curso de Música, foi aberta a votação para a escolha de mais um curso de Licenciatura, estavam disputando Teatro e Geografia, a escolha deste último foi determinada pelo empenho da direção, pois se dependesse da preferência do auditório teria sido aprovado Teatro. A forma e a quem é direcionada a divulgação do evento pode levar mais representantes de um determinado seguimento da sociedade para a audiência o que influencia na escolha do curso.

Nesta mesma audiência foram aprovados o Bacharelado em Medicina Veterinária e o Técnico em Libras, mas a aprovação não representa a obrigatoriedade da implantação, pois os cursos dependem de estrutura física e de pessoal suficiente para a sua viabilidade, o que no caso destes dois últimos ainda não foi possível.

Quanto a UFC, de acordo com o Diretor do Campus de Crateús (2024)⁹⁸, também houve disputas pela unidade e pelos cursos. Para ele o que determinou a vinda para a cidade foram as forças políticas, dentre as quais destaca o Dep. Federal José Nobre Guimarães (PT), e a questão geográfica, pois:

Se você olhar onde estão os campi da UFC, eles estão em extremos, por exemplo, Russas está no extremo Leste do Estado, na divisa com o Rio Grande do Norte. Crateús está no extremo Oeste, na divisa com o Piauí. Aí você tem o Norte do Estado com Sobral. Na área central, Quixadá, e antes da UFCA virar universidade, ela era campus da UFC no Sul. Então foi pensado também geograficamente quais seriam as cidades nesses extremos que teriam sua importância. (Diretor da UFC/Crateús, 2024 – entrevista realizada em 03 de outubro de 2024).

Corroborando com a hipótese de que as Instituições foram tendo seus cursos direcionados para atender a interesses de determinados setores, a UFC priorizou os cursos de engenharia e tecnologia da informação, atualmente o campus oferta os seguintes: Engenharia Civil; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia de Minas; Ciência da Computação; e Sistema de Informação e está em processo a implantação do curso de Odontologia, dentre outros da área da saúde.

Ainda segundo o Diretor da UFC/Crateús (2024)

[...] diferente do Instituto Federal, que eles vão fazer toda uma pesquisa de mercado, uma consulta, as vezes, nas federais o que acontece é uma política de indução do MEC. Então, você pode até pegar esse dado, você vai observar que várias instituições que foram criadas dentro desse contexto de 2012 até 2016, vão ter muitos cursos de engenharia sendo criados e muitos cursos de T.I sendo criados, porque foi uma política de indução, também, do MEC, considerando o mercado não só local, mas o mercado a nível estadual e a

⁹⁸ Entrevista com o Diretor do Campus da UFC de Crateús – realizada em 03 de outubro de 2024.

nível nacional, porque às vezes a gente pensa em formar nossos estudantes só para o local, mas tem que pensar também na demanda regional, estadual e nacional. (Diretor da UFC/Crateús, 2024 – entrevista realizada em 03 de outubro de 2024).

A fala do entrevistado esclarece que, no caso da UFC, a definição dos cursos veio de instâncias maiores da Instituição e do MEC, mas guiada por necessidades regionais e nacionais. O setor da construção civil estava em alta em todo o País, o Programa Minha Casa Minha Vida tinha sido lançado em 2009 e aquecera o mercado imobiliário, gerando demanda de profissionais qualificados para o setor, daí a escolha de Engenharia Civil.

O curso de Engenharia Ambiental e Sanitária foi escolhido em função de necessidades contemporâneas mais amplas, como a de preservar o meio ambiente e pensar alternativas de promoção de um desenvolvimento sustentável, e de demandas regionais resultantes do crescimento das cidades e da possibilidade de extração mineral na região. (Brasil, 2024b).

Quanto ao curso de Engenharia de Minas:

Se observou também que na região existe um potencial muito grande de mineração, então o curso de Engenharia de Minas veio com essa perspectiva, considerando que várias jazidas nem foram explorados ainda, mas já pensando em perspectiva futura, então se criou o curso de Engenharia de Minas aqui. (Diretor da UFC/Crateús, 2024 – entrevista realizada em 03 de outubro de 2024).

Percebemos neste ponto algo curioso, a exploração de urânio e fosfato no município de Santa Quitéria e de ferro no município de Quiterianópolis⁹⁹, como já esclarecido, ainda está em processo de licenciamento e liberação pelos órgãos competentes, mas o Estado já se adiantou e passou a ofertar cursos superiores de qualificação na área. Claro que o egresso do curso de Engenharia de Minas da UFC de Crateús poderá atuar em qualquer região do País, mas a abertura desse curso no Ceará e, em específico, em Crateús pode ser indício da segurança que os agentes

⁹⁹O Município localiza-se nos Sertões dos Ihamuns e fica a 87,1Km de Crateús. Possui um grande reserva de ferro que começou a ser explorada em 2010 pela empresa: Globest Participações Ltda, mas suas atividades estão paradas desde 2024 em decorrência de uma ação do Ministério Público do Ceará – MPC que denunciou os efeitos maléficos da extração do ferro sobre a saúde da população e o meio ambiente, pois foi comprovado o descarte ilegal de resíduos no Rio Poti, a área de preservação ambiental permanente. Até a presente data, 22 de janeiro de 2024, as atividades seguem suspensas. (Barbosa, 2019); (MPC, 2024).

políticos possuem de que a exploração mineral na região vai ser possível.

Segundo o Agente Político 3 (2021)¹⁰⁰ houve disputas pelo campus e pelo curso de Engenharia de Minas, pois:

a Universidade Federal, campus de Fortaleza, queria ficar com o curso de minas, porque o único curso de minas do Ceará é em Crateús! Então houve uma ciúmeira lá. Na época, o Custódio, que era um dos engenheiros que trabalhavam com a gente aqui, tinha um irmão que era da UFC, fazia parte de um conselho de pesquisa e ele foi muito importante junto com o Reitor, o Senador Inácio Arruda, e o Guimarães [...] para que a gente conseguisse manter esse curso aqui, porque houve uma inveja muito grande desse curso de minas aqui em Crateús. Tinha uma briga política e uma briga de ciúmeira da própria UFC para tirar o nosso curso daqui. Tinha uma dificuldade, eles queriam treinar o pessoal que ia dar aula aqui, aí a gente articulou, através do Custódio e do Reitor da época, o Jesualdo, um curso com o pessoal de Minas Gerais e aí nós contornamos, também, esse problema.

O campus, ainda segundo o entrevistado, deve estar atualmente com apenas 30, 40% da estrutura projetada inicialmente concluída. Novos blocos e laboratórios estão em construção, novos cursos serão implantados, a exemplo do já citado, curso de odontologia e outros na área da saúde. Os relatos que narram o processo de definição dos municípios que receberam os campi e a escolha dos cursos que passaram a ser ofertados nestes revelam que há um projeto de desenvolvimento para a região, este não está materializado, em toda a sua extensão e complexidade, em um único documento oficial, mas se mostra em projetos esparsos, a exemplo da construção do Lago de Fronteiras, da exploração mineral, da iniciativa de programas como o Agenda Líder, e na narrativa dos agentes políticos.

É possível perceber como a estrutura educacional de ensino superior e técnica instalada na cidade foi movida por esse conjunto de intencionalidades. A chegada dessas instituições é vista como meio e fim para o desenvolvimento regional, fim no sentido dos encandeamentos para trás, das transformações econômicas, espaciais e sociais sofridas por uma cidade ao se transformar em um polo educacional, não é por acaso a grande disputa por essas Instituições. (Baumgartner, 2021).

Nas palavras do Agente Político 3 (2021) “a gente sempre focou muito nessa questão de Crateús como polo educacional, porque acreditamos que é através da educação que nós vamos transformar Crateús. E a UFC, o IFCE e a UECE são nossas

¹⁰⁰ Foi eleito Prefeito de Crateús em 2008, ficando à frente da prefeitura de 2009 a 2014, pois em 2012 foi reeleito. Em 2014 se fastou do cargo para competir a uma vaga para Câmara Legislativa do Estado do Ceará - ALECE, tendo sido eleito.

joias e têm que ser tratadas com muito carinho.” Em outro trecho ele ressalta que:

as pessoas fazem um barulho danado por fábricas, aqui teve uma que começou com 200 pessoas empregadas, hoje está com 30, é importante ter a fábrica, mas o campus da UFC, através de alunos que fizeram Engenharia da Computação, tem hoje 180 empregados, ganhando de: 2 a 4 mil reais, trabalhando de suas casas, através de uma articulação que foi feita, também, com o Governo do Estado, para que essa empresa¹⁰¹ viesse para cá, para que os meninos pudessem desenvolver programas, softwares, veja como a universidade é geradora de empregos, por isso que nós pensamos muito em Crateús como polo educacional, enquanto as pessoas ficaram pensando em trazer indústria, eu pensei, não! Vamos transformar Crateús pela educação.

Enquanto meio, essas Instituições se colocam como suporte, a partir da formação, da pesquisa e da extensão, para a viabilização e êxito dos projetos pensados para a região. A escolha dos cursos revela os setores que serão mais beneficiados. A recorrente reclamação surgida em nossas entrevistas, da falta de um projeto norteador mais claro que sirva de guia para todos os setores e órgãos da região, inclusive para o IF e Universidades, é reflexo da falta de uma coordenação mais ampla, do diálogo mais próximo e permanente entre estes órgãos e os governos, que deixem claros os rumos que se pretendem para a região, mas não da inexistência de um projeto regional, pois este parece existir.

Essa necessidade de maior proximidade, clareza e como consequência gerência por parte dos agentes locais sobre decisões tomadas sobre a Região é comprovada na fala da Diretora da UECE/FAEC (2024)¹⁰², a entrevistada revelou que quando da chegada do IFCE e da UFC na cidade houve algumas reuniões para discutir quais os cursos que seriam ofertados por cada Instituição, o objetivo era que existisse coerência nas ofertas e se evitasse o sobreamento, ou seja, que instituições distintas passassem a ofertar cursos semelhantes ou muito próximos.

Os últimos encontros ocorreram a cerca de 3, 4 anos, ela não soube precisar, mas tinham o objetivo de pensar os próximos cursos, mas cessaram e a decisão de quais novos cursos serão implantados tem sido tomada muito mais a partir de instâncias políticas e administrativas superiores do que locais, por exemplo:

¹⁰¹ Refere-se a empresa Fitbank, mencionada no Cap. 2 pelo Empresário 1 (2024). O que há de novo na citação do Agente Político 3 (2021), é que o Estado parece ter tido atuação decisiva na articulação da vinda da empresa para a cidade e não apenas agentes privados, como deixou transparecer o primeiro entrevistado.

¹⁰² Entrevista com a Diretora da UECE/FAEC de Crateús – realizada em 24 de outubro de 2024.

a vinda da medicina não foi tratada diretamente com a gente, então a direção da época soube pelas redes sociais quando foi lançada a medicina, inclusive, o pessoal ligava querendo falar sobre o curso e nós dizíamos, não, a UECE Crateús não tem medicina, e eles diziam, tem sim que o governo anunciou! Então, mais uma vez, a falta de diálogo, tipo assim, tem carência na região? Tem, isso é óbvio! Mas em nenhum momento teve diálogo com a direção, eu não sei lhe dizer se houve com a administração superior, com a reitoria, com a PROGRAD, o que posso lhe falar é com relação a direção local. (Diretora da UECE/FAEC, 2024 – entrevista realizada em 24 de outubro de 2024).

Outra decisão política e administrativa recente e que corrobora com a conclusão de decisões tomadas de forma mais centralizada em instâncias superiores, foi a de implantar novos cursos na área da saúde no campus da UFC de Crateús e não na FAEC/UECE que já possui o curso de medicina,

me questionei até que ponto isso seria viável, até economicamente, porque onde você já tem professores da saúde fica mais fácil deles servirem para os outros cursos, então achei estranho, fiquei com a mesma percepção de que não houve diálogo para definir onde seria melhor deixar esses cursos. (Diretora da UECE/FAEC, 2024 – entrevista realizada em 24 de outubro de 2024).

A FAEC/UECE ao ofertar o curso de medicina, pela lógica, deveria ser a Instituição a ser priorizada quando da abertura de novos cursos na área da saúde, para evitar sobreposições e por uma questão de maior eficiência administrativa e financeira, pois como ressalta a entrevistada, se já existe um curso de medicina implantado, os professores deste poderiam ser utilizados para ministrar disciplinas em outros cursos afins, gerando economia. Além da maior eficiência em projetos e pesquisas, a partir do compartilhamento dos laboratórios e demais estruturas e materiais.

Na perspectiva de um desenvolvimento aos moldes do defendido por Unger (2009, 2020), Crateús e Região possuem potencialidades que têm que ser trabalhadas, além da cidade ser um polo comercial regional importante, a Região possui potencial: pecuário e agropecuário, que pode ser mais amplamente explorado com a construção do lago de fronteiras; turístico, pela presença da reserva natural Serra das Almas e do Cânion do rio Poti; de extração mineral, a partir da exploração das reservas de Santa Quitéria e Quiterianópolis; e o educacional, em função do investimento na formação de profissionais capacitados para atuarem nesses diversos setores da região.

Mas Unger (2009, 2020) ressalta que os projetos devem ser discutidos e pensados a partir das necessidades e possibilidades produtivas das comunidades da região e devem estar a serviço do desenvolvimento destas e nesse aspecto as Instituições de formação e pesquisa têm o importante papel de formar, mas também o de informar a população, conscientizá-la e muni-la de argumentos para que possa reivindicar seus direitos e a preservação de seus modos de produção e reprodução.

Para que isso seja possível é necessário que o IF e as universidades se aproximem das comunidades, dos movimentos sociais e passe a produzir conhecimentos sobre o território, passe a buscar soluções para os desafios tão presentes na vida de quem vive no semiárido, para não se enquadrar na crítica de Demo (1980, p.121) de que “chega a ser uma agressão a posição costumeiramente alienante da universidade face aos problemas sociais e regionais do meio em que está inserida”.

E para isso é necessário que as IES não apenas se expandam, mas, de fato, se interiorizem. As professoras Adriana Campani¹⁰³ e Virgínia Célia Holanda¹⁰⁴, em artigo que trata da interiorização do ensino superior, utilizam-se da experiência de descentralização dos serviços da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, no estado do Ceará, como referência para discutir a distinção entre os processos de: expansão, descentralização e interiorização.

Esse processo de descentralização que serviu de referência para o estudo foi possibilitado e impulsionado pela exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil/MEC, 9394/1996), que determinou a formação específica em nível superior para todos os professores em atividade na época, estabelecendo para tal o prazo de 10 anos (1997 – 2007).

Assim como pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF (Brasil, 9.424/1996), que garantiu os recursos para a formação e incentivou a construção de parcerias entre

¹⁰³ Professora associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Pedagogia Universitária – (GEPPU) certificado pelo CNPq. Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Pós-doutorado em Desenvolvimento Curricular pela Universidade do Minho em Portugal. (Campani; Holanda, 2020).

¹⁰⁴ É Professora Associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), onde atua como Professora Permanente no Mestrado Acadêmico em Geografia. Doutora em Geografia Humana pela Universidade São Paulo (USP). Realizou estágio Pós-Doutoral na linha de Pesquisa Dinâmica Urbana e Regional junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). (Campani; Holanda, 2020).

estados e municípios com as universidades para alcançar a meta estabelecida. (Campani; Holanda, 2020).

Para as autoras, descentralizar está associado à disponibilização dos serviços da Instituição, mas sem a necessária expansão da estrutura física, foi o que ocorreu com a UVA, a partir do Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú – IVA, que segundo Campani e Holanda (2020, p. 6), expandiu sua atuação para diversos municípios do Ceará e de estados vizinhos sem, contudo, expandir sua estrutura física, estima-se que entre: 1997 e 2009 a “UVA certificou mais de 16.000 profissionais para a educação básica nesse período, nos 55 municípios de sua área de influência mais direta no norte cearense”.

A expansão até a metade da década de 1990, em função da concentração das IES em grandes centros, estava associada à interiorização sob uma perspectiva geográfica, adentrar o interior do País, no entanto, com a proximidade e a intensificação das relações proporcionadas pela globalização no período técnico-científico-informacional, e com os processos de expansão¹⁰⁵ das IES, especialmente a partir dos anos 2000, a interiorização ganha outras dimensões, já não basta a expansão física e a democratização do acesso, é necessário que seja garantida a permanência e que estas Instituições se interiorizem no sentido amplo, discutindo formas de ensino e produzindo pesquisa e extensão que dialoguem com as necessidades das regiões onde estão implantadas. (Santos, 2006).

Partindo desse pressuposto, é possível falar de expansão sem interiorização, pois:

O processo de interiorização envolve relações interculturais, novas sociabilidades, reconfigurações de saberes e produções de novas racionalidades [...] tem como ponto de partida a intenção do fortalecimento dos territórios para transformação social e, como processo, desenvolver uma educação integral nas dimensões pessoal, técnica, profissional, ética e humana. O fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento regional onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, desenvolvem-se a pesquisa e a extensão (Campani; Holanda, 2020, p.8)

A interiorização exige o imbricamento dos processos próprios das IES com o contexto social da região onde se instalam, a atuação via ensino, pesquisa e extensão

¹⁰⁵ Expansão refere-se ao deslocamento para o interior não apenas dos serviços, como no caso da descentralização, mas de estruturas físicas, no caso das IES, da construção de novos campi. (Campani; Holanda, 2020).

deve ser conduzida pelas demandas regionais, a direção da produção e das ações acadêmicas deve, majoritariamente, se voltar para as necessidades do território. Para que isso se efetive é necessário que se estabeleça o diálogo com outros órgãos e movimentos sociais de variados espectros, é a elevação da interação e da comunicação com os diversos seguimentos sociais para o que Fleuri (2019) denomina de conversidade¹⁰⁶.

Santos, B. (1999; 2011) ao estudar a universidade no século XXI, em um contexto de transição para a pós-modernidade e do surgimento de questionamentos sobre a organização social e a submissão das instituições aos ditames da sociedade burguesa, aponta que a universidade vivencia três crises, de: hegemonia (até o fim do séc. XIX – capitalismo livre), legitimidade (final do séc. XIX até 1960 – capitalismo controlado) e de Institucionalidade (de 1970 até os dias atuais – capitalismo liberal), todas frutos das pressões impostas pelo sistema capitalista e todo o processo produtivo industrial que se globaliza.

A primeira, refere-se à incapacidade da universidade de exercer eficazmente a função de formar para a alta cultura e o mercado simultaneamente, na velocidade e especificidade que este exige, além da perda da soberania sobre a produção do conhecimento e dos saberes científicos e culturais, abrindo, dessa forma, espaço para outras Instituições de formação, perdendo sua hegemonia.

A de legitimidade está relacionada a perda de confiança da sociedade na universidade,

[...] provocada pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma Instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidade para os filhos das classes populares, de outro. (Santos, 2011, p. 10)

O sistema de ingresso e a dificuldade de acesso a alguns cursos, além da chancela das titulações, colocam a universidade como uma das reprodutoras da hierarquização social, logo, grande parte da sociedade se vendo, por condições

¹⁰⁶ Conversidade se refere não apenas à democratização do acesso à educação superior, às IES, mas a oportunidade de diálogo entre as instituições e os diferentes seguimentos e movimentos sociais. Daí o termo conversidade, remetendo a ideia da universidade como local onde a conversa/a comunicação deve se estabelecer e prevalecer. (Fleuri, 2019).

diversas, impossibilitada de ter acesso a esta, não a vê como uma legítima representante de seus interesses, mas como uma instituição elitista.

Quanto a terceira crise, Santos (1999, p.166) explica que: “a universidade sofre uma crise institucional na medida em que a sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhes pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes”. Refere-se à sujeição a pressões externas sobre: a forma crescentemente empresarial e mercadológica de gerenciar a Instituição; os cursos e conteúdos ofertados; o estabelecimento de metas de produção científica e a priorização daquelas que beneficiam o mercado; além da desvalorização da carreira dos professores e demais servidores em função da adequação às exigências dos governos e do sistema capitalista.

Essas crises são fruto de uma postura, de uma forma de fazer ciência que afastava a universidade e demais instituições de ensino e pesquisa das reais necessidades da população,

O conhecimento universitário, - ou seja o conhecimento científico produzido nas universidades ou instituições separadas das universidades, mas detentoras do mesmo *ethos* universitário - foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades. Segundo a lógica desse processo, são os investigadores quem determina os problemas científicos a resolver, define a sua relevância e estabelece as metodologias e os ritmos de pesquisa. É um conhecimento homogêneo e organizacionalmente hierárquico na medida em que agentes que participam na sua produção partilham os mesmos objetivos de produção de conhecimento, têm a mesma formação e a mesma cultura científica e fazem-no segundo hierarquias organizacionais bem definidas. (Santos, B. 2011, p. 41).

Devido a intensificação das relações internacionais de comércio, de fluxo de pessoas e de informação, ocorreu o aumento da competitividade global, as profissões de diversificaram e se sofisticaram exigindo adaptações de formação. A penetração de produtos que agregam tecnologia e informação exigiu dos países que se investisse nessas áreas para que possuíssem o mínimo de competitividade no mercado internacional. Associado a essas necessidades surgiram forças contrárias ao movimento de globalização, exigindo a preservação da cultura e formas de produção tradicionais e a democratização do acesso à universidade e dos temas discutidos nesta.

A partir desse contexto Santos, B. (2011, p.42) passa a defender que o conhecimento universitário do século XXI é pluriversitário, ou seja,

é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador de sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extramuros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores.

Em outras palavras, o conhecimento produzido pela universidade nesse novo contexto passa a ser resultado da demanda externa, não é somente o interesse da comunidade científica ou o desejo de algum pesquisador isolado, mas a relevância social desse estudo que passa a torná-lo possível e financiável. Assim como o desenvolvimento de pesquisas e como consequência a produção de novos conhecimentos e tecnologias deixa de ser exclusividade das universidades.

A forma mais clara de demonstração é a proximidade da indústria com a universidade, mas essa mudança de interação não se mostra apenas na relação com o mercado e as empresas, mas com a sociedade em sua diversidade. A ampliação das formas de acesso permitiu que representantes de segmentos variados da sociedade, de classes sociais diversas e de culturas e origens diversas, tivessem espaço na universidade e uma vez integrados nesta passassem a exigir que aspectos de sua cultura e suas narrativas sobre a história fossem levadas em consideração e se tornassem alvo de estudos.

Houve uma crescente aproximação dos movimentos sociais com a universidade. Santos, B. (2011, p. 66) sugere algumas ações para a superação da crise de legitimidade. Para ele é necessário aproximar a universidade da sociedade a partir de várias dimensões, atuando sobre áreas como: “acesso; extensão; pesquisa-ação; ecologia de saberes; universidade e escola pública”.

Algumas ações buscam gerar aproximação a partir do deslocamento dos sujeitos para dentro da universidade, como a ampliação do acesso, o investimento na escola pública, pois se esta for de qualidade o seu estudante terá condições de disputar vagas no nível superior. Outras projetam a atuação da instituição para fora, extramuros, como é o caso da extensão, mas o autor não se restringe à sugestão do aumento da interação, mas como esta deve ocorrer, a partir da pesquisa – ação e da ecologia de saberes, pois:

a abertura <ao outro> é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além do acesso à universidade e permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida se assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as

atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (Santos, B. 1999, p.195).

A pesquisa ação remete à parceria entre a universidade e as comunidades e organizações sociais na busca de descobrir soluções práticas para os seus problemas. A ecologia de saberes, por sua vez,

é uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro [...] consiste na promoção de diálogo entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade. (Santos, B. 2011, p.75 - 76).

O que diferencia a pesquisa-ação da ecologia de saberes é que na primeira o que motiva a pesquisa é a necessidade da comunidade, mas a pesquisa ocorre na universidade a partir do *modus operandi* próprio desta, sendo posteriormente os resultados compartilhados com os agentes que a motivaram. A ecologia de saberes se refere à troca, a geração de conhecimento como resultado da interação entre o conhecimento científico e o popular, da dialética entre estes.

Trouxemos o pensamento de Boaventura de Sousa Santos por dois motivos, primeiro porque é referência e como tal é alvo de elogios, críticas¹⁰⁷ e complementos e segundo porque serve de elo entre o que vimos sobre o planejamento e busca do desenvolvimento regional e o papel central atribuído às Instituições educacionais de ensino técnico e superior e a forma como devem desenvolver suas atividades de forma a se aproximar das comunidades e suas necessidades.

Vimos que existem projetos de desenvolvimento para Crateús e região e como a chegada das Instituições de ensino técnico e superior é resultante destes e a estes se adequam a partir dos cursos que ofertam. O capitalismo tem buscado funcionalizar a universidade, transformando-a em uma agência ao seu serviço, a extensão, direcionada para atender aos interesses sociais das comunidades, pode significar uma alternativa contra a hegemonia do capital, desde que não se submeta, por inteira,

¹⁰⁷ Algumas críticas se referem à excessiva flexibilização que a ecologia do saber pode trazer para a geração do conhecimento. Ao dar ênfase à visão das comunidades e sujeitos, pode-se perder a referência de uma metanarrativa mais ampla, como a marxista, que explique a realidade de forma mais fidedigna. É necessário que os sujeitos tenham ferramentas conceituais para analisar sua realidade a partir do sistema que as envolve. Para Sousa; Marinho (2022), Boaventura ao defender o pensamento pós-moderno na análise da temática e em suas sugestões, desconsidera esse fato.

aos seus ditames.

No próximo capítulo passamos a discutir especificamente a extensão, partimos de uma breve retrospectiva sobre sua trajetória no mundo e no Brasil e em seguida como esta se configura no IFCE. Por último passamos à análise da extensão desenvolvida pelo Campus do IF de Crateús. Temos como objetivo compreender as relações do Campus com outras instituições da cidade, com o território e suas comunidades.

Figura 16 - Fachada do Campus do IFCE/Crateús



Fonte: foto do autor, 2025.

5 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TRAJETÓRIA, IMPORTÂNCIA E POTENCIAL

Como visto no capítulo anterior, a extensão é um dos destaques na luta pela retomada da legitimidade da universidade, mas é necessário que esta ocorra guiada pelo propósito de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, pois pode ser capturada pelo sistema e servir somente à indústria e ao capital, a partir de parcerias que buscam na universidade e em suas pesquisas inovação para o mercado. É grande o potencial da extensão, mas precisa ser direcionada para a tentativa de superação da exclusão social, como ressalta Santos, B. (2011, p. 73):

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la em uma vasta agência de extensão, ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no *curriculum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

A extensão é o canal de acesso entre os vários segmentos da sociedade e a universidade, atua na área técnica, cultural e social. A partir da área técnica pode se aproximar do mercado, por meio da geração de inovação e este é um papel importante da extensão e não deve ser menosprezado, o que não é aconselhável é a criação de mecanismos que promovam a dependência financeira da universidade dessas parcerias, contribuindo para a aproximação com o pequeno grupo que controla a economia mundial e nacional e para o distanciamento da população em geral.

A extensão deve ser canal de diálogo com toda a sociedade e para isso não pode ter laços de dependência ou preferência, pois de sua autonomia vem a possibilidade de contribuir para a resolução de problemas como a exclusão e a discriminação social. Desde 1911, quando começa a ser implantada no Brasil na universidade livre de São Paulo, e de 1931, quando é definida pela primeira vez a partir de um estatuto legal pelo Decreto Federal nº 19.851¹⁰⁸, a sua definição e seu propósito têm sido alvo de disputas.

¹⁰⁸ O Decreto Federal nº 19.851 de 1931 instituiu o estatuto da universidade do Brasil. (Brasil, 1931b)

No próximo tópico traçamos o retrospecto da criação e evolução da extensão no mundo e no Brasil, a intenção é situar o leitor quanto a evolução conceitual e os contextos que desencadearam disputas entorno desta. cremos, servirá de suporte para a compreensão e discussão sobre a extensão na contemporaneidade e a especificidade desta em uma instituição com o perfil do Instituto Federal de Educação do Ceará – IFCE.

5.1 GÊNESE E TRANSFORMAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO MUNDO E NO BRASIL

A extensão surgiu na Europa, mas há controvérsias quanto a instituição ou local exato, Rocha (2001) afirma que surgiu em Portugal no ano de 1269 no Mosteiro de Acabaça e passou a ser uma prática comum dos colégios religiosos, tendo chegado a América Latina por intermédio dos jesuítas. Melo Neto (2002), se restringe a afirmar que a prática passou a se popularizar a partir das universidades populares europeias e que depois chegou aos EUA, assumindo características diferentes.

Na Europa surgiu da necessidade de levar até a população, a partir de palestras e seminários, as descobertas da universidade, logo, a extensão se confundia com publicização dos feitos da academia. O conceito de extensão e sua função têm sido repensados ao longo do tempo, é possível perceber que o seu surgimento na Europa ocorre em função da necessidade de grupos que compunham a universidade de levar até a comunidade as descobertas científicas.

A questão que se coloca, desde a época, é a forma correta de estabelecer o contato com a população, que postura assumir e linguagem usar para que seja frutífero e venha contribuir para uma nova cultura. A tentativa, a forma de fazer extensão das universidades populares europeias foi criticada por Gramsci (1993, p. 17):

Estes movimentos eram dignos de interesse e merecem ser estudados: eles tiveram êxito no sentido em que revelaram da parte dos simplórios um sincero entusiasmo e um forte desejo de elevação a uma forma superior de cultura e de uma concepção de mundo. Faltava-lhes, porém, qualquer organicidade, seja de pensamento filosófico, seja de solidez organizativo e de centralização cultural; tinha-se a impressão de que eles se assemelhavam aos primeiros contatos entre mercadores ingleses e negros africanos: trocavam-se berloques por pepitas de ouro. Por outro lado, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais

daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social.

A crítica de Gramsci se centrou na falta de capacidade dos intelectuais, dos representantes das universidades, de estabelecer um diálogo e uma aproximação que gerasse um sentimento de integração pelo qual a população sentisse que aqueles intelectuais tratavam de assuntos que dizia respeito a todos, que eles lhes representavam em suas buscas de soluções para problemas práticos, não havendo assim o distanciamento e a posição privilegiada da universidade como geradora, detentora e, em posterior momento, divulgadora do conhecimento, como o autor denuncia.

Nos Estados Unidos a extensão assumiu um modelo assistencialista, mas o assistencialismo visto de forma ampla, ou seja, a universidade oferecia ajuda, assessoria em variadas áreas. De acordo com Melo Neto (2002, p. 8), das experiências americanas surgiram duas novas visões: “cooperativa ou rural e outra universitária em geral”, porém, em ambas prevalecia a ideia de prestação de serviço. No primeiro tipo de extensão, a universidade vai até o produtor ou a população e oferece serviços e orientação técnica. O foco não é somente a divulgação, mas a intervenção, no entanto, as duas visões estão centradas no desejo de instruir a sociedade.

Uma distinção a ser ressaltada é que a iniciativa europeia parte da universidade, do corpo docente e discente, no caso americano a iniciativa parte do governo, então trata-se de um direcionamento estratégico que visava levar maior eficiência para as atividades desenvolvidas no país, movida pela busca de maior produtividade econômica.

No caso da América Latina, a extensão surgiu atrelada às lutas sociais, o maior exemplo é o movimento de Córdoba, na Argentina em 1918, que tinha como pautas: a busca pela maior autonomia administrativa da universidade e a democratização dos conhecimentos às classes populares, além da luta pelo reconhecimento do papel fundamental da extensão no processo de aproximação da universidade com a população. (Rocha, 2001).

De maneira geral, chegamos no século XX com essas formas diferentes de ver e executar a extensão. Ao analisar o caso brasileiro, constatamos que em diferentes momentos foi privilegiada alguma dessas formas. Para Jezine (2002), podemos

classificar as práticas e concepções da extensão em: assistencialista, que segue o modelo americano e se centra na oferta de serviços técnicos, privilegiando as áreas de: saúde, educação e agricultura.

Mercantilista, voltada para a venda de serviços, parcerias com o mercado para o desenvolvimento de tecnologias e produtos, sempre visando o lucro, estando mais alinhada com o período neoliberal e as parcerias entre o setor público e o privado. E a acadêmica, que resulta da luta pelo reconhecimento da dimensão filosófica e científica da extensão e enxerga nesta o elo entre a universidade e a população, que busca a valorização dos conhecimentos populares e que acredita que do encontro destes com o conhecimento científico surgirão pesquisas que privilegiarão o social e o ensino contextualizado.

A extensão, de acordo com Silva *et al.* (2018), surgiu no Brasil entre 1911 e 1917 na universidade livre de São Paulo e seguia o modelo europeu, era realizada por meio da oferta de seminários e conferências abertos ao público, no entanto, Jezine (2002, p. 4) ressalta que se consolidou a partir da prática de levar ao povo cursos com o intuito de transmitir o saber técnico, “constituindo-se em uma prestação de serviços realizada por estudantes e professores à comunidade”.

O fato é que a extensão só foi institucionalizada no Brasil, a partir de uma legislação oficial, por meio do Decreto nº 19.851 de 1931, no período do governo de Getúlio Vargas, quando foi criado o estatuto das universidades brasileiras (Brasil, 1931), dando alguns direcionamentos quanto ao conceito e a forma como deveria ser feita a extensão no país:

Art. 35, inciso:

f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários;

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário;

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas. (Brasil, 1931a)

A normatização em seus diferentes artigos, parágrafos e incisos nos revela claramente como a extensão era pensada naquele momento, no Art. 35 inciso (f) fica exposta a intenção: prolongar em benefício do coletivo as descobertas da universidade. No Art. 109 é esclarecido que a divulgação deve contemplar conhecimentos de diversas naturezas e o Art. 42 e o § 1º descrevem a forma como deve ocorrer, por meio de cursos, conferências e demonstrações práticas, podendo acontecer dentro ou fora da universidade.

Não há menção à troca de conhecimentos, a universidade aparece em uma posição privilegiada e autônoma em relação a sociedade e como única geradora e divulgadora de conhecimentos. O movimento que deu origem a União Nacional dos Estudantes – UNE, em 1938, inspirando-se no que ocorreu em Córdoba e em suas principais bandeiras: luta contra as ditaduras, os imperialistas, pela inclusão dos mais pobres e por mais direitos sociais, passou a exigir uma maior aproximação da universidade com a população. (Melo Neto, 2002).

A Professora Rejane Silva¹⁰⁹ ressalta que esse movimento entorno de uma nova visão sobre a extensão esteve sempre presente, mas que se intensificou a partir da década de 1960, pois “no contexto das mobilizações populares e reformas sociais, a atividade de extensão passa de difusão do conhecimento para a inserção na realidade social, econômica, política e cultural do País, objetivando a transformação social”. (Silva *et al.* 2018, p.96).

Esse pensamento é compartilhado por Gadotti (2017, p.1) quando escreve que o Decreto nº 19.851 de 1931 não citava a extensão como uma função da universidade, apenas a colocava como veículo de divulgação de pesquisas científicas e suas descobertas a uma parte da população já instruída. “Foi só no início da década de 1960 que a extensão como a conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos.”

É desse período, que se estende do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) até o golpe militar de 1964 quando é deposto o presidente João Goulart (1961 – 1964), o surgimento dos movimentos de cultura e educação popular, ou seja, a

¹⁰⁹ A professora Dra. Rejane Silva fez Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar foi professora adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, em Sobral/CE. Atualmente está aposentada.

universidade começa a despertar para o seu compromisso social. Para Lima (2002, p.157) foi a partir dos:

círculos de cultura, criados pelo referido movimento no final dos anos 60 [...] que surgiu o método de Alfabetização de Paulo Freire. O respeito ao saber popular e a construção de um saber coletivo, onde educando e educador participassem conjuntamente na compreensão da realidade, pedagogia realizada nestes círculos de cultura, serviram como referência e inspiração na elaboração do método Paulo Freire.

Para Gadotti (2017, p.1) são criações de Paulo Freire, também nessa época, a partir de sua atuação na Universidade de Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco “o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o Movimento Cultural Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE”.

O MCP promovia diálogos com a população, mas os temas partiam do interesse do povo que os propunham, cabendo ao educador, a partir do tema central proposto, inserir temas paralelos que com este mantivesse relação. Paulo Freire começou a perceber o quanto as pessoas se envolviam na discussão e compreendiam o que era tratado, logo, pensou:

Se é possível fazer isso, alcançar esse nível de discussão com grupos populares, independentemente de eles serem ou não alfabetizados, por que não fazer o mesmo em uma experiência de alfabetização? Por que não engajar criticamente os alfabetizados na montagem de seu sistema de sinais gráficos enquanto sujeito dessa montagem e não enquanto objeto dela? (Freire; Christo, 1985, p. 14 - 15).

Paulo Freire percebeu que a participação do sujeito no processo de construção do conhecimento não apenas é democrática, mas muito mais eficaz, contrariando o que comumente era a prática, a concepção da escola tradicional que se centrava na autoridade do professor, comprovou que os métodos que envolvem um aprendizado conjunto, baseado na troca, são muito mais eficientes. (Gadotti, 2004).

A partir de uma pesquisa prévia junto à comunidade, que envolvia apreender a forma como as pessoas enxergavam a realidade e quais as palavras que estas usavam para expressar essa compreensão, Paulo Freire elegia palavras e temas geradores, partindo da concretude da vida, do que fazia sentido para os educandos, do específico para o geral.

Em 1964 se instaura a ditadura no Brasil e, como não poderia ser diferente, a universidade e suas práticas se tornam alvos. A extensão sob o novo regime assume características assistencialistas, inspirando-se no modelo dos EUA. Toda a discussão sobre uma extensão fundamentada na troca de saberes e na autonomia popular é paralisada por um tempo.

Sob uma nova visão, a extensão passou a servir a um modelo pré-desenhado pelo governo que privilegiava a geração e a oferta unidirecional de conhecimentos, mas recebeu financiamento e, de uma forma ou de outra, promoveu o contato da universidade com a população. São vários os programas desse período. Foram criados o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, o projeto RONDON e a Operação Mauá, estes vinculados mais diretamente à área tecnológica. (Melo Neto, 2017).

A diferença central é a postura da universidade frente à população, na perspectiva destes projetos, a universidade se coloca como a detentora do conhecimento, logo, as suas práticas carregam uma tônica autoritária, enquanto os produtores, as comunidades, são agentes passivos que devem se render à lógica daquele sistema que se apresenta. A prática do extensionista era vigiada de perto, pois qualquer sinal de subversão ao projeto do regime tinha que ser evitado, reprimido.

Nesse contexto de repressão, alguns intelectuais foram presos ou exilados, dentre estes Paulo Freire, que em 1964 ficou preso por 72 dias, exilando-se em seguida na Bolívia e no Chile, neste último, trabalhou por 5 anos para o Movimento de Reforma Agrária da Democracia Cristã e para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. (Memorial Virtual Paulo Freire, 2022).

Foi no período que estava à frente do Movimento de Reforma Agrária, lidando com agrônomos, técnicos, capacitando-os para o trabalho junto aos trabalhadores rurais, que escreveu o livro: *Extensão ou comunicação*, publicado em 1969, pelo qual expõe sua visão de como se deva realizar a extensão. O autor parte da crítica ou do equívoco gnosiológico do termo extensão, enquanto representação da relação que deva se estabelecer entre aquele que detém o conhecimento técnico e a população.

Ele estrutura sua escrita a partir da defesa do uso do termo comunicação no lugar de extensão como o mais apropriado para representar a relação entre o técnico, detentor do conhecimento científico, e o agricultor, possuidor do conhecimento popular. Para Paulo Freire, a postura do técnico, do pesquisador, do professor, ao se aproximar e intervir na realidade de grupos sociais, deve se guiar pelo respeito, pela

busca do encontro com o homem em sua essência, não o abstrato, mas o ser concreto que é fruto de uma realidade histórica que formou sua visão dos fenômenos e do mundo, que moldaram a sua forma de agir. (Freire, 1983).

Paulo Freire advertia quanto ao respeito à forma mágica com que as comunidades observavam os fenômenos naturais e quanto à linguagem a ser utilizada pelos técnicos para que estes se fizessem entender, ressaltava que em uma comunicação há três elementos: o sujeito cognoscente, o objeto cognoscível e o outro sujeito, sendo que o conhecimento sobre o objeto não emanará dele mesmo, mas do diálogo entre os sujeitos, daí a importância do uso de um sistema de signos comum, que dê conta de expressar os significados atribuídos ao objeto pelos respectivos sujeitos. Ele explicita isso no seguinte trecho:

Deste modo, além do sujeito pensante, do objeto pensado, haveria, como exigência (tão necessária como a do primeiro sujeito e a do objeto), a presença de outro sujeito pensante, representado na expressão de companhia. [...] O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário. Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. [...] É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito. Se não há este acordo em torno dos signos, como expressões do objeto significado, não pode haver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação. (Freire, 1983, p. 44 - 46).

Paulo Freire escreveu o livro, pensando uma situação concreta e específica, a relação entre os engenheiros e técnicos com os agricultores no Chile, mas a riqueza de sua reflexão e o método proposto de aproximação serviu de base para se pensar a extensão nos anos seguintes e até os dias atuais. Lima (2002) ressaltava a inovação e pertinência do pensamento de Paulo Freire no que se refere ao respeito que o educador tem que possuir diante dos educandos, perante a autonomia da população.

Para Lima (2002, p.159), nos anos da ditadura militar, a prática da educação popular tinha como maior objetivo a conscientização da classe trabalhadora para que esta tomasse, através do processo eleitoral, o poder que estava sob o controle da burguesia. No entanto, a autora faz a comparação entre a filosofia e o método usado pelo movimento com o proposto por Paulo Freire, para ela a prática da conscientização via educação popular não mobilizou as classes para uma

transformação social no Brasil ou na América Latina, pois partidos de direita seguiram ganhando eleições, isso “talvez porque nossa prática de educação popular tenha sido totalitarista e manipuladora.”

Ao contrário da defendida por Paulo Freire, para quem era fundamental escutar as pessoas, o educando, sem a imposição da visão de mundo do educador. Logo,

tivemos que assumir conscientemente que o socialismo real, nos países onde foi implantado, não foi fruto do desejo da maioria, mas da imposição de um grupo de “iluminados” que acreditavam saber o que era melhor para a população sob seu domínio. Todos esses fatos tiveram como repercussão uma maior cautela por boa parte dos educadores populares nos trabalhos de estimulação à ação reivindicativa que desenvolvem junto às comunidades, respeitando seus valores, cultura, necessidades, interesses. Tais percepções foram sendo explicitadas nos processos de formação dos educadores populares até tornarem-se um certo consenso. (Lima, 2002, p.159).

Durante a década de 1960 a concepção de extensão se manteve assistencialista. Sua obrigatoriedade foi determinada pela Lei básica da reforma universitária, nº 5.540 de 1968, mas mesmo com esta não houve mudanças significativas na relação das universidades com as comunidades via extensão e nem foi suficiente para se estabelecer uma relação mais próxima entre: ensino, pesquisa e extensão. Até a década de 1970 não houve nenhuma política que desse maior prioridade à extensão, permanecendo em uma posição secundária ao ensino e a pesquisa. (Silva, 2018).

A primeira política voltada à extensão foi criada em 1975 pelo Plano de Trabalho da Extensão universitária. O Documento tinha como prioridade resgatar a função do MEC como órgão formulador de políticas educacionais para o ensino superior. O plano trazia propostas de como se realizar extensão: ofertas de cursos, serviços, publicização de pesquisas, realização de projetos junto às comunidades de cunho social e cultural, dentre outras.

Podemos notar que discursões começam a se estabelecer entorno da relação da universidade com a população e o veículo é a extensão. O referido plano ainda destacava que o papel social da universidade se daria a partir da relação efetiva entre o ensino, pesquisa e extensão e que a relação entre a universidade e a comunidade não deveria ocorrer sob bases elitistas de transmissão de conhecimentos, mas a partir de uma relação de troca de saberes. Vemos, nesse momento, o pensamento de Paulo Freire ecoar, mesmo ainda sob um governo ditatorial. (Silva, 2018).

Diante da crise econômica e social dos anos de 1980 e da crescente manifestação popular em busca de mudanças, a universidade se engaja na luta por reformas, e a extensão se volta para uma perspectiva de conscientização em torno de um projeto democrático, de defesa da liberdade, da democracia e dos direitos humanos. Após 1985, e o restabelecimento da democracia, é criado em 1987 o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras – FORPROEX.

É importante ressaltar que, mesmo com a democratização, a disputa entorno de uma extensão à serviço do capital versus uma política de extensão de cunho social e emancipatória persistia, sendo a luta pela defesa deste último modelo a missão assumida pela maior parte dos integrantes do FORPROEX. Como destaca Cunha (2002, p.29):

Em 1987 a extensão “social” parece retomar o fôlego perdido no pós 68. A “transformação social” retorna como discurso da garantia dos direitos sociais e a universidade se insere como uma das protagonistas potenciais à esta transformação requerida e necessária. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas se apresenta como um agenciador das matrizes discursivas e das práticas universitárias do “estar-a-favor-de” uma maioria.

Os encontros de Pró-Reitores de extensão começaram a ocorrer regionalmente, iniciando-se em 1985 em Manaus, quando foram discutidas formas de integrar as universidades da região. A política de extensão da Universidade Federal do Paraná – UFPR em 1986, mesmo sem a ajuda do MEC, se torna exemplo para as demais, ao definir estratégias de aproximação com a sociedade, reforçando o compromisso com o ensino e a aprendizagem.

No Nordeste, em Aracajú, em abril de 1987, ocorreu o I encontro de Pró-Reitores das universidades nordestinas. Como na ocasião não foi possível estabelecer todas as diretrizes e políticas, foi criado um fórum permanente de discussão. No mês de setembro do mesmo ano ocorreu um novo encontro, dessa vez na capital cearense, que resultou na “Carta de Fortaleza”, que focava a valorização das práticas extensionistas e reivindicava a criação de um fundo de apoio às várias ações da extensão: bolsas, publicação de livros e artigos, viabilização de encontros e criação de um fórum nacional. (Silva, 2018).

Seguindo o exemplo do Nordeste, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, foi criado o fórum de Pró-Reitores das universidades do Sudeste, buscava a reconceituação, a institucionalização e a criação de fontes de financiamento. Diante dessas formações regionais, em novembro de 1987, na Universidade de Brasília –

UNB, na época sob o comando do então Reitor Cristóvam Buarque, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de extensão, com a participação de 33 universidades públicas (Cunha, 2002).

Desse encontro surgiu a primeira definição de extensão universitária, a partir da perspectiva do que propunha as discussões sobre o tema naquele momento, logo, a extensão é um:

Processo educativo, cultural e científico **que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla**, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, a sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado aquele conhecimento. **Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social.** (Brasil/MEC, 1987, p.1, grifo nosso).

O conceito mais do que delimitar a extensão, explicita o desejo, a meta de cunho Freiriana: a extensão deve funcionar como uma via de mão dupla, a partir da interação da universidade com a comunidade, viabilizando a troca de saberes a partir do encontro do conhecimento científico com o popular. E em decorrência dessa interação ocorre a redução da distância entre a teoria e a prática.

O contato do universitário com a comunidade permite a identificação dos problemas que a aflige, logo, surgirão pesquisas para compreendê-los e solucioná-los, que terão os seus resultados transformados em informações a serem repassadas nas aulas. A extensão, portanto, tem o potencial de unir ensino e pesquisa de uma forma coerente e significativa.

Além da busca por essa viabilização de uma extensão com um viés mais social, a luta nos fóruns sempre envolveu a procura por reconhecimento e financiamento e estes começaram a vir a partir de 1993, durante o governo de Itamar Franco. Nesse período, o MEC aprovou a institucionalização das diretrizes políticas de extensão universitária e a criação da Divisão de Extensão e Graduação, no Departamento de Política de Educação Superior – DEPES, pertencente a Secretaria de Educação Superior. Foi criada, ainda, a Comissão de Extensão Universitária por meio da Portaria nº 66, de 13 de abril de 1993. (Silva, 2018).

Com a ascensão ao poder do Presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 - 2002) e sua adesão ao modelo econômico neoliberal, ocorre uma desmobilização dos movimentos da sociedade civil em função de um projeto nacional que aliava Estado e mercado. O ensino público, enquanto valioso nicho de mercado, passa a ser alvo de ataques que visavam a sua privatização, e as universidades públicas estiveram nesse bojo, sendo alvo de reformas que retiraram destas o status de Instituição Social e as colocaram na condição de Organização Social, submetendo-as à lógica de mercado, como tão bem denuncia Chaui (2003, 2001).

Seguindo a lógica já conhecida do receituário que busca privatizações, as universidades e as demais instituições federais de ensino tiveram as verbas de capital¹¹⁰ e de custeio reduzidas, levando à precarização da estrutura física dos campi. A precarização, também, alcançou os serviços pela não realização de concursos, o que gerava sobrecarga sobre os professores e técnicos e pelo congelamento dos salários dos servidores.

A extensão não passou ilesa por esse período, inserida em uma lógica guiada pelo pensamento neoliberal de defesa de um discurso de meritocracia e de uma decrescente responsabilização do Estado frente às desigualdades sociais, teve, para se viabilizar financeiramente, de se aproximar do mercado a partir de parcerias, inclusive, para ter condições financeiras de manter parte de seu viés social. A visão do Estado, agora alinhada com o mercado, e a do Fórum de Pró-Reitores e outros segmentos da universidade era distinta a respeito da extensão. Reforçando esse pensamento Cunha (2002, p.32) escreve que:

Daquele “nascente” Estado “democrático” apenas algumas demandas foram selecionadas, organizadas e abrigadas nos “pacotões” governamentais. A demanda da “transformação social” como instituinte de um novo regime de “saber-poder” que inicialmente tomou força e desalojou a racionalidade científica, mobilizando seus sujeitos e as formas instituídas de lidar com as demandas, sofre readaptações funcionais. A tendência foi tratá-las como gestão privada das “coisas” do mundo, reorganizando-as em favor das possibilidades e prioridades, em sua maior parte, de ordem política. Esse caminho trouxe à questão social um tratamento essencialmente caracterizado por intervenções sobre os efeitos de uma disfunção social ou por uma atuação “técnica” referendando as ações de uma neo-filantropia acadêmica, também, neoliberal.

¹¹⁰ Verbas de capital são aquelas destinadas a compra de equipamentos novos e construções, as verbas de custeio são as destinadas a manutenções em geral, pagamento de contas, contratação de serviços, compra de material não permanente, dentre outros. (CAPES, 2018).

Analisar a questão social, atribuindo à exclusão papel de destaque e por consequência a busca de sua superação o propósito da extensão, mas sem examinar as suas causas, é naturalizá-la, é tirar da extensão o seu papel político de conscientização, é transformá-la em mais um mecanismo estatal que procura minorar as desigualdades, no entanto, sem nunca atacar suas origens.

Nesse contexto, do governo de FHC, foi colocado como essencial que as atividades de pesquisa e extensão estivessem direcionadas para os problemas relacionados à fome e à miséria, engajando-se como parte do Programa Comunidade Solidária, dirigido pela então primeira-dama Dra. Ruth Cardoso, logo, a universidade deveria participar do Programa de Alfabetização Solidária e Universidade Solidária.

O fato é que na década de 1990 o modelo defendido para a extensão pelo governo possuía duas faces, ambas não ideais, uma que transformava a universidade em mais uma instituição de cunho filantrópica e a outra que a submetia ao mercado, que forçava as universidades a irem à procura de recursos, “transformando-as em produtoras de bens e serviços assim ocasionando em seu interior uma crise ideológica, partidária e ética que afetou sua estrutura funcional e administrativa.” (Silva, 2018, p.123).

No que diz respeito a legislação, entre o final dos anos de 1980 e 1990, duas citaram a extensão. A primeira foi a Constituição Federal de 1988, que no Art. 207 traz que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O dispositivo é claro, é um princípio constitucional, é indissociável a oferta do ensino, pesquisa e extensão pelas universidades.

Uma vez que tal determinação foi inserida, fazia-se necessário torná-la viável, a partir da permissão do financiamento estatal da extensão, e isso foi garantido pelo Art. 213, §2º: “As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público”. (Brasil, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB, de 1996, traz no Cap. IV — que trata do ensino superior e de suas finalidades e mais especificamente no Art. 43 e incisos VII e VIII — que a finalidade da educação superior é:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

O dispositivo atribui à extensão duas funções: de divulgação do que é desenvolvido na universidade, e de auxílio na formação da educação básica, aproximando as universidades das escolas e o nível superior do fundamental. Não se nota nos dispositivos nada que remeta à troca de saberes, à valorização da interação entre tipos distintos de conhecimentos ao modo defendido pela visão de Paulo Freire.

Nos anos 2000, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, com os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006; 2007 - 2010; 2023...) e Dilma Vana Rousseff (2011 – 2014), algumas mudanças que envolvem a extensão universitária começaram a ocorrer, algumas demandas do FORPROEX passaram a ser atendidas. Como visto anteriormente, a legislação exigia a oferta de ensino, pesquisa e extensão às universidades, mas a indissociabilidade se mostrava um desafio, especialmente pela falta de um sistema que integrasse as Pró-Reitorias de extensão, prejudicando o acompanhamento dos projetos.

Outros desafios eram: a não inclusão da extensão nos currículos das graduações e a falta de financiamento, de editais próprios da extensão e de uma rubrica orçamentária¹¹¹ específica. Em 2003 o MEC apoiou a ampliação e adaptação do Sistema de Informação da Extensão – SIEX, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O sistema, após adaptações, passou a se chamar SIEXBRASIL e se tornou a plataforma de divulgação dos projetos, eventos e tudo que envolvesse a extensão.

Mas havia a necessidade de um software livre que desse maior autonomia as universidades e suas particularidades, o MEC em 2009 apresentou a nova plataforma: Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), originário do SIEXBRASIL, essa desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). A construção dessas plataformas era uma demanda antiga e representou um passo importante para a comunicação entre as universidades, no que se refere à extensão. (Rodrigues, 2016).

¹¹¹ É uma verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos. Sua existência é obrigatória para que haja pagamento de qualquer despesa pública. (Brasil, 2024).

O Plano Nacional de Extensão Universitária, divulgado em 1999 e com atualização em 2001, trazia algumas metas que têm sido perseguidas desde então:

- 1) Consolidação do Sistema de Informações sobre extensão universitária, através da implantação de Banco de Dados Interrelacional, em até dois anos;
- 2) Inclusão das Instituições de Ensino Superior Públicas à Rede Nacional de Extensão (RENEX), no máximo em um ano;
- 3) Elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano;
- 4) Implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até três anos;
- 5) Definição de linhas prioritárias de extensão nos planos estratégicos departamentais e das universidades, em até um ano;
- 6) Adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas unidades e departamentos e para distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos;
- 7) Implantação de um Sistema Nacional de Educação Continuada e a Distância, incluindo as IES, através do desenvolvimento de mecanismos de interlocução com a Secretaria Nacional de Educação a Distância do MEC, em até três anos; Institucionalização da participação da extensão no processo e integralização curricular, em quatro anos;
- 8) Institucionalização da participação da extensão no processo e integralização curricular, em quatro anos;
- 9) Implementação de escritórios ou coordenações de desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, articulados com as Pró-Reitorias de Extensão, em até dois anos;
- 10) Instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão - Custeio e Bolsas de Extensão - que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e pela sociedade civil, dentro das áreas consideradas prioritárias, em até dois anos. (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESU/MEC, 2001).

As duas primeiras metas que se referiam a construção e manutenção de uma rede nacional de extensão foram alcançadas. O governo Luiz Inácio Lula da Silva, em seus anos iniciais (2003 – 2006), teve como uma de suas prioridades o Programa Brasil Alfabetizado e entorno deste projeto se arregimentaram: União, estados, municípios, organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público – (OSCIP) e as universidades. Estas ao se envolverem no programa estenderam sua atuação para além de seus muros, logo, foi uma atividade

de extensão. O programa foi financiado com recursos do Fundo Nacional de Educação – FNDE e contou com a coordenação do MEC.

Outro programa retomado pelo governo Lula¹¹², em 2005, foi o RONDON, agora sob o comando do Ministério da defesa. A articulação com as universidades se dá a partir do aceite destas em participar de projetos desenvolvidos pelo citado ministério. O foco não é mais as atividades assistencialistas, mas a formação e a transformação social e se dividem em dois tipos de ações, a primeira direcionada para a área da cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde e a segunda para Comunicação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Trabalho.

Segundo dados do site do programa RONDON, já foram realizadas 91 operações no País, ao todo se engajaram nestas: 25.127 rondonistas¹¹³, foram efetuadas parcerias com 2.519 Instituições de Ensino Superior – IES e foram atendidos 1.320 municípios. Os citados programas captavam estudantes das universidades e os mantinham com bolsas, mas a meta 10 do Plano Nacional de Extensão Universitária (citada acima) ainda não tinha sido conquistada. (BRASIL, 2024); (Rodrigues, 2016).

A evolução nesse sentido foi a aprovação da Lei nº: 12.155, de 23 de dezembro de 2009, e o Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. A citada lei traz no Art. 9: “Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE autorizado a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo”. O Art. 10, por sua vez, expõe a motivação da concessão:

Ficam as instituições federais de educação superior autorizadas a conceder bolsas a estudantes matriculados em cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, que visem:

I - à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e

II - ao desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade. (brasil, 2009)

¹¹² A partir desse momento iremos usar a denominação: Governo Lula, como usualmente é usada, buscando otimizar espaço de escrita e não cansar o leitor.

¹¹³ como se denominam os estudantes e demais integrantes que participam do programa.

E o Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010 regulamentou a Concessão:

As bolsas previstas nos Arts. 10 e 12 da Lei no 12.155, de 23 de dezembro de 2009, por instituições federais de educação superior a estudantes de cursos de graduação para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária, serão promovidas nas modalidades de:

I - bolsas de permanência, para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e

II - bolsas de extensão, para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar e fortalecer a interação das instituições com a sociedade. (Brasil, 2010).

A legislação alcançou mais um item das metas, autorizando a oferta de bolsas para a extensão, mas a autorização não implicou na garantia orçamentaria, persistindo tal dificuldade até os dias atuais. É importante lembrar que o início dos anos 2000 foi de significativas transformações na estrutura da oferta da educação no País, especialmente, da educação técnica e superior.

O acesso à educação superior foi ampliado e estimulado tanto na esfera privada como na pública, na primeira a partir da ampliação do FIES e da criação do PROUNI, em 2005. Na esfera pública a partir do Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, que possibilitou a criação de novas universidades e a ampliação e reforma das existentes. (Brasil, 2018).

A ampliação da oferta do ensino técnico veio através da criação em 2008 (Lei Nº 11.892/2008) dos Institutos Federais de Educação e em posterior momento, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), (Lei Nº 12.513/2011). Os IFs congregam o ensino técnico e o superior, sendo assim, a instituição promove extensão, pois se submete a mesma legislação das universidades no que se refere à oferta indissociável de ensino, pesquisa e extensão.

No próximo tópico expomos as diretrizes perseguidas pela política de extensão dos IFs, quais suas principais características e desafios, trazemos fragmentos de depoimentos de alguns entrevistados que nos revelam o que a Instituição pensa sobre a extensão e como esta deve ser desenvolvida, assim como quais são os seus maiores desafios. Os relatos revelam que existem desafios amplos, envolvendo a integralidade da rede, e restritos, próprios das particularidades de cada campus e da região onde está instalado.

5.2 A POLÍTICA DE EXTENSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: CARACTERÍSTICAS, CONQUISTAS E DESAFIOS

O Instituto Federal de Educação é uma Instituição nova, criada em 2008, apesar de em sua criação ter absorvido Centros Federais de Educação – CEFETs; Escolas Técnicas e Agrotécnicas, como foi, inclusive, o que ocorreu no Ceará quando o IFCE absorveu as Escolas Agrotécnicas de Crato e Iguatu, a Instituição possui características distintas das anteriores, pois surgiu com uma perspectiva mais ampla, congrega níveis diferentes de formação: básico, técnico, tecnológico, superior e pós-graduações.

A perspectiva de uma instituição de ensino técnico integral, aquela em que o aluno cursa o ensino médio juntamente com o técnico, que era o foco inicial, aos poucos cedeu espaço para uma visão mais ampla, como comprova a fala do Professor e ex-diretor da Escola Técnica Federal de Fortaleza e ex-diretor Presidente do Centro de Ensino Tecnológico, também de Fortaleza.

Quando o governo Lula assumiu, a primeira equipe, era uma equipe “puro sangue”, o diretor era o Getúlio que tinha sido diretor da Escola Técnica da Paraíba, no FNDE era a diretora do CEFET de Goiás, a Diretora pedagógica era a Larize Ramos que tinha sido diretora da Escola de Química do Rio, então assumiu um monte de gente com esperança de implantar o integrado como política pública, então o governo Lula começou a bambear, negociar... não..., vamos fazer um projeto misto. Então esse pessoal terminou achando que o governo estava fazendo um trabalho muito tortuoso e acabou saindo todo mundo, então foi quando veio a equipe do Eliezer Pacheco, a Jaqueline Moll, que foi quando o Libâneo assumiu a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, então foi quando esse pessoal do Sul assumiu. Tinham grande conhecimento acadêmico, mas nenhuma experiência na área técnica. (Diretor da Escola Técnica de Fortaleza, 2024 – entrevista realizada em 2 de abril de 2024).

A ideia inicial era a de expandir a rede de Escolas Técnicas no País, dando prioridade à formação do ensino médio e técnico integral, mas, como a citação acima deixa claro, o projeto se ampliou ao longo do processo e a expansão se deu em uma velocidade, e como consequência a distribuição dos campi e a implantação dos cursos, que não permitiu estudos apropriados de viabilidade e coerência com os setores produtivos regionais, prevalecendo, normalmente, as decisões políticas.

O ex-Diretor reforça essa ideia ao dizer que:

as decisões de localização dos Institutos Federais foram muito mais políticas do que técnicas e um grande problema é que nós não tínhamos como prevê com precisão que formações é que poderiam ser ofertadas nessas regiões, porque não havia um estudo consolidado de demanda e nem um projeto de desenvolvimento adequado, então a formatação da matriz de oferta foi feita de uma maneira pouco científica, pouco técnica, foi feita escutando a comunidade local, suas demandas, nem se sabe de quem, talvez do prefeito, da mulher do prefeito [...], mas aparentemente não houve um planejamento adequado nesse processo, houve muito mais pressa para atender a demanda política e colocar logo para funcionar do que gastar algum tempo para planejar essa rede, porque era necessário um planejamento, com distribuição dessas unidades por região, com atendimento regional complementar, logo, se eu tenho uma Instituição a 40km da outra o ideal é que os cursos sejam complementares e não concorrentes e que tenham a ver com a região. (Diretor da Escola Técnica de Fortaleza, 2024 – entrevista realizada em 2 de abril de 2024).

O resultado desse processo foi a instalação de cursos técnicos e superiores que não dialogam entre si e pela sua diversidade não permitem a formação de um grupo de professores de áreas afins que se dediquem a pensar as regiões a partir da pesquisa e da extensão. Outro problema foi que muitos campi iniciaram suas atividades apenas com cursos técnicos subsequentes ou superiores, o que não permitiu a contratação de professores de áreas comuns, como: Português, Geografia, Matemática..., o que atualmente dificulta a implantação de cursos técnicos integrados.

Uma vez instalados os campi sem a oferta concomitante do ensino médio integrado, abriu-se espaço para resistências posteriores de professores e diretores a essa modalidade de ensino, pois envolve custos financeiros de manutenção mais altos, maiores responsabilidades, em função da idade dos estudantes, e para alguns profissionais, advindos de áreas técnicas e bacharelados, dar aula para adolescentes se mostra um grande desafio, o IFCE, inclusive, incentiva-os a se aperfeiçoarem na área pedagógica e para isso oferece curso de especialização assim que tomam posse e entram em efetivo exercício na Instituição.

Mas a resistência também é motivada por fatores de cunho social e cultural, como há uma pretensa menor importância do profissional que ministra aulas para o ensino médio em comparação ao que o faz para o nível superior, não é rara a alegação, por parte de alguns, de que sua alta qualificação deve estar a serviço da formação superior e não da técnica ou do ensino médio. A ideia da verticalização da formação é de fato inovadora, como defende Pacheco (2010), mas está condicionada à superação desses obstáculos, além de exigir que a oferta dos cursos seja coerente

em cada Instituição e que estes dialoguem com a região.

O Campus do IFCE de Crateús iniciou suas atividades em 2010, dentre outros cursos, com a oferta do Técnico em Química, o único integrado da Instituição, então desde seu início conta com um quadro de professores da área técnica e de formação geral, no entanto, a escolha do citado curso se deu majoritariamente em função de uma única fábrica da Brasil Ecodiesel instalada na cidade e que fechou as portas antes mesmo do curso começar¹¹⁴. Para a Extensionista 9 (2025)¹¹⁵, este é um exemplo emblemático da falta de coordenação entre as políticas públicas,

então vamos lá, eu tenho uma política isolada do biodiesel, aí eu tenho aqui uma política isolada de educação, mas não tenho, no próprio Município ou no Estado, uma cadeia que ligue o setor produtivo com a educação, com a perspectiva de trabalho, porque as condições que são dadas por exemplo para o IF, para o curso de Química, são mínimas. Então o curso veio, foi feita a consulta, estava alinhado, mas veio como paliativo e não com o intuito de desenvolver. (Extensionista 9, 2025 – Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2025)

O que a entrevistada critica é a falta de uma coordenação que unindo as duas políticas possibilitasse que o curso tivesse chegado no território não apenas como um curso técnico e mecanismo de formação de mão de obra, mas nutrido de investimentos em laboratórios e pessoal que possibilitasse pesquisas e juntamente com outros cursos, em especial da área das agrárias, contribuísse para a transformação do sistema produtivo da região, mas não foi o que ocorreu.

Atualmente o curso continua a ser ofertado, mas a sua maior contribuição tem sido na preparação dos estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, pois trata-se de um curso que pela sua forte base em Química facilita o ingresso em cursos de nível superior que atribuem maior peso ao bom desempenho nesta disciplina.

Já houve discussões sobre a possibilidade de substituírem o curso por outro, mas para a Extensionista 9, seria um erro, pois “nós temos a CAGECE¹¹⁶, nós temos

¹¹⁴ A Brasil Ecodiesel funcionou de 2006 a 2009 e o curso de Química começou a ser ofertado em 2010. (IFCE, 2024a); (Eugênio, 2009).

¹¹⁵ Entrevista com Professora da área de Pedagogia do IFCE/Crateús. Realizada em 25 de fevereiro de 2025.

¹¹⁶ Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

o SISAR¹¹⁷, nós temos grandes reservatórios de água na região, temos o curso de Licenciatura em Química na FAEC¹¹⁸.” São apenas alguns exemplos de Instituições que demandam profissionais com formação na área, mas podemos também citar: laboratórios, fábricas de alimentos, dentre outros.

Nos sertões de Crateús existe a produção de caprinos, bovinos, ovinos, mel, leite, dentre outras culturas, mas não são produções em larga escala, são pequenas produções, a grande maioria desenvolvida nos moldes da agricultura familiar, e essa é uma realidade que se repete em outras regiões do Ceará onde foram instalados os campi do IFCE, então estes, ao contrário dos CEFETs ou das antigas Escolas Técnicas, que eram instaladas em grandes cidades ou atendiam a grandes regiões e tinham a missão única de preparar e fornecer mão de obra para um mercado mais amplo e disperso, mas já presente, os IFs foram pensados para serem, também, indutores de desenvolvimento.

Então os Institutos Federais agora ganham outro assento, passam a ser instituições de desenvolvimento local, ou seja, o Instituto Federal tem que ser indutor do desenvolvimento local, inclusive de cadeias produtivas inexistentes, arranjos produtivos inexistentes, ele pode induzir a partir da formação de empreendedores locais. (Diretor da Escola Técnica de Fortaleza, 2024 – entrevista realizada em 2 de abril de 2024).

Os IF assim como as universidades aparecem na fala dos agentes políticos entrevistados exatamente como indutores de desenvolvimento, a partir do impulso que a implantação do fixo traz para a expansão urbana, para o incremento populacional e como consequência para a maior demanda sobre o comércio e os serviços em função da chegada de servidores e discentes, são os resultados imediatos ou encadeamentos para trás. (Mille, 2004); (Vieira, 2017).

Mas a indução resultante da atuação da Instituição, a partir da formação, da pesquisa e da extensão, os encadeamentos para frente, para que impulse o desenvolvimento na proporção esperada, exige a concomitância e a coordenação com outras políticas públicas, com outros órgãos que trabalhem para o desenvolvimento da região, o que nem sempre acontece, fazendo com que alguns cursos ofertados tenham que ser fechados, pois não têm público, porque os setores produtivos da

¹¹⁷ Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR.

¹¹⁸ Trata-se da sigla que se refere à Faculdade de Educação de Crateús - FAEC, é fruto de uma expansão da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Região, por não receberem os devidos incentivos, não absorvem os egressos. Nos Sertões de Crateús esses setores são constituídos majoritariamente por pequenos produtores que ainda utilizam técnicas tradicionais no manejo da produção.

Outro fator a ser destacado é que a maior parte dos campi do IF, por serem novos, a exemplo do de Crateús que tem apenas 15 anos de existência, possuem pesquisa e extensão ainda muito incipientes, ainda em processo de consolidação. Os CEFETs e as antigas Escolas Técnicas tinham uma identidade consolidada, atuavam na área do ensino médio, técnico e superior tecnológico, a identidade dos IFs está em construção, pois passaram a ofertar cursos superiores em outras áreas que não as de tecnologia e, lógico, que isso influencia no perfil da extensão desenvolvida pela Instituição, que assume, a depender da região ou do campus, projetos mais alinhados com a produção de tecnologias e produtos para o mercado ou mais voltados para a busca de soluções dos problemas sociais.

Quando indagamos a Pró-Reitora de extensão do IFCE (2024) sobre o perfil da extensão desenvolvida pela Instituição, disse que acredita que se aproxime mais das comunidades do que a desenvolvida pelas universidades e isso devido a maior capilaridade da rede que permite chegar em regiões e cidades mais distantes dos maiores centros. Por estarem presentes em cidades menores do interior teria uma proximidade maior com as demandas sociais e de produção de suas populações e como consequência sua extensão dialogaria mais diretamente com estas.

A relação com a comunidade é facilitada e intensificada, também, em função da oferta do ensino médio na maior parte dos campi, o que tende a aproximar os pais e as famílias da região da Instituição, viabilizando um diálogo mais fluido e direto. Para a entrevistada, a extensão do IFCE busca se moldar ao que exige a legislação mais recente sobre o tema, que, invariavelmente, chama a atenção para a aproximação com as comunidades e para o respeito aos seus conhecimentos, prezando sempre pelo diálogo.

A política nacional de extensão publicada em 2012 já trazia as seguintes diretrizes: “Interação dialógica, Interdisciplinariedade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social” (FORPROEX, 2012, p.16). A Lei nº 13.005/2014, ao aprovar o Plano Nacional de Educação – PNE, trouxe na estratégia 12.7 a exigência de que 10% da carga horária dos cursos superiores fosse destinada à extensão, e a Resolução nº 7 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de

Educação – CNE, ao regulamentá-la, reforçou as diretrizes que devem nortear a extensão:

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I – a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

II – o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III – a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; (Brasil, 2018b, grifo nosso).

Baseando-se nestas legislações e diretrizes, o IFCE laçou a Resolução nº 128 de 17 de novembro de 2023, que aprovou a política de extensão no Instituto Federal do Ceará – IFCE. No título II, que trata sobre os objetivos e diretrizes da extensão na Instituição, alinhando-se com as demais legislações, expressa no Art. 2º que:

A Extensão é entendida como um processo educativo, inclusivo, curricular, **dialógico**, cultural, político, social, ambiental, esportivo, científico, tecnológico, econômico, inovador, acessível, criativo e popular, dentre outros, que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFCE e a sociedade, pautado no princípio da indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa, **tendo como protagonistas a comunidade externa**, o corpo técnico, docente e discente, podendo ocorrer de forma curricularizada ou não aos cursos regulares da instituição.

Art. 3º Enquanto processo, a extensão compreende **um conjunto de atividades em que o IFCE promove a articulação entre os saberes, com base em demandas sociais externas ao Instituto**, buscando o desenvolvimento local, regional e nacional.

Art. 4º Extensão tecnológica refere-se a um processo interdisciplinar educativo, cultural, social, científico e tecnológico que auxilia no atendimento aos segmentos sociais e ao mundo do trabalho, com ênfase na inclusão e emancipação do cidadão, nos âmbitos local e/ou regional.

Art. 5º Atividades de extensão são aquelas **relacionadas ao compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido, partilhado e/ou estabelecido no âmbito da Instituição e estendidas à comunidade externa**, em resposta às demandas da sociedade. (IFCE, 2023 – grifo nosso).

Como exposto, a legislação enaltece repetidamente a necessidade de proximidade entre as universidades e os IFs com as diferentes comunidades, instruindo que tal contato se dê a partir de uma prática dialógica que respeite os conhecimentos populares e que busque a geração de novos conhecimentos a partir da dialética desta interação. Dois pontos ou questionamentos podem ser ressaltados neste instante, o primeiro é que as comunidades externas envolvem todos os seguimentos da sociedade que estão fora da universidade, logo, abrange grupos e interesses variados, desde seguimentos abastados até comunidades pobres e excluídas.

As demandas sociais são diversas e advêm de variados grupos, a questão é: a quais, mais fortemente, tem servido a extensão do IFCE? A outra indagação diz respeito ao local de geração e consolidação do conhecimento, parece óbvio que deva ser na universidade, nos IFs ou qualquer outra instituição que realize pesquisa e extensão. Mas se o diálogo e a troca de experiência são apontados por Boaventura de Sousa Santos como o melhor caminho para a superação da crise de legitimidade é desejável que a extensão e a pesquisa se guiem pela lógica da ecologia do saber.

A distinção entre os conceitos de: ecologia do saber e de pesquisa-ação nos ajudará a compreender este ponto. A pesquisa-ação é igualmente fruto do contato com a população e suas demandas, mas a pesquisa ocorre na universidade a partir de seu *modus operandi*, sendo posteriormente os resultados compartilhados com os agentes que a motivaram, notamos, mesmo que discretamente, a presença desse pensamento no Art. 5º da Resolução nº 128/2023 do IFCE, em parte grifada, citado acima, quando diz que as atividades de extensão são as responsáveis pelo “compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido, partilhado e/ou estabelecido no âmbito da Instituição e estendido à comunidade externa”.

Ou seja, expressa que o conhecimento é mútuo, é compartilhado, mas logo em seguida diz que é produzido na Instituição e só depois estendido à comunidade, então a construção conjunta só se daria até certo estágio, o que parece contraditório. A ecologia de saberes, por sua vez, se refere igualmente à troca, a criação de conhecimento como resultado da interação entre o científico e o popular, da dialética entre estes, mas a sua geração não ocorre mais em um local privilegiado.

O Professor Dr. José Francisco de Melo Neto¹¹⁹ ao relatar e criticar a forma usual de se realizar pesquisa e extensão, ressalta que, normalmente, uma vez concluída a interação, retorna-se à universidade para que a reflexão ocorra, para que os frutos do empírico sejam colhidos, mas esta não poderia ocorrer no local da pesquisa, a partir de uma análise que envolvesse e que ouvisse a opinião, também, dos pesquisados? Uma vez que a geração do conhecimento é fruto da interação, é importante que todas as suas fases sejam acompanhadas por todos os participantes (Melo Neto, 2002).

É necessário que se dê voz as comunidades durante todo o processo de construção do conhecimento e de elaboração de soluções para os problemas sociais, é urgente o diálogo que se estenda ao longo de todo o processo e não apenas enquanto fração deste. O Professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri (2019)¹²⁰ defendendo essa tese, cunhou o conceito de conversidade, que aborda a necessidade desse constante diálogo, de dar voz aos movimentos sociais, e de aproximar e articular a universidade com a educação popular, para ele a:

articulação entre as universidades e os movimentos sociais enseja a parceria no desenvolvimento científico que passei a chamar de “conversidade”, ou “conhecimento conversitário”. O conhecimento conversitário irrompe quando, ao interagirem com a universidade, os movimentos sociais organizados reivindicam o reconhecimento de suas culturas e de seu direito de participar do debate científico, tradicionalmente restrito aos grupos socioculturais hegemônicos.

A conversidade coloca o desafio de se engendrar uma nova epistemologia dialógica e crítica de educação e pesquisa, gestão e extensão acadêmicas. Trata-se de potencializar os variados processos, dispositivos e estratégias capazes de suscitar e sustentar a relação de mútua aprendizagem entre os diferentes sujeitos socioculturais. **Reconhecer os múltiplos movimentos sociais como sujeitos produtores e interlocutores de conhecimento científico é uma decisão que pode levar a formas mais criativas e eficazes de conceber e produzir ciência no mundo contemporâneo.** E esta perspectiva pode constituir uma resposta à crise da universidade no mundo atual. (Fleuri, 2019, p.19 – 20. Grifo nosso).

¹¹⁹ O professor Dr. José Francisco de Melo Neto é filósofo com especialização em educação. Atualmente é docente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Trabalha com temáticas relacionadas à educação popular e a interdisciplinaridade.

¹²⁰ O Professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri possui Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e Pós-Doutorado na Università degli Studi di Perugia, Itália (1996), na Universidade de São Paulo (2004) e na Universidade Federal Fluminense (2010). Em 2019 lançou o Livro: Conversidade: diálogo entre universidade e movimentos sociais. Como fruto de vivências do Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS que em sua frente nacional vem atuando a partir de uma equipe operacional de pesquisadores e consultores ancorada na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. (Fleuri, 2019).

Partindo desses dois pontos ou questionamentos, ao entrevistar as Pró-Reitoras do IFCE e do IFRS¹²¹, buscamos captar o pensamento destas sobre a extensão desenvolvida pelos IFs. A Pró-Reitora do IFCE disse acreditar que a Instituição desenvolve uma extensão mais voltada para as demandas das comunidades mais simples, mais alinhada aos movimentos sociais, mas também ressaltou que isso não ocorre de forma unânime, coexistindo, a social com a de cunho tecnológica, mais direcionada para inovações demandadas pelo setor privado. Para a entrevistada não há nenhum mal nisso, pois:

o nosso desafio, e vou ser bem sincera e prática, é que talvez a alguns anos atrás, quando eu não estava nessa posição de Pró-Reitora, eu não visse como vejo agora, mas em uma Instituição em que a Pró-Reitoria de extensão, ano passado, teve um orçamento de 600 mil reais, a gente faz um rebolado danado para manter as coisas que a agente entende que devam ser mantidas, se vem projetos de extensão tecnológica que vão injetar recursos na Instituição, que vão prover bolsas para nossos estudantes e que, inclusive, através desses projetos pode viabilizar a curricularização, eu, sinceramente, não vejo como problemático, porque nós não estamos fora do mercado. Eu Acho que o nosso desafio enquanto Instituição de ensino superior não é se afastar, mas conviver com essas múltiplas concepções. (Pró-reitora de extensão do IFCE, 2024 – entrevista realizada em 21 de março de 2024)

A Pró-Reitora de extensão do IFRS (2024), indagada sobre o perfil da extensão preponderante em sua região, esclareceu que existe uma grande variação em função da região ou cidade em que o campus está instalado, os campi que se localizam em grandes centros e em áreas mais nobres tendem a desenvolver uma extensão mais direcionada para soluções que direta ou indiretamente beneficiam o mercado, enquanto os campi do interior ou de áreas periféricas das grandes cidades, normalmente, alinham as atividades de extensão às necessidades dessas comunidades, ela diz:

Eu vejo como bem variado entre as Instituições que fazem parte da Rede Federal, inclusive, eu vejo isso dentro do meu Instituto, nós somos 17 campi em 16 cidades aqui no Rio Grande do Sul e a extensão que a gente faz aqui em Bento Gonçalves, uma região mais rica, é bem diferente da extensão que a gente faz lá no campus Alvorada, no campus Restinga, na Zona Periférica de Porto Alegre e que estão inseridos em comunidades de maior pobreza, digamos assim, e isso eu verifico também dentro de Institutos da rede que são muito voltados a questão da inovação e não tanto para a extensão social e ao mesmo tempo, temos Institutos voltados basicamente para aquela

¹²¹ A Pró-Reitora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves, foi entrevistada por ter acompanhado todo o processo de criação e consolidação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão dos Institutos Federais – FORPROEXT. A entrevista foi uma indicação da Pró-Reitora de Extensão do IFCE.

extensão bem freiriana, de cunho social, então eu verifico algumas diferenças dentro das Instituições e entre as Instituições, também. (Pró-reitora de extensão do IFRS, 2024 – entrevista realizada dia 26 de março de 2024)

A fala da entrevistada traz a especificidade dos nós que compõem a rede dos IFs, a legislação direciona, mas as características da cidade ou região em que o campus está instalado irão ser fundamentais para a definição do tipo de extensão a ser desenvolvida. Os Campi instalados em regiões mais centrais ou nobres de grandes cidades tendem a ser mais demandados por agentes do mercado em busca de soluções ou aperfeiçoamentos de produtos ou serviços, podemos exemplificar essa realidade a partir do relato da Pró-Reitora de extensão do IFCE, (2024):

Fazemos extensão tecnológica, tem projetos de milhões rodando dentro da Instituição e que injetam recursos. A gente teve uma ação de extensão que foi pactuada entre o Campus de Fortaleza e uma gigante do segmento da odontologia, aí você pergunta: o que a odontologia tem a ver com o IFCE? E o que tem a ver com a extensão tecnológica no IFCE? Nós não ofertamos odontologia, mas o que eles queriam não era nada relacionado à odontologia, mas trabalhos voltados para a informática, para desenvolverem programas para essa gigante, e como este, outros projetos estão começando a vir para a nossa Instituição. (Pró-reitora de extensão do IFCE, 2024 – entrevista realizada em 21 de março de 2024)

Além da localização, a maior tradição e estruturação desses campi acaba fazendo com que projetos dessa monta fiquem concentrados nessas unidades, os campi periféricos ou do interior, por essa conjuntura, tendem a não estabelecer esse tipo de parceria, desenvolvendo extensões mais alinhadas com as demandas sociais locais e sem o suporte financeiro adequado.

Quanto ao segundo questionamento, o referente ao diálogo entre os IFs e as comunidades e a construção de conhecimentos a partir da ecologia do saber ou conversidade, os entrevistados foram unânimes em afirmar que existe a troca, a retroalimentação de saberes, mas que a forma como esta ocorre está longe da ideal, pois as Instituições e quem nelas trabalham carregam o vício da linguagem excessivamente técnica e acadêmica, o que se mostra, normalmente, em suas práticas extensionistas.

O Diretor de ensino do IFCE/Campus Crateús (2024), ao ser questionado sobre se de fato essa troca, de forma mais profunda e duradoura, se concretiza no campus de Crateús, disse:

Hoje ainda não, eu não vejo isso na extensão ainda, tem aqui no campus alguns projetos promissores nesse sentido, projetos da Licenciatura em música como o Sertão Sonoro, o Projeto de Coral, mas nos outros cursos, com exceção de Zootecnia, dos cursos de agrárias, que como você disse, eles mantêm a assistência no que diz respeito aos projetos, nossas outras licenciaturas: Letras, Matemática, Física, Geografia, eu vejo muito aquém. Geografia já tem alguns avanços, mas são projetos ainda muito tímidos, nesse sentido de continuidade por mais tempo, de uma maneira geral eu diria que a gente não consegue com a extensão essa retroalimentação [...] a grande oportunidade de a gente conseguir a continuidade nesse processo é a partir da curricularização. (Diretor de Ensino do Ifce/Campus Crateús, 2024 – entrevista realizada em 06 de maio de 2024).

O entrevistado demonstra otimismo na curricularização da extensão como um possível indutor de maior interação entre o Campus e a comunidade externa, pois exigirá um maior envolvimento de todos os professores, uma vez que as disciplinas terão 10% de sua carga horária destinados à extensão. Isso pode contribuir para a superação de um problema que é corriqueiro no Campus de Crateús, a não continuidade dos projetos por estes dependerem excessivamente da iniciativa individual de alguns professores, logo, quando por qualquer motivo estes se afastam da Instituição, há o fim do projeto e a consequente quebra de vínculo com a comunidade. (Brasil, 2014).

No IFCE esse afastamento é comumente ocasionado pela remoção de servidores de um campus para outro, em cidades como Crateús, que ficam distantes da capital, é muito comum a cada grande remoção a substituição da maior parte do quadro de servidores. O sistema é democrático, pois baseia-se em edital e tem no tempo de trabalho na Instituição o seu principal critério, havendo novo concurso é justo que o servidor mais antigo tenha a opção de se deslocar para mais próximo de sua cidade de origem, que no caso do IFCE, na maioria das vezes, é Fortaleza ou cidades de sua Área Metropolitana, pois a maioria dos servidores são da capital.

Uma vez ocorrida a remoção, os projetos que eram desenvolvidos pelo servidor, normalmente, não têm continuidade, pois o novo servidor, comumente, é especializado em uma área distinta da desenvolvida pelo anterior. Também é comum ser a primeira experiência profissional do novo concursado ou contratado, após sair dos diferentes níveis de graduação que a universidade proporciona.

O Sindicalista 1 (2024)¹²², ao tratar da relação do IF e de seus cursos de extensão voltados para o setor agrário da região, também reforçou a não permanência dos professores no território como um empecilho para a continuidade das parcerias e para a formação de relações de confiança entre os produtores e o IFCE, “é um grande problema, eu conheço várias pessoas que passaram e demonstraram um compromisso imenso, mas todos foram embora, todas saem, o IFCE de Crateús é conhecido como o IFCE temporário, para professor ele é temporário.”

Outro fator que dificulta esse estreitamento de lações com o território e o desenvolvimento de projetos, e que também está atrelado à cidade de origem da maior parte dos servidores, é a não fixação do Professor na região e cidade na qual está situado o campus em que trabalha. As IES de Crateús costumam organizar o horário de seus professores de modo que metade destes ministre disciplinas de segunda a quarta e a outra metade de quarta a sexta, citamos todas, porque ao conversar com os diretores destas diferentes Instituições confirmaram que essa é a prática comum.

Neste ponto as opiniões divergem, pois há entrevistados como o Extensionista 8, (2025)¹²³ que entende que essa não fixação na cidade durante toda a semana prejudica o desenvolvimento de pesquisas e de projetos de extensão, pois além da rotatividade fruto das remoções: “tem o outro elemento, que é as pessoas que ficam com três dias concentrados de carga horária, vão para Fortaleza, vão para outro canto e voltam, tudo isso atrapalha”.

Mas para a Diretora da UECE/FAEC (2024) é relativo, pois a partir de sua experiência, ela diz:

eu acho que depende muito do professor, porque nós temos professores que moram lá [se referindo à Crateús] e não fazem pesquisa e nem extensão, nós temos professores que moram lá e fazem tudo, e temos professores que não moram lá e dão mais conta ainda do que os que moram lá, e temos, também, professores que não moram lá e só dão aula, então eu acho que não dá para generalizar, vai depender muito do professor, [...] então na minha vivência na FAEC não dá para generalizar. (Diretora da UECE/FAEC, 2024 – realizada em 24 de outubro de 2024).

¹²² O entrevistado é Engenheiro Agrônomo e trabalha no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús. Entrevista realizada em 30 de outubro de 2024.

¹²³ Entrevista com Professor extensionista do curso de Licenciatura em Geografia do IFCE/Campus Crateús. Realizada em 30 de janeiro de 2025.

Esses são alguns significativos obstáculos, mas sem dúvida o grande desafio Institucional para o melhor desenvolvimento da extensão é a questão orçamentária, a preocupação com a escassez de recursos esteve presente na fala de todos os entrevistados. Em um contexto capitalista, não se executam atividades que envolvam o deslocamento de estudantes e servidores até as comunidades ou vice-versa sem que haja dinheiro para isso e, de igual forma, não se promove atividades de consultoria, treinamento ou qualificação da população.

A falta de orçamento prejudica a execução dos projetos e inviabiliza a sua continuidade, a expectativa de que a Instituição contribua para a elevação da produção regional ou para a superação de problemas sociais, cumprindo o papel que lhes foi atribuído pelos projetos de desenvolvimento, a exemplo do defendido por Unger (2009, 2020) ou qualquer outro ou outros que o venham sucedendo, torna-se frustrada.

A extensão é mencionada por alguns dos entrevistados como sendo, das pernas que compõem o tripé sobre o qual se estruturam as IES (ensino, pesquisa e extensão), a mais negligenciada. A busca da superação dessa condição passa pela curricularização, mas o potencial transformador presente nessa medida só se revelará mediante o investimento financeiro adequado em sua operacionalidade, o que não tem havido até o presente momento, como demonstra a fala da Pró-Reitora de extensão do IFCE:

Eu sou totalmente a favor da curricularização da extensão primeiro porque eu entendo que a curricularização é uma lufada de ar nos nossos currículos elitistas e afastados das realidades das pessoas, mas o que me preocupa é que o legislador esqueceu do principal, quem paga a conta né?! Isso acabou gerando nas instituições problemas seríssimos, porque fazer extensão requer insumos, requer bolsas para os nossos estudantes, requer seguro, requer deslocamento para os servidores que vão acompanhar esses estudantes nas tarefas atinentes no campo de extensão, e quem é que vai pagar essa conta? (Pró-Reitora de Extensão do IFCE, 2024 – entrevista realizada em 21 de março de 2024)

A sua fala é corroborada por todos os demais entrevistados, inclusive, pela Pró-Reitora de extensão do IFRS (2024), que apesar de atuar em outro Estado e em outro Instituto, demonstra que o desafio é comum em toda a rede. A dificuldade orçamentária é uma realidade, os projetos são viabilizados, normalmente, a partir de editais, que por sua vez estão sujeitos à liberação de recursos orçamentários, o que não permite a continuidade dos projetos.

O problema do financiamento se impõe, especialmente neste momento em que se implementa a curricularização, pois esta traz uma continuidade de atividades que não encontra na periodicidade dos editais uma sincronia perfeita. Diante disso as instituições têm desenvolvido estratégias diversas para tornar possível a extensão. A Pró-Reitora de extensão do IFRS ressalta:

O que a gente verifica aqui, na questão da dificuldade em relação a curricularização da extensão, é a questão financeira na área de fomento específico [...], por exemplo, aqui no meu Instituto, eles têm discutido um edital específico para fomento de ações de curricularização, ok! De algum lugar isso vai sair, mas a gente não vai ganhar mais para isso?! Então a gente vai ter que deixar de fazer alguma outra ação para destinar um recurso para esse fomento, para ações de curricularização da extensão. E essa discussão tem ocorrido tanto dentro do FORPROEXT, que é o fórum dos Institutos, quanto do FORPROEX, que congrega todas as instituições públicas de ensino, de que a gente precisa sim brigar por um financiamento específico para ações de curricularização da extensão. (Pró-reitora de extensão do IFRS, 2024 - entrevista realizada dia 26 de março de 2024)

O que podemos perceber é que as metas estabelecidas ao longo do tempo para a extensão, pelo FORPROEX e pela própria legislação, têm encontrado na definição do tipo de extensão e no orçamento os seus principais desafios. Quando se busca implementar uma extensão que contribua para a emancipação socioeconômica das classes menos favorecidas, o financiamento desta deve vir do Estado, sendo esta a atual dificuldade das IES. No caso do IFCE, sem uma destinação regular e específica de recurso que dê conta da demanda da extensão, são aplicadas o que a Pró-Reitora de extensão do IFCE (2024) denomina de:

soluções domésticas, só que solução doméstica dá certo num dia e no outro não né?! Então a gente tem caso de Instituto que criou um fundo da curricularização da extensão, reservou uma parte do seu orçamento, aí veja, se eu reservo uma parte do orçamento para algo que não estava sendo previsto, outra coisa vai ser descartada, não vai poder mais ser contemplada. E aí, dentro desse fundo, uma parte desses recursos ficou na alçada da Pró-reitoria de ensino, outra parte na Pró-reitoria de extensão e outra parte dividida entre os Campi. Institutos fizeram assim, há institutos que fizeram dessa forma, que foi uma solução doméstica, errada não é! Achei até uma solução muito inteligente, o problema é que não foi dado o recurso para garantia da curricularização da extensão. (Pró-reitora de extensão do IFCE, 2024 – entrevista realizada dia 21 de março de 2024)

Existe o distanciamento entre o que se projeta, enquanto ideia, e sua efetiva concretização, a extensão é pensada por: Freire (1983); Gadotti, (2017); Santos. B, (1999, 2007, 2011), Chaui (2003, 2001), Fleuri (2019), dentre outros, como uma

importante ferramenta a serviço da relação da universidade com a sociedade e recuperação da sua legitimidade, no entanto, o que foi constatado, através das entrevistas, é que existem alguns gargalos, desafios, que se mostram de forma ampla, englobando toda a rede dos IFs, como a questão orçamentária, e restritos, relacionados às particularidades das diferentes regiões e seus campi, a exemplo da intensa mobilidade de servidores no Campus de Crateús que prejudica a continuidade dos projetos.

Visando a uma aproximação maior do leitor com o nosso objeto de estudo, no tópico 5.3 e subtópicos 5.3.1 e 5.3.2, apresentamos, respectivamente, a estrutura física e de funcionamento do campus do IFCE/Crateús. O intuito é o dimensionamento da estrutura física da Instituição e do seu quadro de servidores e colaboradores, demonstrando as potencialidades e fragilidades da mesma.

5.3 IFCE – CAMPUS DE CRATEÚS: APRESENTAÇÃO

Todo o processo de escrita até este tópico buscou descrever e analisar a trajetória das diferentes teorias de desenvolvimento e de que forma foram adaptadas e aplicadas no Brasil e como repercutiram no Nordeste, no Ceará e em Crateús. Como elemento constituinte e fundamental dessa evolução, buscamos discutir o papel atribuído à educação, demonstrando como as diferentes reformas as quais foi submetida tentaram moldá-la aos interesses do capital e dos governos ao longo do tempo.

Esse processo culmina com a expansão das Universidades e a criação e expansão dos IFs e a chegada dos campi em cidades do interior do País, como é o caso de Crateús/CE. O objetivo perseguido tem sido compreender e demonstrar como a chegada de IES em Crateús se relaciona com os projetos para a região e quais as relações que o IFCE/Campus local, por meio da extensão, tem estabelecido com o território, com as comunidades e outras Instituições, assim como suas possíveis contribuições.

No próximo subtópico apresentamos mais detidamente o Campus de Crateús, trazendo aspectos da estrutura física e de funcionamento, a partir de dados do ensino e da pesquisa. Por fim nos detemos na análise de falas e dados sobre a extensão, neste ponto, busca-se expor os projetos e as ações de extensão desenvolvidos pelo Campus, trazendo e discutindo aspectos que os caracterizam, os desafios em sua

execução e os seus resultados.

5.3.1 IFCE/Campus de Crateús: estrutura física

O Campus localiza-se no bairro Venâncios a Nordeste do Centro da cidade, as margens da rodovia (BR-404). O Mapa 11 traz a localização do campus, com destaque para a área construída e seu entorno, assim como fotos de diferentes ângulos da Instituição.

Mapa 11 - Localização do IFCE/Campus Crateús



Toda a estrutura do Campus está acomodada em uma área de: 59.584 m², cerca de 6 hectares. Ao todo são cinco blocos, sendo um administrativo e quatro direcionados para atividades de ensino. Baseando-se na Figura 17 e no ângulo de observação que esta permite, pode-se observar que a recepção se alinha com o centro da praça, tomando este como referência, a sua esquerda encontra-se o bloco administrativo e a sua direita o Auditório, com capacidade para 205 pessoas.

Figura 17 – Vista aérea do IFCE/Campus Crateús – 2022



Fonte: Departamento de Adm. e Planejamento – DAP do IFCE/Campus Crateús (2025)

A Tabela 12 traz os ambientes que compõem o bloco administrativo e seus quantitativos.

Tabela 12 – Ambientes Administrativos IFCE/Crateús 2025

AMBIENTES ADMINISTRATIVOS	2025
Sala de Departamento	1
Almoxarifado	1
Gabinete/Sala de Diretor	2
Sala de Coordenação	11
Portaria e Recepção	2
Total	17

Fonte: Construção própria a partir de dados do Departamento de Adm. e Planejamento – DAP do IFCE/Campus Crateús (2025)

Os blocos de ensino são compostos por 26 Salas de aula e 28 Laboratórios¹²⁴, localizam-se no segundo e terceiro pavilhões de construções, após os blocos frontais, como demonstra a Figura 17¹²⁵. O Campus possui Biblioteca informatizada, com acervo físico de: 9.033 exemplares e gabinetes individuais de estudo, além de acesso a acervo extra por meio da Biblioteca Virtual – BVU. A Tabela 13 expõe todos os ambientes que compõem os blocos de ensino e seus respectivos quantitativos.

Tabela 13 – Ambientes de Ensino – IFCE/CRATEÚS 2025

AMBIENTES DE ENSINO	2025
Biblioteca	1
Gabinete de Professor ¹²⁶	4
Laboratório	28
Sala de Aula	26
Direção/Departamento de Ensino e Coordenação	2
Total	61

Fonte: Construção própria a partir de dados do Dep. de Administração e Planejamento (2025)

Toda a estrutura de apoio para estudantes e servidores se acomoda ou se desenvolve em 55 ambientes. Um ponto positivo a ser destacado é o cuidado com a acessibilidade dos Portadores de Necessidades Especiais – PNE, o Campus possui cinco rampas de acesso, três elevadores verticais, onze banheiros adaptados e uma vaga de estacionamento reservada para PNE. A Tabela 14 expõe os ambientes e suas respectivas quantidades.

Tabela 14 – Ambientes de Apoio IFCE/Campus Crateús – 2025

AMBIENTES DE APOIO	2025
Sala de Apoio aos Terceirizados	1
Banheiros para Alunos	16
Banheiros para Servidores	12
Banheiros adaptados para PNE	11

¹²⁴ Ao indagar o servidor responsável pela manutenção do Campus sobre o quantitativo de laboratórios superarem os de sala de aula, ressaltou que é comum que algumas salas menores, mesmo sem equipamentos e apenas com poucos móveis, sejam registradas como laboratórios a partir da reivindicação das coordenações dos cursos para assegurarem os espaços.

¹²⁵ A imagem é de 2022, logo, não contém o Bloco 4 de ensino e o Refeitório, ambos concluídos em 2024.

¹²⁶ Os gabinetes não são individuais, são duas salas grandes e duas médias com escrivaninha e cadeira para cada professor e armários compartilhados.

Cantina para Merenda Escolar	1
Depósitos	5
Enfermaria	1
Estacionamentos	3
Gabinete Odontológico	1
Garagem de Veículos Oficiais	1
Reprografia	1
Restaurante/Refeitório	1
Sala de Videoconferência	1
Total	55

Fonte: Construção própria a partir de dados do Dep. de Administração e Planejamento (2025)

Encerrando a parte física/estrutural, o Campus conta com ambientes de convivência e lazer, tomando a Figura 17 como referência, é possível visualizar no fundo da imagem duas estruturas cobertas, a da esquerda é a piscina semiolímpica e a da direita é o ginásio poliesportivo, a quadra de areia localiza-se nos fundos do bloco de ensino três e o anfiteatro pode ser visualizado na área externa, no lado direito da praça. A Tabela 15 traz todos os ambientes de convivência e lazer e suas respectivas quantidades.

Tabela 15 – Ambientes de convivência e lazer do Campus do IFCE/Crateús – 2025

AMBIENTES DE CONVIVÊNCIA E ESPORTES	2025
Pátio	2
Sala de Descanso	1
Anfiteatro	1
Quadra (Poliesportiva)	1
Piscina semiolímpica (25 metros de comprimento)	1
Quadra de Areia	1
Total	7

Fonte: Construção própria a partir de dados do Dep. de Administração e Planejamento (2025)

A parte estrutural passou por ampliações recentes, tendo sido as obras entregues em 2024. A Figura 18 traz setas e linhas em preto que demarcam as novas construções, foram elas: o Refeitório (R\$ 1.008.135,91), (Figura 19); o Laboratório de Edificações e Agrárias (R\$ 317.851,14), (Figura 20) e a cobertura das passarelas que interligam os Blocos, o Refeitório e o Ginásio Poliesportivo (R\$ 583.434,54), (Figura 21). No total foram investidos nas novas construções e ampliações: R\$ 1.909.421,59. As construções foram viabilizadas, essencialmente, a partir de Emendas Parlamentares – EP. (IFCE/Crateús-DAP, 2025).

Figura 18 – Apontamento das novas construções (2025)



Figura 20 – Laboratório de Edificações e Agrárias



Figura 19 – Refeitório



Figura 21 – Passarelas cobertas entre: Blocos – Refeitório – Ginásio



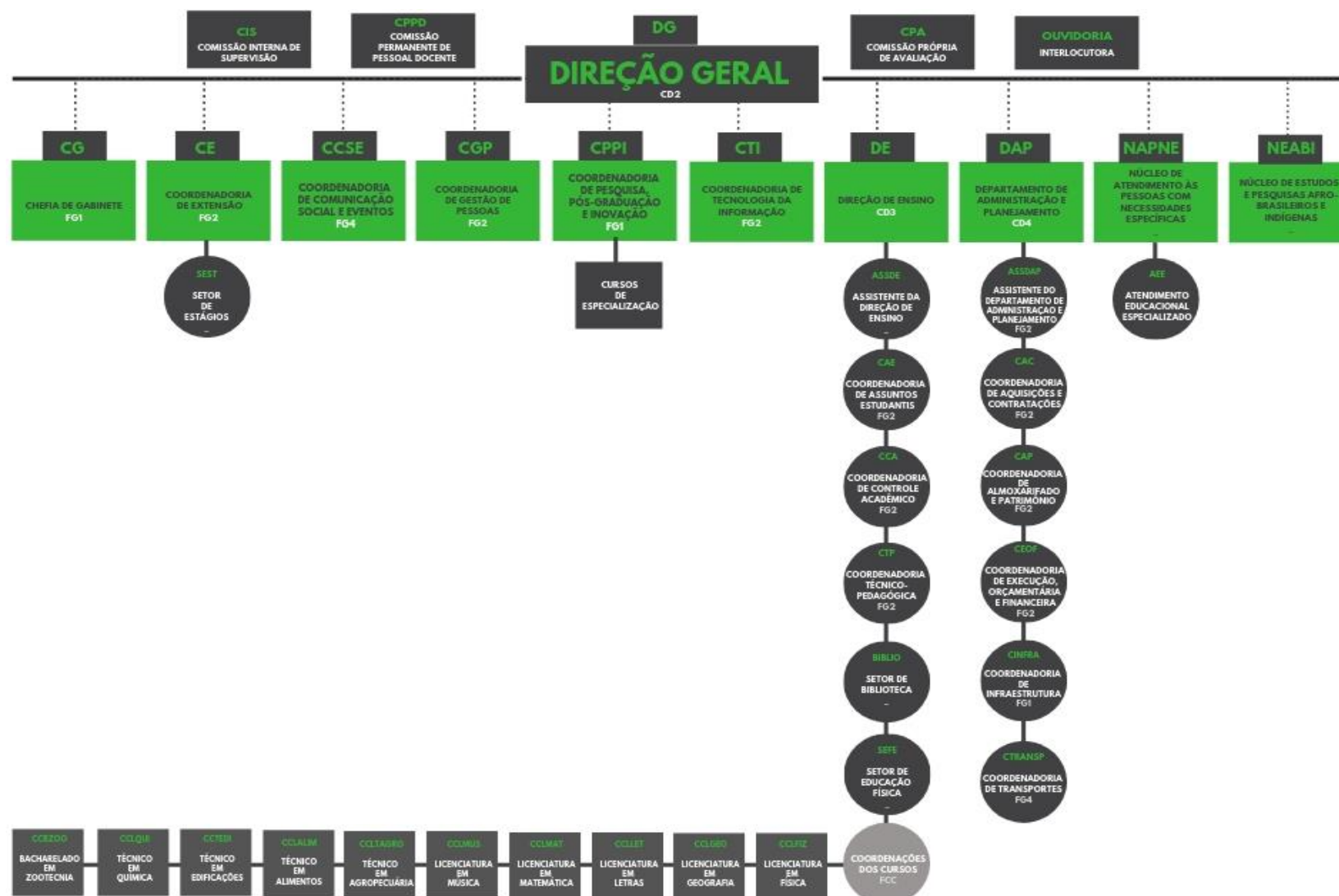
Fonte: IFCE/CRATEÚS – Departamento de Administração e Planejamento – DAP (2025)

No que se refere à estrutura de transportes, a unidade conta com um ônibus grande (59 lugares); um micro-ônibus (30 lugares); um trator e dois carros de passeio. Uma das reclamações frequentes é que os ônibus não são adaptados para PDE, quando ocorrem aulas fora das dependências do Campus os(as) estudantes cadeirantes têm que recorrer à família, quando esta possui carro adaptado, ou são forçados, pela falta de estrutura, a não participarem das atividades.

5.3.2 IFCE/Campus de Crateús: estrutura de funcionamento

O Campus estrutura seu funcionamento a partir da seguinte organização: Direção Geral – DG; Direção de Ensino – DE e Direção de Administração e Planejamento – DAP. A partir destas três direções é estabelecida toda a cascata de setores e funções. O organograma (Figura 22), permite que visualizemos toda a estrutura organizacional.

Figura 22 – Estrutura Organizacional do IFCE/Campus Crateús – 2025



Fonte: Direção de Adm. e Planejamento – DAP do IFCE/Campus Crateús (2025)

Atualmente o Campus funciona com a seguinte estrutura de Servidores e Colaboradores, são: 14 Técnicos administrativos de nível superior e 24 de nível médio; 69 Professores efetivos. No total são 107 Servidores concursados e 36 Colaboradores terceirizados, compondo uma equipe de 181 agentes à disposição do funcionamento da Instituição. Os quantitativos e cargos/funções são expostos na Tabela 16.

Tabela 16 – Número de Servidores e Colaboradores – IFCE/Campus Crateús – 2025

Cargos	Funções e Quantidades	Total
Técnicos administrativos nível superior	Contador (1); Nutricionista (1); Bibliotecário (2); Técnico em Assuntos educacionais (1); Tecnólogo em gestão financeira (1); Jornalista (1); Zootecnista (1); Administrador (1); Dentista (1); Assistente Social (1); Enfermeiro (1); Pedagogo (2)	14
Técnicos de nível médio	Funções diversas nos setores administrativos e de ensino	24
Total de Técnicos		38
Docentes	Geografia (5); Física (5); Letras (8); Matemática (7); Pedagogia (6); Agrárias (10); Alimentos (3); Música (6); Química (5); Libras (1); Sociologia (1); Filosofia (1); Espanhol (1); Inglês (1); Edificações (4); História (1); Informática (1); Biologia (2); Educação Física (1)	69
Total de Servidores		107
Colaboradores terceirizados	Motoristas (3); Recepcionistas (4); Piscineiro (1); Auxiliares de manutenção predial (2); Copeiro (1); Trabalhador Agropecuário (1); Operador de máquina copiadora (1); Auxiliar de saúde bucal (1); Limpeza e conservação (8); Vigilantes (6); Cuidadores (6); Intérprete de Libras (2).	36
Total (Servidores mais colaboradores)		181

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP e Direção de Ensino – DE do IFCE/Campus Crateús (2025).

Os dados revelam um dos grandes desafios enfrentados pelos cursos de nível superior do Campus, o pequeno quantitativo de professores nas áreas específicas das graduações. No caso das licenciaturas em Física e Geografia, respectivamente, são apenas 5 professores da área específica, Música: 6, Matemática: 7 e Letras: 8. Os Pedagogos são apenas 6 e têm que atuar em todas as licenciaturas.

Na área das agrárias o quantitativo é maior, são 10 professores, mas atuam em dois cursos, bacharelado em Zootecnia e Técnico em Agropecuária ¹²⁷.

¹²⁷ O curso Técnico em Agropecuária é subsequente, ou seja, os estudantes ingressam após a conclusão do ensino médio, diferente do Técnico em Química que é concomitante e integrado, o estudante cursa o ensino médio juntamente com o técnico.

Ressaltamos que os Geógrafos, Físicos, Matemáticos e Músicos, também precisam cumprir carga horária no ensino médio, no curso Técnico Integrado em Química. No caso da Geografia, a cada ano dois professores ficam responsáveis por ministrar os conteúdos, um os de Geografia física e o outro os de Geografia humana.

O descontentamento com tal conjuntura aparece na fala de alguns dos professores entrevistados. A Coordenadora de Pesquisa do IFCE/Campus Crateús (2025)¹²⁸, ao falar sobre as dificuldades que impedem uma maior produção científica local, ressaltou o pequeno número de professores nos cursos superiores e a consequente expressiva demanda de atividades sobre estes como um importante obstáculo para o desenvolvimento de pesquisas.

Ao falar sobre o acesso a bolsas de iniciação científica relatou as dificuldades do Campus em conseguir-las, pois são disponibilizadas em quantidade insuficiente e, normalmente, a professores doutores e que possuem larga produção acadêmica. Isso leva a um ciclo preocupante para os IFs, pois como ter ampla produção acadêmica neste contexto, com esse número de profissionais por curso?

Isso revela a situação de desigualdade da busca por estas bolsas, comparada a outros campi que têm uma tradição de pós-graduação e até melhores condições, **porque os professores de Crateús, quase todos, possuem uma carga horária já muito apertada.** Quem tem essas condições são professores que trabalham mais em laboratório, uma da Química e outro da Biologia, eles conseguem casar a orientação com a publicação, [...] porque eles atuam mais no médio, o que eu observo é que embora eles peguem disciplinas no superior, eles não fazem parte desses colegiados, [...] então eles não têm que atender todas aquelas demandas: participar de mil reuniões, orientar vários TCC's, fazer aulas de campo, não estou dizendo que eles não façam isso, mas é diferente sendo especificamente daquele colegiado. (Coordenadora de Pesquisa IFCE/Crateús, 2025 – entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2025 – Grifo nosso).

A Extensionista 9 (2025)¹²⁹ ao falar sobre as dificuldades que impedem os professores do Campus de desenvolver mais projetos, ressaltou o que seria necessário: “tempo para planejar, tempo para estudar, tempo, tempo, Adílio! Porque você sabe que nós temos 40 horas, quando passamos nesse concurso temos 40 horas de dedicação exclusiva, mas só que nós trabalhamos 50, 60, 70.”

¹²⁸ Entrevista com a Coordenadora de Pesquisa do IFCE/Campus Crateús, realizada em 17 de fevereiro de 2025.

¹²⁹ Entrevista com professora do núcleo de pedagogas do Campus. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2025.

A restrição de tempo se agravou no período do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022) e do então Ministro da educação Milton Ribeiro (2020 – 2022), pois através da Portaria nº 983/2020, item 7.2, inciso I, estendeu a carga horária mínima em sala de aula de 10 para 14 horas semanais para os docentes com Dedicação Exclusiva – DE e regime de 40 horas semanais de trabalho, o que é a esmagadora maioria.

7.2. O regulamento das instituições fixará, na composição da carga horária de aulas de que trata a alínea “a” do item 3:

I – **o mínimo de quatorze horas semanais** para os docentes em regime de tempo integral;

II – o mínimo de dez horas semanais para os docentes em regime de tempo parcial. (BRASIL/MEC, 2020 – grifo nosso).

Então, somando-se a dificuldade imposta pelo pequeno número de professores nos cursos superiores, a medida expandiu o tempo mínimo que estes deveriam estar atuando diretamente em sala de aula, restringindo ainda mais o tempo necessário para o desenvolvimento de pesquisas e extensão. Tal medida só foi revista recentemente, em julho de 2024, sob o governo Lula e a atuação de Camilo Santana como Ministro do MEC, através da Portaria nº 750/2024, e como fruto de reivindicação grevista.

11. O regulamento das instituições deverá prever, na composição da carga horária de aulas de que trata a alínea “a” do item 3:

a) **no mínimo, 10 horas e, no máximo, 20 horas semanais** para os docentes em regime de tempo integral; e

b) no mínimo, 8 horas e, no máximo, 12 horas semanais para os docentes em regime de tempo parcial. (BRASIL/MEC, 2024 – grifo nosso).

Somente o pequeno quantitativo de professores já se constitui obstáculo suficiente para o pleno desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, mas o quadro foi agravado por 4 anos pela decisão de estender a carga horária mínima em sala de aula para 14 horas semanais. O que o pequeno número de docentes nos cursos superiores da Instituição demonstra é que, apesar dos IFs se constituírem a partir do discurso de que são Instituições que desenvolvem Ciência e Tecnologia, na prática não são oferecidas as condições estruturais, de laboratórios e de pessoal suficientes para isso.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso de Licenciatura em Geografia do Campus, de acordo com o seu Plano Político Pedagógico – PPC (IFCE/CRATEÚS, 2022), funciona atualmente com o mínimo de professores da área específica para que seja aprovado pelo MEC, no caso 5, como demonstra o instrumental usado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, para a avaliação de cursos de nível superior nos critérios que dizem respeito à estrutura do NDE, o critério 5 exige a verificação de que:

O NDE possui, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação *stricto sensu*; **tem o coordenador de curso como integrante;** atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório. (INEP, 2017).

O PPC do curso de Licenciatura em Geografia faz menção ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão em diversos trechos, ressaltando a importância do engajamento dos estudantes nessas atividades como mecanismo fundamental para uma melhor formação:

Ensino, pesquisa e extensão apresentam-se, no âmbito do ensino superior interligados, como uma das grandes experiências que os futuros professores devem realizar. É na interação entre ensino, pesquisa e extensão que se dá a construção efetiva de um curso de graduação. A realização de tais atividades é necessária e obrigatória para a formação profissional e o conhecimento científico do futuro profissional como um todo. (IFCE/Crateús, 2022, p. 59).

É importante salientar que todos os documentos oficiais que guiam o funcionamento dos cursos ou da Instituição ressaltam a importância da pesquisa e da extensão como mecanismos promotores de melhor formação e fortalecimento institucional, mas sem os incentivos e condições apropriadas as metas estabelecidas para essas áreas não são alcançadas, como demonstra o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2024 – 2028) que ao resgatar as metas do PDI (2019 – 2023) revela que a maior parte não foi alcançada no que se refere à pesquisa e a extensão.

Como revela o item 2.2.7: “Potencializar a produção científica e tecnológica institucional (artigos, congressos, livros, capítulos de livros, notas técnicas, produções artísticas e culturais, registros ou depósitos de propriedade intelectual e outras produções afins).” (IFCE, 2024b, p. 25 - 26).

Quadro 6 - Verificação do alcance de Metas para a Pesquisa no IFCE - PDI (2019 - 2023)

Indicador	Meta	Avaliação
Taxa de produção científica	Média de 2 produções anuais por pesquisador cadastrado na plataforma NL da PRPI.	Meta não atingida Até a última mensuração do indicador pela Plataforma IFCE em números (outubro/2023), o resultado obtido foi uma média de 1,5 produções anuais por pesquisador cadastrado na plataforma NL¹³⁰ da PRPI.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (IFCE, 2024b)

É importante ressaltar que ocorre de pesquisadores desenvolverem projetos de pesquisa de forma autônoma e sem passar pelo cadastramento na plataforma NL, logo, tem professores que desenvolvem pesquisas e as publicam que não são cadastradas na plataforma. Outro fator que interfere na fidedignidade das informações é que a plataforma NL busca na plataforma Lattes o quantitativo de publicações dos pesquisadores em um determinado período, e, como é comum, alguns professores não mantêm o lattes atualizado, logo, não tem como a plataforma contabilizar tais publicações. (IFCE, 2024b).

Outro fato a ser ressaltado é que o resgate se refere ao período de 2019 a 2023, englobando, dessa forma, o período da Pandemia do Covid 19, que prejudicou sobremaneira o desenvolvimento das atividades de pesquisa e como consequência interferiu nas publicações. Mas o resgate é importante enquanto diagnóstico de que as Instituição precisam melhorar nesse aspecto e, como temos demonstrado, as condições estruturais e financeiras são essenciais.

No caso da extensão, a regra, também, foi o descumprimento das metas, como demonstra o Item 2.2.8:

Promover uma aproximação com entidades governamentais e não governamentais, empresas públicas e privadas e arranjos produtivos locais, visando a constituir um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para atender às demandas da sociedade. (IFCE, 2024b, p. 27).

¹³⁰ A plataforma NL é onde são cadastrados os projetos de pesquisa na Instituição. É através do cadastramento e da existência de editais de fomento que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI direciona os financiamentos para os projetos.

Quadro 7 - Verificação do alcance das metas de Extensão do IFCE/ PDI (2019 - 2023)

Indicador	Meta	Avaliação
Total de parcerias firmadas	5 parcerias por campus até 2023	Meta não atingida Até a última mensuração do indicador pela Plataforma IFCE em números (outubro/2023), o resultado obtido foi de apenas 14 parcerias firmadas no período 2019-2023, em todo o IFCE
Índice de participação de servidores na extensão	20% de servidores envolvidos até 2023	Meta não atingida Até a última mensuração do indicador pela Plataforma IFCE em números (outubro/2023), o resultado obtido foi de 5% dos servidores participando de alguma ação de extensão
Índice de participação de discentes na extensão	7% de discentes envolvidos até 2023	Meta não atingida Até a última mensuração do indicador pela Plataforma IFCE Em números (outubro/2023), o resultado obtido foi de apenas 0,6% dos alunos participando de alguma ação de extensão
Taxa de alcance das ações de extensão	Média anual de 30 pessoas atendidas por ação até 2023	Meta atingida Até a última mensuração do indicador pela Plataforma IFCE números (outubro/2023), o resultado obtido foi uma média de 165 pessoas beneficiadas por ação de extensão

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (IFCE, 2024b)

As observações quanto aos obstáculos à pesquisa e a extensão, falta de recursos financeiros, pequeno número de professores, período pandêmico, todas, podem igualmente servir de justificativa para o não alcance das metas. Um fator importante a ser destacado é que a burocracia institucional faz com que os professores, já sobrecarregados, optem por não registrar muitas das ações de extensão por estes desenvolvidas, essa é uma declaração recorrente nas entrevistas com os professores extensionistas.

No tópico 5.4 e subtópico 5.4.1 tratamos mais especificamente da extensão desenvolvida no Campus de Crateús, para isso trazemos os tipos ações, o número de projetos, e a área em que foram desenvolvidos. Utilizamos entrevistas diversas com servidores de diferentes campi, com professores extensionistas, com bolsistas de extensão, com representantes de instituições diversas que atuam na cidade e região e com produtores regionais, visando traçar o perfil da extensão e como tem formatado a relação da Instituição com a comunidade externa.

5.4 A EXTENSÃO NO IFCE/CAMPUS DE CRATEÚS: CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Nesse tópico iremos nos debruçar propriamente sobre a extensão desenvolvida no Campus do IFCE de Crateús. O estudo da extensão tem o potencial de revelar o perfil da relação da Instituição com o território e com a comunidade externa, o diálogo com o exterior se estabelece pelas três vias: ensino, pesquisa e extensão, no entanto, pela primeira há a primazia do beneficiamento do sujeito que se qualifica e pela segunda, a do pesquisador e dos seus interesses, que elege os fenômenos naturais e/ou sociais que pretende estudar.

Todavia, a extensão parte da premissa do diálogo com a comunidade externa, da procura de auxiliá-la em suas necessidades, logo, neste caso, a primazia tende a se deslocar mais fortemente dos interesses individuais para os coletivos. Alinhando - se ao que escrevemos até este tópico, buscamos com o estudo do Campus e de sua extensão compreender como este tem se relacionado e servido ao território dos Sertões de Crateús.

5.4.1 Extensão no IFCE/Campus de Crateús: o estudo de caso

A referência, o guia, para o desenvolvimento da extensão no IFCE é a Resolução nº 128/2023, elaborada pelo Conselho Superior da Instituição - CONSUP. Ela traz o escalonamento que organiza a extensão desde suas áreas de atuação até os tipos de ações a serem desenvolvidas, quando diz que devem atender:

- I – Ao desenvolvimento tecnológico e social;
 - II – Aos direitos humanos e a justiça;
 - III – Ao estágio e ao emprego;
 - IV – Ao acompanhamento de egressos;
 - V – Às atividades culturais e artísticas;
 - VI – À socioeconômica popular e solidária;
 - VII – Ao empreendedorismo, à educação empreendedora e à inovação;
- (IFCE, 2023)

Que por serem muito amplas, são organizadas em áreas temáticas da seguinte forma:

Quadro 8 - Extensão no IFCE: divisão em áreas temáticas

Áreas temáticas	
1. Comunicação	5. Meio ambiente
2. Cultura	6. Saúde
3. Direitos humanos e justiça	7. Tecnologia e Produção
4. Educação	8. Trabalho

Fonte: Resolução nº 128/2023 (IFCE, 2023)

Que, por sua vez, são divididas em linhas, como segue:

Quadro 9 - Extensão no IFCE: divisão em linhas

Linhas de extensão			
1. Alfabetização, leitura e escrita	2. Desenvolvimento de produtos	3. Educação profissional	4. Estilismo
5. Artes cênicas	6. Desenvolvimento regional	7. Empreendedorismo	8. Fármacos e medicamentos
9. Artes integradas	10. Desenvolvimento rural e questão agrária	11. Emprego e renda	12. Formação de professores
13. Artes plásticas	14. Desenvolvimento tecnológico	15. Endemias e epidemias	16. Gestão do trabalho
17. Artes visuais	18. Desenvolvimento	19. Divulgação científica e tecnológica	20. Gestão informacional
21. Comunicação estratégica	22. Direitos individuais e coletivos	23. Esporte e lazer	24. Gestão institucional
25. Gestão pública	26. Jovens e adultos	27. Música	28. Questões ambientais
29. Grupos sociais vulneráveis	30. Línguas Estrangeiras	31. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	32. Recursos hídricos
33. Infância e adolescência	34. Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	35. Patrimônio cultural, histórico e natural	36. Resíduos sólidos
37. Inovação tecnológica	38. Mídia-artes	39. Pessoas com deficiências incapacidades, e necessidades especiais	40. Saúde animal
41. Jornalismo	42. Mídias	43. Propriedade intelectual e patente	44. Saúde da família
45. Saúde e proteção no trabalho	46. Tecnologia da informação	47. Terceira Idade	48. Turismo
49. Saúde humana	50. Segurança alimentar e nutricional	51. Segurança pública e defesa social	52. Uso de drogas e dependência química
53. Desenvolvimento humano			

Fonte: Resolução nº 128/2023 (IFCE, 2023)

Quanto ao que abordam, como demonstrado acima, as atividades de extensão podem ser classificadas em áreas temáticas e/ou linhas. Já no que se refere a sua operacionalidade, podem ser divididas nos seguintes tipos de ação:

Quadro 10 - Extensão no IFCE: tipos de ação

Tipo de Ação	Especificação
Programa	Conjunto articulado de no mínimo 2 projetos de extensão ou um projeto e um evento
Projeto	Atividades de extensão com objetivos tangíveis e bem definidos, visando resultado de mútuo interesse entre a comunidade interna e externa do campus, a fim de atender às demandas sociais
Curso	Ação pedagógica de caráter teórico e prático, de oferta não periódica de acordo com as demandas dos campi, podendo acontecer nas modalidades presencial, semipresencial e à distância, com objetivos, carga horária, ementa e cronogramas de avaliações definidos.
Evento	Atividade de extensão de curto prazo, com carga horária máxima de 40h distribuídas em até 30 dias, podendo acontecer em dias consecutivos ou alternados.
Prestação de serviço	Ações por meio das quais conhecimentos e habilidades do domínio do IFCE são disponibilizados à comunidade externa, sob a forma de atendimento, consultoria, assessoria, assistência técnica, conhecimentos especializados, treinamentos, elaboração de projetos e atividades similares. Pode ser solicitada por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, por meio de instrumento específico.

Fonte: Resolução nº 128/2023 (IFCE, 2023)

Retomando, a extensão no IFCE possui uma ampla área de atuação, que é organizada a partir de áreas temáticas, destas surgem linhas diversas que serão trabalhadas por meio de um determinado tipo de ação. A organização de tais dados serve de suporte para explicarmos os nossos recortes da pesquisa, fizemos três, um relacionado ao tipo de ação, outro à área temática e, por fim, ao tempo.

Quanto ao tipo de ação, optamos por analisar, prioritariamente, os projetos, devido sua maior quantidade e por acreditarmos que nos servirão de melhor referência para entender a relação do IFCE com a comunidade, uma vez que possuem uma maior durabilidade, organização, mensurabilidade de resultados e por proporcionarem, em alguns tipos, a ida do extensionista até a comunidade, permitindo uma interação fora das dependências do prédio da Instituição.

Uma vez estabelecido o tipo de ação, no caso os projetos, escolhemos os advindos de áreas temáticas distintas (Quadro 8), esclarecemos que nem todas as áreas foram contempladas por projetos desenvolvidos no Campus, no entanto, a escolha de algumas se repetiu com muita frequência, em alguns casos, com similaridades de propostas ou apenas atualização do ano em função do esgotamento do prazo do projeto inicial, daí selecionarmos apenas um projeto em cada área

temática.

Quanto ao recorte temporal, optamos por analisar os projetos desenvolvidos entre: janeiro 2022 e julho de 2024, nesses dois anos e meio foram desenvolvidos 23 projetos, tendo sido assim distribuídos:

Tabela 17 - Extensão IFCE/Crateús: número de projetos por área (2022 – 2024)

Área	Número de projetos
Cultura	8
Educação	7
Meio ambiente	2
Saúde	2
Trabalho	2
Tecnologia e produção	2
Total	23

Fonte: Resolução nº 128/2023 (IFCE, 2023)

Uma primeira constatação quanto ao perfil da extensão desenvolvida no Campus, é que a maior parte dos projetos se concentra nas áreas de cultura e educação, isso ocorre em função do maior número de Licenciaturas ofertadas (cinco) e a presença, dentre estas, do Curso de Música. Por essa característica, a extensão possui localmente um caráter, predominantemente, social, voltada para a formação profissional, mas especialmente política e cidadã, atendendo as comunidades locais.

Escolhemos de cada área pelo menos um projeto, sendo que nos casos em que estas contemplam um maior número, como é o caso de cultura e educação, ao escolhermos dois ou mais projetos, o fizemos optando por linhas distintas. Quando nos deparamos com mais de um projeto desenvolvido por um mesmo professor, no período selecionado, ao realizarmos a entrevista, na medida do possível, perguntamos sobre todos eles.

Uma vez delimitado o recorte temporal (dois anos e meio), o tipo de ação (projeto), e a quantidade analisada em cada área temática (pelo menos um de cada), partimos para a definição dos entrevistados. No Quadro 11 estabelecemos uma separação entre: entrevistados internos e externos, o critério para tal foi a atuação direta no IFCE/Campus de Crateús, seja como Servidor ou Estudante. O trabalho em outra unidade da Rede ou Campus do IFCE; em outras Instituições ou seguimentos econômicos, resultou na classificação do entrevistado como externo.

Quadro 11 - Entrevistados da pesquisa: externos e internos

Entrevistados externos: Instituições e segmentos sociais	Nº	Instituição	Objetivo
Diretores gerais de Campi	2	IFCE/Campi: Acaraú; Fortaleza	Resgatar a experiência da expansão do IFCE no Estado: objetivos e desafios
Coordenadora de extensão	1	IFRS/ Campus: Bento Gonçalves	Compreender como se deu a criação do FORPROEXT e qual a importância de sua atuação na luta por uma melhor extensão na Instituição
Pró-reitora de extensão	1	IFCE	Conhecer o pensamento Institucional sobre a extensão, sua dinâmica, objetivos e desafios
Diretor geral da UFC/Crateús	1	UFC	Investigar o processo de Instalação da Instituição na Cidade, conhecer o processo de escolha dos cursos e a relação da Instituição com outras IES e outros seguimentos
Diretora geral da FAEC/UECE/Crateús	1	FAEC	Verificar qual o nível de interação com outras IES da cidade, em especial com o IFCE
Diretor geral da FPO/Crateús	1	FPO	Averiguar a visão da Instituição sobre a educação superior em Crateús, a partir da perspectiva de uma Instituição privada, e qual o nível de relação que mantem com as IES públicas da cidade
Diretor da CREDE 13/Crateús	1	CREDE	Verificar se há proximidade entre as IES e a CREDE, uma vez que as primeiras formam os professores que atuarão na rede pública da Região
Empresários	2	CDL	Captar o pensamento destes sobre o desenvolvimento regional e o papel que atribuem a chegada de novas IES nesse processo
Agentes políticos	3	PMC	Resgatar os processos de disputas políticas quando da implantação do IFCE e da UFC na cidade
Representes sindicais	2	Sindicato dos Trab. Rurais de Crateús	Verificar se o IFCE tem estabelecido parcerias com a Instituição. Captar o pensamento Institucional sobre o desenvolvimento regional
Diretor do SEBRAE	1	SEBRAE	Levantar quais têm sido os projetos desenvolvidos pela Instituição, se há parceria com o IFCE, caso sim, de que tipo
Diretor da EMATECE	1	EMATECE	Compreender quais os grandes desafios do pequeno e médio produtor local e se o IFCE tem contribuído com a superação destes de alguma forma, a partir de parcerias com a Instituição
Servidor do BNB	1	BNB	Averiguar quais os preceitos que subsidiam a atuação da Instituição em prol do desenvolvimento regional e verificar quais os tipos de investimentos tem feito na região e quais os seguimentos sociais alcançados
Representante da Cáritas Diocesana	1	Cáritas	Aprofundar o conhecimento sobre a atuação da Instituição na Região e verificar quais parcerias tem estabelecido com o IFCE
Produtores da região	4	-	Compreender os desafios de criadores e agricultores da região e averiguar se o IFCE tem contribuído para a superação destes de

			alguma forma
Total de entrevistados externos: 23			
Entrevistados internos: IFCE/Campus Crateús	Nº	Instituição	Justificativa
Diretor Geral	1	IFCE/Crateús	Captar o que o gestor pensa sobre a extensão e quais os resultados e desafios do desenvolvimento desta no Campus
Diretor de Ensino	1	IFCE/Crateús	Conhecer o pensamento do gestor sobre a extensão, assim como sua opinião sobre a curricularização e seus desafios
Coordenador de Extensão	1	IFCE/Crateús	Entender como se operacionaliza a extensão no Campus, quais as principais parcerias e os maiores desafios
Coordenadora de Pesquisa	1	IFCE/Crateús	Compreender a dinâmica do desenvolvimento de pesquisas no Campus, quais os resultados e dificuldades e a relação com a extensão
Professores extensionistas	9	IFCE/Crateús	Analisar relatos sobre o desenvolvimento de extensão no Campus, o que pensam sobre a execução, os resultados e as dificuldades encontradas
Estudantes bolsistas	3	IFCE/Crateús	Averiguar a visão sobre a extensão desenvolvida pelo Campus a partir da perspectiva de estudantes bolsistas
Total de entrevistados internos: 16			
Total de entrevistados: 39			

Fonte: Dados da pesquisa empírica (2025)

Buscamos abranger diferentes seguimentos que se relacionam com a extensão, desde os gestores e idealizadores, passando pelos executores até os beneficiários. As entrevistas seguiram um mesmo roteiro para os diferentes agentes, o que mudou foi a maior ênfase em uma ou outra questão a depender do entrevistado. Dos gestores buscamos captar a visão institucional sobre a extensão, suas potencialidades e desafios.

Dos professores, buscamos compreender como ocorre na prática a execução dos projetos. Qual a proporcionalidade alcançada do que é estabelecido inicialmente como objetivo e o que de fato é entregue pelos projetos, e quais os fatores que são determinantes para que se tenha maior ou menor sucesso. Buscamos ouvi-los também sobre a curricularização da extensão, se acham que é viável ou não e se contribuirá de fato para a formação dos estudantes e a maior aproximação destes com a concretude do que comumente estudam apenas na teoria.

Dos bolsistas buscamos o relato de como foi a experiência de participar dos projetos, quais os efeitos práticos para a população e o que eles acham que poderia

ser diferente para que estes fossem mais eficientes. Dos representantes de outras instituições buscamos verificar se o IF interage com estas, se existem parcerias e desenvolvimento de atividades conjuntas. Dos beneficiários dos projetos, produtores, empresários e membros das comunidades e população em geral, buscamos captar como se deu a relação da Instituição, dos professores e bolsistas com eles, se houve troca de conhecimentos, se os projetos de fato contribuíram para novas práticas e no que eles acham que poderia ser diferente.

Quanto aos agentes políticos, o foco foi no entendimento de como se deu a escolha de Crateús para receber o Campus, como ocorreu todo o processo de implantação, quais os principais agentes envolvidos, o porquê da escolha do local específico para a construção do prédio, dentre outras questões. Para extrair o máximo de informações das entrevistas nos utilizamos da análise de conteúdo.

Seguindo o que preconiza o método de análise de conteúdo, agrupamos as perguntas em categorias a partir das temáticas que majoritariamente abordam: Os IFs, a extensão e o desenvolvimento regional (P. 1; 2,10)¹³¹; Cooperação Institucional e diálogo com as comunidades (P. 3 e 4); Perfil da extensão do IFCE (P. 5, 6, 7, 9); e a Extensão no Campus de Crateús (P. 8).

A divisão visa facilitar as respostas dos questionamentos da pesquisa: Como a expansão dos IFs dialoga com os projetos de desenvolvimento regional, em especial no Nordeste, no Ceará e nos Sertões de Crateús? Qual a frequência e intensidade do diálogo do IFCE/Campus de Crateús com outros órgãos, IES, comunidades e demais seguimentos da Região? Qual o perfil da extensão do IFCE e do Campus de Crateús, é mais alinhado com as demandas das comunidades ou com as do mercado?

Quais as principais dificuldades vivenciadas pela Instituição e pelo Campus na execução de ações e projetos de extensão? Como as particularidades do Campus de Crateús (seu considerável número de cursos superiores e o pequeno número de professores de áreas específicas para atuarem nestes) influencia, positivo ou negativamente, no desenvolvimento da extensão?

O

Quadro 12 traz as perguntas, a divisão dessas por categorias, a partir da

¹³¹ Se refere ao agrupamento das perguntas, exemplo, (P. 1, 2 e 10), está indicando que a pergunta 1, 2 e 10 fazem parte da categoria: a extensão e o desenvolvimento regional, ou seja, que abordam majoritariamente esta temática.

predominância do que abordam, e a ênfase que receberam na entrevista em função do entrevistado.

Quadro 12 - Questionário semiestruturado, divisão em categorias e ênfase das perguntas em função do entrevistado

Nº	Pergunta	Categorias	Ênfase
1	A política pública de criação e expansão dos IFs objetiva contribuir para o desenvolvimento regional com ênfase nos APLs. O Senhor(a) acredita que esse objetivo vem sendo alcançado?	Os IFs, a extensão e o Des. Regional	Diretores e servidores do IFCE, representantes de outras Instituições e produtores
2	Os IFs foram criados a partir de uma lógica que buscava o desenvolvimento a partir do fortalecimento das potencialidades produtivas de cada região, ou seja, mirava a especialização. O Senhor(a) visualiza essa aproximação por meio de cursos, pesquisas e extensão junto aos produtores e comunidades?		
3	Os IFs, assim como as universidades, se expandiram com a missão de formar a população, mas o desenvolvimento de uma região demanda, além da formação, outras políticas públicas e a atuação de outros órgãos que cooperem para este fim. O Senhor(a) enxerga a existência destas políticas e o diálogo entre estes diferentes órgãos e agentes? Se sim, como ocorre?	Cooperação Institucional e diálogo com as comunidades	Servidores do IFCE e representantes de outras Instituições
4	O caminho para o diálogo entre as Instituições de Ensino – IEs com a comunidade externa é através da extensão. Esta — a partir do que pensa Boaventura de Souza Santos, Marilena Chaui, Paulo Freire, dentre outros — deve prezar pela troca de experiências. O Senhor(a) acha que a política de extensão do IFCE preza por essa troca de experiências com a população e suas comunidades?		
5	O conceito de extensão e a sua forma de execução se alterou ao longo do tempo, inicialmente pensava-se que era um meio de divulgação do conhecimento científico desenvolvido na universidade, depois assumiu um formato assistencialista; no liberalismo, mercantilista; e, em paralelo, a universitária de cunho mais social e de troca de saberes. O Senhor(a) acha que o IFCE por ser uma instituição de ensino técnico tende a privilegiar uma extensão de cunho mais assistencialista ou mercantilista?	Perfil da extensão do IFCE	Gestores, extensionistas e bolsistas do IFCE
6	O Senhor(a) acha que a extensão no IFCE tem um perfil misto, atendendo ao mercado e ao social ao mesmo tempo, atribuiria um peso maior a alguma dessas dimensões?		
7	Desde a criação do fórum de Pró-reitores, em 1987, que a luta por uma maior centralidade e financiamento para a extensão tem sido constante. Qual a sua impressão sobre essas discursões neste momento e no atual governo?		
8	No que se refere, em específico, ao campus de Crateús, possui uma particularidade, tem 6 cursos superiores e apenas 4 técnicos, sendo apenas um integrado, no caso, Química. O Campus possui muitos cursos e projetos de extensão. O Senhor (a) atribui o bom desempenho à quantidade de cursos superiores, uma vez que são esses que possibilitam a extensão?	Extensão no Campus de Crateús	Gestores e extensionistas do IFCE/Campus Crateús
9	De uma forma mais ampla, algo que é sempre discutido é a identidade do IF, pois é multinível e oferta uma gama muito variada de cursos. O que no seu modo de ver pode ser o diferencial da Instituição e de que forma a extensão	Perfil da extensão do IFCE	Gestores e extensionistas do IFCE

	pode contribuir para essa diferenciação?		
10	No entendimento do senhor (a), em que aspecto o IFCE Campus de Crateús mais tem contribuído com a região?	Os IFs, a extensão e o Des. Regional	Servidores do Campus e comunidade externa

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa empírica (2024 – 2025)

A partir dessa divisão em categorias, que aqui se deu a partir do agrupamento das perguntas e do tema central que abordam, partimos para a análise das entrevistas, no subtópico 5.4.1.1, buscando nas respostas encontrar padrões ou recorrências de ideias ou argumentos que indicassem a leitura prevalente dos sujeitos entrevistados sobre aquele determinado tema. Essas frases ou argumentos recorrentes ou prevalentes podem ser denominados de núcleos de sentido ou Unidades de Registro e de Contexto - URC, estas nada mais são do que:

a unidade de significação codificada e corresponde ao seguimento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de dimensões e natureza muito variáveis. Reina certa ambiguidade em relação aos critérios de distinção das unidades de registro. Efetivamente executam-se certos recortes a nível semântico, por exemplo, o “tema”, enquanto outros são feitos a um nível aparentemente linguístico, como a “palavra” ou a “frase”. (Bardin, 2016, p. 134).

No caso deste estudo, buscamos verificar a prevalência da opinião dos entrevistados sobre o tema central das perguntas, utilizando-se da recorrência de frases e argumentos. É importante lembrar que a opinião de muitos dos entrevistados sobre os temas abordados já foi exposta ao longo do trabalho, através da citação de suas falas e da interpretação destas. O que fazemos deste ponto em diante é, de uma forma mais sistematizada, rememorar questões já discutidas, buscando um maior aprofundamento, e abordar algumas novas.

5.4.1.1 Extensão no IFCE e no Campus de Crateús: opinião dos entrevistados

No IFCE “a extensão vai de acasalamento de borboleta à atracação de navio”¹³², a frase emitida em tom de brincadeira, pela Pró-Reitora de Extensão da Instituição, revela a realidade de que tudo o que não se enquadra no ensino ou na pesquisa delega-se à extensão, então, toda a relação externa estabelecida pela

¹³² Frase da Pró-Reitora de extensão do IFCE, emitida em entrevista a nós concedida em 21 de março de 2024. (Pró-reitora de extensão do IFCE, 2024).

Instituição e que extrapola o ensino e a pesquisa é extensão, logo, é um campo muito amplo de análise.

Daí termos extrapolado o público entrevistado para representantes externos de diferentes setores, ouvi-los nos permitiu dimensionar a atuação do IFCE a partir do olhar de quem não mantém vínculo profissional direto com a Instituição. No Quadro 13 destacamos o primeiro agrupamento de questões que gerou a categoria: Os IFs, a Extensão e o Des. Regional. Destacamos enquanto URC as constatações majoritariamente expressas pelos entrevistados sobre a temática da categoria. Em seguida tecemos comentários sobre estas, utilizando, como suporte e reforço das conclusões, citações de fragmentos das falas dos entrevistados.

Quadro 13 - Agrupamento de Questões – Categoria: os IFs, a Extensão e o Des. Regional

Nº	Pergunta	Categoria	Unidade de Registro e de Contexto (URC)
1	A política pública de criação e expansão dos IFs objetiva contribuir para o desenvolvimento regional com ênfase nos APLs. O Senhor(a) acredita que esse objetivo vem sendo alcançado?	Os IFs, a Extensão e o Des. Regional	a) O Campus tem contribuído com a Região, especialmente, com a formação de Professores;
2	Os IFs foram criados a partir de uma lógica que buscava o desenvolvimento a partir do fortalecimento das potencialidades produtivas de cada região, ou seja, mirava a especialização. O Senhor(a) visualiza essa aproximação por meio de cursos, pesquisas e extensão junto aos produtores e comunidades?		b) A aproximação pela extensão e pela pesquisa é precária em função dos limitados recursos financeiros e estruturais: como o pequeno número de professores, dentre outros.
10	No entendimento do senhor (a), em que aspecto o IFCE Campus de Crateús mais tem contribuído com a região?		

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa empírica (2024 – 2025)

É importante que se estabeleça uma distinção entre as contribuições dos IFs próprias da esfera do ensino e que têm sido comprovadas por exames diversos — como demonstrado no subtópico: **4.2.2 Os IFs e a aspiração de um novo modelo de Educação Técnica**, beneficiando, especialmente, regiões do interior do País e jovens oriundos de classes sociais mais humildes — das demais contribuições, tanto no que se refere à pesquisa, como a extensão.

A contribuição do IFCE na formação de professores nos Sertões de Crateús e Inhamuns é enaltecida nas entrevistas e comprovada pelos números. Até a chegada do Campus na cidade, como já mencionado, a FAEC/UECE oferecia os Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Biologia e Química. A demanda pelas demais

Licenciaturas era suprida por Instituições privadas, a exemplo do Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú – IVA, que passou a atuar na cidade a partir do início do ano 2000 e contribuiu fortemente com a formação de professores para a Região.

Existia, no entanto, a necessidade de uma Instituição pública que viesse suprir essa demanda, especialmente ofertando formação em áreas em que existia uma grande escassez de profissionais especializados, como: Física, Matemática, Geografia, Letras, Música. A Tabela 18 demonstra que o IFCE/Campus de Crateús já formou 380 novos licenciados ao longo de seus 15 anos de funcionamento.

Tabela 18 - Total de Egressos dos Cursos de Licenciatura do IFCE/Campus de Crateús (2013 - 2025)

Curso de Licenciatura	Ano de início do Curso	Primeira formação	Total de egressos até julho de 2025
Física	2015	2018.1	35
Matemática	2010	2013.2	110
Letras	2013	2016.1	160
Geografia	2018	2021.1	67
Música	2018	2021.2	8
Total			380

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IFCE em números (IFCE, 2024a)

A disparidade no número de egressos entre os cursos é explicada pela dificuldade e particularidade de cada um, mas especialmente pelos diferentes tempos de criação dos cursos. Em Matemática, comumente, formam-se poucos profissionais, no entanto, é o segundo curso que mais formou no Campus (110), pois é o mais antigo. Letras por ter uma grande demanda e ter iniciado suas atividades em 2013 é o que mais formou na Instituição (160).

Pela linha do tempo, Física iniciou suas atividades em 2015 e teve sua primeira turma formada em 2018.1, em comparação à Geografia, que teve início em 2018 e a primeira turma formada em 2021.1, o quantitativo de 35 físicos egressos do Campus parece pouco, mas trata-se de um curso que, pela sua dificuldade, tradicionalmente forma poucos estudantes. Geografia possui 67 egressos e Música 8, ambas são as licenciaturas mais recentemente implantadas, o melhor desempenho da Geografia, cremos, pode ser explicado pela maior demanda pelo curso e pelo fato de a música exigir, desde o ingresso, habilidades específicas, como tocar algum instrumento.

A contribuição e importância da formação de licenciados para a Região é também demonstrada e reforçada pela fala dos entrevistados. O Sindicalista 1 (2024),

em um contexto em que falava da dificuldade de aproximação e de diálogo entre as Instituições de diferentes esferas que atuam no Município, destacou a distância entre o IF e o sindicato, além da necessidade da melhora da pesquisa e da extensão, ressaltou:

o ensino tudo bem, eu acho que estão indo, é o dever de casa, é a parte que eu diria entre aspas que o fazem bem, o fazem na parte da educação, na nossa parte das Agrárias eu já não considero essa mesma coisa do IFCE, porque não existe o ensino da Agrária desvinculado dos sujeitos da Agrária, então os que mais são prejudicados são os Técnicos Agrícolas e Zootecnistas, porque eu diria que o pessoal que está no ensino, na Geografia, na Química, nas Licenciaturas, têm sido uma maravilha para esse território, o que eles têm formado de Geógrafos competentes realmente tem mudado a realidade, e eu comecei a perceber, e era muito crítico nesse ponto, mas não consigo ver isso nas Agrárias. (Sindicalista 1, 2024 - entrevista realizada em 30 de outubro de 2024).

A fala do entrevistado ressalta a transformação que as Licenciaturas têm causado na realidade da região, na visão deste, a Instituição tem formado profissionais competentes nesse seguimento, mas critica a formação dos Técnicos Agrários e dos Bacharéis em Zootecnia, destacando que esta não se centra na qualidade do corpo docente, mas na forma como os cursos são ofertados, sem laboratórios estruturados e sem recursos para a pesquisa e a extensão que proporcionem a quantidade de horas práticas necessárias e os meios adequados para que os estudantes tenham maior contato com os sujeitos do território que atuam no setor agrário.

A contribuição da expansão das universidades e dos IFs para a viabilidade do acesso ao ensino superior e técnico em todas as regiões do País é inegável, mas em especial para o Norte e o Nordeste, como tão bem demonstra Araújo (2014). A autora ao comentar as políticas públicas implementadas nos primeiros mandatos dos governos Lula, expõe o quanto estas foram importantes para a melhora econômica dessas regiões, dentre estas, destaca: a valorização do salário mínimo, a expansão dos programas sociais, em especial o Bolsa Família, e a facilitação do acesso ao crédito a pequenos empreendedores e pessoas físicas.

Na área de investimentos destaca, como indutora de geração de renda e de empregos, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (2009) e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (2007), que possibilitou aportes financeiros governamentais em projetos como: a transposição do Rio São Francisco, a expansão da malha rodoviária e ferroviária, dentre outros; e o incentivo a investimentos de empresas majoritariamente estatais, a exemplo da Petrobrás que passou a construir

estaleiros, hidroelétricas e refinarias¹³³ no Nordeste, gerando atração sobre o setor privado que, também, passou a investir mais na Região, a exemplo das montadoras de veículos.

Dentre essas políticas a autora destaca a importância da expansão das Universidades e IFs que, apesar de ser uma política setorial, tem comprovadas repercussões em outros seguimentos, pois foi pensada como uma política indutora de desenvolvimento, como destaca o Diretor da Escola Técnica de Fortaleza (2024)¹³⁴, ao citar as pretensões dos criadores dessa política expostas em documentos oficiais e falas, “o Instituto Federal tem que ser indutor do desenvolvimento local, inclusive de cadeias produtivas inexistentes, arranjos produtivos inexistentes, ele pode induzir a partir da formação de empreendedores locais”.

Baumgarther (2015b, p.75) reforça essa ideia ao afirmar que:

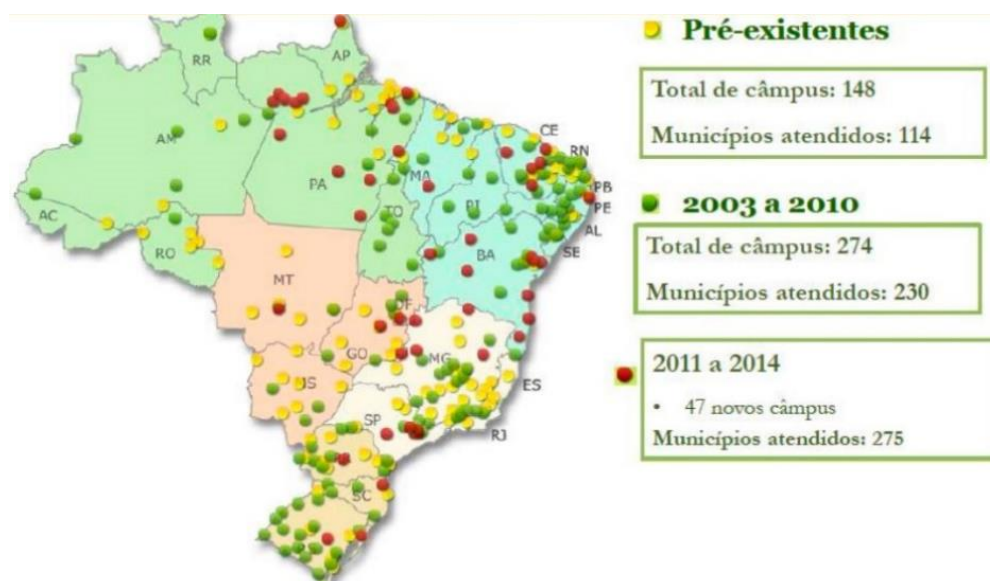
Desde os anos de 1960, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos e, posteriormente, no Brasil, o Estado passa a compreender a instalação de universidades e/ou campus de Instituições novas e/ou já existentes como uma estratégia de desenvolvimento urbano, e até mesmo regional, de áreas economicamente deprimidas e/ou degradadas do ponto de vista da morfologia/qualificação do espaço urbano.

Os dois autores, tanto Araújo (2014) como Baumgarther (2015), demonstram a importância da política de expansão do acesso ao ensino superior e técnico, Araújo (2014) enaltece a interiorização e o incremento no número de matrículas, ela o faz utilizando-se de dados como os expostos nas Figuras: Figura 23 e Figura 24.

¹³³ Estaleiros em: Pernambuco, Alagoas, Bahia e Maranhão; Hidroelétrica no Maranhão; Plantas de energia eólica: Bahia, Piauí, Ceará e Rio G. do Norte; Refinarias em Pernambuco e Ceará; Siderúrgicas: Maranhão e Ceará; Indústrias de celulose: Maranhão e Bahia; Indústria automotiva: Pernambuco e Bahia; Indústria petroquímica: Pernambuco, entre outras. (Araújo, 2014, p. 548 - 549).

¹³⁴ Entrevista realizada em 2 de abril de 2024.

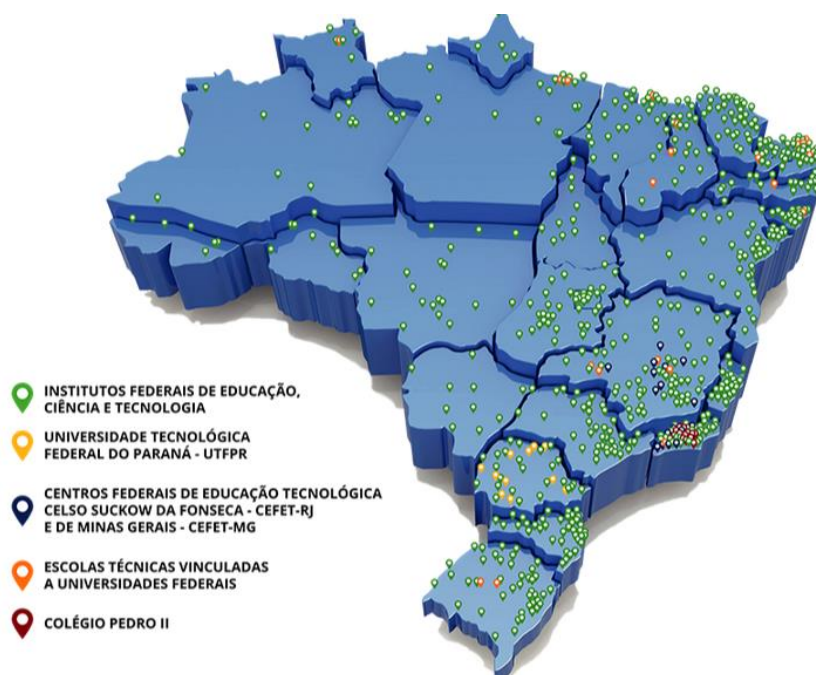
Figura 23 - Evolução do número de Campi das Universidades Federais: 2003 – 2014



Fonte: BRASIL/MEC (2014)

Em 2025 o País possui 69 Universidades Federais e 314 Campi e, como a Figura 23 demonstra, realmente estão espalhados por todos os Estados e regiões, comprovando a interiorização. Atualmente possui, também, 38 Institutos Federais de Educação – IFs e três Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, ao todo a Instituição conta com 644 Campi. A Figura 24 demonstra o quanto a expansão e a interiorização dos IFs foram significativas.

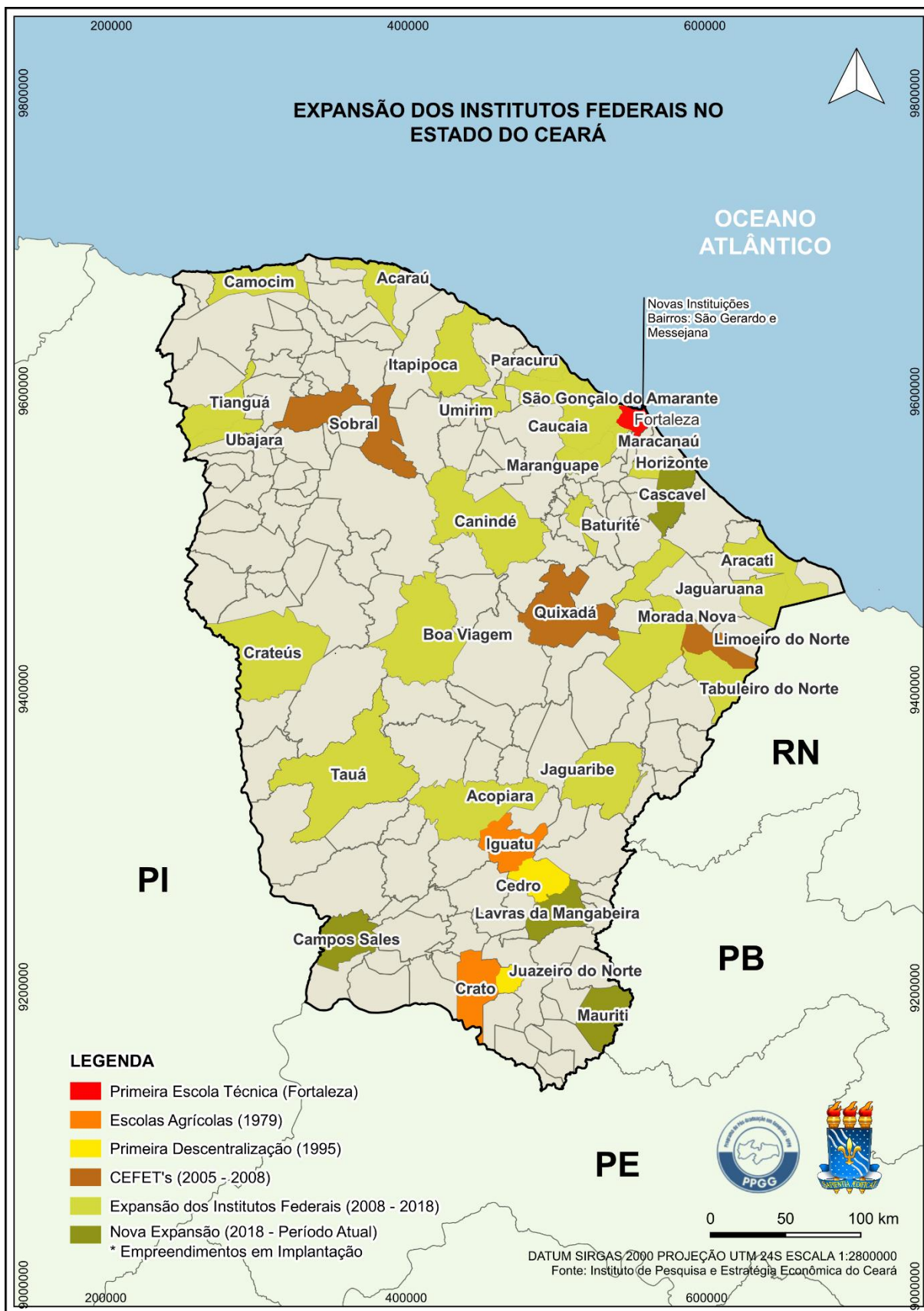
Figura 24 - Expansão dos IFs: 2008 – 2022



Fonte: BRASIL/MEC (2018)

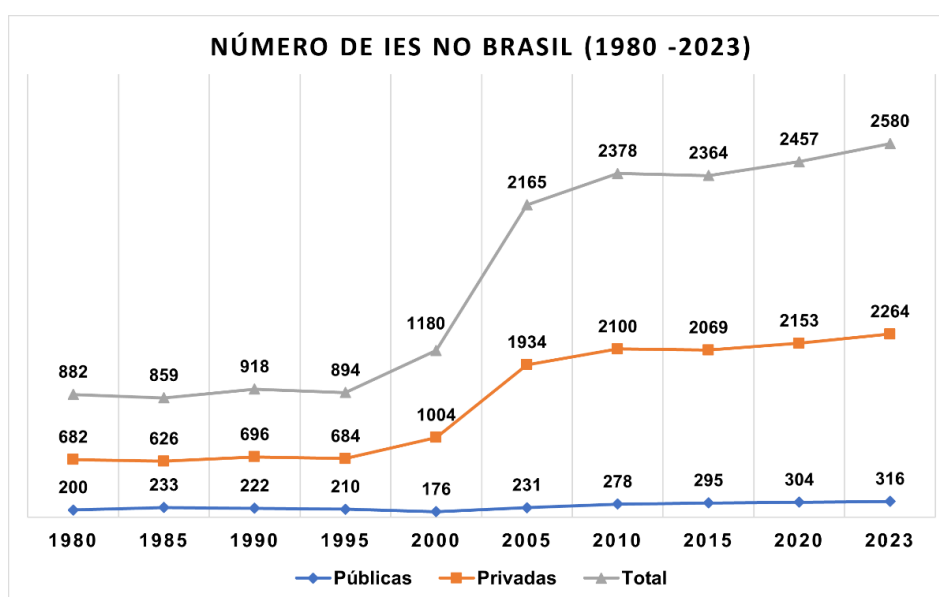
No Ceará atualmente funcionam 35 Campi, incluindo a Reitoria e o Polo de Inovação, ambos em Fortaleza, logo, na capital funcionam três Campi. O Mapa 12 comprova a expansão e interiorização no Estado, sendo que esta tende a se ampliar, pois, em 18 de outubro de 2024, foi assinada, pelo Ministro da Educação Camilo Santana e pelo Reitor do IFCE Wally Menezes, a ordem de serviço para a elaboração do projeto de estudos preliminares para a instalação de 6 novos campi distribuídos nos municípios de: Fortaleza (Bairros: Messejana e São Gerardo); Cascavel; Campo Sales; Lavras da Mangabeira e Mauriti. (Brasil/MEC, 2024a). O Mapa 12 traz o processo de expansão das Escolas Técnicas, Escolas Agrícolas, CEFETs e a partir de 2018, com a transformação de todas em Institutos Federais, destes no Ceará.

Mapa 12 - Expansão dos Institutos Federais no Ceará ao longo do tempo



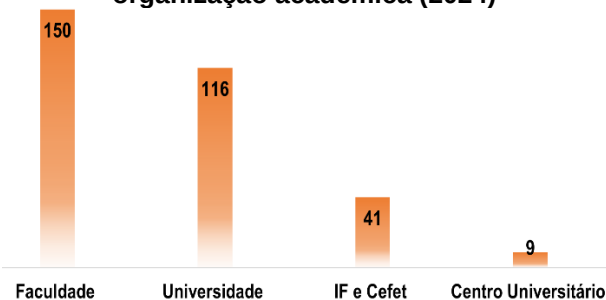
O incremento na oferta de vagas no ensino superior, no entanto, não é resultante apenas da expansão das IES públicas, mas, especialmente, do crescimento do número de Instituições privadas, possibilitado ou reforçado por programas de financiamento de mensalidades como o: PROUNI e o FIES. O Gráfico 2 demonstra que, tomando como referência o quantitativo total de IES no País em 2023 em comparação com o do ano 2000, em 13 anos, houve um incremento de: 1.400 novas IES no Brasil, aumento de fato considerável, chegando ao fim de 2023 com o total de: 2.580 IES.

Gráfico 2 - Evolução no Número de IES públicas e privadas (1980 – 2023)



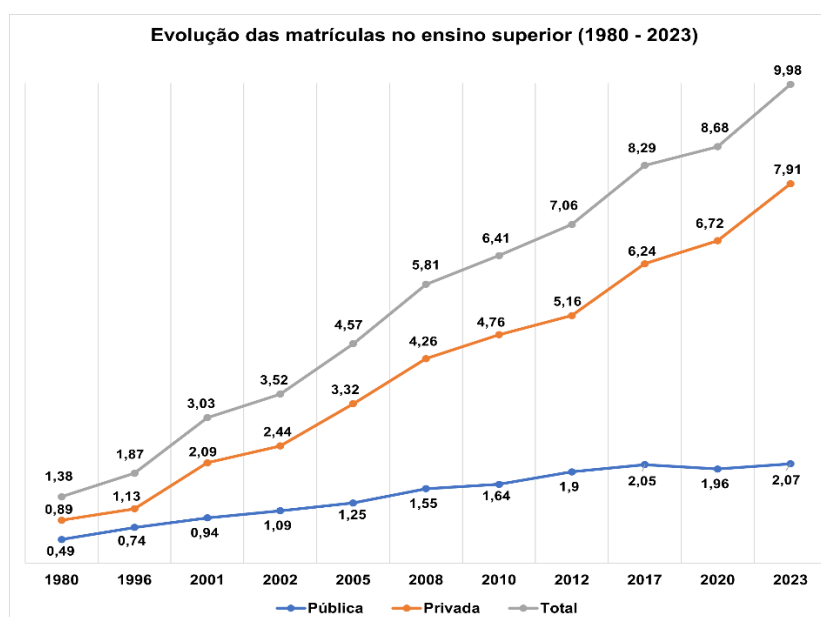
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INEP e do SEMESP (2025)

Estas Instituições se dividem, quanto ao tipo de organização acadêmica, em: Faculdades (1.941); Centros Universitários (393); Universidades (205); Institutos Federais de Educação – IFs (38) e Centros Federais de Educação – CEFETs (3), totalizando: 2.580 IES. Os Gráfico 3 e Gráfico 4 trazem os quantitativos, dividindo-os entre as esferas privada e pública.

Gráfico 3 - IES Privadas por tipo de organização acadêmica (2024)**Gráfico 4 - IES Públicas por tipo de organização acadêmica (2024)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INEP e do SEMESP (2025)

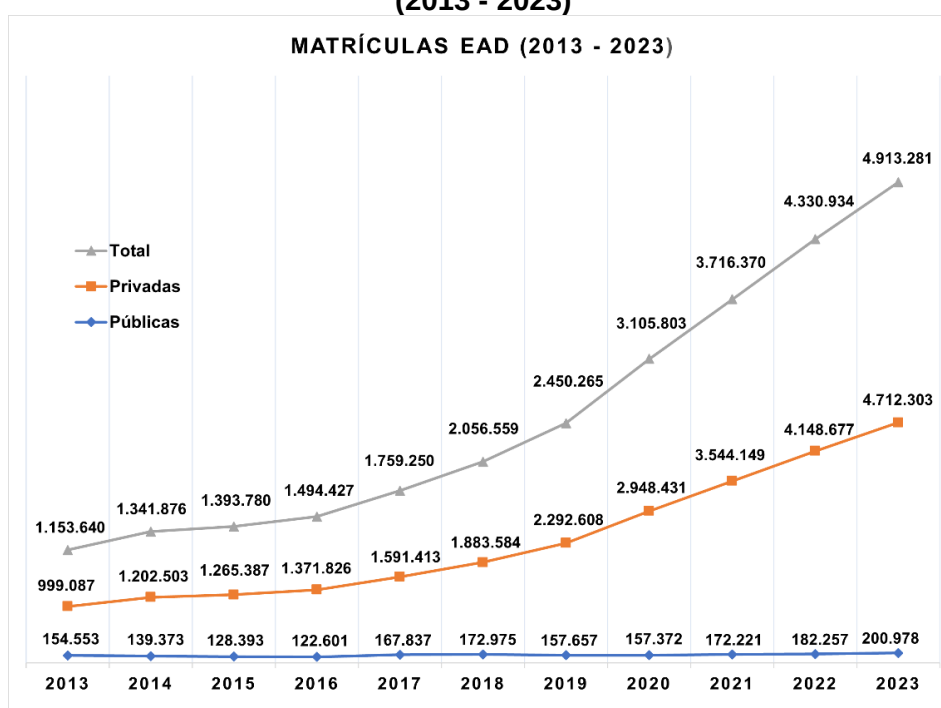
O Gráfico 5 traz a evolução no número de matrículas em IES públicas, privadas e o total, entre: 1980 e 2023. Por uma correlação óbvia, é possível notar como o número de matrículas, a partir dos anos 2000, acompanhou o crescimento no número de IES. Algumas medidas foram fundamentais para esta evolução, como a criação do PROUNI (2005); o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007); a criação dos IFs (2008); a aprovação do novo FIES (2010); a implantação do sistema de cotas (2012) e a publicação do Decreto nº 9.057/2017, que regulamentou o Art. 80 da Lei nº 9.394/1996 – LDB, quanto ao Ensino à Distância – EAD. (Brasil, 2017).

Gráfico 5 - Evolução das matrículas em IES públicas e privadas no País (1980 – 2023) (Valores em milhões)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INEP e do SEMESP (2025)

É importante ressaltar o peso da Educação EAD no incremento no número de inscritos no ensino superior. Atualmente essa modalidade representa: 49,3%¹³⁵ de todas as matrículas do País. O Gráfico 6 nos permite visualizar que desde 2013 o aumento tem sido constante, mas que ganhou especial impulso a partir de 2017, sobretudo nas IES privadas, enquanto as públicas apresentaram um acréscimo de apenas: 46.000 inscritos em todo o período (2013 – 2023), nessa modalidade, as privadas registraram um aumento de: 3.713.216, no mesmo intervalo de tempo. Em 2023 eram ao todo: 4.913.281 matrículas em Cursos EAD no Brasil.

Gráfico 6 – Matrículas em cursos EAD em IES públicas, privadas e o total (2013 - 2023)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INEP e do SEMESP (2025)

Baumgarther (2015a; 2015b, 2021), por sua vez, tem estudado outras dimensões ou resultados da expansão, no caso dele, em especial das Universidades Federais e com maior foco no Estado da Bahia, mas suas reflexões e conclusões sobre os efeitos da chegada dessas instituições em cidades médias e pequenas do interior do Estado serve de referência para análises em outras regiões, uma vez que o fenômeno da expansão do ensino superior foi nacional e abrangeu todos os estados, a exemplo do Ceará, e outras Instituições, a exemplo dos IFs.

¹³⁵ Esse percentual é comprovado a partir da comparação entre os valores totais demonstrados nos Gráfico 5 e Gráfico 6, no que se refere ao ano de 2023.

O autor tem demonstrado em seus trabalhos as transformações estruturais, econômicas e sociais que estas instituições têm causado. As primeiras dizem respeito às modificações urbanas em função da necessidade de ampliação da oferta de moradias para os Servidores e Estudantes que vêm de outras cidades ou regiões. As segundas se referem aos investimentos que são atraídos para a cidade em função do aumento da demanda de serviços, como: bares, restaurantes, áreas de lazer, serviços de saúde, de comércio, de transporte, dentre outros.

Ainda no aspecto econômico, algo que é demonstrado pelo autor para as cidades baianas, e que também já tivemos a oportunidade de comprovar para a cidade de Crateús no Ceará, em Dissertação de Mestrado (Silva, 2019), são os efeitos do montante de recursos financeiros que são inseridos nos mercados locais e regionais a partir dos gastos de parte dos salários dos servidores e dos recursos dos estudantes. Podemos, ainda, acrescentar os gastos diretos dos campi com a contratação de terceirizados, de serviços, e a aquisição de materiais.

Nem todos os resultados são positivos para a população local, pois a chegada de mais pessoas e a injeção de mais recursos na economia tende a expandir a demanda e a inflacionar os preços, em especial o da moradia, fazendo com que ocorram deslocamentos de famílias de áreas mais bem estruturadas para periféricas em função do aumento no valor dos imóveis e aluguéis. Outras modificações constatadas se referem aos aspectos sociais, políticos e culturais. (Baumgartner, 2015b).

A chegada de professores e estudantes de outras regiões e cidades, especialmente quando maiores, tende a influenciar comportamentos e costumes, trazendo novas perspectivas, novas formas de agir, mas também podem gerar resistências locais. As ideias e o engajamento do corpo docente e discente em discussões sobre problemas locais e regionais tende a gerar modificações na política e o arregimento de grupos sociais menos favorecidos em prol de maiores direitos, o que normalmente desencadeará conflitos com as elites econômicas e/ou políticas locais.

Os servidores e estudantes vindos de cidades maiores, normalmente, são frequentadores de eventos culturais como: ida ao cinema, ao teatro, a feiras, a shows de estilos diversos, isso faz parte de uma certa rotina, logo, ao chegar em cidades médias e pequenas esse público tende a se incomodar com a falta ou a pouca frequência desse tipo de atividade. A maior parte das reclamações de professores e estudantes que não se fixam no interior se fundamenta na falta de alternativas de lazer

e na ineficiente infraestrutura de colégios (no caso de servidores que são pais) e de hospitais das cidades, algo comprovado por Baumgartner (2021) para a Bahia e Silva (2019) para o Ceará.

O último aspecto está relacionado aos encadeamentos para frente, ou propriamente aos resultados dos serviços prestados pelas Instituições, que não se restringem ou não devem se restringir apenas à formação, mas buscar a melhora da economia e da vida das pessoas a partir da inovação tecnológica. É o que Cassiolato (1999) define como economia do conhecimento e que deve estar a serviço do desenvolvimento de novos processos produtivos e de tecnologias. É a essa contribuição que se referem os entrevistados quando falam que as IES e os IFs devem ser indutores de desenvolvimento.

Estas Instituições são fundamentais, pois desempenham um papel central no novo contexto produtivo mundial, como já apontamos no capítulo 2¹³⁶, utilizando-nos das explicações de Amaral Filho (2001) sobre as novas formas de organização da produção industrial, a exemplo do: Distrito Industrial, do *Milieu innovateur* e dos Claustres, a produção atual exige forte investimento em pesquisa, formação e inovação. Esta constatação coaduna com o pensamento de Unger (2009) e o papel que atribui à educação e a expansão das universidades e IFs para o desenvolvimento do País e em especial do Nordeste.

Para o Autor, o Brasil vivencia com a expansão das IES e IFs uma oportunidade ímpar, mas ressalta que esta só será adequadamente aproveitada se as Instituições investirem em um modelo de formação pautado na pesquisa, na inovação, e não apenas na formação de base enciclopedista. Também destaca a necessidade da aproximação destas com as comunidades, com os problemas locais e regionais na busca do desenvolvimento de conhecimentos e técnicas que sejam úteis para a resolução dos problemas daquela realidade.

Essas últimas dimensões, a da pesquisa, da inovação e da extensão, seguramente são o grande desafio para a ampliação da contribuição dessas Instituições para o desenvolvimento regional, pois significam um novo degrau, um novo momento de enfrentamento dos problemas regionais, a partir da elaboração de diagnósticos sobre estes e da proposição de soluções. Mas o que se observa na pesquisa, pelo menos no que se refere aos IFs, é que a política chega no território,

¹³⁶ Capítulo 2 - O debate sobre o desenvolvimento regional: repercussões e aplicações no Brasil, no Nordeste e no Ceará.

mas de forma parcial. O potencial de transformação da Instituição é contido pela falta de recursos financeiros e de pessoal, como o exemplo citado do pequeno número de professores em áreas específicos dos cursos superiores.

A Professora Extensionista 9 (2025)¹³⁷, que teve a oportunidade de acompanhar todo o trâmite da implantação do Campus do IFCE em Crateús, expressa sua frustração quanto a não materialização do projeto de transformar a cidade em polo de desenvolvimento para a região a partir da chegada dessas instituições, e a causa precípua, para a entrevistada, é a falta de investimentos, pois:

Não é para ser um polo de desenvolvimento da região, então cadê? A quanto tempo que não recebemos recurso digno de capital para comprar um equipamento para um laboratório, a quantos anos nós não recebemos?! Então, Adílio, volto de novo para a conversa inicial, a política chega, mas pela metade, não se instala por completo, mas (...), você está sendo muita ingênua, é claro que tem que ser ao longo do tempo, os sujeitos têm que ir se apropriando dessa política e exigindo que ela se amplie, mas, Adílio, nós temos que ir pedir ao Deputado recurso, porque senão você não paga a merenda dos estudantes, como é que vamos estruturar um laboratório?.

Na última parte do trecho da fala da entrevistada, a referência à dependência de disponibilização de Emendas Parlamentares – EP por parte de Deputados para assegurar obras e o funcionamento do Campus denuncia a falta de uma política nacional que não deixe a manutenção das Instituições à mercê de interesses partidários, pessoais e pontuais.

No final da fala, a entrevistada cita a necessidade da apropriação da política pública pela população, esse, também, é um grande desafio na Região, pois existe o sentimento de descrença e desconfiança da população diante das políticas públicas, resultante da construção das relações e da espacialidade regional fundamentadas no coronelismo, no clientelismo, no patriarcado, na repressão e na violência. É como se essas políticas não lhes pertencessem.

É como se a gente precisássemos de um intermediário para aquela Instituição, sabe? Como se o IF não fosse nosso, entendeu? O IF é tanto, que ele não é nosso, sabe? [...] Nós fomos historicamente sujeitos que foram tão massacrados por esse coronelismo, sabe? Seja o político ou dos donos da terra que nós ainda não conseguimos fazer um diálogo aberto, fazer um diálogo democrático com essas instituições, estou dizendo nós enquanto região, o pensamento, o sentimento que eu tenho, enquanto região, é que não conseguimos fazer um diálogo democrático, progressista com essas Instituições, logo, elas também não conseguem conosco, porque muitas vezes chegam com o sentimento de paternalismo, de que nós precisamos ser

¹³⁷ Entrevista realizada dia 25 de fevereiro com Professora da área da Pedagogia que ao longo do tempo tem desenvolvido diversas atividades de extensão.

cuidados, precisamos ser protegidos, que precisamos ser levados, as vezes eu tenho essa sensação [...] eu vejo isso no meu cotidiano quando vou no Posto de Saúde ou quando vejo as pessoas chegarem ali no IF e: é de graça é?! (Extensionista 9, 2025 – entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2025).

Podemos constatar, a partir da fala da entrevistada, que o ato de se interiorizar passa, também, pela necessidade de apropriação dessas políticas públicas pela população. É primordial que as pessoas se sintam acolhidas e seguras nessa relação, para tanto é importante que os que fazem a Instituição não se coloquem em uma posição de superioridade, apresentando-se como os cuidadores, os desenvolvedores de soluções para os problemas da população, sem, contudo, abrir espaço para ouvir as pessoas e o que de fato buscam e a partir disso desenvolverem pesquisas e projetos que estejam fundamentados na parceria, na troca de experiências, contribuindo efetivamente com a implementação de melhorias para os desafios regionais.

Por esse viés é possível constatar que a Instituição chegou, mas ainda não se interiorizou¹³⁸, existe o esforço do estabelecimento do diálogo com as comunidades regionais, com outros órgãos, no entanto, ressaltando, muito encabeçado por agentes isolados, mesmo assim, pelo que se constata da fala da entrevistada, a população ainda não se apoderou em plenitude dos serviços ofertados pela Instituição. A aproximação ainda é tímida e o diálogo com os produtores é limitado.

Outro elemento a ser ressaltado, e que foi recorrente na fala dos entrevistados de diferentes órgãos, é a falta de clareza quanto aos projetos de desenvolvimento para a Região e o papel de cada Instituição nestes, além da ausência ou pouco diálogo entre as diferentes esferas de poder e, como consequência, entre seus órgãos.

O Quadro 14 expõe o agrupamento de questões que dizem respeito à categoria: Cooperação Institucional e diálogo com as comunidades. Com essas perguntas buscamos verificar se existe a interação e, caso sim, com qual intensidade, além do desenvolvimento de parcerias entre o Campus e os demais órgãos públicos ou da sociedade civil que atuam na Região. Buscamos, ainda, averiguar se quando ocorre a interação, viabilizada pela extensão, esta se pauta pela troca de conhecimentos e pela elaboração conjunta de sugestões para os problemas regionais ou se o IF se coloca como o agente detentor do conhecimento nessa relação.

¹³⁸ Não se interiorizou em sentido amplo, envolvendo-se com a população local e com suas necessidades. (Campani; Holanda, 2020).

Quadro 14 - Agrupamento de Questões – Categoria Cooperação Institucional e diálogo com as comunidades

Nº	Pergunta	Categoria	Unidade de Registro e de Contexto (URC)
3	Os IFs, assim como as universidades, se expandiram com a missão de formar a população, mas o desenvolvimento de uma região demanda, além da formação, outras políticas públicas e a atuação de outros órgãos que cooperem para este fim. O Senhor(a) enxerga a existência destas políticas e o diálogo entre estes diferentes órgãos e agentes? Se sim, como ocorre?	Cooperação Institucional e diálogo com as comunidades	a) Atualmente não existe diálogo ou cooperação constante entre as diferentes esferas de poder e as Instituições da Região;
4	O caminho para o diálogo entre as Instituições de Ensino – IEs com a comunidade externa é através da extensão. Esta – a partir do que pensa Boaventura de Souza Santos, Marilena Chaui, Paulo Freire, dentre outros – deve prezar pela troca de experiências. O Senhor(a) acha que a política de extensão do IFCE preza por essa troca de experiências com a população e suas comunidades?		b) O diálogo e as parcerias quando ocorrem, em sua maioria, são fruto de iniciativas individuais e não institucionais;

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa empírica (2024 – 2025)

As Instituições com que tivemos contato pertencem a esferas distintas de poder (Federais, Estaduais, Municipais) ou a sistemas distintos (Públicos, Privados, da Sociedade Civil) e foram projetadas para atuar em setores específicos: Universidades, Faculdades e IF, na educação, pesquisa e extensão; BNB e SEBRAE, no fomento e apoio a empresas e empreendedores; EMATERCE, na promoção de assistência técnica e capacitação no setor rural; CREDE, na coordenação e supervisão das Escolas Estaduais; Sindicato dos trabalhadores, na representação e reivindicação dos interesses da categoria; Cáritas, na promoção da solidariedade e da justiça social, dentre outros exemplos.

A depender da área de atuação e das especificidades das atividades, é normal que alguns órgãos estabeleçam relações mais próximas, mas as entrevistas demonstraram que nem mesmo isso tem sido suficiente para que Instituições como a EMATERCE e o Sindicato dos Trabalhadores Ruais estabeleçam diálogo mais próximo e constante e o mesmo se aplica aos demais setores e órgãos, mas com especial destaque para o setor educacional, pois, segundo os Diretores das IES que atuam na Cidade, as últimas reuniões entre estas foi para definir quais os novos

cursos a serem instalados, com vista a evitar sobreposições¹³⁹.

O Diretor da CREDE 13/Crateús (2024)¹⁴⁰ ressaltou a importância das Licenciaturas implantadas no Campus do IFCE para o suprimento da demanda de profissionais para atuarem no ensino fundamental e médio da Região e destacou que quando da implantação dos cursos houve assembleias com representantes da sociedade civil e de outros órgãos para definirem quais seriam os cursos mais urgentes. Mas lamentou que esses momentos de diálogo tenham sido pontuais.

Ao ser indagado sobre o que pensava da relação e diálogo entre as diferentes Instituições que atuam na Região, mas com foco maior nas de educação, destacou:

ainda tem esse hiato entre as Instituições, nós temos conversado muito, mas por iniciativas individuais, de alguns professores, mas institucionalmente, se você perguntar se tem algum convênio, alguma discussão, algum foro, não tem, isso é fato, e as vezes até as Instituições de ensino ofertam algumas licenciaturas que nem talvez seja aquilo que para o desenvolvimento local seja o mais urgente, o mais necessário. (Diretor da crede 13/Crateús, 2024 – realizada em 16 de outubro de 2024).

A Secretaria de Educação do Estado, através da CREDE, tem a responsabilidade de reger o ensino médio e nessa função é a mais apta para informar às IES a demanda de licenciados por áreas e o perfil almejado do profissional para atuar nestas, o que justificaria a necessidade de contato mais constante. No que se refere à manutenção do diálogo e das parcerias, duas constatações estiveram sempre presentes na fala dos entrevistados: as iniciativas de contato e construção de parcerias, normalmente, são fruto de iniciativas individuais; são raras as iniciativas institucionais nesse sentido.

O Campus estabelece relações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a EMATERCE, com o SEBRAE, dentre outros órgãos, mas, normalmente, mediadas pela ação individual de alguns professores. A última iniciativa de unir essas Instituições em prol de pensar alternativas para o desenvolvimento regional foi o, já citado, Projeto Líder, encabeçado pelo SEBRAE. Os projetos de extensão no IFCE/Campus Crateús, como já demonstrado na Tabela 17, se concentram majoritariamente nas áreas da Cultura e Educação, dos 25 desenvolvidos, a primeira área congrega 9 e a segunda 8, totalizando: 17 projetos.

¹³⁹ Sobreposição se refere à oferta de um mesmo curso, superior ou técnico, por mais de uma instituição educacional em uma cidade ou região.

¹⁴⁰ Entrevista com o Diretor da: Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE. Realizada em 16 de outubro de 2024

O que demonstra que a extensão se concretiza muito mais por atividades de formação do que pela construção de parcerias em prol do desenvolvimento de tecnologias e soluções para os gargalos produtivos do setor pecuário, agrícola e da construção civil da Região, o que é o foco dos cursos de Bacharelado em Zootecnia e Técnicos em Agropecuária e Edificações, pois gerar inovação demanda recursos financeiros e a atuação conjunta de esferas de poder e de órgãos distintos, sem isso a extensão, torna-se resposta às imposições legislativas que as exige, mas a implementação fica a cargo de pessoas isoladas e os projetos acabam por possuir pouca repercussão prática.

Um exemplo de parceria institucional, firmada em 2019 e mantida até os dias atuais, que vem apresentando bons resultados é a entre o IFCE e a Cáritas Diocesana. A parceria visa:

- a) Desenvolver ações de qualificação profissional de grupos ou comunidades em situação de vulnerabilidade social;
- b) Animar e potencializar os processos formativos já existentes com as unidades de ensino (IFCE) de acordo com as áreas de interesse das entidades signatárias;
- c) Estimular o desenvolvimento de tecnologias sociais, que associam conhecimento técnico-científico às potencialidades e saberes populares das comunidades, permitindo soluções autogestionárias;
- d) Realizar assessoria técnica e articulações territoriais de grupos/comunidades acompanhadas, em especial, grupos/coletivos e redes de jovens, mulheres e suas comunidades;
- e) Fortalecer processos organizativos e identitários junto às comunidades tradicionais, como pescadores/as, agricultores/as, quilombolas e indígenas;
- f) Apoiar e Intercambiar as experiências de produção, beneficiamento, comercialização e consumo a partir das trocas de saberes entre grupos produtivos, redes e a academia;
- g) Apoiar e fomentar as iniciativas de comercialização solidária, apoio a Feiras, constituição e assessoria aos fundos solidários;
- h) Monitorar as ações realizadas a partir de indicadores sociais, técnicos, ecológicos e econômicos definidos com grupos, comunidades e parceiros, sistematizá-las, publicá-las de forma que sejam conhecidas como exitosas e possam tornar-se referências para políticas públicas. (IFCE; Cáritas, 2024)

Em Crateús, a parceria tem se consolidado a partir da organização da Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária, que abrange os territórios dos Inhamuns e Crateús. Parte das atividades são desenvolvidas no espaço do Campus do IFCE: exposições, palestras, apresentação de trabalhos, dentre outras. Soma-se ao suporte estrutural o envolvimento da comunidade acadêmica nas atividades da

feira. O evento é coordenado pela Cáritas de Crateús em parceria com a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Instituto Veredas, Prefeitura Municipal de Crateús e Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA). (Cáritas, 2024).

Figura 25 - Pôster de divulgação da XIX Feira da Agricultura Familiar (2024)



Fonte: Cáritas Diocesana de Crateús (Cáritas, 2024)

A feira da Agricultura Familiar é um grande evento que ocorre uma vez por ano, mas existem as feiras semanais:

tem uma que ocorre em frente ao Banco do Brasil duas vezes por mês, acho que a primeira e a última sexta feira, e tem outra que os movimentos sociais também fazem que é no terceiro sábado, então aqui em Crateús, por exemplo, tem três feiras no mês e além dessas férias tem um grupo do WhatsApp que reúne produtores e consumidores e você encomenda suas coisas e tal dia o produtor vem entregar, então tem essa facilidade. Aqui em Crateús tem muita produção e muito potencial de mercado para as feiras. Feira tem desde o início do mundo, mas nós fomos demarcando, Feira da Agricultura Familiar! Para separar da feria livre que não tem esses mesmos princípios. (Representante da Cáritas, 2024 – entrevista realizada em 27 de maio de 2024).

O contato com as comunidades tradicionais da região, a exemplo da Quilombola de Queimadas¹⁴¹, é viabilizado pela iniciativa de alguns professores e pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI. Que de acordo com as Professoras: Extensionista 7 (2025) e Extensionista 9 (2025), que já estiveram à frente do NEABI na Instituição, não se trata de extensão propriamente, pois o NEABI é um núcleo criado para atender às exigências das Leis: nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que tornaram obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira na educação básica e no ensino médio no País. (Brasil, 2003, 2008a).

Outro núcleo que se presta a auxiliar a Instituição no cumprimento de suas obrigações para com um grupo específico de pessoas é o: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que responde às exigências do Decreto nº 5.296/2004, que exige e garante acesso e meios de permanência para pessoas com necessidades especiais. (Brasil, 2004b).

O NEABI, vamos pensar, agora você tem que ter muito claro na sua cabeça que NEABI, NAPNE não são extensão, eles estão sob a área da extensão, porque não tem, inclusive, lugar na Instituição para eles, [...] no cabeçalho do regimento tem que pertencemos é a Direção Geral, a Reitoria, então [...] NEABI, pelo regimento é: pesquisa, extensão e ensino, se a gente quiser! Mas nossas ações são em sua maioria extensionistas mesmo, NEABI e NAPNE eles têm vocação extensionista pela sua composição, pelos seus interesses [...] mas eles não são extensão, não são ensino, não são pesquisa, são um núcleo de apoio ao ensino, a pesquisa e a extensão na perspectiva de articulação com as comunidades e permanência e êxito na educação, justamente para tensionar dentro do currículo, da pesquisa e da extensão esses elementos da educação das relações étnicas raciais, o que nenhuma Instituição consegue hoje dá conta nesse País. (Extensionista 9, 2025 – Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2025)

¹⁴¹ O Quilombo de Queimadas foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2005. A comunidade possui 96 famílias e uma população de aproximadamente: 1.403 pessoas. Desde 2005 que a comunidade reivindica junto ao: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a titulação sobre: 8.278,3254 hectares de terras. Outro fator a ser destacado é que parte do território em disputa está inserido na área do litígio entre o Ceará e o Piauí, o que traz insegurança jurídica e atrasa o processo. (SILVA, 2021).

Esta parceria e estes núcleos, mesmo que estes últimos não se configurem propriamente como extensão, se constituem veículos que se somam às demais ações e projetos de extensão na promoção da aproximação da comunidade externa com a Instituição. Mas é importante que essa aproximação se intensifique, que como recomenda Santos, B. (1999; 2011), a sociedade veja essas Instituições como representantes e defensoras legítimas de seus interesses.

Diante das históricas características de controle, repressão e modelação de discursos, de pensamentos e formas de agir que as instituições educacionais mantiveram ao longo do tempo, como bem descreve Foucault (1999b, 1999a) ao tratar da disciplina escolar como forma de controle e do trabalho das Instituições educacionais na criação e manutenção de discursos de poder, fazem-se urgentes transformações na forma dessas Instituições se relacionarem com as comunidades.

Santos, B. (2011) ao cunhar o conceito de conhecimento pluriversitário demonstra como a geração do saber pela universidade tem sido influenciada pelas demandas do mercado, portanto externas, e pelas pressões dos diferentes grupos sociais que passaram a exigir acesso a esta, além de mais atenção aos temas que dizem respeito à diversidade da sociedade.

Fleuri (2019) dá um passo a mais e sugere que não basta a abertura da universidade para a diversidade, mas que seja superada a posição de supremacia do discurso desta sobre o popular, permitindo que haja de fato o estabelecimento do diálogo entre a Instituição e os diferentes movimentos sociais. Na sua perspectiva o conhecimento é fruto da interação e resultado da práxis, logo, a troca de saberes é fundamental.

Esse passo no sentido da interação ele denomina de conversidade, para ele:

Não se trata apenas de construir uma narrativa que consolida sua coesão com base em opções e visões de mundo constituídas em uma única direção (uni-versidade). Não se trata também de meramente reconhecer a diversidade de opções e visões de mundo que constituem a realidade sociocultural do mundo contemporâneo (pluriversidade). Trata-se de construir e potencializar os múltiplos dispositivos, as diferentes estratégias, os variados processos, as várias linguagens e narrativas capazes de suscitar e sustentar a relação de mútua aprendizagem entre os diferentes sujeitos e entre suas respectivas culturas (con-versidade). (Fleuri, 2019, p. 49).

O passo que o autor propõe é o que possibilita a superação da valorização de uma única visão sobre o mundo, sobre as coisas (uni-versidade), mas não se restringindo ao reconhecimento e ao aceite de visões distintas (pluriversidade), mas

ao incentivo e a criação de meios para que haja uma comunicação efetiva entre esses diferentes grupos, impulsionando e valorizando o diálogo, a troca de experiências e a geração de conhecimentos (con-versidade).

O Coordenador de Extensão do IFCE/Crateús (2024)¹⁴² quando indagado se na sua percepção a extensão na Instituição permite essa troca de saberes e por consequência a retroalimentação da pesquisa, ensino e extensão, respondeu que:

o conhecimento é construído, também, durante a extensão, eu não tenho dúvida disso, pode parecer muito simples eu responder dessa forma, porque, claro, é o que a literatura de vanguarda ou mais progressista propõe, mas é impossível a gente pensar que ao ocorrer o contato proporcionado pela extensão, entre a Instituição de ensino e a comunidade, eu acho que é muito, assim, irrealista pensar que esse contato é uma via de mão única, é muito improvável. Eu falo como extensionista, porque não só o conhecimento popular, mas as próprias relações das pessoas com o conhecimento modificam a maneira como ele é visto e essa maneira como ele é visto e entendido é o conhecimento sendo construído de fato, então, claro, não adianta dizer que também não existe uma proposta de construir o conhecimento científico e compartilhar ele com a cidade, senão estaríamos negando a própria construção que se faz aqui dentro do Instituto. O caminho central da extensão é esse conhecimento ser trabalhado junto com a comunidade, porque esse conhecimento preso aqui dentro, a serventia dele é muito limitada, esse conhecimento faz sentido quando ele é compartilhado, eu acho que esse processo de compartilhamento é que dá ao conhecimento o seu real valor. (Coordenador de extensão do IFCE/Crateús, 2024 – realizada em 09 de abril de 2024).

O entrevistado ressalta a importância da Instituição como locus da geração de conhecimento, mas destaca que este é modificado e ressignificado pelos sujeitos a partir da interação, logo, a troca não se revela somente por meio do contato do conhecimento popular com o científico, mas pelos novos significados que este adquire em função da interação. Quanto a simultaneidade e retroalimentação da extensão, pesquisa e ensino disse que:

Depende, eu acho que em termos setoriais é segmentado, até porque os setores são separados e com atribuições muito específicas e acabam limitando a atuação de cada um, mas o setor de extensão não é a extensão, nem o de ensino o ensino e nem o de pesquisa é a pesquisa no IFCE, mas eu penso que é inevitável, não é verdade?! Se você pretende fazer bem o seu trabalho, enquanto extensionista, pesquisador ou professor, é inevitável [...] você pode até não está ciente disso, mas se você compreende a interlocução, a forma como esses três elementos se relacionam na prática, é muito difícil de separar mesmo, mas claro que se formos separar em termos didáticos, separar etimologicamente cada área, seguindo aquele círculo que você acabou de citar, talvez esse processo não seja tão fluido, até por falta de clareza das pessoas compreenderem esse processo, que não é tão simples,

¹⁴² Entrevista com o Coordenador de extensão do IFCE/Campus Crateús. Realizada em 09 de abril de 2024.

até porque envolve lidar com esses vários setores dentro da Instituição, mas na produção individual eu imagino que é muito difícil separar [...] porque é a mesma pessoa que está fazendo tudo, isso é a coisa curiosa, o extensionista é o professor e o professor é o pesquisador, também, se ela não pensa isso na mesma linha ela não tem nem vida, porque como é que trabalha isso tudo de forma independente? Então o Professor que está fazendo extensão ele faz na área de formação dele, que é onde ele tem conhecimento científico, de formação no Mestrado, no Doutorado, na pesquisa, e é também as disciplinas que ele ensina, então ele interrelaciona todos esses elementos, eu acho que isso é o mais comum de acontecer, aí na parte de tratamento do conhecimento é um reflexo disso. [...] Então eu acredito que na prática é quase impossível não acontecer. (Coordenador de extensão do IFCE/Crateús, 2024 – realizada em 09 de abril de 2024)

A estrutura burocrática separa essas funções, são setores distintos dentro da Instituição, o que pode causar a impressão de que são coisas que se processam de forma separada, mas como ressalta o entrevistado, as três funções são exercidas de forma concomitante, por mais que as vezes não simultâneas, pois o agente que as exerce é o mesmo, o professor, que acaba por imprimir suas preferências e identidade nas três.

O Quadro 15 traz perguntas que buscam captar a impressão dos entrevistados sobre o perfil da extensão do IFCE, guiando-se pela conceituação de Jezine (2002), que classifica os tipos de extensão em: assistencialista; mercadológica e acadêmica¹⁴³. A política de extensão do IFCE prevê 5 tipos de ações, como demonstrado no Quadro 10, programa, projeto, eventos, cursos e prestação de serviço.

Quadro 15 - Agrupamento de Questões – Perfil da extensão do IFCE

Nº	Pergunta	Categoria	Unidade de Registro e de Contexto (URC)
5	O conceito de extensão e a sua forma de execução se alterou ao longo do tempo, inicialmente pensava-se que era um meio de divulgação do conhecimento científico desenvolvido na universidade, depois assumiu um formato assistencialista; no liberalismo, mercantilista; e, em paralelo, a universitária de cunho mais social e de troca de saberes. O Senhor(a) acha que o IFCE por ser uma instituição de ensino técnico tende a privilegiar uma extensão de cunho mais assistencialista ou mercantilista?		a) O IFCE tem predominantemente uma extensão de cunho acadêmica; b) Tem um perfil misto, mas a extensão tecnológica ainda está muito centralizada nos grandes centros; c) A extensão carece de

¹⁴³ Assistencialista: voltada para a divulgação científica e para a prestação de alguns serviços gratuitos de assessoramento; mercadológica: que estabelece parcerias com o setor privado, no caso do IFCE é denominada tecnológica; e acadêmica, que persegue a troca de saberes e a aproximação do científicos com os populares, assim como a maior proximidade da universidade com as comunidades. (Jezine, 2002).

6	O Senhor(a) acha que a extensão no IFCE tem um perfil misto, atendendo ao mercado e ao social ao mesmo tempo, atribuiria um peso maior a alguma dessas dimensões?	Perfil da extensão do IFCE	maior atenção e sobretudo de financiamento;
7	Desde a criação do fórum de Pró-reitores, em 1987, que a luta por uma maior centralidade e financiamento para a extensão tem sido constante. Qual a sua impressão sobre essas discursões neste momento e no atual governo?		d) O diferencial da Instituição é sua verticalidade, a coexistência de multiníveis;
9	De uma forma mais ampla, algo que é sempre discutido é a identidade do IF, pois é multinível e oferta uma gama muito variada de cursos. O que no seu modo de ver pode ser o diferencial da Instituição e de que forma a extensão pode contribuir para essa diferenciação?		

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa empírica (2024 – 2025)

Os tipos de ações que preponderam em uma determinada unidade já revelam o perfil da extensão nesta desenvolvida, o Coordenador de extensão do IFCE/CRATEÚS (2024) quando indagado sobre isso ressaltou que:

por exemplo, aqui em Crateús a gente não desenvolve a prestação de serviços que seria uma das que é mais vinculada a essa questão mercadológica mesmo, então é porque o IFCE é muito diverso de acordo com os campi, eu tenho certeza que no Polo de Inovação ou em Limoeiro do Norte, que têm mais essa via empreendedorista, seria outra visão, mas aqui no Campus a gente tem pouco, até porque tem essa dificuldade de prestar serviços com os laboratórios, que seria uma das principais ações nesse sentido, nós temos laboratórios equipados para análise de solo, análise de mel, até o próprio estúdio de música, mas a viabilização disso como prestação de serviço efetivo à comunidade, inclusive com arrecadação é bem complicada, inclusive, estava tendo uma reunião semana passada sobre isso [...], mas aqui ainda não acontece efetivamente. Essa visão de mercado é mais recente, mesmo porque historicamente a visão de extensão é mais essa assistencialista. [...] Eu penso que, pelo menos no Campus, a gente está mais distante, talvez, dessa visão de mercado da extensão, até pelo perfil dos cursos, porque são muitos cursos de licenciatura e na licenciatura o perfil de formação e atuação da extensão é muito educacional e a visão de educação que é predominantemente vista é a cidadã e não só para o mercado. (Coordenador de extensão do IFCE/Crateús, 2024 – realizada em 09 de abril de 2024).

Mas o perfil varia em função do campus e de onde ele se localiza, como já ressaltado em outros trechos de entrevistas, os situados em grandes centros e com mais infraestrutura tecnológica tendem a estabelecer uma extensão mais alinhada com os interesses do mercado, então, se tomarmos a rede como um todo, o perfil poderia ser classificado como misto, mas a extensão desenvolvida no Campus de Crateús está mais voltada para formação e as demandas sociais.

Isso se explica pelo sistema produtivo da Região e o perfil do empreendedor local, que ao buscar o Campus o faz na intenção de que este lhe preste algum serviço

específico, como a análise de água, de solo, de leite, de mel, mas não possui recursos suficientes para estabelecer uma parceria que envolva o financiamento para o desenvolvimento de uma nova tecnologia ou técnica de produção que sirva à Região.

Temos essa constatação exemplificada na fala da Extensionista 9 (2025), que ao tecer críticas sobre a incongruência entre o discurso de promoção do desenvolvimento, a partir da inovação e educação que essas Instituições trariam, e o que se efetivou na prática, especialmente no que concerne a falta de investimento em infraestrutura física e de pessoal, diz:

Eu vejo que nós somos um Campus extensionista. Eu vejo que a extensão passa por alguns elementos interessantes, primeiro você precisa verificar que tipo de extensão você está falando, se é uma ação, se é um evento, se é um programa, se é um projeto, se é institucional ou se é pessoal! Os projetos Institucionais eles são muito pequenos na nossa Instituição e normalmente eles são entre campi, quando digo assim institucional é um projeto grande, que não seja utilitarista, mas numa perspectiva de desenvolvimento mesmo, ou eles são entre campi ou com Instituições externas, aí você vai verificar, assim, e o lugar? Que grandes parcerias Crateús pode proporcionar? Não pode! Com o Osvaldinho¹⁴⁴, o que ele quer é que o Campus proporcione pra ele, entendeu? O que eu estou fazendo é trazendo o Osvaldinho como exemplo, ele vai querer que o Campus possibilite um laboratório pra ele fazer análise do solo, para saber onde é possível plantar urucum, é isso que o Osvaldinho precisa, então aqui o Campus deveria ter recursos pra isso. O meu cunhado produz mel, ele, o Osvaldinho, não têm dinheiro para fazer uma parceria com o IF, para o IF desenvolver um laboratório. (Extensionista 9, 2025 – realizada em 25 de fevereiro de 2025).

Existe a demanda por alguns serviços que até extrapolam a função precípua da Instituição, mas se não há outro órgão na Região que os ofereçam, a população vai buscá-los no IFCE, é o caso da análise de água, de solo e de mel. O Diretor do IFCE/Crateús (2024), sobre esse ponto, disse que:

Apesar de a gente ser uma Instituição que todo mundo sabe que é de formação e capacitação, mas a própria sociedade demanda esses outros serviços, então porque que a gente foi atrás com relação de verificar a possibilidade dos nossos laboratórios ofertar determinado serviço, foi uma demanda da própria sociedade, com análise de água, com análise de solo, com análise de leite, com análise de mel, porque são produtos que são produzidos na Região e que se precisa dessas análises para subsidiar um melhor manejo, se está correto ou não, de agregar valor ao produto. Interessante que isso já vem de fora e aí a gente fica em uma situação, porque esse não é o fim da Instituição, mas a gente entende que é uma lacuna que a gente pode preencher, mas envolve muita coisa; capital humano, estrutura, insumo. (Diretor do IFCE/Crateús, 2024 – realizada em 26 de setembro de 2024)

¹⁴⁴ É um industrial e empresário do ramo de alimentos que atua na cidade, produz condimentos, temperos e sucos. Tem investido, em parceria com o SEBRAE, na consolidação de uma cadeia produtiva que tem no urucum o principal produto e no incentivo ao pequeno produtor o seu alvo, visando impulsionar a produção na Região.

Ainda de acordo com o entrevistado, a falta de recursos e a burocracia têm sido os maiores obstáculos para que tais serviços passem a ser oferecidos. O Campus não possui recursos financeiros regulares para a compra de reagentes e a Instituição não pode receber diretamente pagamento dos usuários dos serviços, logo, é necessário a existência de uma associação que receba os pagamentos e os repasse para o Campus. Outro fator é a necessidade de servidores que estejam à disposição para executar essas análises, o que é um problema devido ao insuficiente número de profissionais contratados.

Esse é apenas um exemplo de como a contribuição social que extrapole a formativa, e aqui enquadra-se a extensão, é minimizada por falta de recursos e pela burocracia. Como a extensionista 9¹⁴⁵ destacou, a política pública chegou, mas de forma parcial, desprovida dos recursos necessários e da falta de um estudo de potencialidade regional e de um projeto desse resultante que engajassem as Instituições e oferecesse a estas os meios necessários para suprir as demandas regionais, como a citada acima.

O Quadro 16 traz uma pergunta isolada que se refere especificamente as características do Campus de Crateús e que acaba influenciando na sua extensão, o seu significativo quantitativo de cursos superiores, 6 ao todo. A Tabela 17 já revelara que entre janeiro de 2022 e julho de 2024 foram registrados 23 projetos de extensão na Instituição e, como já ressaltado, a maioria se concentrando nas áreas da cultura e da educação, em função das 5 licenciaturas presentes na unidade, sendo que o destaque para a cultura é decorrente da presença do curso de música.

Quadro 16 - Agrupamento de Questões – Extensão no Campus de Crateús

Nº	Pergunta	Categoria	Unidade de Registro e de Contexto (URC)
8	No que se refere, em específico, ao Campus de Crateús, possui uma particularidade, tem 6 cursos superiores e apenas 4 técnicos, sendo apenas um integrado, no caso, Química. O Campus possui muitos cursos e projetos de extensão. O Senhor (a) atribui o bom desempenho à quantidade de cursos superiores, uma vez que são esses que possibilitam a extensão?	Extensão no Campus de Crateús	a) O Campus do IFCE de Crateús é extensionista, apresenta bons números se comparados aos demais da rede; b) O bom desempenho está atrelado à quantidade de cursos superiores e às

¹⁴⁵ Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2025.

			características históricas da Região;
--	--	--	---------------------------------------

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa empírica (2024 – 2025)

Aliado ao quantitativo de cursos superiores que alçam o Campus à condição relativa de extensionista, em comparação aos demais da rede, está a presença e atuação dos movimentos sociais em Crateús e Região, herança da atuação de Dom Fragoso e de sua luta por menos injustiças e mais igualdade social, que de igual forma demandam das Instituições engajamento e parcerias em projetos de cunho social, a exemplo da Feira da Agricultura Familiar encabeçada pela Cáritas, mas que conta com a parceria de diversas instituições, dentre elas o IFCE.

A Pró-Reitora de Extensão do IFCE (2024) confirma tal constatação ao afirmar que:

Sim temos alguns campi aqui que como o Campus de Crateús que são muito extensionistas e a gente supõe que esses campi, que são naturalmente extensionistas, irão ter menos dificuldades de curricularizar a extensão, a gente parte desse princípio [...] é porque Crateús é uma cidade onde há uma interação muito grande dos movimentos sociais, uma relação muito grande da universidade com a Cáritas, com a agricultura familiar, com a agricultura circular. (Pró-reitora de extensão do IFCE, 2024)

Dos possíveis tipos de ação: Programa, Projeto, Curso e Evento, no recorte temporal de janeiro de 2022 a julho de 2024, foram desenvolvidos no Campus: 23 Projetos, 2 Cursos e 29 Eventos. Não houve nenhum Programa registrado no intervalo. O Quadro 17 expõe o quantitativo, o tipo de ação, e os títulos dos projetos desenvolvidos.

Quadro 17 - Projetos de extensão desenvolvidos no IFCE/Crateús (2022 - 2024)

Tipo de ação	Qde	Área	Título
		Educação	A Voz do Egresso: instrumento de tomada de consciência e intervenção na realidade
		Trabalho	Feira da Agricultura Familiar e construção social de mercados nos Sertões dos Crateús: trabalho cooperativo entre IFCE e Cáritas Diocesana
		Educação	Educação bilíngue na formação do indivíduo surdo e ouvinte
		Tecnologia e produção	AGROIFNORDESTE - Programa de Residência Profissional Agrícola
		Educação	Projeto diversas

Projeto	23	Cultura	Quintas Diminutas
		Cultura	Coro Cênico Karatis
		Meio ambiente	Protetores de animais do IFCE
		Cultura	Sertão Sonoro - Temporada 1
		Educação	Estágio Supervisionado de Geografia do IFCE: Construindo pontes, desbravando fronteiras do conhecimento em Crateús
		Trabalho	Feira da Agricultura Familiar e construção social de mercados nos Sertões dos Crateús: trabalho cooperativo entre IFCE e Cáritas Diocenana
		Meio ambiente	Protetores de Animais do IFCE 2022
		Cultura	Ciranda Coral Cratéus 2022: coral infanto-juvenil em parceria com o CRAS I
		Educação	Acompanhamento de Egresso Campus Crateús
		Cultura	Projeto diversas
		Cultura	Coro Cênico Karatis 2022
		Cultura	Crateús Instrumental-Fusion-Jazz (Crateús IFJazz) - 2022/2023
		Cultura	Quintas Diminutas (2022)
		Saúde	Projeto Social IFCE/IKBB de Iniciação ao Basquetebol.
		Saúde	Projeto Luta e Cultura
		Cultura	Cineclube Terça Diversa
		Tecnologia e produção	Ações de Fortalecimento da Apicultura nos Sertões dos Crateús
		Educação	Projeto AGROIFNORDESTE: promovendo a assistência técnica em unidades produtivas de base familiar no contexto da extensão rural participativa

Fonte: Página do SIGPROEXT/IFCE (2025)

Quanto aos cursos de extensão ofertados no período foram os expostos no Quadro 18.

Quadro 18 - Cursos de extensão ofertados no IFCE/Crateús (2022 - 2024)

Tipo de ação	Qde	Área	Título
Cursos	2 ¹⁴⁶	Tecnologia e Produção	Projeto espaço 4.0 - ambiente favorável para capacitação de jovens no campus Crateús: introdução à programação
		Tecnologia e Produção	Projeto espaço 4.0 - ambiente favorável para capacitação de jovens no campus Crateús

Fonte: Página do SIGPROEXT/IFCE (2025)

¹⁴⁶ É o mesmo curso ofertado em anos distintos.

Os eventos promovidos no período são os expostos no Quadro 19. Os títulos e as áreas estão muito alinhados com o que é desenvolvido pelos projetos e com o perfil dos cursos que são ofertados, concentrando-se majoritariamente nas áreas de educação, cultura e meio ambiente. Dentre os eventos, alguns já fazem parte da agenda anual do Campus, é o caso da Feira da Agricultura Familiar e o Universo IFCE, são dois grandes eventos que envolvem todos os cursos da Instituição.

Quadro 19 - Eventos desenvolvidos no IFCE/Crateús (2024 - 2025)

Tipo de ação	Qde	Área	Título
Evento	29	Trabalho	XIX Feira Regional da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do Território Inhamuns e Crateús
		Educação	Lélia Gonzalez: repressão em raça e gênero
		Educação	10º Torneio de xadrez do IFCE campus Crateús _ IFCE-mate
		Educação	11º Torneio de xadrez do IFCE campus Crateús _ IFCE-mate
		Saúde	I Corrida de Rua do IFCE campus Crateús - Novembro Azul
		Cultura	I Festival da Cultura Popular do IFCE campus Crateús - Homenagem a Lucas Evangelista
		Educação	II Mostra de Jogos Inclusivos
		Educação	V Jornada da Matemática & VII Semana da Física
		Educação	No chão da escola: o papel da gestão por uma educação antirracista
		Educação	Universo IFCE 2023 - Campus de Crateús
		Meio ambiente	2º Fórum da rota do cordeiro dos sertões de Crateús e Inhamuns
		Meio ambiente	Dia Z - Dia do zootecnista: Tecnologias e Manejo para convivência com o semiárido
		Meio ambiente	Oficina de produção de sabonete de mel artesanal
		Meio ambiente	Boas Práticas de Higiene no Manejo de Cabras Leiteiras
		Meio ambiente	Dia de Campo CIDTS: Estratégias de Convivência com o Semiárido para Produção de Ruminantes
		Educação	Diálogos sobre diversidade sexual e de gênero: educação, direitos e políticas públicas
		Educação	No chão da escola: desafios da gestão escolar em tempos pandêmicos
		Cultura	Vivência Coral para a Melhor Idade

		Cultura	Coro Karatis: Apresentação Pública na Faculdade Princesa do Oriente
		Meio Ambiente	1º Fórum do empreendedor apícola dos sertões dos Crateús e Inhamuns
		Educação	No chão da escola: teoria e prática da gestão educacional
		Tecnologia e Produção	Técnica de fabricação do pão francês e suas variações.
		Educação	Capacitação em manejo de pequenos ruminantes

Fonte: Página do SIGPROEXT/IFCE (2025)

Destacamos, mais uma vez, que os professores as vezes desenvolvem atividades de extensão que não são registradas em função do tempo que esse registro exige e de toda a burocracia, então se o professor é extensionista, mas está com sua carga horária preenchida nos níveis que exige a legislação, por vezes, opta por não registrar, pois o tempo, a energia despendida na tarefa do registro já pode ser canalizada para outras atividades. Por outro lado, o professor que não está com a carga horária preenchida opta por registrar toda e qualquer atividade para se resguardar.

O Extensionista 8 (2025) reforça essa constatação ao afirmar que:

Nem todo mundo, Adílio, tem saco para está cadastrando atividade de extensão, seja um projeto, seja um programa de extensão, seja uma ação pontual [...] o coordenador de extensão, ontem, me encontrou e disse: tenho uma boa notícia, o prazo para poder avaliar um programa, projeto de extensão, pelo Sigproext, vai diminuir, não vai ser mais aquele tempo grande, a ideia é que em uma semana a gente avalie e autorize essa ação acontecer. Eu disse, legal, porque hoje tem uma cultura de trabalho no IF que é a do relatório, que a gente precisa comprovar nosso trabalho e a nossa produtividade, que não se dá por artigo, se dá por outra coisa, mas nem todo mundo tem saco para está cadastrando. Veja, eu fiz um evento da disciplina de Geografia cultural, nós realizamos um Cine geo dos Sertões de Crateús, a ideia era trabalhar a representação do Sertão no Cinema, no Teatro Rosa Moraes, a ideia era fazer 4 filmes, eu disse, isso aqui é extensão, eu vou cadastrar isso aqui, mas ia demorar certo período, aí eu desestimulei, sabe? [...] Eu posso te falar outras [...] pode ser que seja equívoco meu, mas só de pensar o processo, a demora! É muito ruim não fazer os registros, porque você tem uma atividade de extensão que ela não está registrada, então a própria Instituição acaba tendo um registro menor de extensão, e olha que nosso Campus tem muita extensão, mas eu acho os caminhos muito cansativos para registrar extensão aqui. (Extensionista 8, 2025 – entrevista realizada em 30 de janeiro de 2025).

O perfil da extensão desenvolvida no IFCE/Crateús é resultante da soma de alguns fatores: da maior parte dos cursos superiores ofertados serem licenciaturas e de terem passado pela validação social em assembleias, o que já exige uma certa

devolutiva social; pela existência do bacharelado em Zootecnia e do Técnico em Agrárias, que dialogam com o sistema produtivo regional, que é basicamente assentado sobre a agricultura familiar e o pequeno produtor, logo, estabelecem diálogo com o sindicato, com o MST e outros órgãos que atuam na área.

Soma-se a estes mais dois fatores: o caráter histórico da Região, que a partir do trabalho de Dom Fragoso conseguiu instaurar uma cultura de organização social, resultando na atual presença no território do: MST, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos Quilombos, da Cáritas, dentre outros. Trata-se de organizações que demandam das Instituições da Cidade e Região engajamento e contribuição em seus projetos e ações.

Por último, alguns agentes que são mais sensíveis às demandas dos movimentos sociais acabam se envolvendo em suas atividades e são estes que impulsionam a aproximação da Instituição com as comunidades e dessa forma executam e mantêm a extensão. Então, existem as parcerias institucionais, mas a maior parte das atividades são guiadas pela iniciativa de indivíduos isolados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo desenvolvimento regional e a função da expansão das universidades e criação e expansão dos IFs nesse processo. Partimos destas recentes políticas públicas, e do intuito de ambas contribuírem com o desenvolvimento regional e nacional, para elaborarmos o questionamento: em que medida estas têm alcançado êxito, especialmente, no caso dos Sertões de Crateús? Partimos deste questionamento inicial e mais amplo, para em seguida nos voltarmos para a análise do IFCE/Campus Crateús e suas possíveis contribuições regionais, a partir do: ensino, da pesquisa e, especialmente, da extensão.

Outros questionamentos se seguiram como desdobramentos do inicial: como foi o processo de escolha de Crateús para receber essas IES e se estas e seus cursos estão alinhados com os APLs; qual o nível de relação dessas instituições entre si e com outras públicas, privadas e da sociedade civil que atuam no território e com as comunidades e população em geral? Qual a percepção dos dirigentes de instituições, empresários, produtores e representantes das comunidades sobre os projetos de desenvolvimento para Região e o papel que atribuem às IES para o sucesso destes?

A tese proposta foi que a política pública de expansão das universidades e IFs, em associação com outras, possui o potencial de contribuir fortemente para o

desenvolvimento regional, mas que esta chegou no território dos Sertões de Crateús incompleta, parcial, sem o investimento em estrutura física e de pessoal suficiente para realizar, em plenitude, o seu potencial.

Para tanto, partimos do estudo sobre a evolução das teorias que tratam do desenvolvimento regional, constatando que estas se deslocaram, ao longo do tempo, do pragmatismo do planejamento exclusivo governamental para a necessidade de interação e participação da população em sua elaboração. Planejamentos exógenos, fundamentados em teorias formuladas para outros contextos, desvinculados das potencialidades, dificuldades e particularidades das diferentes regiões do País repetidamente foram malsucedidos.

A partir desta constatação passou-se a pensar em estratégias que dialogassem com as peculiaridades das regiões, deste contexto tivemos a criação de órgãos como a SUDAM e a SUDENE que passaram a pensar estratégias específicas para o Norte e o Nordeste. Expomos como as ações de intervenção no Nordeste, no Ceará e nos Sertões de Crateús se deslocaram, a partir da SUDENE, de hidráulicas para econômicas na busca pela infraestruturação do território e do incentivo à economia a partir da expansão da rede bancária.

Mas essas ações foram capturadas, em grande parte, pelo sistema político da época e acabaram beneficiando, sobretudo, políticos, empresários e grandes proprietários de terra, além de espacialmente terem se concentrado excessivamente nas capitais e em suas áreas metropolitanas, ficando a população do interior sujeita à migração em busca de qualificação e empregabilidade.

A partir da segunda guerra mundial foi observado uma gradual mudança no sistema produtivo mundial com a intensificação das trocas entre os países e com a evolução tecnológica e informacional, levando a uma nova configuração em que a competitividade não está mais fundamentada somente no volume da produção ou sua exclusividade, mas no que o objeto produzido possui de tecnologia e informação agregados.

Como decorrência deste contexto o investimento em educação, ciência e tecnologia ganha grande importância enquanto condição para que os países possam disputar mercados e desenvolver soluções para gargalos produtivos internos, além da qualificação da população e da busca pelo desenvolvimento de meios que melhore a qualidade de vida desta. A partir do início dos anos 2000, nos governos do PT, iniciativas são tomadas para expandir o acesso à educação superior e técnica.

A chegada de universidades e IFs no interior do país vem acompanhada da expectativa de que estas possam responder às necessidades contemporâneas de investimento em ciência e tecnologia e assim contribuam para o desenvolvimento regional e social mais igualitário. Mas como as teorias de desenvolvimento regional já apontavam, não basta a chegada das Instituições no território, é necessário que estas se integrem, que se apoderem das peculiaridades, das potencialidades e desafios deste.

Na perspectiva de Campani e Holanda (2020) é necessário que estas se interiorizem de fato, a partir da aproximação com o território, do entrelaçamento de suas atividades com as necessidades regionais, e isso é possível pelo diálogo com os setores produtivos e com as comunidades e os movimentos sociais como, também, defende Fleuri (2019).

Essa relação se dá pelo ensino, pesquisa e extensão, a escolha desta última como foco maior de nossa pesquisa se justificou por ser o elo que uni de forma mais ampla a instituição com a população e as comunidades. Os sertões de Crateús possuem uma economia baseada na agricultura de sequeiro, na pecuária extensiva de caprinos e bovinos, comércio varejista e serviços.

Crateús enquanto a principal cidade da região passou crescentemente, a partir de início dos anos 2000, a agregar além de outros serviços o de formação em nível superior e técnico a partir da ampliação da UECE/FAEC, e da chegada da UFC e do IFCE. A percepção das autoridades locais entrevistadas é que a chegada destes campi e suas instalações em extremos da cidade gera imediato desenvolvimento, pois impulsionam o setor imobiliário a partir do crescimento da malha urbana e todo o setor de serviços, pela chegada de inúmeros servidores e estudantes de outras cidades, o que aquece a economia local.

Esses são os efeitos mais rapidamente percebidos em cidades pequenas e médias do interior ao receberem um campus, são os encadeamentos para trás, mas existem os efeitos que são resultado da atividade fim destas instituições, que são: a formação, a pesquisa e a extensão, são os encadeamentos para frente. O que a pesquisa demonstrou é que se faz necessária a distinção entre estes, ou seja, entre os resultados da formação e os da pesquisa e extensão. (Mille, 2004) (Vieira, 2017).

O estudo sobre as atividades do Campus do IFCE/Crateús nos revelou que a contribuição do ensino para a melhora da formação de profissionais para atuarem nas escolas da Região é enaltecida e reconhecida, mas que essa contribuição não se mostra na mesma proporção nos cursos de Bacharelado em Zootecnia e Técnico

Agropecuário, por falta de condições estruturais e financeiras que permitam mais vivência de laboratório, mais aulas de campo e interação com os produtores da Região.

A pesquisa e a extensão padecem da mesma dificuldade, quantitativo de recursos estruturais e humanos insuficientes para que as pesquisas e ações de extensão tenham mais alcance e melhores resultados. O que observamos é o reconhecimento da importância da extensão a partir da legislação que instaurou a curricularização desta, mas ao mesmo tempo não há o incremento de recursos financeiros que permitam a plena efetivação.

O pequeno quantitativo de professores nos cursos superiores do Campus depõe contra a exigência de que se faça ensino, pesquisa e extensão de maior qualidade, a carga horária dos professores é muito alta, não lhes restando tempo para se dedicar a essas outras atividades. Essa configuração leva as instituições a se restringirem em demasia a função de formar e com isso a interação com o território via extensão acaba sendo guiada pela iniciativa de indivíduos isolados que se sacrificam e se sobrecarregam para estabelecer esses intercâmbios, sendo poucas as ações institucionais.

Constatamos que existem grandes projetos para a Região, com foco na irrigação e mineração, aliado a estes existem projetos que buscam fortalecer o setor pecuário e agrário, no entanto, há pouca informação por parte dos produtores e comunidades sobre estes. Uma reclamação recorrente foi a falta de comunicação entre os diferentes órgãos que atuam na Região e, em especial, entre os da educação.

Os cursos que são ofertados nas IES dialogam com os potenciais regionais, mas se restringem, em função dos poucos recursos, à formação de mão de obra para atuarem nestes, negligenciando-se dessa forma o potencial que a pesquisa e a extensão possuem para solucionarem problemas regionais. Então a tese de que a política pública de criação e expansão dos IFs chegou, mas incompleta e sem os recursos necessários, se confirmou.

A percepção é a da perda de oportunidade, pois as IES e os IFs levam até essas cidades interioranas um corpo docente qualificado, a maior parte formado em grandes centros, preparados para desenvolverem pesquisa e extensão de qualidade, mas para tanto é necessário que as políticas de desenvolvimento regional se interliguem, se comuniquem, que haja mais clareza sobre os objetivos e o que se pretende para a Região, mas que sobretudo haja recursos.

A pesquisa implicou na demonstração de como as diferentes instituições públicas, privadas e da sociedade civil que atuam em Crateús estão isoladas em suas funções, sem a devida comunicação e como as IES, a partir de seus cursos, estão sendo usadas para tornar viável, sem muitos questionamentos, os grandes projetos para Região. Serviu ainda para congregar e demonstrar a percepção de agentes de setores variados sobre as dificuldades de cada seguimento econômico e o que deve ser feito para a promoção do desenvolvimento regional, além do que pensam ser o papel das IES nesse processo.

Assim como para revelar os empecilhos estruturais, sejam financeiros ou burocráticos, que dificultam a realização da extensão na Instituição. Os IFs são jovens e possuem a particularidade de congregar diferentes níveis de formação: médio, técnico, superior e pós-graduações, o que é positivo no sentido da interação, mas ao mesmo tempo é um desafio para os profissionais que transitam por esses diferentes níveis, além de dificultar a realização mais efetiva de ações, pois a que é apropriada para um determinado público não é para o outro.

Constatamos ainda que além das dificuldades econômicas, estruturais e de comunicação, se impõe como obstáculo extra entre a Instituição e a população a falta de apropriação desta política por parte das comunidades, pois pelo histórico clientelista e autoritário da Região a postura preponderante é a da desconfiança, do receio do contato, de não se sentirem parte e nem merecedores, então cabe a Instituição dar passos constantes na direção da população.

A pesquisa avaliou o processo de chegada das Universidades e IF em Crateús e seus efeitos, mas de forma superficial, detendo-se mais fortemente no IFCE/Crateús e sua extensão, logo, existem variados aspectos das mudanças que essas Instituições têm causado na Cidade e Região que escaparam da análise ou foram vistos apressadamente ou superficialmente em função dos meios disponíveis para efetuar a pesquisa, dificuldade de contato com alguns agentes, número insuficiente de pesquisadores engajados no projeto, para torná-lo mais amplo e falta de financiamento.

Cremos, no entanto, que o trabalho trouxe importantes constatações sobre a real condição do funcionamento dos IFs no interior do País, em especial em Crateús/CE, e do que precisa ser feito para que essa política, associada a outras, possa revolucionar não somente a formação, mas a produção de ciência e tecnologia. Assim como demonstra aos dirigentes institucionais e representantes de outros seguimentos que é necessário a união e a comunicação mais intensa em prol de um

desenvolvimento socioeconômico mais amplo e sustentável.

Como possibilidade de pesquisas futuras apontamos: a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o trabalho de cada uma dessas IES; quais as pesquisas e projetos de extensão desenvolvidos por estas; qual o nível de relação que estabelecem com as comunidades; quais os efeitos para o urbano da estratégia de alocação dos campi em extermos opostos da cidade; quais as consequências da chegada das IES para a economia da cidade; verificação das mudanças sociais e culturais e de hábitos; averiguação de como as comunidades locais têm recepcionado e se relacionado com a acadêmica, dentre outras possibilidades.

Encerramos, por hora, esse trabalho com a expectativa de que estas Instituições que chegaram no interior do País passem a ter os meios econômicos e estruturais apropriados para desempenharem com plenitude suas atividades, podendo ofertar ensino de qualidade, mas também pesquisa e extensão. Que a qualidade passe a ser a métrica e não somente o número de unidades, desta forma essas políticas públicas surtirão os efeitos almejados.

REFERÊNCIAS

AGENTE POLÍTICO 1. **Entrevista com o agente político 1 - (Prefeito na época da Implantação do IFCE em Crateús)** Entrevista realizada em 01 de outubro de 2018 - Entrevistador: Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2018.

AGENTE POLÍTICO 2. **Agente político 2 - Fundador do PT em Crateús - Entrevista realizada em 27 de setembro de 2023 - Entrevistador: Adílio Costa.** Crateús: [s. n.], 2023.

AGENTE POLÍTICO 3. **Entrevista com o prefeito de Crateús em 2012 quando da ocasião da inauguração do campus - Entrevista realizada por Caio Paiva Fernandes (meu orientando de Graduação).** Crateús: [s. n.], 2021.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 50, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/73865167-391e-3683-bf7c-542c3c5f4aa4>. Acesso em: 20 nov. 2024.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, [s. l.], v. 23, 2001. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/fe0f676b-7f51-39fe-a8aa-fd886afbf9f1>. Acesso em: 8 nov. 2024.

ANDERSON, Chris. **A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia. **Nordeste: pólos de desenvolvimento**. 2. ed. Recife: Editora Brasiliense, 1970.

ARAUJO, Tânia Bacelar. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: EMIR, S. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 157–172. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=filetype%3APDF+10+ANOS+DE+GOVERNOS+P%C3%93S-NEOLIBERAIS+NO+BRASIL+>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ARAUJO, Tania Bacelar. **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas**. Brasília: Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDS, 2014.

BARBOSA, Francisco. No sertão cearense, população mantém a luta contra os danos deixados por mineradora. **Brasil de Fato**, [s. l.], 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/12/20/no-sertao-cearense-populacao-mantem-a-luta-contra-os-danos-deixados-por-mineradora?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 21 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARREIRA, César. Os pactos na cena política cearense: passado e presente. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], v. 0, n. 40, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72070/75310>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BARROS, Monyse Ravenna de Sousa. Camponeses do Sertões de Crateús: a seca e a exploração do trabalho. **CENTÚRIAS –Revista Eletrônica de História, Limoeiro do Norte –CE, v.1, n.1**, Fortaleza, p. 23–39, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/centurias/article/view/10255/9093>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BAUMGARTHER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, [s. l.], v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12013/9728>. Acesso em: 13 out. 2023.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: Análises Sobre o Processo de Instalação de Novos Campi Universitários. **Espaço Aberto**, [s. l.], v. 5, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2525/2585>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Geografias da educação superior. A expansão da Universidades Federais no Brasil e os impactos no espaço urbano de cidades médias e pequenas da Bahia. **Para Onde!?**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 35–56, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/108242/64032>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BELMINO, Sílvia Helena. **Sinta na pele essa magia: a propaganda turística do Ceará (1987 - 1984)**. Fortaleza: Imprensa universitária, 2018.

BOLSISTA 1. Entrevista com aluno do curso de zootecnia sobre a experiência enquanto bolsista no projeto: AGROIFNORDESTE - Programa de Residência Profissional Agrícola. Entrevistador: Adílio Costa. Crateús: IFCE, 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL, Secretaria de Comunicação Social. **Confira as ações e programas do Governo Federal.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Casa civil, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Decreto 6.095 - Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.** Brasília: Presidência da República - Casa Civil, 2007.

BRASIL. **Decreto Federal 19.851 de 1931: estatuto das universidades brasileiras.** Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1931a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto Federal 19.851 de 1931: estatuto das universidades brasileiras.** Brasília: Governo executivo federal, 1931b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Brasília: Casa civil, 2004a.

BRASIL. **Decreto nº 5.296.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2 dez. 2004b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.

Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 7.416, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. **Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos**: Brasília, n. 7.416, 30 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**: Brasília, n. 9.057, 25 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de jan. de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**. Rio de Janeiro: Governo Federal, 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **FIES Apresentação**. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria da Educação Superior - SESU, 2018a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198:apresentacao&catid=141:fies-financiamento-estudantil&Itemid=303. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. Lei 4.239. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. **Presidência da República - Congresso Nacional**: Brasília, n. 4.239, 27 jun. 1963a.

BRASIL. Lei 9.424 - Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Casa civil**: Brasília, n. 9.494, 24 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Lei 10.639. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Presidência da República**: n. Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Lei 11.645. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Presidência da República: Brasília, n. 11.645, 10 mar. 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 1.649 - Cria o Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências.** Rio de Janeiro: Casa civil, 1952. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1649-19-julho-1952-367252-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.995. Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências. **Presidência da República:** Brasília, n. 3.995, 14 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. **Câmara do deputados:** Brasília, n. 4214, 2 mar. 1963b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.** Brasília: Casa civil, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9649compilado.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Brasília: [s. n.], 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. LEI Nº 12.155, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. **Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos:** Brasília, n. 12.155, 23 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12155.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Lei Nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Cria o Programa Mais Médicos. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. **Casa civil:** Brasília, n. 12.871, 22 out. 2013. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12871.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.** Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Manual de Comunicação da Secom: Dotação orçamentária.** [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/dotacao-orcamentaria>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. **Minha Casa, Minha Vida completa 15 anos, abrindo portas para novos sonhos de conquista da casa própria.** [S. l.], 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/minha-casa-minha-vida-completa-15-anos-abrindo-portas-para-novos-sonhos-de-conquista-da-casa-propria?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. **Noções Básicas: cadastro único.** Brasília: Governo Federal: , Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à Fome, 2023a. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Cartilha/Cartilha_Nocoas_Basicas.pdf&ved=2ahUKEwj66qqj6SHAxUiqZUCHZs3CFQQFnoECCUQAQ&usg=AOvVaw3CqqaDN4WyQZL0L2_jGNG7. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha: Dados Acadêmicos - Classificação Racial, Renda, Sexo e Faixa Etária.** [S. l.], 2023b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9>. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. **Projeto Rondon: lição de vida e cidadania.** [S. l.], 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. **Relatório Final: grupo de trabalho interministerial para a redelimitação do Semiárido nordestino e do Polígono das Secas.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/relatorio_semi_arido.pdf&ved=2ahUKEwj14o_31PyJAX8rJUCHRgjlfQQFnoECDMQAQ&usg=AOvVaw0_bzRGUrtjakoLM3dXVPLg. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/30000-uncategorised/62611-resolucoes-cne-ces-2018>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzND BmZiJ9>. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL/CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia: José Guimarães**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141470/biografia>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL/CÂMARA FEDERAL. **Biografia: Eunício de Oliveira**. [S. l.], 2025a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74454>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL/CÂMARA FEDERAL. **Biografia: Inácio Arruda**. [S. l.], 2025b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74295/biografia>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL/MEC. **Expansão da Rede Federal**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 7 maio 2024.

BRASIL/MEC. **I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas**. Brasília: Ministério da Educação - MEC, 1987.

BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Ministério da Educação**: Brasília, n. 9.394, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf&ved=2ahUKEwjhlbuvy7SNAxVoqZUCHacQAOAQ-NANegQIMRAI&usg=AOvVaw3uvoMSlwte39Za_1LcEq3O. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL/MEC. **MEC assina autorização de projetos para 6 novos campi do IFCE**. [S. l.], 2024a. Disponível em: [assina-autorizacao-de-projetos-para-6-novos-campi-do-](#)

ifce?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL/MEC. Portaria nº 983, de 18 de novembro de 2020. Estabelece diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Ministério da Educação**: Brasília, n. 983, 18 nov. 2020.

Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3523/portaria-mec-n-983&ved=2ahUKEwj-gr30wuaLAXU7qZUCHceLFyoQFnoECBMQAQ&usg=AOvVaw0apf6AWhc7n_DJAvzBsNQW. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL/MEC. Portaria 750 de Julho de 2024. Revoga a Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020, que estabelece diretrizes complementares à Portaria MEC nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ministério da Educação: Brasília, n. 750, 30 jul. 2024b. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.gov.br/mec/pt-br/media/portaria_750_30072024.pdf&ved=2ahUKEwjdlXmwuaLAXWlpZUCHf04A3lQFnoECBMQAQ&usg=AOvVaw39QLoaFnazj6l1zzYKUOrE. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL/MEC. **REUNI: Reestruturação e expansão da Universidades Públicas Federais**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL/MEC/SETEC. **Chamada pública - MEC/SETEC - 001/2007 - De apoio para o plano de expansão da fase II da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2007.

BRASIL/SENADO. **Senadores**. [S. l.], 2025. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/615>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Globalização e ompetição: por que alguns Países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por que a poupança externa não promove crescimento. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 27, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/M8sfC5QWxKNVQ6xvzzkTPvz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRITO, Thaís. Maior mina de urânio do Brasil promete empregos, mas especialistas apontam risco de contaminação. **G1**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/01/13/maior-mina-de-uranio-do-brasil-promete-empregos-e-especialistas-apontam-risco-de-contaminacao.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2024.

CAMPANI, Adriana; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. Os programas de formação de professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA): aportes para refletir sobre A interiorização do ensino Superior. **UNIPLURIVERSIDAD**, [s. l.], v. 20, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/unip/article/view/339648>. Acesso em: 19 maio 2025.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. A Trajetória da Educação Profissional no Brasil e os Desafios da Construção de um Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. *In:* , 2009. **V Simpósio sobre Trabalho e Educação da UFGD**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/issue/view/255>. Acesso em: 4 nov. 2023.

CAPES, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Manual de Orientações Execução de Despesas do Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica – Profº Licenciatura**. Brasília: Capes, 2018. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Manual_de_Orientaes___Execuo_de_Despesas_do_Programa_de_Fomento.pdf&ved=2ahUKEwjgkbCX05mFAxVpq5UCHdqjDLQQFnoECCMQAQ&usg=AOvVaw3uxr3hb8AAzHwUq8eVPIIk. Acesso em: 28 mar. 2024.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. **A atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste**. Natal: EDUFERN, 2008.

CÁRITAS. **Crateús recebe a maior feira da agricultura familiar e economia solidária do Sertão dos Inhamuns**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://ce.caritas.org.br/noticias/crateus-recebe-maior-feira-agricultura-familiar-economia-solidaria-sertao-inhamuns?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 abr. 2025.

CASSIOLATO, José Eduardo. A Economia do Conhecimento e as Novas Políticas Industriais e Tecnológicas. *In:* INFORMAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO NA ERA DO CONHECIMENTO. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 164–190.

CASTELLS, Manuel; HALL, Peter. **Technopoles of the world: the making of 21st century industrial complexes**. Londres: Routledge, 1994.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/25192293-ddee-3859-9698-e234e0be7ee0>. Acesso em: 24 out. 2024.

CEARÁ. **Anuário do Ceará: 2024 - 2025**. [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/administracao-do-ceara/governo/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

CEARA. **Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/paginas/escritorio-de-direitos-humanos-e-assessoria-juridica-popular-frei-tito-de-alencar-efta?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 dez. 2024.

CEARÁ. **Obra do Lago de Fronteiras em Crateús torna-se alvo de ação popular na Justiça Federal; estamos em luta!** [S. l.], 2024b.

CEARÁ. **PPA: 2024 - 2025**. Fortaleza: Secretaria do Planejamento e Gestão do Governo do Ceará, 2023. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2023/07/8.-PPA-24-27-Caderno-Sertao-dos-Crateus-finalizado.pdf&ved=2ahUKEwioyYiJsfWKAxWkGLkGHaVSMS8QFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw06OSyd1hoBZ9k4fM4_FNnP. Acesso em: 13 jan. 2025.

CEPEDA, Vera Alves. O pensamento político de celso furtado: desenvolvimento e democracia. **Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, Buenos Aires, v.3, n. 9, p. 11–23, 2004. Disponível em: <https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/6232/pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 24, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CHAUI, Marilena de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD - Educação Temática Digital**, [s. l.], v. 17, n. 2, 2015.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Tradução de Carlisle W. Baskin. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.) (org.). **Geografia do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 67–198.

COORDENADOR DE EXTENSÃO DO IFCE/CRATEÚS. **Entrevista com o coordenador de extensão do IFCE Campus de Crateús. Entrevistador: Adílio Costa. Entrevista para a pesquisa de doutorado sobre a extensão no IFCE**. Crateús: 10 de abr. 2024.

COORDENADORA DE PESQUISA IFCE/CRATEÚS. **Entrevista com a Coordenadora de Pesquisa do IFCE/Crateús. Realizada por Adílio Costa**. Crateús: [s. n.], 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, José Jonas Duarte da. **Impactos socioambientais das políticas de combate à seca na Paraíba**. 2003. - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001303193>. Acesso em: 26 nov. 2024.

COSTA, Valeriano. Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. **Idéias**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.20396/ideias.v6i2.8649465>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CRATEÚS, Prefeitura Municipal de Crateús. **Galeria de gestores**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.crateus.ce.gov.br/galeriagestores.php?tp=1&desc=>. Acesso em: 6 jan. 2025.

CRATO, Governo Municipal. **Expocrato**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.crato.ce.gov.br/pesquisa.php>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CUNHA, Lenilda Soares. Extensão universitária brasileira: as tensões das propostas acadêmicas. *In*: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIÁLOGOS POPULARES. Recife: Editora universitária, 2002. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=EXTENS%C3%83O+UNIVERSIT%C3%81RIA+-+di%C3%A1logos+populares+-&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart. Acesso em: 6 mar. 2024.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, [s. l.], v. 32, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520/4015>. Acesso em: 13 nov. 2023.

DEMO, Pedro. **Extensão universitária: algumas ideias preliminares In: 1º Seminário: A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Fortaleza: Edições UFC, 1980.

DIRETOR DA CREDE 13/CRATEÚS. **Entrevista com o Diretor da CREDE13 de Crateús. Entrevista realizada por Adílio Costa**. Crateús: [s. n.], 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 fev. 2025.

DIRETOR DA EMATECE. Entrevista com o diretor da EMATECE de Crateús e região - Entrevistador: Adílio Costa. [s. l.], 2024.

DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA DE FORTALEZA. **Entrevista com o ex-Diretor Geral da Escola Técnica Federal e ex-Diretor Presidente do Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC de Fortaleza sobre as mudanças ocorridas na Instituição ao longo do tempo**. Entrevistador: Adílio Costa. Entrevista sobre a extensão no IFCE. Fortaleza: 2 de abr., 2024.

DIRETOR DA FPO. **Entrevista com Diretor da Faculdade Princesa do Oeste - FPO - Realizada por Adílio Costa**. Crateús: [s. n.], 2024.

DIRETOR DA UFC/CRATEÚS. **Entrevista com o Diretor da UFC - Campus de**

Crateús - Realizada por Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024.

DIRETOR DE ENSINO DO IFCE/CAMPUS CRATEÚS. Entrevista com o Diretor de Ensino do IFCE/Campus Crateús. Realizada por Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024.

DIRETOR DO IFCE/CRATEÚS. Entrevista com o Diretor Geral do IFCE Campus/Crateús. Entrevista realizada por Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024.
Disponível em: Acesso em: 5 fev. 2025.

DIRETOR DO SEBRAE. Entrevista com o Diretor do SEBRAE - Entrevista realizada por Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024.

DIRETORA DA UECE/FAEC. Entrevista com a Diretora da Faculdade de Educação de Crateús - FAEC/UECE - Entrevista realizada em 24/10/2024 - Entrevistador: Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024.

DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Dnocs: Apresentadas ações para construção da barragem Fronteiras (CE). [S. l.], 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/noticias/anterior/dnocs-apresentadas-acoes-para-construcao-da-barragem-fronteiras-ce?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 dez. 2024.

DOUGLAS, C. North. Instituições, mudança institucional e desempenho econômico. 1. ed. Campinas: Três estrelas, 2018. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/fe0f676b-7f51-39fe-a8aa-fd886afbf9f1>. Acesso em: 8 nov. 2024.

DURHAM, Eunice Ribeiro e HELENA, Sampaio. Ensino privado no Brasil. Documento de trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior – NUPES. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, p. 1–18, 1995. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjHgIOl1sOCAXUJCkGHTsrAi0QFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fsites.usp.br%2Fnupps%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F762%2F2020%2F12%2Fdt9503.pdf&usg=AOvVaw03Pbak1ET-Q7X8OC12frul&opi=89978449>. Acesso em: 13 nov. 2023.

EMPRESÁRIO 1. Entrevista com empresário do ramo da construção civil em Crateús. Entrevistador: Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024.

EMPRESÁRIO 2. **Entrevista com empresário do ramo da indústria de alimentos.**

Entrevistador: Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024. Disponível em:

https://www.renatoroseno.com.br/noticias/continua-luta-lago-fronteiras?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 dez. 2024.

ESCOLA, Brasil. David Ricardo. [s. l.], [s. d.]. Disponível em:

<https://brasilescola.uol.com.br/biografia/david-ricardo.htm>. Acesso em: 22 out. 2024.

EUGÊNIO, Carlos. Brasil Ecodiesel fecha em Crateús. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2009. Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/brasil-ecodiesel-fecha-em-crateus-1.287679>. Acesso em: 18 jul. 2024.

EXTENSIONISTA 1. **Entrevista com Professor extensionista do curso de Zootecnia sobre a produção e comercialização de animais na região. Entrevista realizada por Adílio Costa.** Crateús: [s. n.], 2024.

EXTENSIONISTA 7. Entrevista com professora extensionista que participa do projeto NEABI. Entrevista realizada por Adílio Costa. [s. l.], 2025.

EXTENSIONISTA 8. **Entrevista com professor da Geografia que desenvolve ações diversas de extensão.** Crateús: [s. n.], 2025.

EXTENSIONISTA 9. **Entrevista com Professora da área da Pedagogia sobre as suas experiências enquanto extensionista - Entrevista realizada por Adílio Costa.** Crateús: [s. n.], 2025.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 6. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FAUTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade, 2006.

FIOCRUZ. **Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1090>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Conversidade**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

FONTES, Ir. Cleide. **Rastros agrários: da terra o brotar da cidadania**. Fortaleza: Gráfica encaixe, 2014.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: maio 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU/MEC. PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **SESu/MEC - Rede Nacional de Extensão - RENEX**: Brasília, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos>. Acesso em: 1 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso - Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão - Tradução de Raquel Ramallete**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.

FPO. **Cursos de Graduação - FPO**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://fpo.edu.br/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FRAGOSO, Antônio Batista. **Boletim da Pastoral Operária**. Crateús: Pastoral Operária, 1973.

FRANÇA, Antonio Elias de. A Igreja popular de Dom Fragoso: 1964 - 1998. In: CRATEÚS: 100 ANOS - ACADEMIA DE LETRAS DE CRATEÚS. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. p. 323–363.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FREIRE, Paulo; CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. **Essa escola chamada vida**. São Paulo: Ática, 1985. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/393441308/Essa-escola-chamada-vida-Paulo-Freire-e-Frei-Betto>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: http://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GLOBO. **LULA NOMEIA MANGABEIRA UNGER MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**. [S. l.], 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1647505-5601,00-LULA+NOMEIA+MANGABEIRA+UNGER+MINISTRO+EXTRAORDINARIO+DE+ASSUNTOS+ESTRATEGIC.html>. Acesso em: 8 jan. 2025.

GOMES, Antonia Karla Bezerra. **Política de educação profissional e tecnológica: valiação das contribuições do IFCE para o desenvolvimento dos sertões de Crateús-CE**. 2020. 1–169 f. Dissertação - Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2020.

GOMES, Ciro Ferreira. **Projeto nacional: o dever da esperança**. 1. ed. São Paulo: Leya, 2020.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**, [s. l.], p. 1–18, 2016. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/2434>. Acesso em: 4 nov. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A, 1993.

GTDN, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - Conselho de

desenvolvimento. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/17760/1/FCLiv_Uma%20Pol%c3%adtica%20de%20Desenvolvimento%20Econ%c3%b4mico%20para%20o%20Nordeste_compl.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 2. ed. São Paul: Edições Loyola, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1145/858>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HIRSCHMAN, Albert O. **Uma Estratégia do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961. Disponível em: <https://compress-pdf.emapnet.com/download/compresspdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro: Sobral: conexão lugar/mundo.** 2007. 1–280 f. Tese - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwil8pyN9buCAxVALbkGHTxCBf8QFnoECAgQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8136%2Ftde-23102007-150426%2Fpublico%2FTESE_VIRGINIA_C_CAVALCANTE_HOLANDA.pdf&usg=AOvVaw0z58b6VEoWVJ81IE5nDqo5&opi=89978449. Acesso em: 10 nov. 2023.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022 População e Domicílios por situação urbana ou rural do domicílio - Resultados do Universo.** [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-e-domicilios-situacao-urbana-ou-rural>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IBGE. **Crateús.** [S. l.], 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crateus/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

IBGE. **Ranking**. [S. l.], 2022b. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 13 nov. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades - REGIC - 2008**. Brasília: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades - REGIC - 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IFCE. **IFCE em número**. Fortaleza: [s. n.], 2024a. Disponível em: <https://emnumeros.ifce.edu.br/>. Acesso em: 7 maio 2024.

IFCE. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024 - 2028**. Fortaleza: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, 2024b. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://pdi.ifce.edu.br/&ved=2ahUKEwj6ODQ9-iLAXWcqZUCHQA3PacQFnoECBMQAQ&usg=AOvVaw0Q4x0PTgfXKeKi3RWLVg76>. Acesso em: 28 fev. 2025.

IFCE. **Resolução 128 de 17 de novembro de 2023: aprova a política de extensão do Instituto Federal do Ceará**. Fortaleza: IFCE, 2023. Disponível em: https://ifce.edu.br/proext/politica_de_extensao_2022. Acesso em: 10 abr. 2024.

IFCE. Resolução nº 25 - Estabelece o Instrumental de avaliação para a criação de novos cursos do IFCE. Estabelece o instrumental de avaliação para a criação de novos cursos do IFCE. **Conselho Superior - CONSUP**: Fortaleza, n. 25, p. 174–191, 25 out. 2013. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://gestao.ifce.edu.br/attachments/download/299/PORTARIA-%2520N%25C2%25B0%252003%2520FEV%25202015018.pdf&ved=2ahUKEwjzlaqH3cWLAxVxlrkGHTiIDKgQFnoECBMQAQ&usg=AOvVaw2MXjreFaG7V01I-6DKSRAO>. Acesso em: 14 fev. 2025.

IFCE; CÁRITAS. **Relatoria do processo de acordo de cooperação entre IFCE e Cáritas brasileira regional Ceará 2019-2024**. Fortaleza: IFCE e Cáritas, 2024.

IFCE/CRATEÚS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2014 - 2018**. Fortaleza: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús, 2014. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/campus/crateus.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

IFCE/CRATEÚS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Crateús: Instituto Federal do Ceará - Campus Crateús, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/geografia/pdf/ppc-geografia-2022.pdf/@download/file/PPC%20Geografia%202022.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

IFCE/CRATEÚS-DAP. **Prestação de contas dos gastos de capital e custeio do IFCE/Campus Crateús**. Crateús: IFCE/Campus Crateús - Departamento de Administração e Planejamento - DAP, 2025.

IFPI. **AgroIFNordeste**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/agroifnordeste>. Acesso em: 5 jan. 2025.

INB, Indústrias Nucleares Brasileiras. **INB - Santa Quitéria – Consórcio Santa Quitéria**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.inb.gov.br/A-INB/Onde-estamos/Santa-Quiteria?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 dez. 2024.

INEP. **Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação: presencial e a distância - reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.

INFORMONEY. **Conheça a Brasil Ecodiesel, empresa líder na produção de biodiesel no Brasil**. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.biodieselbr.com/noticias/biodiesel/conheca-brasil-ecodiesel-empresa-lider-producao-biodiesel-brasil-23-10-06>. Acesso em: 13 nov. 2024.

INTERBRAND, consultoria global. **Veja a lista das marcas mais valiosas do mundo em 2024**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2024/10/10/pro/veja-a-lista-das-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2024/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

IPEA, Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada. **A população Rural e a**

Previdência Social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças

constitucionais. Rio de Janeiro: Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, 2000. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0759.pdf&ved=2ahUKEwi2xtqSrQKKAxVqlbkGHZM6MckQFnoECBUQA&usg=AOvVaw35H73M4qZ6tOiUYWHBk-6L. Acesso em: 11 dez. 2024.

IPEA. Texto para discussão: REGIC: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2021.

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/a31d89d9-a887-4268-a2de-0fc32cfa56d8/content&ved=2ahUKEwiDw8G7pueOAXsJUCHRNTAioQFnoECB8QAQ&usg=AOvVaw3zte91QcW4w3BVOre9xDBM>. Acesso em: 30 jul. 2025.

IPECE, Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômicas do Ceará. IPECE 20 ANOS. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2023. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/04/ipece_20anos.pdf&ved=2ahUKEwjyOimplGKAxUfFLkGHcHRJglQFnoECBcQA&usg=AOvVaw3anppAJHz5ZIRTAy2QtEaJ. Acesso em: 17 dez. 2024.

ISARD, Walter. Location and Space Economy: A General Theory Relation to Industrial Location, Market Areas, Land Use Trade and Urban Structure.

Cambridge: MIT Press, 1956.

JEZINE, Edineide Mesquita. A crise da Universidade diante da pós-modernidade

. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. João Pessoa - PB: Anais do I Congresso Brasileiro de Extensão - UFPB, 2002. p. 1–9. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/institucionalizacao/acrisedauniversidade.pdf&ved=2ahUKEwikr8C9w5uLAXVOrpUCHUChDXyQFnoECBcQA&usg=AOvVaw1qVTufogXx7kpWTzxd7Tn. Acesso em: 28 jan. 2025.

JOSEPH, A. Schumpeter. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro:

Editora Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: https://lbrlamaqui.com.br/wp-content/uploads/2021/02/14_Schumpeter-Capitalismo-socialismo-e-democracia-.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São

Paulo: Fundo de Cultura, 1936.

LEMOS, José Késsio; PACHECO, Cristina Carvalho. As crises do petróleo e a geoestratégia dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico entre 1945 e 1980. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2016v4n2p17/11339>. Acesso em: 24 set. 2023.

LIMA, Paulo Gomes. Ações afirmativas e universidade no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, [s. l.], v. 10, n. 39, 2012. Disponível em: 10.20396/rho.v10i39.8639730. Acesso em: 13 nov. 2023.

LIMA, Luiz Cruz. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

LIMA, Joselita Ferreira de. Extensão universitária: possibilidades de diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular. *In*: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIÁLOGOS POPULARES. Recife: Editora universitária, 2002. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=EXTENS%C3%83O+UNIVERSIT%C3%81RIA+-+di%C3%A1logos+populares+-&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart. Acesso em: 6 mar. 2024.

LÖSCH, Auguste. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Disponível em: <https://www.trama.ufscar.br/wp-content/uploads/2013/10/A-Acumula%C3%A7%C3%A3o-do-Capital.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

MAGALHÃES, Gabriel; LIMA, Rodrigo. **Para que(m) servem os institutos federais?** [S. l.], 2015. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/9148>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MALACARNE, Vilmar. A universidade no Brasil: da reforma de 1968 ao governo Lula – alguns apontamentos. **Revista Analecta**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2008.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2016.

MARANHÃO, Silvio. **Estado e planejamento regional: a experiência do Nordeste brasileiro**. Recife: CMS/PIMES, 1982.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARTINS, Aurineide Carvalho; SALES, Maria Ivane. **Resgate histórico: de Piranhas à Crateús**. 1. ed. Fortaleza: [s. n.], 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **La ideologia alemana**. Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.

MARX, Karl. **O capital - Livro I - O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friedrich Engels**. Campinas - SP: Navegando, 2011.

MATTOS, Luis Cláudio; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; BLACKBURN, Ricardo; SANTIAGO, Fábio dos Santos; MENEZES NETO, Jayme Bezerra de MENEZES NETO. A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. **Revista DeMA: Desenvolvimento e Meio Ambiente - Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens**, Vol. 55, p. 556-580. Curitiba, 10 dez. 2020. p. 1–25. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/72576>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MEC. **Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional**. [S. l.], 2024a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/formacao-inicial-e-continuada-ou-qualificacao-profissional>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MEC. Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. **Ministério da Educação: Brasília**, n. 492, 3 abr. 2024b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MEC. **Editais para novos cursos de medicina é alterado**. [S. l.], 2024c. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/editais-para-novos-cursos-de-medicina-e-alterado?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 jan. 2025.

MEC. **Mais professores para o Brasil**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MEDEIROS, Maria Auxiliadora de; DINIZ, Aldiva Sales. A Mina de Itatiaia em Santa Quitéria- CE: O Urânio e os Riscos da Exploração. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, [s. l.], v. 17, n. 1, 2015.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão popular. *In*: EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE: REFLEXÕES E VIVÊNCIAS DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR (ANEPOP). João Pessoa - PB: Editora CCTA, 2017.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: bases ontológicas. *In*: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIÁLOGOS POPULARES. Recife: Editora universitária, 2002. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=EXTENS%C3%83O+UNIVERSIT%C3%81RIA+-+di%C3%A1logos+populares+-&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar. Acesso em: 6 mar. 2024.

MEMORIAL VIRTUAL PAULO FREIRE. **Linha do tempo: Paulo Freire**. [S. l.], 2022. Disponível em: https://memorial.paulofreire.org/Linha_do_tempo/linha_do_tempo.html. Acesso em: 25 mar. 2024.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. **Verbete UNED (Unidade de Ensino Descentralizada). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/uned-unidade-de-ensino-descentralizada>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MILLE, Marylène. The university, knowledge spillovers and local development: the experience of a new university. **Higher Education Management and Policy**, [s. l.], p. 89–113, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227461468_The_University_Knowledge_Spillovers_and_Local_Development_The_Experience_of_a_New_University. Acesso em: 13 out. 2023.

MONIÉ, Frédéric; HOLANDA, Virgínia. **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA,**

DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: modernização, taylorização do território e políticas públicas inovadoras No município de Sobral, Ceará. Sobral: Departamento de Geografia da UFRJ em parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, 2001.

MORAES, José Maria Bonfim. Crateús e suas ferrovias. *In: CRATEÚS: 100 ANOS - ACADEMIA DE LETRAS DE CRATEÚS*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. p. 1–404.

MPC. Justiça acata teses do MP do Ceará e determina que mineradora suspenda imediatamente atividades poluidoras em Quiterianópolis. **Ministério Público do Ceará**, Fortaleza, 2024. Disponível em: https://mpce.mp.br/2024/04/justica-acata-teses-do-mp-do-ceara-e-determina-que-mineradora-suspenda-imediatamente-atividades-poluidoras-em-quiterianopolis/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 21 jan. 2025.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 59–87, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19574/11339>. Acesso em: 12 out. 2023.

MUNIZ, Altemar da Costa. **Trajetórias de vida, espaços de sociabilidade, e projeto político da burguesia “mudancista” cearense (1978-1986)**. 2007. 1–308 f. - Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp057998.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1963. Disponível em: <https://institutomyrdal.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/teoria-econoc3b4mica-das-regic3b5es-subdesenvolvidas.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil: estratégias do capital para educar o consenso. **Perspectiva**, [s. l.], v. 29, n. 1, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT’ANNA, R. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. *In: A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA: ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA EDUCAR O CONSENSO*. São Paula: Xamã, 2005. p. 19–40.

NOGUEIRA, Henry Antônio Silva; AGUIAR, Rucelino de Sousa; GISI, Maria Lourdes. A importância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a redução da desigualdade educacional no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/18005/16100/67719&ved=2ahUKEwj6n->

XPs-

CHAxVLqpUCHfe3MakQFnoECBIQAw&usg=AOvVaw1HrBWb93oGuggnHIC0JdP0.
Acesso em: 5 ago. 2024.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. *In*: ROSS, Jurandir L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2019. p. 291–326.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. 3. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2011. Disponível em:
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiDv9zmxemBAxWJPrkGHV8qAEQQFnoECAsQAQ&url=https%3A%2F%2Fedisciplinas.usp.br%2Fpluginfile.php%2F4970993%2Fmod_folder%2Fcontent%2F0%2FFrancisco%2520de%2520Oliveira%2520-%2520Cri%25CC%2581tica%2520a%25CC%2580%2520raza%25CC%2583o%2520dualista_O%2520ornitorrinco-Boitempo%2520Editorial%2520%25282015%2529.pdf%3Fforcedownload%3D1&usg=AOvVaw3kh_492KZpG4EKDI19vFTZ&opi=89978449. Acesso em: 8 out. 2023.

OLIVEIRA, Adilson Ribeiro. OS INSTITUTOS FEDERAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: entre gênese, concepção e desafios. *In*: OLIVEIRA, Adilson Ribeiro; XAVIER Gláucia do Carmo; SILVA, José Fernandes; OLIVEIRA, Shirlene Bemfica (org.). **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: da história à teoria, da teoria à práxis**. Curitiba: CRV, 2020. p. 27–44.

PACHECO, Eliezer. **OS INSTITUTOS FEDERAIS: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. *In*: SCHWARTZMAN, J. (org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PINHEIRO, George Bezerra. **A NOSSA VIDA ESTAVA TODA NO LUGAR” DESTERRITORIALIZAÇÃO E IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL: o caso da comunidade Palmares Vila II atingida pelo projeto da barragem lago de fronteiras em Crateús-CE**. 2022. 1–180 f. Dissertação - Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2022. Disponível em:
https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5024732.pdf?utm_source=chatgpt.com.

Acesso em: 28 dez. 2024.

PINTO, Aníbal Santa Cruz. Natureza e implicações da 'heterogeneidade estrutural' da América Latina. **El Trimestre Económico**, Vol. 37, No. 145, Fondo de Cultura Económica - México, p. 83–100, 1970.

PRADO, Luis Carlos Delorme. A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. **Revista Econômica**, [s. l.], v. 13, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34830>. Acesso em: 13 out. 2023.

PREBISCH, Raúl. CEPAL - Boletín económico de América Latina, vol. VII, nº 1. **Estudio económico de la América Latina**, Santiago - Chile, 1962. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstreams/50689718-2ada-4456-b409-70a661a61edc/download>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PRODUTOR 1. **Entrevista com produtor 1 - criador de caprinos e bovinos. Acompanhou o período do algodão na região. Entrevistador: Adílio Costa.** Crateús: [s. n.], 2024.

PRODUTOR 2. **Entrevista com produtor de caprinos, ovinos e bovinos e futuro impactado com o Lago de Fronteiras - Realizada por Adílio Costa.** Crateús: [s. n.], 2024.

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO DO IFCE. **Entrevista com a Pró-Reitora de Extensão do IFCE. Entrevistador: Adílio Costa.** Fortaleza: IFCE, 2024.

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO DO IFRS. **Entrevista com a Pró-Reitora de Extensão do IFRS. Entrevistador: Adílio Costa, realizada através do programa Google Meet.** Ipu: Realizada através da plataforma google Meet, 2024.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra. **Reestruturação socioespacial do Ceará: estado, política e sociedade.** 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, 2008. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_65860/reestruturacao_socioespacial_d_o_ceara-_estado_politica_e_sociedade. Acesso em: 31 ago. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REBOUÇAS, Osmundo Evangelista. Desenvolvimento do Nordeste: diagnóstico e sugestões de políticas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 10, n. 2, 1 abr. 1979. p. 189–430. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/2482/1638>. Acesso em: 4 dez. 2024.

REPRESENTANTE DA CÁRITAS. **Entrevista com representante da CÁRITAS de Crateús: Entrevista realizada por Adílio Costa**. Crateús: [s. n.], 2024.

RIGHES, Antônio Carlos Minussi; SARTURI, Rosane Carneiro. Concepção histórica dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: entrevista com Eliezer Moreira Pacheco. **Revista brasileira de História da Educação**, Maringá, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/1865>. Acesso em: 25 jun. 2024.

RIGHES, Antônio Carlos Minussi; SARTURI, Rosane Carneiro. Concepção histórica dos institutos federais de educação ciência e tecnologia. **Revista Brasileira de História da Educação**, [s. l.], v. 21, n. 1, 2021.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, Doris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RODRIGUES, Valéria Maria. O FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DEBATE SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/cfaf661d-be35-3083-9168-1b324f5c3a72>. Acesso em: 31 mar. 2024.

ROMANO, Roberto. A crise da universidade nos anos de FHC. Santa Catarina, p. 1–26, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/14411/13214/44532>. Acesso em: 15 maio 2024.

ROSTOW, Walt Whitman. **As etapas do crescimento econômico: Um manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8006208/mod_resource/content/0/Etapas%20do%20desenvolvimento%20econ%C3%B4mico_%20um%20manifesto%20n%C3%A3o%20comunista%20--%20W.%20W.%20Rostow%20--%201961%20--%20Zahar%20Editores%20--%20d27bf9dc783c8da635013d0c3af6472c%20--%20Anna%E2%80%99s%20Archive.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

SAMPAIO, José Levi Furtado. A mobilidade da população cearense e a reprodução produtiva. *In*: CARLEAL, Adelita Neto (org.). **Transições Migratórias**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002. p. 1–196.

SAMPAIO, Helena. Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808 -1990. **Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, [s. l.], v. 8, 1991. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiyl7SX0MOCAxVbF7kGHXp2By4QFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fsites.usp.br%2Fnupps%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F762%2F2020%2F12%2Fdt9108.pdf&usg=AOvVaw1R2Lkrsn8EEM00Hp6nFqYq&opi=89978449>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 11

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Economia espacial. São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, [s. l.], n. 79, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto - Portugal: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - USP, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 34, 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiqply40a2CAxW9VvEDHVLzAcwQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fbj%2Fbedu%2Fa%2FwBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP%2F%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Dpt&usg=AOvVaw1gKYatLTCy3E34Eu_zEUiR&opi=89978449. Acesso em: 4 nov. 2023.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 22, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/5NrXd8XXCZhtFshHQnzDNqp/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2023.

SEBRAE. **Agenda Líder: Sertões dos Crateús e Inhamus / CE 2040**. Fortaleza: SEBRAE, 2022.

SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil**. 15. ed. Brasília: Instituto Semesp, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-15/download/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/a31d89d9-a887-4268-a2de-0fc32cfa56d8/content&ved=2ahUKEwiDw8G7pueOAXUXsJUChRNTAioQFnoECB8QAQ&usg=AOvVaw3zte91QcW4w3BVore9xDBM>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SIDOU, Paulo Maria Othon. **Incursão no passado da Escola Técnica Federal do Ceará**. Fortaleza: ETF/CE, 1979.

SIGPROEXT/IFCE. **Sigproext - Pesquisa Pública**. [S. l.], 2025. Disponível em: https://sigproext.ifce.edu.br/acoes?utf8=%E2%9C%93&q%5Buo_id_eq%5D=19&q%5Bcoordenador_id_eq%5D=&q%5Btipo_acao_id_eq%5D=3&q%5Bstatus_eq%5D=&q%5Bid_eq%5D=&q%5Btitulo_cont%5D=&q%5Bacoes_equipas_matricula_or_acoes_equipas_nome_cont%5D=&q%5Bacoes_equipas_recebera_bolsa_eq%5D=&q%5Beditais_id_eq%5D=&q%5Bprograma_institucional_id_eq%5D=&q%5Barea_tematica_id_eq%5D=&q%5Blinha_extensao_id_eq%5D=&q%5Bdt_prev_inicio_gteq%5D=01%2F01%2F2022&q%5Bdt_prev_inicio_lteq%5D=&q%5Bdt_prev_fim_gteq%5D=&q%5Bdt_prev_fim_lteq%5D=31%2F07%2F2024. Acesso em: 18 maio 2025.

SILVA, Antônio Adílio Costa da. **A expansão dos Institutos Federais e seus rebatimentos na dinâmica socioespacial de Crateús/CE**. 2019. 163 f. - Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral, 2019.

SILVA, Maria do Socorro Sousa. A extensão universitária: da gênese aos desafios do presente. *In*: SILVA, Rejane Maria Gomes; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante (org.). **A expansão do ensino superior em debate**. Sobral: Edições UVA, 2018. p. 111–128.

SILVA, Flávio Machado e. A vinda do 4º BEC. *In*: CRATEÚS: 100 ANOS - ACADEMIA DE LETRAS DE CRATEÚS. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. p. 321–322.

SILVA, Francisca Maria Bezerra da. **Do tempo dos antigos aos tempos atuais: um estudo através de narrativas memoriais da história do quilombo de queimadas em Crateús – Ceará**. 2021. 1–60 f. Dissertação - Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2021.

SILVA, Edilson. **Justiça Federal cassa mandato do deputado estadual Jeová Mota, por improbidade**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://blogdoedilsonsilva.com.br/2024/06/justica-federal-cassa-mandato-do-deputado-estadual-jeova-mota-por-improbidade/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 14 jan. 2025.

SILVA, Maria Gomes da; CAMPANI, Adriana; PARENTE, Paulina Maria Mendes. A extensão universitária como pilar epistemológico da indissociabilidade na universidade. *In*: SILVA, Rejane Maria Gomes; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante (org.). **A expansão do ensino superior em debate**. Sobral: Edições UVA, 2018. p. 95–110.

SILVÂNIA, Claudino. Indústria muda vidas no sertão cearense. **Diário do Nordeste**, [s. l.], 2010. Disponível em:

https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/industria-muda-vidas-no-sertao-cearense-1.227986?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 23 dez. 2024.

SINDICALISTA 1. Entrevista com representante do Sindicato do Trabalhadores Rurais. Entrevistador: Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024.

SINDICALISTA 2. Entrevista com representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús. Entrevistador: Adílio Costa. Crateús: [s. n.], 2024.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de; SIFFERT FILHO, Nelson Fontes. Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas. **Revista do BNDS**, Rio de Janeiro. V. 8, N.16, dez. 2001. p. 79–118. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11779>. Acesso em: 15 set. 2023.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3306460/mod_resource/content/1/smith%20%281996%29%20a%20riqueza%20das%20nacoes%2C%20investigacao%20sobre%20sua%20natureza%20e%20suas%20causas%2C%20vol%201.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

SOUSA, Samuel Antônio Miranda de. Hierarquia urbana e regiões de influência das cidades: uma análise dos marcos teóricos e metodológicos com enfoque em Sobral-CE. In: ORGANIZADO POR VIRGÍNIA CÉLIA CAVALCANTE DE HOLANDA, Luiz Antonio Araújo Gonçalves, Glauciana Alves Teles. (org.). **A cidade média de Sobral/Ce: entrelaçando olhares, experiências e saberes**. Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, 2025. p. 21–48. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/view/contador_acesso.php?buscar=011500006081. Acesso em: 1 ago. 2025.

SOUSA, João Morais de; AZEVEDO, Andrea Carla de. Tania Bacelar - Celso Furtado: um intelectual com o pé no chão. In: CELSO FURTADO: A ESPERANÇA MILITANTE (DEPOIMENTOS): VOL. 2. [S. l.: s. n.], 2020.

SOUSA, Adrianycce Angélica Silva; MARINHO, Ellen Soares. Crítica a concepção de educação no pensamento de Boaventura de Sousa Santos. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [s. l.], v. 14, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51332/28279>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [s. l.], n. 16, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SOUZA, Francisca Leidiana de; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. Governo Juscelino Kubitschek e a Educação (1956-1961). **Cadernos do GPOSSHE On-line**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022.

SUNKEL, Osvaldo. Capitalismo transnacional y desintegración nacional en América Latina. **Ediciones Nueva Visión (Colección Fichas, vol. 6)**, Buenos Aires, p. 1–85, 1972.

TAYLOR, Peter James. **World City Network: A Global Urban Analysis**. Londres - Inglaterra: Routledge, 2004. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203634059/world-city-network-peter-taylor-ben-derudder?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 1 ago. 2025.

TEIXEIRA, Carlos Sávio. A economia política da transformação do nordeste: de Furtado a Unger. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 27, n. 70, p. 201–214, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000100014&lng=pt&tlng=pt.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é Privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 26, n. 63, p. 3–31, 1956. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/452>. Acesso em: 6 fev. 2024.

TRAMAS, Rede Trabalho, Meio Ambiente e Saúde. **CNDH aponta violação de direitos humanos em Projeto Santa Quitéria, de exploração de urânio no Ceará**. [S. l.], 2023.

TRECET, José. **TOP indústrias que movimentam mais dinheiro no mundo**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.rankia.pt/bolsa/top-11-de-industrias-que-movimentam-mais-dinheiro-no-mundo-e-como-investir-nelas/#>. Acesso em: 5 nov. 2024.

UECE/FAEC. **Número de matriculados por curso e número de cursos de extensão**. Crateús: Faculdade de Educação de Crateús, 2024.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Desenvolvimento do Nordeste como projeto nacional**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos Presidência da República, 2009. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/O_Desenvolvimento_do_Nordeste_como_Projeto_Nacional.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

UNGER, Roberto Mangabeira. Ensino e futuro. **Folha de São Paulo: Opinião**, [s. l.], 2006. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0404200607.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 7 jan. 2025.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Roberto Mangabeira Unger: O Nordeste pode reinventar o Brasil**. João Pessoa: [s. n.], 2020. Disponível em: https://disparada.com.br/mangabeira-unger-nordeste-brasil/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 jan. 2025.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **Indagando a organização do espaço regional de Crateús - CE**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, 2001.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? *In*: NETO, A.M; CASTRO, C, N; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 65–95. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9032>. Acesso em: 13 out. 2023.

VON THÜNEN, Johann Heinrich. **The Isolated State**. New York: Pergamon Press, 1966.

WEBER, Alfred. **Theory of Location of Industries**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

YIN, Robert K. Tradução: Daniel Grassi. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2. ed. Porto Alegre - RS: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevista Semiestruturada

1ª: A política pública de criação e expansão dos IFs objetiva contribuir para o desenvolvimento regional com ênfase nos APLs. O Senhor(a) acredita que esse objetivo vem sendo alcançado?

2ª: Os IFs foram criados a partir de uma lógica que buscava o desenvolvimento a partir do fortalecimento das potencialidades produtivas de cada região, ou seja, mirava a especialização. O Senhor(a) visualiza essa aproximação por meio de cursos, pesquisas e extensão junto aos produtores e comunidades?

3ª: Os IFs, assim como as universidades, se expandiram com a missão de formar a população, mas o desenvolvimento de uma região demanda, além da formação, outras políticas públicas e a atuação de outros órgãos que cooperem para este fim. O Senhor(a) enxerga a existência destas políticas e o diálogo entre estes diferentes órgãos e agentes? Se sim, como ocorre?

4ª: O caminho para o diálogo entre as Instituições de Ensino – IEs com a comunidade externa é através da extensão. Esta — a partir do que pensa Boaventura de Souza Santos, Marilena Chaui, Paulo Freire, dentre outros — deve prezar pela troca de experiências. O Senhor(a) acha que a política de extensão do IFCE preza por essa troca de experiências com a população e suas comunidades?

5ª: O conceito de extensão e a sua forma de execução se alterou ao longo do tempo, inicialmente pensava-se que era um meio de divulgação do conhecimento científico desenvolvido na universidade, depois assumiu um formato assistencialista; no liberalismo, mercantilista; e, em paralelo, a universitária de cunho mais social e de troca de saberes. O Senhor(a) acha que o IFCE por ser uma instituição de ensino técnico tende a privilegiar uma extensão de cunho mais assistencialista ou mercantilista?

6ª: O Senhor(a) acha que a extensão no IFCE tem um perfil misto, atendendo ao

mercado e ao social ao mesmo tempo, atribuiria um peso maior a alguma dessas dimensões?

7ª: Desde a criação do fórum de Pró-reitores, em 1987, que a luta por uma maior centralidade e financiamento para a extensão tem sido constante. Qual a sua impressão sobre essas discursões neste momento e no atual governo?

8ª: No que se refere, em específico, ao campus de Crateús, possui uma particularidade, tem 6 cursos superiores e apenas 4 técnicos, sendo apenas um integrado, no caso, Química. O campus possui muitos cursos e projetos de extensão. O senhor (a) atribui o bom desempenho a quantidade de cursos superiores, uma vez que são esses que possibilitam a extensão?

9ª: De uma forma mais ampla, algo que é sempre discutido é a identidade do IF, pois é multinível e oferta uma gama muito variada de cursos. O que no seu modo de ver pode ser o diferencial da Instituição e de que forma a extensão pode contribuir para essa diferenciação?

10ª: No entendimento do senhor (a), em que aspecto o IFCE Campus de Crateús mais tem contribuído com a região?

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –
PPGEO
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA,**

Os pesquisadores: Antônio Adílio Costa da Silva, sob a orientação do Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso, convidam você a participar da pesquisa intitulada “A EXTENSÃO NO IFCE DE CRATEÚS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Essa pesquisa tem como objetivo: investigar o papel atribuído à política pública de criação e expansão dos Institutos Federais de Educação – IFs para a promoção do desenvolvimento regional, a partir da análise do campus de Crateús e a forma como este tem, a partir do: ensino, pesquisa e, em especial, extensão, juntamente com outros órgãos, entidades e instituições, buscado contribuir para o desenvolvimento da região, perseguindo o propósito central da política pública de criação e expansão dos IFs, o desenvolvimento.

A metodologia da pesquisa se pautará, no que se refere à parte empírica, em visitas a campo e a realização de entrevistas com membros de diferentes setores que contribuem, a partir de sua atuação individual ou a partir de órgãos, com o desenvolvimento da região.

Dos riscos aos participantes: a pesquisa não oferece riscos físicos ou materiais aos participantes, mas pode oferecer algum nível de desconforto, por pautar-se em entrevistas, logo, para minorar este desconforto e deixar o entrevistado mais à vontade, serão feitos esclarecimentos prévios detalhados sobre a não exposição das informações em outros locais a não ser na Tese e a confidencialidade da fonte, os nomes não serão citados e nem tão pouco serão feitas descrições detalhadas de funções ou cargos que possam levar à associação do entrevistado àquela função ou cargo específico.

Dos benefícios para os participantes: acesso, a partir dos resultados da pesquisa, a um melhor diagnóstico sobre as potencialidades e entraves relacionados ao desenvolvimento da região, o que pode auxiliar na elaboração de políticas públicas mais coerentes com as necessidades locais e com maior potencial de sanar problemas da região, beneficiando a população e, lógico, os participantes da pesquisa. A depender do entrevistado e do setor em que atue, as informações da pesquisa poderão servir de guia para a tomada de decisões institucionais e pessoais frente aos desafios impostos ao desenvolvimento da região.

Contato do pesquisador: Antonio Adílio Costa da Silva; aluno de Doutorado do curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que pode ser contatado pelo e-mail: adiliocosta@ifce.edu.br e pelo telefone (88)997684373. Contato da Instituição: Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil Tel.: (83) 3216-7498. Horário de atendimento ao público: de: de 07h às 12h e de 13h às 16h de segunda à sexta.

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB: Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - Centro de Ciências da

Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB. Telefone: +55 (83) 3216-7791. E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br. Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h. Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, VOCÊ, de forma voluntária, na qualidade de PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu consentimento livre e esclarecido para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa – PB, ____de ____de____

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

ANEXO C - Aprovação da Pesquisa Pelo Comitê de Ética

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: A EXTENSÃO COMO POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE O IFCE CAMPUS CRATEÚS NO SERTÃO CEARENSE

Pesquisador: ANTONIO ADILIO COSTA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 82319124.5.0000.5188

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.784.119

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma tese de doutorado do aluno ANTONIO ADÍLIO COSTA DA SILVA, do Programa de PósGraduação em Geografia do CCEN/UFPB, sob a orientação do prof. DR. CARLOS AUGUSTO DE AMORIM CARDOSO.

Trata-se de um estudo de caso em que será verificado se a extensão desenvolvida pelo Instituto Federal do Ceará - Campus de Crateús se ajusta aos Arranjos Produtivos Locais - APL.

Objetivo da Pesquisa:

Na avaliação dos objetivos apresentados os mesmos estão coerentes com o propósito do estudo:

Objetivo Primário:

Investigar o papel atribuído à política pública de criação e expansão dos Institutos Federais de Educação e IFs para a promoção do desenvolvimento regional, a partir da análise do campus de Crateús e a forma como este tem a partir do: ensino, pesquisa e, em especial, extensão,

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

juntamente com outros órgãos, entidades e instituições, buscado contribuir para o desenvolvimento da região, perseguindo o propósito central da política pública de criação e expansão dos IFs, o desenvolvimento.

Objetivos Secundários:

- Pesquisar as diferentes concepções e implementações de projetos de desenvolvimento regional pensadas para o Brasil;
- Investigar o papel da política pública de criação e expansão dos IFs no projeto nacional de promoção do desenvolvimento regional;
- Verificar em que medida a criação e expansão dos IFs dialoga com outras políticas públicas na busca pelo desenvolvimento regional;
- Examinar em que medida a extensão e suas ações têm contribuído para a aproximação do campus com outros órgãos, instituições e a comunidade, na busca pela solução de problemas da região;
- Averiguar qual o perfil dos projetos de extensão desenvolvidos no campus e se dialogam com as necessidades das comunidades e os Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na avaliação dos riscos e benefícios apresentados estão coerentes com a Resolução 466/2012 CNS, item V "Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes.

Riscos:

A pesquisa não oferece riscos físicos ou materiais aos participantes, mas pode oferecer algum nível de desconforto, por pautar-se em entrevistas, logo, para minorar este desconforto e deixar o entrevistado mais à vontade, serão feitos esclarecimentos prévios detalhados sobre a não exposição das informações em outros locais a não ser na Tese e a confidencialidade da

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar			
Bairro: Cidade Universitária	CEP: 58.051-900		
UF: PB	Município: JOAO PESSOA		
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br	

fonte, os nomes não serão citados e nem tão pouco serão feitas descrições detalhadas de funções ou cargos que possam levar à associação do entrevistado àquela função ou cargo específico. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE será lido para o entrevistado, momento em que será aberto espaço para o esclarecimento de qualquer dúvida. A entrevista e o uso das informações só serão viabilizados pela assinatura do termo pelo entrevistado. A escrita da tese prezarão por trazer informações amplas que ajudem a entender a função do IFCE e da extensão para a região, logo, prezarão pela discrição e a busca de não exposição de seus entrevistados.

Benefícios:

Os benefícios para os participantes serão: acesso, a partir dos resultados da pesquisa, a um melhor diagnóstico sobre as potencialidades e entraves relacionados ao desenvolvimento da região, o que pode auxiliar na elaboração de políticas públicas mais coerentes com as necessidades locais e com maior potencial de sanar problemas da região, beneficiando a população e, lógico, os participantes da pesquisa. A depender do entrevistado e do setor em que atue, as informações da pesquisa poderão servir de guia para a tomada de decisões institucionais e pessoais frente aos desafios impostos ao desenvolvimento da região.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, investigar o papel atribuído à política pública de criação e expansão dos Institutos Federais de Educação - IFs para a promoção do desenvolvimento regional, a partir da análise do campus de Crateús e a forma como este tem a partir do: ensino, pesquisa e, em especial, extensão, juntamente com outros órgãos, entidades e instituições, buscado contribuir para o desenvolvimento da região, perseguindo o propósito central da política pública de criação e expansão dos IFs, o desenvolvimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA O PESQUISADOR RESPONSÁVEL ENCAMINHE

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar		
Bairro: Cidade Universitária	CEP: 58.051-900	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA	
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À(S) INSTITUIÇÃO(ÕES) ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHOU EMENDA, PARA TANTO, APRESENTOU AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS: "A PRESENTE EMENDA SE FAZ NECESSÁRIA DEVIDO S ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO TÍTULO DA PESQUISA, SUGERIDAS PELA BANCA EXAMINADORA E ACATADAS PELO PESQUISADOR RESPONSÁVEL E SEU ORIENTADOR. PARA TANTO, FOI ANEXADA UMA NOVA FOLHA DE ROSTO COM AS DEVIDAS MODIFICAÇÕES".

O ORA REQUERIDO NÃO COMPROMETE EM NADA A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE PESQUISA, POR ISSO SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL AO PRESENTE PLEITO, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 7.784.119

Outros	ROTEIRO.pdf	12:30:20	COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	29/07/2024 21:30:46	ANTONIO ADILIO COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	CERTIDAO.pdf	29/07/2024 21:30:16	ANTONIO ADILIO COSTA DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	29/07/2024 21:25:49	ANTONIO ADILIO COSTA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 21 de Agosto de 2025

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))